

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Tese

**Sementes de transformação: Agência e Protagonismo das Mulheres
Agricultoras em Concórdia no sistema de Parcerias com a Agroindústria Sadia
(1970-2010).**

Jordan Brasil dos Santos

Pelotas, 2025

Jordan Brasil dos Santos

Sementes de transformação: Agência e Protagonismo das Mulheres Agricultoras em Concórdia no sistema de Parcerias com a Agroindústria Sadia (1970-2010).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Márcia Janete Espig

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

S237s Santos, Jordan Brasil dos

Sementes de transformação [recurso eletrônico] : agência e protagonismo das mulheres agricultoras em Concórdia no sistema de parcerias com a agroindústria Sadia (1970-2010) / Jordan Brasil dos Santos ; Marcia Janete Espig, orientadora. — Pelotas, 2025.
296 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História,
Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Mulheres agricultoras. 2. Sistema de parcerias. 3. Agência feminina. 4. Agroindústria. I. Espig, Marcia Janete, orient. II. Título.

CDD 981.64

Jordan Brasil dos Santos

Sementes de transformação: Agência e Protagonismo das Mulheres Agricultoras em Concórdia no sistema de Parcerias com a Agroindústria Sadia (1970-2010).

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História
Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 06 de agosto de 2025

Prof. Dra. Márcia Janete Espig (Orientadora)

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. José Carlos Radin

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Dr. Delmir José Valentini

Doutor em História pela Universidade Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS.

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Doutora em História pela Universidade Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS.

À minha esposa Sonia, companheira de jornada, cujo amor silencioso e firme me impulsionou a seguir mesmo nos dias mais difíceis.

À minha filha Ester, promessa de novos tempos e razão de tantas esperanças, que entendeu a minha ausência nesse tempo.

À minha mãe Ana, por suas raízes profundas de coragem e fé, que me sustentam até hoje.

E a todas as agricultoras de Concórdia, cujas histórias, muitas vezes invisibilizadas, carregam a força, a resistência e a dignidade do campo.

Esta tese nasce do chão que essas mulheres pisam e semeiam com coragem.

Agradecimentos

A jornada que culmina nesta tese não foi trilhada sozinho. Muitos passos foram acompanhados, incentivados e sustentados por pessoas e instituições que deixaram marcas profundas em minha trajetória.

À Deus, por sua presença constante, pela sabedoria nos momentos de incerteza e pela força nos dias mais difíceis.

À minha esposa Sonia e à nossa filha Ester, por serem companheiras incansáveis. Sonia, teu apoio, tua paciência e tua coragem foram fundamentais. Ester, tua força e teu brilho deram sentido a cada esforço.

Agradeço profundamente à minha orientadora, cuja escuta, confiança e orientação generosa foram decisivas para que este trabalho encontrasse seu rumo.

À professora e aos professores que compuseram a banca de qualificação e defesa da minha tese, pelas leituras atentas, pelas críticas construtivas e pelas contribuições fundamentais ao amadurecimento deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, minha profunda gratidão pelo acolhimento, pela formação sólida e pelo espaço de diálogo que contribuíram de forma decisiva para minha trajetória acadêmica.

À Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, em especial ao Bispo Maurício Andrade, presidente da Junta Nacional de Educação Teológica (JUNET), por acreditar na importância da formação acadêmica e por me apoiar ao longo desta caminhada.

À Secretaria Municipal de Educação de Concórdia, por possibilitar e incentivar a pesquisa, reconhecendo o valor da investigação histórica comprometida com as realidades locais. Também a Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina, através do programa UNIEDU, que incentiva a pesquisa.

À Mestra Daiana Varotto, pela ajuda nas transcrições das entrevistas e pela amizade solidária, amizade que nasce no mestrado e segue pela vida.

Ao professor Mestre Gelson Neri Bourckadt que de forma gentil e cuidadosa fez a revisão desse trabalho.

Aos colegas de doutorado, com quem compartilhei inquietações, reflexões e aprendizados. Nossa convivência, mesmo que totalmente remota, enriqueceu minha formação de maneira significativa.

Às mulheres agricultoras, protagonistas muitas vezes invisibilizadas, que com coragem e resistência silenciosa revelam a complexidade e a potência do campo. Sem vocês, esta tese não teria alma.

Por fim, a todos e todas que, direta ou indiretamente, contribuíram com palavras, gestos, orações ou silêncios acolhedores: meu sincero e profundo agradecimento.

A gente não quer um pedaço de terra ruim, queremos escolher um pedaço de terra boa para plantar, queremos quintais produtivos para mostrar o quanto aquele pedaço de terra significa na economia na produção de alimentos para a casa e para a alimentação saudável. Ivete Margarida Andrioli.

Resumo

SANTOS, Jordan Brasil dos. **Sementes de transformação**: agência e protagonismo das mulheres agricultoras em Concórdia no sistema de parcerias com a agroindústria Sadia (1970-2010). 2025. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

Esta tese investiga o protagonismo das mulheres agricultoras no município de Concórdia (SC), entre os anos de 1970 e 2010, com foco nas estratégias de agência desenvolvidas diante das limitações impostas pelo sistema de parcerias da agroindústria Sadia. O estudo parte do contexto de modernização agrícola e da integração de produção promovida pelas agroindústrias, que impactou profundamente as relações sociais, econômicas e de gênero no meio rural. A pesquisa busca compreender como essas mulheres enfrentaram os desafios impostos por um modelo de desenvolvimento pautado na lógica produtivista e hierarquizado por gênero, bem como suas formas de organização e resistência frente à invisibilização do seu trabalho e à restrição de autonomia. Os objetivos incluem analisar as condições estruturais que influenciaram a atuação das mulheres nas propriedades rurais, nos sindicatos e em instâncias de representação, assim como identificar suas práticas cotidianas que revelam agência e resistência no interior do sistema agroindustrial, problematizando sua atuação. A metodologia adotada baseia-se na história oral, com uso de entrevistas semiestruturadas, e no aporte da micro-história, permitindo a valorização das experiências individuais e a reconstrução de trajetórias a partir da perspectiva dos sujeitos. Teoricamente, o trabalho dialoga com a noção de experiência e agência de E.P. Thompson e com a categoria analítica de gênero proposta por Joan Scott, que permite compreender como as relações de poder se inscrevem nas práticas sociais e nas identidades femininas no meio rural. A análise documental e o cruzamento com fontes secundárias contribuíram para contextualizar os relatos. Os principais resultados indicam que, apesar da concentração de poder nas mãos da agroindústria e da reprodução de papéis de gênero tradicionais, as mulheres agricultoras desenvolveram estratégias de enfrentamento, como a manutenção de quintais produtivos, a criação de pequenos animais fora do controle empresarial, a participação ativa em redes de solidariedade, sindicatos e movimentos sociais. A tese conclui que o protagonismo feminino no campo não se expressa apenas por meio da militância explícita, mas também por ações cotidianas que desafiam, reconfiguram e tensionam as estruturas sociais e econômicas vigentes. A partir dessa análise, a pesquisa contribui para o aprofundamento da compreensão histórica sobre a participação das mulheres no meio rural, oferecendo subsídios para reflexões críticas sobre políticas públicas, práticas agroecológicas e os processos de democratização das relações de gênero no campo.

Palavras-chave: Mulheres Agricultoras; Sistema de Parcerias; Agência Feminina; Agroindústria.

Abstract

SANTOS, Jordan Brasil dos. **Seeds of Transformation: Agency and Protagonism of Women Farmers in Concórdia in the Partnership System with the Sadia Agribusiness (1970–2010).** Thesis (PhD in History), Graduate Program in History, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2025.

This dissertation investigates the protagonism of women farmers in the municipality of Concórdia (SC), between the years 1970 and 2010, focusing on the agency strategies developed in response to the limitations imposed by the partnership system of the Sadia agroindustry. The study is grounded in the context of agricultural modernization and production integration promoted by agroindustries, which profoundly impacted social, economic, and gender relations in rural areas. The research aims to understand how these women faced the challenges imposed by a development model based on a productivist logic and structured by gender hierarchies, as well as their forms of organization and resistance in the face of the invisibilization of their labor and the restriction of autonomy. The objectives include analyzing the structural conditions that influenced women's participation in rural properties, unions, and representative bodies, as well as identifying their daily practices that reveal agency and resistance within the agroindustrial system, thereby problematizing their roles. The methodology is based on oral history, using semi-structured interviews, and draws from microhistory, allowing for the appreciation of individual experiences and the reconstruction of trajectories from the subjects' perspectives. Theoretically, the work dialogues with E.P. Thompson's notions of experience and agency and with Joan Scott's analytical category of gender, which helps to understand how power relations are inscribed in social practices and female identities in rural contexts. Document analysis and the cross-referencing of secondary sources contributed to contextualizing the narratives. The main findings indicate that, despite the concentration of power in the hands of the agroindustry and the reproduction of traditional gender roles, women farmers developed coping strategies, such as maintaining productive home gardens, raising small animals outside corporate control, and actively participating in solidarity networks, unions, and social movements. The dissertation concludes that female protagonism in the countryside is not only expressed through explicit militancy, but also through everyday actions that challenge, reconfigure, and put pressure on existing social and economic structures. From this analysis, the research contributes to a deeper historical understanding of women's participation in rural areas, offering insights for critical reflections on public policies, agroecological practices, and the processes of democratizing gender relations in the countryside.

Keywords: Women Farmers; Partnership System; Female Agency; Agroindustry.

Lista de Figuras

Figura 1 - Criação de Suínos na década de 1930, em Concórdia.....	66
Figura 2 - Homenageados por tempo de trabalho na Sadia.....	89
Figura 3 - Homenageados por padrão de produção.....	90
Figura 4 - Página feminina ensina crochê	90
Figura 5 - Representação da família de um agricultor no sistema de integração.....	92
Figura 6 - Família no trabalho dentro do aviário.....	94
Figura 7 - Reportagem de destaque da agricultora Célia Spuldaro.....	96
Figura 8 - Nova estrutura organizacional da Sadia	97
Figura 9 – Participação feminina na SADIA	98
Figura 10 - Almoço após um mutirão	189
Figura 11 - Santinho da Eleição em que Márcia foi candidata	198
Figura 12 - Representação de moradia tradicional cabocla	215
Figura 13 - Contrato para Produção Avícola Integrada	242
Figura 14 - Nota do produtor Rural já pode sair em nome da mulher	244
Figura 15 - Mulheres Agricultoras	245
Figura 16 - Mais Igualdade no próximo milênio.....	246

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Quadro da população rural distribuída em gênero e estado civil.....	113
Gráfico 2 - Responsável pela administração dos recursos	231
Gráfico 3 - Responsável pelo trabalho doméstico	231
Gráfico 4 - Tempo de trabalho utilizado em atividades relacionadas à agricultura familiar.....	231
Gráfico 5 - Tempo de trabalho utilizado em atividades relacionadas à agricultura familiar.....	231
Gráfico 6 - Tempo de trabalho utilizado com afazeres domésticos	232
Gráfico 7 - Tempo de trabalho utilizado com afazeres domésticos	232

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Principais Empresas de Colonização e suas Áreas de Atuação na Região de Concórdia	54
Tabela 2 - Produção agrícola no município de Concórdia entre as décadas de 1940 a 1980	68
Tabela 3 - Suinocultura Relatório de 1969	102
Tabela 4 - Avicultura no Relatório 1969	103
Tabela 5 - Quadro da População em Santa Catarina.....	113

Sumário

Introdução.....	15
1. O ingresso das mulheres agricultoras nas “parcerias” da agroindústria Sadia em Concórdia.....	45
1.1 Colonização, Agricultura Familiar e Formação do Capital Agroindustrial em Concórdia	45
1.2 Contexto socioeconômico e político do sistema de produção	49
1.1.1 Características Socioeconômicas da Região de Concórdia	50
1.1.2 Estado e Políticas Agrícolas.....	58
1.1.3 Estrutura das Parcerias na Agroindústria do Oeste Catarinense	64
1.1.4 Transformações no Sistema Agroindustrial e as Mulheres Agricultoras	78
1.2 Estratégias utilizadas para inserção das mulheres nos sistemas produtivos com a SADIA	83
1.2.1 Engajamento dos Produtores com a Sadia	84
1.2.2 Apoio técnico especializado para agricultores na “parceria” com a Sadia	99
2. Papéis e Desafios das Mulheres na Agricultura	107
2.1 O Trabalho das Mulheres no Meio Rural.....	107
2.1.1 Evolução Histórica da Participação Feminina na Agricultura	108
2.1.2 Transformações nas Dinâmicas de Gênero	126
2.2 Responsabilidades e Agências das Mulheres no Contexto Rural	134
2.2.1 Compreendendo a Agência das Mulheres no Campo	134
2.2.2 Funções e Atribuições das Mulheres Camponesas	141
2.3 Lutas por Igualdade de Gênero e Reconhecimento no campo	149
2.3.1 Luta por Direitos de Propriedade e Acesso à Terra	149
2.3.2 Movimentos das Mulheres no campo	155
3. Estratégias de agência e resistência frente ao capital agroindustrial.....	164
3.1 Agência e protagonismo feminino no sistema de “parcerias”	164
3.2 Compartilhamento de conhecimentos e técnicas de agência entre as mulheres	185

3.2.1 As redes informais e formais	186
3.2.2 Conhecimento e técnicas de plantio nas hortas caseiras.....	198
3.3 Agroecologia como forma de agências e resistências ao sistema de integração	203
3.3.1 Herança Cabocla.....	213
4. Impacto das transformações socioeconômicas e culturais no protagonismo feminino rural	224
4.1 Descontinuidades e Permanências: Transformações na Economia e no Meio Rural.....	225
4.1.1. Contextualização Histórica e Econômica	225
4.1.2 Divisão do Trabalho e as Relações de Gênero	229
4.2 Reconfigurações simbólicas do protagonismo feminino: reconhecimento, discurso e subjetividade	240
4.2.1 Entre o elogio e a invisibilidade: discursos sobre a mulher rural	240
4.2.2 O que dizem as mulheres sobre si	248
4.3 O empoderamento das mulheres agricultoras.....	251
4.3.1 O empoderamento das mulheres agricultoras e suas repercussões no meio rural	252
4.3.2 Conflitos no processo de empoderamento	259
4.3.3 Legado, Memória e Continuidade dos Saberes Femininos	264
Considerações finais	268
Fontes	275
Referências Bibliográficas	278
Anexos	292

Introdução

Essa tese investiga como as mulheres agricultoras da região de Concórdia têm resistido e se adaptado à entrada do capital agroindustrial no campo. Concórdia, localizada no oeste do estado de Santa Catarina, é marcada por uma forte atividade agropastoril, que desempenha um papel essencial no desenvolvimento econômico e cultural da região. A pesquisa abrange o período entre 1970 e 2010, oferecendo uma importante análise das transformações ocorridas nesse intervalo e destacando as estratégias de resistência e resiliência dessas mulheres diante das mudanças impostas pelo avanço da agroindústria.

Concórdia começou a receber migrantes, sobretudo italianos a partir de 1920. A necessidade de novas terras fez com que a migração para Concórdia se intensificasse na segunda década do século XX. Essa colonização foi intermediada por empresas de colonização, que loteavam e vendiam terras aos migrantes. Na região do então município de Cruzeiro, atualmente chamado de Joaçaba, havia muitas dessas empresas de colonização, responsáveis por essa dinâmica migratória (COMASSETO, 2006).

A região de Concórdia, durante o período de 1970 a 2010, testemunhou uma transformação profunda em seu cenário agrícola. A entrada da agroindústria e sua consolidação redefiniu a paisagem econômica da região e deflagrou uma série de mudanças sociais e culturais que impactaram diretamente as mulheres agricultoras as quais desempenham um papel fundamental na economia rural local. Foi introduzida uma nova dinâmica na agricultura de Concórdia, reconfigurando as práticas agrícolas e as relações de poder, além do acesso à terra. A agroindústria demandou do campo uma nova forma de organização, gerando uma adaptação por parte dos agricultores e agricultoras. Isso não acontece de forma pacífica ou sem nenhuma agência, em particular das mulheres agricultoras.

O sistema de produção baseado em “parcerias” entre empresas e agricultores, conforme Pertile (2008), tinha como objetivo garantir o fornecimento de matéria-prima de qualidade para a indústria processadora. Amador (2010, p. 100-101) afirma que a integração da agricultura ao capitalismo provocou mudanças significativas nas condições históricas de produção camponesa, alterando a relação dos colonos

integrados com o capital. Esse processo intensificou a dependência dos agricultores em relação ao capital, visando aumentar a produção e o lucro.

A definição de “parcerias” carrega em si uma ambiguidade que se manifesta de modo particular na relação entre agricultores e agroindústrias. No discurso empresarial, ela aparece como sinônimo de cooperação, confiança e divisão equilibrada de responsabilidades. Contudo, quando analisada na prática, revelou-se como um instrumento de controle que alienou o agricultor do próprio trabalho, restringindo sua autonomia decisória sobre o processo produtivo e subordinando a lógica da vida no campo às exigências da empresa. O termo opera como uma categoria que suaviza e mascara relações desiguais de poder, oferecendo uma aparência de reciprocidade onde, de fato, prevalece a assimetria.

Essa alienação se expressa na padronização das práticas agrícolas, no fornecimento de insumos controlados pela empresa e na imposição de regras de manejo que delimitavam o tempo e o espaço do agricultor. Ao se falar em parceiro, criou-se a impressão de uma relação horizontal, mas, na realidade, o agricultor tornou-se executor de tarefas previamente definidas pela agroindústria, deslocado da condição de sujeito do trabalho. A terra, que antes era o espaço de decisão da família de agricultores camponeses, converteu-se em extensão do parque de fábrica, e o agricultor em gestor de riscos que não controla, já que os preços, as condições de contrato e os custos de produção lhe são impostos externamente.

Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que a ideia de “parceria” também mobilizou expectativas de autonomia financeira para muitas famílias agricultoras. O acesso a renda mensal, ainda que instável e condicionado à produção, significou, para alguns, a possibilidade de permanecer no campo, modernizar propriedades, investir na educação dos filhos e ampliar horizontes de consumo. A parceria, nesse sentido, constitui-se como uma experiência contraditória: instrumento de dominação e, ao mesmo tempo, promessa de estabilidade.

Essa dualidade tornou a categoria “parceria” um campo de disputa simbólica e material. Enquanto a agroindústria a utiliza para legitimar a própria expansão, ocultando as desigualdades estruturais, os agricultores reinterpretam o termo em sua vida cotidiana, atribuindo-lhe sentidos múltiplos. Em algumas situações, a “parceria” é lembrada como oportunidade de sustento; em outras, como mecanismo de exploração. Ao problematizar esse conceito, é possível perceber que ele não se esgota em sua dimensão contratual, mas envolve uma rede de significados que

atravessa as experiências de classe, de gênero e de geração, revelando tensões entre dominação e agência no mundo rural contemporâneo.

Com todos esses desafios, as mulheres agricultoras de Concórdia não permaneceram passivas. Pelo contrário, elas construíram uma capacidade de agência. Através dessas agências as mulheres agricultoras protagonizaram e fortaleceram sua posição e influência na propriedade rural. O protagonismo e a agência das mulheres agricultoras não ocorreram de forma isolada. Clubes de mães, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e igrejas estiveram juntos delas reivindicando por melhores condições de trabalho e igualdade de direitos.

Logicamente, assim como James Scott (2002, p. 15-24) relata, a resistência nem sempre é aberta ou com motins, incêndios ou até mesmo com guerrilhas. Há muitas formas de resistência, como boicote, atrasos, desculpas pouco críveis, mentiras com o objetivo de atenuar as obrigações. Para o autor, a resistência camponesa é um fenômeno complexo que se manifesta, muitas vezes, de maneira individual e frequentemente anônima. Este comportamento de anonimato individualizado é profundamente influenciado pelas condições sociais e econômicas enfrentadas pelas camponesas e camponeses, que incluem a exploração econômica, caracterizada por preços injustos para seus produtos e as coloca em uma luta constante pela sobrevivência financeira.

A dispersão dos camponeses e camponesas em pequenas comunidades rurais e a falta de meios institucionais para ação coletiva influenciam este tipo de resistência, tornando a coordenação de uma resistência coletiva mais complexa. A resistência coletiva, para os agricultores, ocorre em situações históricas especiais, por exemplo, “extrema pobreza material, desorganização das instituições repressivas ou proteção da liberdade política” (SCOTT, 2002, p. 29). Nesse cenário os agricultores e agricultoras podem se transformar em um movimento de massa organizado e político, tornando possível a resistência coletiva. No entanto, tais circunstâncias são geralmente de curta duração e na maioria das vezes, as opções políticas para os agricultores e agricultoras são simplesmente obstruídas, impedindo a organização e a ação coordenada (SCOTT, 2002, p. 29).

A ação individual é mais flexível e menos visível para os poderes repressivos, permitindo às camponesas resistirem de maneira eficaz dentro das limitações que enfrentam. Podem assim, adaptar suas estratégias de agência e resistência ao momento específico de sua propriedade. A natureza anônima e descentralizada da

agência individual torna mais difícil para a empresa repressora identificar e suprimir as ações de agência, de modo a tornar-se um importante aspecto dentro da agroindústria.

A historiografia tradicional frequentemente desconsidera a importância das mulheres nos processos históricos. Em Concórdia, elas surgem apenas como auxiliares dos homens, no campo, sua invisibilidade é ainda mais marcante. Essa ausência orienta o recorte temporal e espacial desta tese.

A pesquisa tem como objetivo principal a investigação do protagonismo das mulheres agricultoras em Concórdia durante o período de 1970 a 2010, especialmente dentro do sistema de integração estabelecido pela agroindústria Sadia. Este estudo visa compreender as resistências enfrentadas por essas mulheres, suas contribuições significativas, os desafios enfrentados e as transformações ocorridas em um contexto socioeconômico específico. Além disso, pretende-se investigar os diversos papéis desempenhados por essas mulheres no contexto da agroindústria, compreendendo suas responsabilidades, as oportunidades que surgiram e os desafios que tiveram que enfrentar. Destaca-se, também, a importância em analisar o protagonismo e a agência dessas mulheres dentro do sistema de produção da Sadia, evidenciando suas estratégias para enfrentar adversidades e buscar maior autonomia e reconhecimento. A relação das mulheres agricultoras com as organizações sindicais, os movimentos sociais e as outras instâncias de representação também será investigada, considerando seu engajamento político e suas reivindicações por direitos e melhores condições de trabalho. Com isso visa-se contribuir significativamente para a ampliação do conhecimento histórico sobre a participação das mulheres no meio rural, particularmente destacando suas contribuições específicas e os desafios enfrentados no contexto específico da agroindústria Sadia em Concórdia.

Optou-se, nesta tese, por uma apresentação das referências teóricas e metodológicas não de forma concentrada em um único capítulo, como tradicionalmente ocorre, mas distribuída ao longo do desenvolvimento do texto, conforme as exigências analíticas dos temas abordados. Essa escolha metodológica decorre da compreensão de que as categorias teóricas não devem ser apenas aplicadas mecanicamente às fontes, mas mobilizadas para diálogo, em especial com os depoimentos das mulheres agricultoras. Assim, os conceitos foram inseridos progressivamente, à medida que surgiam as questões provocadas pelas narrativas e pelos contextos históricos analisados. Essa estratégia teve como objetivo valorizar a

fluidez da escrita e contribuir para uma leitura mais orgânica, em que teoria e a práxis se entrelaçam, permitindo uma análise histórica mais sensível à complexidade das experiências vividas.

A história da colonização de Concórdia e a inserção da agroindústria foram pontos cruciais que me motivaram a embarcar na complexa tarefa de pesquisar sobre as relações de gênero e agroindústria. Existe uma significativa lacuna na produção historiográfica sobre as mulheres agricultoras e a agroindústria em Santa Catarina, destacando a necessidade de estudos aprofundados nessa área. As referências importantes consistem em teses, dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso de pesquisadores. Esses trabalhos são frutos do trabalho intelectual de indivíduos que já pensaram a região.

A dissertação de Valdete Boni (2005) no campo da Sociologia, que discute o tempo de trabalho produtivo e reprodutivo da mulher agricultora na agroindústria familiar. A autora analisa as bases sociológicas da exploração do trabalho da mulher na agroindústria familiar. Boni (2005) traz em seu objeto o trabalho produtivo e reprodutivo, mas não no âmbito do capital agroindustrial, e sim na agroindústria familiar, no processamento de alimentos nas propriedades rurais. Entender a história oficial a partir da história das mulheres dialogando com a categoria de gênero é essencial para que possamos compreender a urgência de repensar os papéis (re)definidos pelo capitalismo e reconstruir novos papéis sociais.

Minha atenção para o tema aconteceu durante a graduação em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Naquela ocasião, estudei sobre o tempo de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres agricultoras, uma pesquisa de fôlego que trouxe uma gama de possibilidades. Meu trabalho final de curso questionou se o trabalho da mulher na agricultura familiar é invisibilizado por desconsiderar o tempo de trabalho reprodutivo e buscou evidenciar os esforços femininos, remunerados e não-remunerados. A pesquisa de campo mostrou que as mulheres agricultoras têm dupla jornada e são vistas como ajudantes quando estão em atividades produtivas, enquanto seus cônjuges têm uma percepção mais próxima do tempo de trabalho produtivo e quase nenhuma percepção do trabalho reprodutivo. A reprodução da divisão sexual do trabalho na atividade de criação dos filhos mostra a importância de conhecer a estrutura de gênero nas atividades rurais para promover a equidade de gênero e desenvolver políticas públicas voltadas à agricultura familiar (SANTOS, 2017).

Em 2018, comecei o meu mestrado em História na Universidade Fronteira Sul (UFFS), em Chapecó, Santa Catarina, com um foco na questão das mulheres que buscavam uma indenização justa no reassentamento das barragens. Embora tenha sido um período curto, a pesquisa foi intensa e me proporcionou muitas realizações. Escrever sobre gênero na região oeste de Santa Catarina foi uma fonte de prazer e de desafio. Em 2020, defendi a minha dissertação de forma remota devido à pandemia de Covid-19.

A dissertação discutiu a invisibilização das mulheres ao longo da história, apesar de suas ações ativas, além da importância de resgatar sua participação em todos os setores da sociedade. O estudo se concentrou no papel das mulheres no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), abordando a questão de gênero nos movimentos sociais através de um levantamento histórico e de entrevistas com lideranças do MAB na região da bacia do Rio Uruguai. As mulheres desempenharam diferentes funções na luta contra a construção de barragens, incluindo o suporte reprodutivo e o protagonismo nas negociações. Embora a questão de gênero não tenha sido central no início do movimento, tornou-se mais importante com a formação de lideranças e militantes. Além da questão de gênero, o movimento também tem outras pautas importantes, como a soberania alimentar e o modelo energético, mas a luta pela terra continua sendo sua principal pauta (SANTOS, 2020).

Nesse tempo de isolamento social, devido à pandemia de COVID-19, e de decisões equivocadas referente à ciência pelo governo Bolsonaro, tive a oportunidade de ingressar no doutorado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Este período foi marcado por muitos desafios e dificuldades. A pandemia dificultou a coleta de fontes, visto que durante todo o ano de 2020 e parte de 2021 estávamos vivendo o isolamento social, ora flexibilizado, ora enrijecido. O Estado de Santa Catarina, no início da pandemia, deu exemplos de cuidado com a vida das pessoas, fechando tudo o que não era essencial. Mas, após pressão política, as orientações oficiais deixaram de lado os esforços para prevenir pessoas e salvar vidas.

Nessa oportunidade, decidi voltar à temática que considero importante e urgente: agricultura e gênero no oeste catarinense. As relações de gênero são estruturantes da sociedade e é com essa consciência que desejo contribuir para uma sociedade menos machista.

Produzir uma pesquisa histórica sobre mulheres agricultoras, sendo homem, exige certa reflexão sobre a posição social e epistêmica que ocupo dentro de uma

estrutura de poder. O privilégio masculino, historicamente, silenciou as mulheres na produção do conhecimento e moldou critérios sobre o que era considerado saber legítimo. Esta tese, portanto, não pretende dar voz às mulheres, pois elas sempre tiveram voz, mas sim exercitar uma escuta responsável, situada, consciente do meu lugar de fala e das responsabilidades que carrega (RIBEIRO, 2017). Essa escuta é mediada por assimetrias de poder, linguagem e expectativa, e seu exercício demanda um esforço contínuo de descentralização do lugar do pesquisador.

A teoria do ponto de vista feminista, como aponta Djamila Ribeiro (2017), nos convida a recusar qualquer pretensão de universalidade. Homens brancos devem reconhecer-se como racializados, localizados e implicados na estrutura de poder que autoriza certos saberes em detrimento de outros. Ao me posicionar como homem dentro de uma tradição historiográfica androcêntrica, assumo que minha escuta não é neutra, mas tensionada por relações históricas de privilégio. A escuta torna-se, portanto, não somente um método, mas principalmente um gesto político que busca romper com o discurso dominante, contribuindo para a construção de uma história mais plural, situada e comprometida com a justiça de gênero.

Para Scott (1992), as pessoas que escrevem a história das mulheres estão envolvidas em um esforço político de desafiar a forma como a história é escrita, e essa ação política está relacionada com questões atuais que as mulheres enfrentam. Essa narrativa será sempre política, “as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento e dos processos que o produzem; por essa razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político” (SCOTT, 1992, p. 95). Assim, produzir história das mulheres ou história de gênero não é um exercício neutro, mas uma prática política que tensiona os modos de saber e os sistemas de poder que sustentam as hierarquias de gênero.

A realização de pesquisas sobre mulheres por homens apresenta aspectos positivos e alguns desafios. Por um lado, homens que se dedicam a estudar questões de gênero podem trazer perspectivas diferentes e contribuir para a conscientização e sensibilização dos próprios homens em relação às desigualdades de gênero, promovendo uma visão mais inclusiva e colaborativa na academia e na sociedade. Além disso, a participação masculina pode ajudar a desafiar e desconstruir estereótipos sexistas, demonstrando que as questões femininas são de interesse universal. Por outro lado, essa prática também pode enfrentar problemas, como a possibilidade de reprodução de vieses inconscientes, onde as experiências e as

perspectivas das mulheres podem ser interpretadas de maneira inadequada ou parcial. Há também o risco de que as vozes femininas sejam marginalizadas ou absorvidas sob uma narrativa masculina, perpetuando assim a dinâmica de poder que a própria pesquisa busca questionar. Portanto, acredito que nós, homens, que nos envolvemos nesse campo, fazemos isso com uma abordagem sensível, colaborativa e consciente das complexidades envolvidas, assegurando que as experiências e as perspectivas das mulheres sejam representadas de maneira respeitosa, e desta forma busquei desenvolver meu trabalho.

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender as profundas desigualdades de gênero na agricultura e como que as mulheres resistem a essas dificuldades, especialmente diante da modernização conservadora da agroindústria no oeste de Santa Catarina, ainda pouco pesquisada. Esse processo transformou a agricultura familiar em um setor dominado pelo capitalismo, exacerbando significativamente a divisão sexual do trabalho.

Segundo Brandenburg (2010), a colonização do mundo rural ocorreu por meio da modernização da agricultura, que expulsou milhares de camponesas e pequenas agricultoras, expropriando as famílias rurais que não podiam arcar com os altos custos. Isso levou ao êxodo rural e forneceu mão de obra desqualificada para a indústria emergente. Agricultoras que conseguiram se modernizar foram inseridas em um sistema capitalista que as tornou empregadas mal-remuneradas, aprofundando a desigualdade entre homens e mulheres (BRANDENBURG, 2010).

A modernização da agricultura funcionou como um mecanismo de exclusão e marginalização dos agricultores e agricultoras, especialmente as mulheres rurais. Elas enfrentaram uma grande precarização de seu trabalho e perceberam uma subestimação e invisibilização de suas contribuições econômicas e sociais dentro do novo padrão agrícola. Essa realidade reflete a intensificação do desequilíbrio de poder e reconhecimento que persiste até hoje em muitos contextos agrícolas e também no urbano. A agência das mulheres está inserida no âmbito das discussões sobre gênero e agricultura. Ela emerge como uma resposta às injustiças percebidas e como um impulso para mudanças nas estruturas sociais e econômicas que perpetuam as desigualdades de gênero.

Para Shanin (2005), existe complexidade e heterogeneidade quando se trata de camponeses e camponesas. Para compreendê-los é importante destacar a compreensão de sua realidade por meio da consideração de sua estrutura societária

mais ampla e contexto histórico. Afirma-se que os camponeses e camponesas não podem ser tratados de forma homogênea, mas sim como uma população diversa, influenciada por vários fatores socioeconômicos e históricos. O termo camponês pode ser empregado de maneira simplista e enganosa, ofuscando as características e as particularidades individuais dos grupos rurais.

Para realizar uma análise cuidadosa e abrangente dos camponeses e camponesas em seus respectivos contextos, é essencial considerar uma série de características que vão além das simplificações comuns. É necessário examinar a diversidade econômica, incluindo a estrutura fundiária, os sistemas de produção e as fontes de renda. Deve-se, também, explorar aspectos culturais, como tradições, costumes e conhecimento tradicional. As relações sociais, a organização comunitária e a estratificação social são igualmente importantes, assim como a participação política e o acesso a políticas públicas. Aspectos geográficos e ambientais, como a influência do clima e a sustentabilidade ambiental, também devem ser levados em conta. Além disso, a análise deve incluir a dimensão de gênero, considerando o papel das mulheres e as desigualdades existentes. É essencial compreender o histórico e o contexto local, incluindo a formação das comunidades rurais, os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas. Ao abordar essas características, é possível superar mistificações e simplificações, permitindo uma análise mais completa e complexa das realidades que envolvem essa categoria social.

Não basta citar ou perceber esses critérios acima que compõem a categoria camponês. É necessário construir uma análise integrada com todos os aspectos que a compõem. Para Shanin (2005), embora identificando elementos importantes na definição de camponês, o delineamento carece de especificações claras nos vínculos entre essas características, pois não considera hierarquias e negligencia o impacto de fatores globais na agricultura camponesa e como a agricultura camponesa influencia o contexto macro. A essência da identidade do camponês e camponesa está na interdependência de todos os fatores que compõem a sua existência. Entende-se, também, que a centralidade da vida camponesa acontece na propriedade rural, pois é lá onde a reprodução social e econômica acontecerá. E essas propriedades rurais também não podem ser analisadas de forma isolada sem considerar o contexto social, cultural, ambiental, de gênero e econômico com que elas dialogam e com que fazem parte do contexto mais amplo.

O campesinato, para a teoria marxista, sofreu uma mutação que foi a introdução ao sistema capitalista e, conseqüentemente, a sua transformação a partir do modo de produção. Nesse contexto, a expropriação dos trabalhadores livres no campo, separando-os dos meios de produção, é parte do processo histórico de acumulação primitiva analisado por Karl Marx (2013) e deve ser considerado nessa definição sobre camponês. A expropriação da terra é a base da acumulação primitiva e da separação entre os produtores e os meios de produção. Para Marx, essa “expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno” (MARX, 2013, p. 994). Mesmo que em alguns contextos históricos os camponeses mantenham parcelas de terra ou alguma forma de propriedade, como ocorre no sistema de integração com a agroindústria, permanecem submetidos à lógica do capital. Essa transformação histórica evidencia como os camponeses e camponesas foram forçados a adaptar-se, negociar ou resistir às mudanças econômicas e sociais impostas, refletindo a diversidade e os desafios destacados por Shanin (2005).

Para uma compreensão mais completa do trabalho rural no oeste de Santa Catarina, é relevante adotar a perspectiva de Edward P. Thompson (1981), que valoriza a cultura e a experiência das classes oprimidas na análise histórica. Este enfoque desafia as narrativas dominantes centradas no capital e na agroindústria, resgatando a memória das mulheres camponesas e suas lutas, frequentemente esquecidas pela história oficial. O estudo das realidades camponesas amplia a visão sobre as adaptações forçadas pelos processos históricos (colonização, agroindústria), e destaca as contribuições e desafios específicos enfrentados pelos grupos rurais, e isso oferece uma análise mais integral e complexa.

Edward P. Thompson é conhecido por sua significativa contribuição para o campo da História sócio-cultural através de sua abordagem inovadora e crítica. Ele foi pioneiro ao desafiar abordagens históricas tradicionais que se concentravam, principalmente, em eventos políticos e estruturas institucionais, propondo uma análise mais profunda das experiências cotidianas, das práticas culturais e das atitudes das pessoas comuns ao longo da história. Trouxe, assim, ao campo do debate a temática da experiência.

Thompson afirmou que a categoria de "experiência" é fundamental para o trabalho do historiador, mesmo que apresente algumas imperfeições. Esta categoria

abrange as respostas mentais e emocionais dos indivíduos ou grupos sociais a diversos eventos interrelacionados ou a repetidos acontecimentos similares. Através da análise da experiência, os historiadores podem obter uma compreensão mais profunda dos contextos históricos e das motivações que influenciam as ações humanas (THOMPSON, 1981, p. 15). Criticando Althusser, Thompson (1981) afirma que a experiência não é obediente à norma e é através dela que os indivíduos redefinem suas práticas e pensamentos, afastando-se do estruturalismo que propunha Althusser. Sendo, então, a experiência uma importante chave de leitura para compreender as atividades humanas. Em outras palavras, o ser social determina a consciência social (THOMPSON, 1981, p. 34).

Nas outras obras como *A Formação da Classe Operária Inglesa I, II, III* (1987), Thompson examinou a vida e as lutas dos trabalhadores ingleses durante a Revolução Industrial. Em sua obra, ele utilizou fontes não convencionais, como canções, literatura popular e cultura material, para reconstruir as experiências e as percepções dos trabalhadores. Este método ampliou o escopo da História cultural ao incorporar uma análise mais completa e holística das dimensões simbólicas e emocionais da vida social.

Além disso, Thompson (1987) enfatizou a importância em entender o tempo histórico como uma construção social e cultural, rejeitando abordagens puramente estruturalistas. Sua ênfase na agência histórica dos indivíduos e na interpretação crítica das fontes contribuiu para abrir novos caminhos na História cultural, influenciando gerações de historiadores a explorar as complexidades da cultura popular, das identidades sociais e das formas de agência e mudança social através de uma perspectiva mais inclusiva e humanizada.

Nesse contexto, a resistência camponesa assume formas cotidianas e sutis, como afirma Scott (2002, p. 11-12). Esses atos diários de insubordinação incluem corpo mole, dissimulação, submissão falsa, saques, incêndios premeditados, ignorância fingida, fofoca e sabotagem. Tais estratégias são descritas como "armas dos fracos", pois requerem pouca coordenação ou planejamento e evitam confrontos diretos com a autoridade (SCOTT, 2002, p. 11-12). Essas formas de agências representam uma maneira dos camponeses protegerem seus interesses e melhorarem suas condições de vida sem recorrer a revoltas abertas e violentas.

O conceito de agência, desenvolvido por E. P. Thompson em suas obras, destaca a capacidade dos indivíduos e grupos sociais de agirem de forma

independente e de fazerem escolhas que influenciam sua própria vida e o curso da história. Thompson (1987; 1981) argumenta contra abordagens deterministas e estruturalistas que veem os indivíduos meramente como produtos de estruturas econômicas e sociais. Ao invés, ele enfatiza que as pessoas, mesmo dentro das amarras das estruturas, possuem a capacidade de agir, resistir e transformar suas condições.

Thompson (1987; 1981) ilustra a agência através de exemplos históricos, como os movimentos de trabalhadores e as resistências camponesas, mostrando que as ações cotidianas e as estratégias de sobrevivência desempenham um papel importante na história. Segundo Thompson (1987; 1981), a história é feita por pessoas que, mesmo quando marginalizadas, encontram maneiras de resistir e influenciar o contexto em que estão inseridas. Isso inclui formas sutis e cotidianas de agência, como aquelas descritas por Scott (2002), em que as ações aparentemente insignificantes fornecem um impacto significativo ao longo do tempo.

Em muitas situações ocorrem revoltas abertas e violentas e mesmo quando fracassam, as rebeliões camponesas frequentemente resultam em concessões menores do Estado ou dos proprietários de terras, criando uma pausa temporária nas relações opressivas de produção. No entanto, Scott (2002) argumenta que são as formas cotidianas de resistência, as agências conforme Thompson (1987; 1981), que realmente sustentam a luta camponesa. A invisibilidade dessas ações garante a segurança dos camponeses, que preferem o anonimato para evitar retaliações. Esses atos cotidianos acumulam-se e criam dificuldades econômicas e políticas importantes, dificultando a implementação total das políticas das empresas.

Além disso, Scott (2002, p. 24) destaca que a resistência camponesa não deve ser idealizada, pois ela raramente transforma radicalmente as estruturas de exploração. No entanto, essa resistência "primitiva" é uma resposta necessária às difíceis condições enfrentadas pelos camponeses. O termo primitivo não se refere à definição de atrasado, mas, "essas formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes rurais subordinadas que vivem em difíceis condições" (SCOTT, 2002, p.24). Quando se traz à análise histórica essas formas de resistência, consegue-se ter uma visão mais nítida da forma como o campesinato age e a importância dessas ações para resistir à exploração e desigualdade.

Na cultura camponesa, trabalho é uma categoria central que expressa uma ética e não pode ser pensada de forma isolada de outras categorias como terra, família

e gênero. Na cultura camponesa e em outras culturas isso se repete, trabalho é uma categoria ideológica com múltiplos significados e é subjetiva aos agentes.

Por isso, o trabalho produtivo é atribuído especificamente ao homem, especialmente ao pai de família, enquanto a mulher, os idosos e as crianças são vistos como ajudantes e não como trabalhadores no espaço econômico da propriedade. No entanto, a atividade feminina dentro da casa é considerada trabalho reprodutivo, menos valorizada, refletindo uma divisão de gênero em que o trabalho masculino é mais reconhecido. Esta visão do trabalho evidencia uma distinção de gênero, pois as atividades dos homens e das mulheres são categorizadas e valorizadas de maneiras diferentes, demonstrando como o trabalho é entrelaçado com outras categorias culturais e sociais (WOORTMANN E WOORTMANN, 1997, p. 134-135).

Para as autoras Woortmann e Woortmann (1997, p. 135-136), "o trabalho faz o gênero" porque se constitui como uma atividade real a partir de uma atividade ideal, o "trabalho do saber". Quem domina esse saber controla a governabilidade da propriedade e, conseqüentemente, da produção. Os instrumentos de trabalho assumem significados diferentes conforme as mãos que os utilizam. Segundo Woortmann e Woortmann (1997), quando o instrumento é novo, ele fica com o pai, pois representa o trabalho que gera renda. À medida que se desgasta, ele passa para as mãos da mulher, pois, estando desgastado, desenvolve a função de ajuda. Ou seja, o trabalho não é apenas "práxis", mas é também "logos" (WOORTMANN E WOORTMANN, 1997, p. 159).

Essa desigualdade foi perpetuando hierarquias que delinearam a divisão do trabalho no campo, reproduzidas dentro das famílias por práticas sociais que legitimaram a autoridade masculina (SCHWENDLER, 2020). Portanto, investigar as dinâmicas de gênero na agricultura, do oeste catarinense, e isso se repete em outros contextos sociais, revela as injustiças históricas enfrentadas pelas mulheres no campo. Mas, também, destaca seu protagonismo na resistência contra as estruturas de poder e na busca por autonomia e reconhecimento dentro de uma sociedade predominantemente patriarcal.

Silvia Federici (2017), mediante a obra *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, ajuda a compreender como a acumulação primitiva precisou dominar o corpo da mulher, para ter êxito. Como isso dominava seu conhecimento, sua autonomia, seu trabalho e sua liberdade sexual, sendo isso a base inicial para a perpetuação de um regime patriarcal que necessitava ser opressor. A autora mostra

como o processo de reprodução social muda com a efetivação do capitalismo e como isso afeta a mulher proletária por meio da divisão sexual do trabalho e da desvalorização do trabalho reprodutivo. Para a autora, o capitalismo não é nenhum avanço, uma vez que se baseia na desvalorização da mulher para existir e se manter, a caça às bruxas expropriou o corpo da mulher, da mesma forma como os cercamentos expropriaram as terras do campesinato e, desse modo, os corpos das mulheres “[...] foram assim ‘liberados’ de qualquer obstáculo que lhes impedisse de funcionar como máquinas para produzir mão de obra. A ameaça da fogueira ergueu barreiras mais formidáveis ao redor dos corpos das mulheres do que as cercas levantadas nas terras comunais” (FEDERICI, 2017, p. 330).

A apropriação das terras pelo capital e a exploração do trabalho feminino são formas de dominação que o capital exerce sobre as pessoas e as famílias, especialmente as mulheres. E para as feministas marxistas, a “[...] libertação das mulheres não poderia ser efetivada dentro do modo de produção capitalista, aliando a luta imediata e específica a uma perspectiva de mudança estrutural na sociedade de classes baseada na propriedade privada dos meios de produção” (PEDRO; MELLO; OLIVEIRA, 2005, p. 138), (PEDRO, 2005).

Para Colling (2004), ao se fazer história das mulheres, é essencial abordar muitos problemas, como a questão do poder e do pensamento simbólico, a marginalização e o esquecimento. É importante quebrar esses paradigmas históricos para examinar a história que foi negligenciada. Também é fundamental olhar para as relações de forma cuidadosa e equilibrada, evitando distorções e/ou idealizações que possam comprometer a análise rigorosa e objetiva (JARDIM; PIEPPER; 2010, p. 91).

O conceito de gênero é amplamente entendido como uma construção social que organiza as diferenças sexuais, atribuindo significados variados a essas diferenças, conforme os contextos culturais e temporais. Joan Scott (1994) contribui significativamente para a historiografia ao redefinir o gênero, destacando seu aspecto relacional. A necessidade em analisar as ações e as transformações dos indivíduos com a percepção de que a realidade histórica é social e culturalmente constituída é outra parte importante das análises de gênero. A análise histórica deve, portanto, incorporar a ideia de processos simultâneos e variados, evitando distorções na interpretação do papel das mulheres. Isso implica reconhecer que a percepção da diferença sexual é influenciada pelo saber social sobre o corpo, o qual é moldado por uma ampla gama de discursos. Assim, a diferença sexual não é a causa original da

organização social, mas um resultado que deve ser explicado através de uma análise inclusiva e contextualizada das relações de gênero (SCOTT, 1994, p. 13).

Ou seja, as diferenças sobre como se entende o gênero na sociedade acontece de acordo com as visões que a sociedade possui sobre gênero. Essas construções são sociais e culturais, não biológicas. O gênero é uma construção que envolve discursos e práticas sociais que conferem significados às diferenças corporais. O conceito de gênero é complexo e multifacetado, variando conforme o contexto e os objetivos de quem o usa. A análise de gênero, portanto, envolve um exame crítico dessas interpretações e suas consequências nas vidas das pessoas (SCOTT, 2012).

Gênero pode ser usado como uma categoria que analisa as relações sociais e os significados e pode ser utilizado para afirmar “[...] os componentes culturais e sociais das identidades, dos conceitos e das relações baseadas nas percepções das diferenças sexuais” (PINSKY, 2009, p. 163). Isso dá historicidade para as concepções de masculino e feminino. O conceito de gênero é uma categoria de análise importante para entender a dimensão cultural das práticas sociais que “de tão vinculadas ao sexo feminino e masculino tornaram-se essência dos mesmos”, questionando assim a ideia de identidades “fixas e universais, contribuindo para refletir sobre os efeitos dos discursos dotados de sentidos de gênero e o modo como operam na sociedade e no trabalho” (MÉNDEZ; GRAZZIOTIN; DORNELLES FILHO; 2010, p. 85).

A História Social consegue, por meio das suas inúmeras ferramentas, contribuir para o estudo das relações de gênero a partir dos documentos, depoimentos, entre outros tantos documentos produzidos, como cartas e testemunhos. Assim, pode-se olhar para os fatos históricos e abordar na perspectiva de gênero, chamando a atenção “para as diferenças, variações e semelhanças entre classes, grupos etários e/ou étnicos, ao longo do tempo em contextos distintos” (PINSKY, 2009, p. 179).

Michelle Perrot (2007) destaca em sua obra que a história das mulheres é uma história coletiva, que pertence a todas as mulheres e, de modo mais amplo, a toda a sociedade. Ela analisa as relações entre homens e mulheres, a sexualidade, a família, as construções sociais de masculino e feminino, as classes sociais, o poder e a organização social. Perrot (2007) reforça a importância de reconhecer que as mulheres têm uma história própria, muitas vezes invisibilizada. Segundo a autora, o trabalho feminino tem sido historicamente desvalorizado, não remunerado e ignorado. Além disso, as conquistas das mulheres revelam outras desigualdades estruturais, como a sobrecarga da dupla jornada e a feminilização dos trabalhos domésticos.

Durante séculos, o silêncio foi imposto como uma norma às mulheres. Como destaca Michelle Perrot (2005), esse silêncio era disciplinado e reforçado pelas instituições religiosas, políticas e sociais, estendendo-se tanto ao espaço público quanto ao privado. As mulheres eram relegadas à escuta, à espera, ao ocultamento de si mesmas. Contudo, esse silêncio não foi absoluto. Segundo Perrot (2005), as mulheres não respeitavam e murmuravam e sussurravam pelos espaços de poder: “[...] os dominados podem sempre, esquivar-se, desviar as proibições, preencher os vazios do poder, as lacunas da História [...] sabe-se que as mulheres não deixaram de fazê-lo [...] fizeram de seu silêncio uma arma”, sendo o olhar que faz a história (PERROT, 2005, p. 9).

Michelle Perrot (2005) argumenta que as mulheres têm sido sistematicamente excluídas dos registros históricos tradicionais, que são predominantemente escritos por e sobre homens. As experiências femininas, muitas vezes restritas ao âmbito privado e doméstico, foram desvalorizadas ou ignoradas, enquanto a história tradicional privilegiou eventos públicos e políticos. Ela também analisa como as estruturas patriarcais contribuíram para o silenciamento das mulheres, controlando sua participação na vida pública e moldando a maneira como podiam se expressar. A sociedade patriarcal restringiu a liberdade e a autonomia das mulheres, controlando sua sexualidade e corpo, refletido em leis e práticas sociais. Além disso, a sub-representação das mulheres na literatura, política e na cultura geral contribuiu para seu silenciamento.

A mulher, na sociedade, “nunca deixou de fazer história, contudo, foi escolhido não registrar as suas falas, suas ações, ou melhor, sua história.” (JARDIM; PIEPPER, 2010 p. 92). Isso significa que, embora as mulheres tenham desempenhado papéis importantes e tenham tido influência significativa em diversos aspectos da sociedade, suas vozes e ações não foram devidamente documentadas ou reconhecidas.

Esse fenômeno reflete a predominância de uma perspectiva histórica patriarcal, onde os feitos dos homens foram amplamente valorizados e registrados, enquanto as experiências e as contribuições das mulheres foram marginalizadas ou invisibilizadas. Isso distorce a compreensão da história e perpetua a desigualdade de gênero ao subestimar o impacto e a importância das mulheres na sociedade. Assim, é necessário revisitar e reavaliar os registros históricos para incluir as experiências e as contribuições das mulheres, oferecendo uma visão mais justa. Por isso, se faz necessário compreender essa relação das mulheres com o capital agroindustrial e

como, ao longo do tempo, elas foram se transformando na tentativa de reagir a essa dominação masculina capitalista de seu corpo e saberes. As mulheres como protagonistas de suas próprias histórias, como sujeitos que foram forjadas na luta.

Embora avanços significativos tenham sido feitos em direção à igualdade de gênero, as mulheres continuam enfrentando desafios na obtenção de reconhecimento pleno em muitas esferas da sociedade. Como podemos garantir que as histórias e as contribuições das mulheres, especialmente as de grupos marginalizados, sejam devidamente valorizadas e integradas nas narrativas contemporâneas? Quais são as implicações de persistentes disparidades de gênero em áreas como liderança, ciência, política e cultura na luta contínua por visibilidade e protagonismo feminino? São inquietações sobre as quais tentarei, ao longo do trabalho, dar algumas contribuições.

A invisibilidade das mulheres nos relatos históricos tradicionais destaca a necessidade de abordagens mais detalhadas e inclusivas, como a micro-história. Essa metodologia explora as vidas cotidianas e as experiências de pessoas ou grupos frequentemente invisibilizados, oferecendo uma compreensão mais profunda de suas atuações. Ao focar em eventos e personagens específicos, a micro-história revela as dinâmicas sociais complexas que muitas vezes escapam às narrativas tradicionais, proporcionando um espaço para redescobrir e valorizar as vozes femininas.

A micro-história se apresenta como uma alternativa ao analisar a história com um recorte micro que se relaciona com o todo, o global. Esse enfoque permite a análise de eventos e processos que seriam inacessíveis em análises mais generalizantes. O documento assume um papel de sujeito histórico e é analisado detalhadamente, de forma complexa, para compreender o contexto e o objetivo de sua produção (CARDOZO, 2010).

No estudo dessas micro realidades, em uma investigação minuciosa, é possível entender o contexto mais amplo da sociedade. Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, expoentes dessa metodologia, transformaram a forma de estudar e escrever a história, focando nos agentes e dando a eles a importância devida. Ao valorizar-se o micro como uma escala de observação alternativa, a micro-história oferece novas visões sobre a realidade social, enriquecendo a análise ao revelar aspectos antes imperceptíveis e investigar estruturas invisíveis que influenciam a organização social como um todo (GINZBURG; PONI, 1989).

A micro-história não se limita a estudar uma região específica, mas reduz a escala de análise do historiador para destacar comportamentos, relações e aspectos

da vida social que poderiam ser negligenciados em uma escala maior. A partir dessa abordagem, é possível compreender a sociedade em uma perspectiva mais ampla, usando o microscópio em vez do telescópio (BARROS, 2007, 2011, 2013).

O objeto de estudo da micro-história não precisa ser um espaço geográfico específico; pode incluir situações como crimes ou relações sociais em determinado contexto. É importante não confundir a micro-história com estudos de caso ou histórias regionais estritas. Em vez disso, ela foca no modo como se vê o micro para entender o macro. Essa abordagem detalhada permite ao historiador examinar aspectos que poderiam passar despercebidos em uma análise macro, lidando com microrrelações de poder, contradições na realidade dos indivíduos e a humanidade nas atividades cotidianas (BARROS, 2007). Isso não significa apenas representar o objeto em uma escala menor, mas modificar a forma de representação, reconstituindo a realidade vivida pelos indivíduos e enriquecendo a análise social.

O trabalho do micro-historiador é minucioso e requer atenção detalhada às fontes de pesquisa. Análises documentais podem reconstruir contextos locais, situações cotidianas e trajetórias, contribuindo para uma compreensão mais completa. É necessário cuidar dos detalhes e das entrelinhas das fontes para revelar camadas ocultas ou invisibilizadas da história. A micro-história é crucial para uma narrativa histórica mais inclusiva e representativa, dando voz aos grupos tradicionalmente marginalizados ou sub-representados, e permitindo uma construção de uma narrativa histórica mais rica e abrangente (LEVI, 1992).

A micro-história se concentra em eventos e indivíduos específicos, preservando detalhes importantes e evitando generalizações amplas. Ela valoriza as experiências únicas e usa teorias para entender melhor esses detalhes. Mesmo pequenos fatos ou casos podem revelar aspectos importantes sobre fenômenos maiores. Assim, a micro-história combina o foco nos detalhes individuais com a aplicação de ideias mais amplas para uma compreensão mais rica dos eventos históricos.

Diante do exposto, podemos formular nosso problema de pesquisa: de que forma as mulheres agricultoras em Concórdia desenvolveram estratégias de agência ao longo do período de 1970 a 2010 para enfrentar as limitações impostas pelo sistema de “parcerias” da agroindústria Sadia, considerando a influência das complexas condições sociais, culturais, econômicas e políticas da época, e como essas estratégias contribuíram para a efetiva transformação social na agroindústria e para a mudança de posição das mulheres agricultoras na comunidade local?

E desenvolvemos duas importantes hipóteses:

1) As mulheres agricultoras em Concórdia, no período de 1970 a 2010, desenvolveram estratégias de agência diante das restrições impostas pelo sistema de “parcerias” da agroindústria Sadia. Através do compartilhamento de conhecimentos agrícolas, criação de redes de apoio, criação de suínos e aves clandestinamente e participação em movimentos sociais e sindicatos, elas buscaram superar desafios e conquistar maior autonomia e reconhecimento em suas atividades no meio rural.

2) O engajamento político das mulheres agricultoras foi fundamental para promover transformações socioeconômicas e culturais no setor agrícola da região. Ao reivindicarem por melhores condições de trabalho e igualdade de direitos, elas contribuíram para fortalecer seu protagonismo e influência no desenvolvimento da agricultura local, possibilitando avanços significativos na busca por equidade de gênero e na superação de desigualdades no meio rural.

Essa investigação permitirá compreender a atuação e o impacto das mulheres rurais no desenvolvimento da agricultura local e na economia da região. Ao analisar suas contribuições, desafios, agências e transformações no contexto socioeconômico específico do sistema de produção da agroindústria Sadia com as famílias de agricultores, a tese proporcionará subsídios para futuras políticas públicas voltadas para a valorização e o reconhecimento do trabalho das mulheres no meio rural, promovendo a equidade de gênero e o desenvolvimento sustentável no setor agrícola.

A investigação proposta preenche uma lacuna na produção histórica ao colocar em evidência a história das mulheres agricultoras em Concórdia. Ao destacar a atuação das mulheres no sistema da agroindústria Sadia, o trabalho fornecerá novas perspectivas sobre o desenvolvimento agrícola regional, trazendo novos contornos à história regional.

A temática do protagonismo feminino no contexto específico das relações com a agroindústria Sadia em Concórdia carece de investigações aprofundadas. A literatura acadêmica ainda é escassa nesse sentido, e poucos estudos têm abordado de maneira detalhada e sistemática a participação das mulheres rurais nessa dinâmica. Este trabalho visa preencher essa lacuna. Embora existam trabalhos relevantes que tratam da região do Alto Uruguai Catarinense e das transformações econômicas promovidas pela presença da agroindústria, esses estudos não abordam

a perspectiva de gênero e agência feminina dentro da agroindústria. O trabalho de Índio Campos (1987), voltado à análise econômica das relações entre propriedades rurais e a Sadia, contribui para a compreensão da dependência econômica das famílias frente à agroindústria, mas não discute as dinâmicas de gênero nas propriedades rurais. De forma semelhante, a dissertação de Armando João Dalla Costa (1993), ao recuperar a história do grupo Sadia e sua expansão, enfoca as estruturas econômicas e empresariais, mas não contempla as relações sociais e de poder que envolvem a atuação das mulheres no processo produtivo. A tese de Milton Cleber Amador (2010), ao abordar a colonização e o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia, apresenta uma narrativa histórica importante, mas centrada na figura masculina, contribuindo assim para a manutenção da invisibilidade das mulheres na história regional.

A pesquisa de Valdete Boni (2005), no campo da sociologia, avança ao tratar da dupla jornada das agricultoras na agroindústria familiar e da divisão sexual do trabalho, mas restringe-se ao universo da produção artesanal e familiar de alimentos, sem abordar as formas de exploração do trabalho feminino na relação com grandes agroindústrias como a Sadia. Já os trabalhos de Santos (2017, 2020) trazem importantes reflexões sobre o tempo de trabalho produtivo e reprodutivo e sobre o protagonismo feminino nos movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), mas ainda não exploram a atuação das mulheres dentro das estruturas contratuais da agroindústria. Ou seja, mesmo ao tratar da invisibilidade e da resistência das mulheres, tais estudos não exploram diretamente as dinâmicas específicas entre mulheres agricultoras e grandes corporações agroindustriais.

A originalidade deste projeto reside na combinação de diferentes aspectos, como a análise das condições sociais, econômicas e políticas que influenciaram o ingresso das mulheres no sistema chamado de “parcerias”, a compreensão dos papéis desempenhados por elas, a investigação de suas estratégias para enfrentar desafios e conquistar maior autonomia, a relação com organizações sindicais e movimentos sociais, e o estudo das transformações socioeconômicas e culturais ao longo do período estudado. A abordagem das diversas dimensões fornecerá à narrativa histórica novos elementos de interpretação e contribuirá para uma compreensão mais abrangente do protagonismo feminino no setor agrícola em Concórdia.

As entrevistas¹² com mulheres agricultoras são valiosas para reconstruir e compreender os processos da divisão sexual na agricultura. Essas mulheres dedicaram sua força de trabalho diuturnamente para construir uma condição de vida melhor para suas famílias, um esforço que muitas vezes foi esquecido ou minimizado. Por meio dessas entrevistas com mulheres, pode ser revelado como o surgimento da agroindústria aprofundou a divisão sexual do trabalho no campo. No entanto, é importante reconhecer suas limitações e complementá-las com outras fontes. Somente através de uma análise abrangente e contextualizada poderemos obter uma visão mais clara e precisa da complexa dinâmica de gênero na agricultura.

É necessário afirmar que as transcrições das entrevistas preservam os erros gramaticais e a linguagem coloquial das entrevistadas por escolha metodológica. Essa opção respeita a oralidade como parte da identidade social, cultural e histórica das mulheres agricultoras entrevistadas. Corrigir a fala poderia apagar marcas importantes de suas experiências. Manter a espontaneidade valoriza os saberes dessas mulheres e reconhece as formas legítimas de produção de conhecimento, alinhando-se aos princípios da história oral, que afirmam o direito dos sujeitos de narrar suas histórias com suas próprias vozes.

Essas narrativas poderão revelar como o advento da agroindústria aprofundou a divisão sexual do trabalho no campo e, conseqüentemente, a agência dessas mulheres frente à agroindústria, evidenciando as experiências de mulheres agricultoras. Com um espaço seguro e a garantia de anonimato, muitas mulheres poderão compartilhar suas histórias sobre esse processo de divisão sexual do trabalho.

¹ A pesquisa utilizou a metodologia das fontes orais. É importante destacar que para conseguir a entrevista com as mulheres foi necessário criar redes de contatos através de pessoas conhecidas. Somente a partir de pessoas conhecidas foi possível acessar as mulheres agricultoras. Muitas demonstraram receio em falar sobre algumas temáticas permanecendo em silêncio em alguns momentos das entrevistas. O silêncio pode ser interpretado não apenas como uma falta de comunicação, mas como uma forma de expressão firmada em questões específicas. Assim como no estudo etnográfico da comunidade diaspórica, onde Massa (2016) explora as práticas de vigilância, suspeita e desconfiança que dificultam a pesquisa, examinando seu impacto na compreensão das experiências dos participantes da pesquisa, o silêncio das mulheres agricultoras pode ser parte integrante das práticas reflexivas que moldam as interações dentro de suas comunidades. A análise vai além de considerar o silêncio como uma mera ausência de palavras, destacando-o como uma expressão cultural que pode estar ligada a dinâmicas de poder, papéis de gênero, ou mesmo resistência a certos temas. O silêncio, nesse contexto, pode ser uma resposta à incerteza sobre a relação das mulheres com as mudanças no setor agrícola, suas identidades e o impacto dessas transformações em suas vidas.

² As entrevistas utilizadas nesta pesquisa ficarão depositadas no Centro de Documentação e Laboratório de História Oral da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Uma das metodologias para esta pesquisa será a história oral: “a fonte oral se constitui como base primária para a obtenção de toda a forma de conhecimento, seja ele científico ou não” (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 85). Essa forma oral é uma das mais ricas fontes humanas de transmissão do conhecimento e fornece aos indivíduos, que naturalmente foram excluídos da história oficial, uma chance de deixar registrada a sua visão sobre o mundo e sobre a participação de seu grupo na construção da sociedade. Assim, “a história oral tem desvendado questões outrora obscuras a partir da investigação da realidade desses sujeitos, das suas ações e relações que se ocultam nas estruturas sociais” (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 85).

Segundo Meihy e Holanda (2011, p. 124), em história oral, “mais do que a verdade comprovada e aferível, o que se busca é a variação das narrativas em suas evidências, inexatidões e deslocamentos. Se isso é válido em termos individuais, no coletivo ganha dimensões ainda mais relevantes”. A história oral é uma importante fonte para obter conhecimento, permitindo que os grupos excluídos da história oficial deixem registradas suas visões sobre o mundo e a participação na construção da sociedade.

A história oral e a memória constituem ferramentas com grande potencial para reverter a invisibilidade e o silenciamento historicamente impostos às mulheres, contribuindo para a reconstrução da identidade feminina no contexto das relações de gênero. Ao privilegiar a escuta de narrativas pessoais, a perspectiva da história oral amplia as vozes marginalizadas e possibilita a produção de uma história mais plural e inclusiva. No entanto, seu alcance não se limita aos grupos subalternizados, já que a história oral também permite compreender as experiências e discursos dos grupos dominantes, desvendando as complexas dinâmicas de que estão presentes nas relações sociais.

Tanto a história das mulheres quanto a história oral têm semelhanças no seu processo de desenvolvimento. Segundo Moraes (2020), ambas são fruto dos movimentos sociais e políticos da década de 1960 e tinham por objetivo inicial o resgate de uma história oculta. Para Michelle Perrot (2005), a história oral e a memória podem ser uma alternativa de reverter a invisibilidade e o silenciamento imposto às mulheres ao longo de séculos. É através dessa metodologia que as mulheres podem ser protagonistas de suas próprias histórias.

Durante as entrevistas realizadas nesta pesquisa, foi rotineiro que as depoentes remetessem suas narrativas ao tempo presente, mesmo quando

perguntadas sobre experiências do período estudado. Essa sobreposição temporal, característica da memória oral, não foi interrompida, pois compreendemos que a memória não funciona em uma linha cronológica, mas que se move de forma fluida entre o passado e o presente. As lembranças, ao escorregarem para o tempo atual, revelam os eventos vivenciados e o significado deles hoje para as entrevistadas, oferecendo indicações importantes sobre sua agência, valores e formas de resistência.

As mulheres produzem memórias marcadas pelo coletivo de seu gênero. Por isso, a história oral é um instrumento metodológico útil para a História das Mulheres e para os estudos de gênero. É por meio da palavra da mulher que “[...] suas vozes, experiências, pensamentos e desejos saem do silêncio da historiografia” (TEDESCHI, 2015, p. 340). A História oral das mulheres chama para a urgência de democratizar a memória, pois isso é condição básica para as democracias modernas (SALVATICI, 2005).

É por intermédio da História oral que a identidade feminina é reconstruída a partir das relações de gênero. Os indivíduos reproduzem diariamente as relações de gênero em todas as ações que realizam. Com o resgate do cotidiano, por meio da História oral, os indivíduos reconstroem não somente a história de vida, “mas também sua identificação social com um determinado gênero.” (TEDESCHI, 2015, p. 340). A História oral não trata apenas de sair do discurso da versão masculina da história, nem somente reconstruir a história das mulheres mas, antes de tudo, é um comprometimento político “com a escuta atenta, ética e respeitosa por vozes que insistem em se fazer ouvir, abrindo brechas e produzindo questionamentos sobre sentimentos e condutas socialmente construídos e sobre a produção de uma história única” (ROVAL, 2017, p. 12).

A história oral envolve a memória e os sentimentos dos indivíduos que serão entrevistados e, por isso, é necessário que o pesquisador esteja atento para as nuances da fala e gestos dos entrevistados. Alberti (2004b) destaca que a História Oral possibilita a coleta de um grande conteúdo sobre experiências de vida, e isso permite acessar diferentes visões de mundo e, conseqüentemente, novas possibilidades de reinterpretar as versões históricas oficiais. No entanto, ela ressalta que todas essas possibilidades não eliminam a necessidade de interpretar e analisar o material obtido por meio da história oral.

Gill e Silva (2016) apresentam um passo a passo sobre a construção de pesquisas em história oral. De acordo com as autoras, os entrevistados tendem a selecionar suas memórias com base nas aspirações e preocupações atuais. No entanto, deve-se lembrar sempre que essa é uma visão sobre o passado. Portanto, é essencial incorporar diferentes "olhares" sobre o mesmo tema para revelar os conflitos e disputas de memória (GILL; SILVA, 2016, p. 3), ao mesmo tempo que se deve respeitar e entender os momentos de silêncio e esquecimento. Curiosamente, enquanto a diversidade de perspectivas é valorizada, a memória é moldada por interesses presentes, criando uma tensão entre o que é lembrado e o que é omitido. A história oral desempenha um papel muito determinante na história, pois é a partir dela que os historiadores encontraram um caminho para a lacuna deixada pela investigação quantitativa do pós guerra, com isso a entrevista serve para recuperar elementos, qualitativos, não encontrados em outros documentos (ALBERTI, 2004a).

Como afirma Tedeschi (2014, p. 29-30, *grifo nosso*), a história oral possui um papel central na transformação da

[...] história, deixando ela [a *história*] de ser uma forma de dominação androcêntrica ou de sujeição a discursos históricos de poder. Ao reconstruir inúmeras histórias de sujeitos excluídos, estamos visibilizando o melhor documento reflexo da criação da própria história desnudando as relações de poder e gênero ao longo do tempo.

A história oral oferece uma alternativa à narrativa androcêntrica da História tradicional. Ao reconstruir as histórias de grupos marginalizados e indivíduos cujas vozes foram frequentemente silenciadas, a história oral oferece um retrato mais inclusivo e diversificado da realidade histórica. Nesse processo, desvela e critica as relações de classe, raça e gênero, revelando como a exclusão histórica ajudou a reforçar estruturas de poder. A história oral também pode ser usada, equivocadamente, para reforçar figuras ou grupos com destaque nas histórias oficiais, acentuando ainda mais as formas de dominação e poder

Portanto, enquanto a história oral oferece uma oportunidade valiosa para diversificar e expandir a compreensão histórica, é essencial que sua aplicação seja feita com consciência crítica. É necessário equilibrar a inclusão de vozes marginalizadas com a vigilância sobre como essas novas narrativas são moldadas, evitando que a história oral, por meio de seus próprios processos de seleção e interpretação, reforce velhos centros de poder ou figuras dominantes.

Além da fonte oral, a pesquisa pretende confrontar as informações obtidas com outras fontes, como documentos da Sadia, informativos da empresa e fotografias. Os documentos internos da Sadia, como relatórios e boletins institucionais, são fundamentais para compreender a visão oficial e as estratégias da empresa no período de sua expansão. Esses registros revelaram como a empresa buscava construir sua imagem pública, apresentando-se como promotora de modernização e desenvolvimento regional. Entretanto, é necessário tratá-los de forma crítica, pois carregavam um discurso voltado para legitimar sua atuação, ocultando conflitos e contradições presentes no sistema de parcerias.

As fontes jornalísticas também se destacaram como materiais de grande relevância, uma vez que a imprensa local e regional frequentemente noticiava as atividades da Sadia, celebrando suas conquistas e sua importância econômica para o município de Concórdia e o Oeste Catarinense. Esses jornais ajudaram a entender como se consolidou uma narrativa de progresso associada à empresa, bem como revelam a relação entre a agroindústria e os meios de comunicação. Ao mesmo tempo, a ausência ou a minimização de vozes críticas nesses periódicos evidencia as limitações desse tipo de fonte, tornando indispensável o cotejo com depoimentos orais e registros de movimentos sociais.

As fontes imagéticas, como fotografias da época, acrescentam uma dimensão visual importante à pesquisa, permitindo observar elementos do cotidiano rural, do ambiente de trabalho e das transformações urbanas associadas à presença da Sadia. As imagens também desempenham um papel de legitimação simbólica, projetando a empresa como sinônimo de progresso e de modernidade. No entanto, o uso dessas fotografias deve levar em conta quem as produziu e com qual finalidade, evitando interpretações ingênuas. A fotografia, nesse sentido, é tanto um documento histórico quanto uma construção social, devendo ser analisada em diálogo com outras evidências.

Por fim, os arquivos públicos, as revistas da Sadia e as publicações de associações comunitárias constituíram outra vertente de fontes. Esses documentos possibilitam acessar a perspectiva empresarial, ao mesmo tempo em que revelam conflitos por meio das reivindicações e das estratégias de resistência elaboradas pelos trabalhadores e trabalhadoras.

O Memorial Attilio Fontana, erguido pela Sadia para celebrar e preservar a memória de seu fundador, revelou uma limitação significativa no que diz respeito à

documentação histórica. O espaço oferece uma série de fotografias e materiais que exaltam a imagem de seu fundador, mas carece de documentos que poderiam proporcionar uma visão mais aprofundada e contraditória sobre a trajetória da empresa. Essa lacuna é particularmente relevante para historiadores que buscam compreender o desenvolvimento da Sadia e sua influência na região. Enquanto o Memorial Attilio Fontana cumpre seu papel de homenagem, sua limitada oferta de documentos históricos ressalta a necessidade de uma abordagem mais abrangente e crítica na preservação e disponibilização de materiais que possam enriquecer a pesquisa histórica e a compreensão do passado.

A pandemia de Covid-19 acentuou esses problemas ao fechar Museus, Casas de Memória e Arquivos Municipais, muitos dos quais nunca retornaram às suas operações normais. A pandemia serviu como uma desculpa para o fechamento prolongado de muitas dessas instituições e a reabertura com restrições severas ou a completa inacessibilidade de arquivos tornou a pesquisa ainda mais desafiadora³. Essa situação revelou uma deficiência na gestão e na vontade política desses espaços, onde a falta de pessoal qualificado e o desinteresse por parte das administrações contribuem para a deterioração das atividades de preservação e pesquisa. A dificuldade em acessar arquivos históricos é acentuada por um cenário de falta de formação e de comprometimento por parte dos servidores responsáveis.

Além da dificuldade de acesso aos arquivos das casas de memória na região, foi quase impossível consultar os arquivos da antiga Sadia. As informações sobre esses arquivos são desencontradas: enquanto alguns afirmam que eles ainda existem, outros dizem que foram eliminados durante a fusão da Sadia com a Perdigão, em 2009, que resultou na formação da Brazil Foods (BRF). Essa incerteza e falta de clareza sobre a existência e o destino dos documentos da Sadia impuseram um obstáculo significativo à pesquisa. Diante disso, tornou-se necessário mudar o foco das fontes, aprofundando a investigação em fontes orais e fotográficas para compensar a ausência dos documentos esperados.

Os Censos Agropecuários, disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constituem uma fonte importante para compreender o

³ As Casas de Memória de Ipira e Peritiba encontravam-se sem responsáveis fixos para sua gestão e manutenção. Em Seara, o espaço destinado à Casa de Memória ainda não havia sido aberto ao público. O Museu de Concórdia havia passado por mudanças na gestão devido a alterações políticas locais, resultando na substituição do gestor anterior. Já a Casa da Memória de Itá enfrentava dificuldades para encontrar uma pessoa responsável pela coordenação do espaço.

desenvolvimento agrário da região durante o período estudado. Os dados sobre produção, consumo e culturas cultivadas são de grande valia para analisar o papel da Sadia na sociedade de Concórdia e região. Essas informações fornecem uma base quantitativa para entender a dinâmica agrícola e o papel da Sadia no contexto local. Além dos dados censitários, outras fontes documentais, como relatórios empresariais, cartas trocadas entre Attilio Fontana e diversas autoridades, decretos e legislações, são igualmente importantes para a análise da região. Esses documentos oferecem informações sobre as operações da Sadia, suas estratégias de crescimento e a forma como interagiu com o governo.

Em uma descoberta significativa, encontrei relatórios e algumas fotos da empresa com um ex-funcionário, engenheiro agrônomo, que, percebendo que os documentos seriam descartados durante a fusão entre Sadia e Perdigão, resgatou-os. Esses relatórios oferecem dados sobre a operação da Sadia, suas estratégias e impactos, complementando as outras fontes disponíveis. Diante dessas dificuldades, foi necessário repensar as fontes da pesquisa, passando a utilizar como principais as entrevistas realizadas por mim, as arquivadas no Museu Histórico Hermano Zanoni e a documentação disponível no mesmo museu, localizado em Concórdia. Essa mudança, essencial para a continuidade do estudo, alterou completamente a estrutura da tese. O museu voltou a funcionar ao público no final de 2021, permitindo novamente o acesso ao acervo. As entrevistas⁴ realizadas por mim só puderam ser conduzidas a partir da segunda metade de 2022,⁵ pois as pessoas do campo enfrentaram dificuldades para participar de entrevistas remotas e, devido ao isolamento social, estavam inacessíveis de outra forma que não fosse a distância.

O somatório desses fatores fez com que fosse necessário redefinir o recorte temporal da tese para o período de 1970 a 2010. Essa mudança justifica-se pela ausência de fontes escritas anteriores a essa data ou pela impossibilidade de acessá-las. O novo recorte temporal alinha-se com o momento de consolidação e expansão da agroindústria de processamento de carne de frango e suínos na região oeste de

⁴ O roteiro aberto das entrevistas está disponível no Anexo A. Ele foi utilizado como guia nas entrevistas, mas, em muitos casos, outras questões além das previstas no questionário foram abordadas com as mulheres, de acordo com o fluxo da conversa e as especificidades de cada relato.

⁵ No final de 2022, consegui realizar duas entrevistas iniciais, parte de um total de onze entrevistas planejadas para este estudo. Essas entrevistas, que serão detalhadas nos capítulos 2, 3 e 4, envolvem mulheres agricultoras integradas a Sadia, cujo conhecimento e experiências são essenciais para a pesquisa. Através de questionários abertos, essas participantes ofereceram suas visões sobre o objeto de estudo dessa tese.

Santa Catarina. Além disso, a necessidade de adaptar o foco da pesquisa para se concentrar mais intensamente em fontes orais e fotográficas tornou-se inevitável. Esse ajuste demonstra as lacunas na documentação histórica e abre espaço para futuras pesquisas que possam explorar os períodos temporais deixados em aberto por estas limitações.

A década de 1970 representou um avanço para o município de Concórdia e para toda a região oeste catarinense, além da modernização da agricultura e a intensificação da industrialização ligada aos frigoríficos, houveram também as mudanças socioculturais que alteraram profundamente o cotidiano das famílias rurais. A introdução de bens de consumo duráveis, como televisão, geladeira e fogão a gás, reconfigurou a dinâmica do trabalho doméstico e o acesso à informação. O rádio e, depois, a televisão, transformaram-se em instrumentos de socialização e pedagogia cultural, influenciando modos de vestir, de se portar e de organizar o tempo familiar, ao mesmo tempo em que reforçavam papéis de gênero.

No mesmo período, a formação escolar e profissional adquiriu relevância estratégica para a consolidação do modelo agroindustrial. Em 1965 tinham início as atividades do então Ginásio Agrícola Concórdia, uma instituição concebida para responder às necessidades de mão de obra qualificada que a modernização da agricultura exigia. A criação da escola, fruto da iniciativa política do senador Attilio Fontana, demonstrou a ligação entre Estado, agroindústria e educação. Inicialmente voltado apenas para meninos, o colégio formava técnicos agrícolas que seriam absorvidos pelos frigoríficos, cooperativas e propriedades rurais modernizadas, deixando as mulheres, em grande medida, à margem desse processo institucional de qualificação (IFC CONCÓRDIA, 2023).

Em 1972, o Ginásio Agrícola foi elevado à categoria de Colégio Agrícola e, posteriormente, consolidado como Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, em 1979, ampliando sua função como referência regional no ensino técnico-profissional. Segundo os próprios estudantes da 1º turma, muitos de seus professores eram profissionais ligados diretamente ao município e às empresas agroindustriais, como médicos, engenheiros e funcionários da Sadia, reforçando a conexão entre a escola e o setor produtivo. Essa interligação entre educação, trabalho e capital agroindustrial é a exemplificação de um sistema que modifica a economia, e principalmente as identidades sociais, reconfigurando as expectativas de futuro das novas gerações de trabalhadores do campo (IFC CONCÓRDIA, 2023).

Para cumprir os objetivos propostos, a tese está estruturada em quatro capítulos.

O Capítulo 1 contextualiza a entrada das mulheres agricultoras no sistema de “parcerias” da Sadia, considerando o cenário socioeconômico e político da época. Discutem-se as características socioeconômicas específicas da região de Concórdia, destacando sua relevância agrícola e as políticas estaduais que influenciaram as dinâmicas agrícolas locais. A estrutura das mesmas na agroindústria é explorada, mostrando como esses arranjos afetaram as mulheres agricultoras, moldando suas oportunidades e desafios dentro do sistema. Além disso, são examinadas as transformações no sistema agroindustrial ao longo do tempo e seu impacto na participação das mulheres.

No Capítulo 2, o trabalho das mulheres no meio rural é detalhado, desde sua evolução histórica até as mudanças nas dinâmicas de gênero ao longo das décadas. São destacadas as transformações nos papéis tradicionais das mulheres na agricultura e como essas mudanças refletiram na relação com a Sadia. As estratégias utilizadas pelas empresas para integrar as mulheres nesse modelo serão analisadas, incluindo o engajamento dos produtores com a Sadia e o apoio técnico especializado fornecido às agricultoras. Essas estratégias não apenas influenciaram a participação feminina nas “parcerias”, mas também moldaram suas experiências dentro do contexto rural e agroindustrial.

O Capítulo 3 explora as estratégias de agência desenvolvidas pelas mulheres agricultoras em Concórdia durante o período de 1970 a 2010. A formação de associações e cooperativas é destacada como uma estratégia central para fortalecer a representatividade das mulheres no meio rural e ampliar sua influência nas decisões agrícolas locais. Além disso, o compartilhamento de conhecimentos e técnicas de agência entre as mulheres é analisado, demonstrando como essas práticas colaborativas ajudaram as agricultoras a enfrentar os desafios impostos pelo sistema de produção da agroindústria Sadia. A criação de redes de apoio e solidariedade é examinada como uma resposta coletiva às dificuldades enfrentadas pelas mulheres agricultoras, proporcionando um suporte prático essencial para superar adversidades. O engajamento político das mulheres em movimentos sociais e sindicatos é também discutido, evidenciando sua participação ativa na defesa por melhores condições de trabalho e na promoção da equidade de gênero no meio rural. As conquistas

alcançadas por essas estratégias são analisadas, demonstrando como contribuíram para a autonomia e o reconhecimento das mulheres agricultoras em Concórdia.

Por fim, o Capítulo 4 aborda o impacto das transformações socioeconômicas e culturais ocorridas em Concórdia durante o período estudado sobre o protagonismo feminino no setor agrícola. São exploradas as mudanças na economia local e no meio rural, destacando como essas transformações influenciaram as oportunidades e os desafios enfrentados pelas mulheres agricultoras. Reflexões sobre as mudanças culturais na percepção do protagonismo feminino são abordadas, revelando como novas narrativas e representações contribuíram para redefinir os papéis tradicionais das mulheres no contexto agrícola. O empoderamento das mulheres agricultoras é analisado em relação às suas lutas por igualdade de gênero e ao reconhecimento de suas contribuições para o desenvolvimento rural. São examinados os efeitos dessas mudanças socioeconômicas na participação das mulheres no meio rural, evidenciando avanços significativos na equidade de gênero e na promoção de oportunidades mais igualitárias dentro dos acordos comerciais com a agroindústria Sadia. O capítulo conclui com uma reflexão sobre como essas transformações impactaram não apenas as mulheres agricultoras, mas também a comunidade local e o setor agrícola como um todo em Concórdia.

1. O ingresso das mulheres agricultoras nas “parcerias” da agroindústria Sadia em Concórdia

1.1 Colonização, Agricultura Familiar e Formação do Capital Agroindustrial em Concórdia

A colonização do oeste catarinense não pode ser compreendida sem se reconhecer a violência estrutural que marcou o processo de ocupação. O chamado “vazio demográfico” defendido por Zarth (2015) é um mito: antes da chegada dos colonos europeus, a região era habitada por povos indígenas, como os Kaingang, e por populações caboclas, cujas práticas de agricultura de subsistência, extrativismo e manejo da natureza estruturavam uma economia local resiliente e adaptada ao território. Ignorar essa presença humana foi parte da construção de uma narrativa que legitimava a expropriação, a marginalização e a violência. O projeto colonizador, sustentado pelo Estado e pelas companhias privadas de colonização, apresentou-se como portador de progresso e civilidade, mas, na realidade, transformou profundamente as relações de produção e os modos de vida. O capital agroindustrial introduziu uma lógica de dependência econômica, subordinando a produção familiar aos interesses do mercado. O trabalho deixou de ser orientado para a subsistência e passou a atender à lógica do lucro, enquanto o modelo de pequenas propriedades, propagandeado como oportunidade de ascensão social, servia para estruturar um mercado de mão de obra barata, formado sobretudo pelos caboclos deslocados e marginalizados.

A construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG) e a Guerra do Contestado foram marcos desse processo. A ferrovia não apenas conectou a região aos centros industriais e comerciais, mas também funcionou como

instrumento de dominação territorial, deslocando populações locais e promovendo o avanço do capital sobre as terras ocupadas por posseiros e caboclos. O conflito do Contestado, além de um episódio de resistência, evidencia o quanto os interesses econômicos e a busca por terras férteis se sobrepuseram à vida e aos direitos das populações tradicionais. Em paralelo, surgiram figuras como os monges João Maria e José Maria, cujas trajetórias refletem a tensão entre as populações marginalizadas e o poder do Estado. Seus seguidores, em sua maioria caboclos e pessoas expulsas das terras, encontraram nos líderes religiosos e místicos um espaço de resistência e identidade coletiva frente à violência das companhias colonizadoras e à arbitrariedade governamental. Após a derrota dos caboclos, as colonizadoras expulsaram-nos de suas terras, tratando-os como intrusos e impondo uma espécie de limpeza étnica, forçando-os a trabalhar na extração de madeira e erva-mate ou a buscar novas terras (MARQUETTI; SILVA, 2015; FERREIRA, 1992).

A migração europeia promovida pelas companhias colonizadoras, incentivando a vinda de italianos, alemães e poloneses, reforçou a lógica do branqueamento populacional e da exclusão. Os caboclos foram retratados como intrusos ou problemas a serem eliminados, e sua resistência foi criminalizada. O acesso à terra foi negado ou dificultado por burocracias intencionais, consolidando uma estrutura de poder que privilegiava os imigrantes considerados “aptos” e excluía aqueles que viviam historicamente na região. O caboclo, que anteriormente detinha autonomia e vivia em equilíbrio com a natureza, passou a ser mão de obra subalterna, usado para abrir caminhos, extrair madeira, preparar terras e, por fim, expulso de suas posses. O modo de vida simples, baseado na agricultura de subsistência, na caça, na pesca e na coleta, foi desestruturado. A colonização, longe de ser neutra, impôs uma transformação socioambiental profunda: a floresta foi substituída por vilas, roças e propriedades privadas, enquanto a lógica capitalista redefinía valores sociais, econômicos e culturais.

Após a Guerra do Contestado, os migrantes europeus que chegaram à região se estabeleceram com o apoio das companhias colonizadoras e formaram pequenas propriedades rurais. Esses migrantes se percebiam superiores aos caboclos, considerando sua produção mais “rentável” e orientada à mercadoria, enquanto os caboclos priorizavam a subsistência familiar (COMASSETTO et al., 2006). O capital e a posse da terra passaram a ser centrais, substituindo as relações pré-capitalistas dos caboclos e promovendo desigualdades de gênero na herança familiar, pois apenas os

filhos homens recebiam a terra, enquanto as filhas tinham direito a enxovais ou pequenos bens (RENK; WINCKLER, 2017). A consolidação da pequena propriedade rural estruturou social e economicamente a vida dos migrantes, com toda a família trabalhando para assegurar a subsistência e a produção de excedentes para venda (KONRAD; SILVA, 2012; SEYFERTH, 2011; TROIAN; BREITENBACH, 2018).

A agricultura familiar passou a dominar a região a partir da década de 1940, com o fortalecimento de indústrias alimentícias e a produção de suínos e derivados. Mesmo assim, atividades tradicionais como extração de erva-mate e madeira continuaram a depender da mão de obra familiar. Ao longo do tempo, práticas agrícolas sustentáveis e de subsistência foram substituídas por técnicas voltadas à produtividade, incorporando insumos, assistência técnica e padronização de produção (PERTILE, 2008; AMADOR, 2010).

A atual cidade de Concórdia era originalmente uma vila do município de Cruzeiro (atual Joaçaba) e dependia de transporte por mulas para adquirir produtos alimentícios. Com a instalação da ferrovia, outros municípios passaram a ser parceiros comerciais, mesmo que a ferrovia não passasse diretamente por Concórdia. Em 29 de julho de 1934, Concórdia foi elevada à condição de município, compreendendo também áreas que hoje pertencem a Itá, Seara, Lindoia do Sul, Arabutã, Ipumirim, Alto Bela Vista, Ipira, Peritiba e Piratuba. O impulso de desenvolvimento pós-separação possibilitou a instalação de agência dos Correios e Telégrafos, gerador de energia a diesel, agência bancária, estradas, moinhos, serrarias e alambiques, com cerca de 10 mil habitantes (FERREIRA, 1992).

Os primeiros colonos dedicavam-se à extração de madeira e à agricultura, especialmente milho e trigo, cuja produção em 1932 atingiu cerca de 10 mil sacas de 60 kg, revelando potencial econômico da região. Para o beneficiamento da produção, foi proposta a construção de moinho e frigorífico, mas a falta de recursos em 1938 levou à criação de uma associação familiar para iniciar o moinho, que começou a operar em 1940. Inicialmente, a associação não obteve lucros, sendo depois gerida por Attilio Fontana, comerciante de Cruzeiro, que trouxe eficiência ao empreendimento.

Attilio Fontana, filho de italianos imigrantes, exemplifica o mito do colonizador. Em sua autobiografia, descreve desde cedo seu esforço na lavoura, ressaltando sacrifícios físicos e dedicação, numa narrativa que valoriza o trabalho árduo e a religiosidade como virtudes do migrante, muitas vezes em contraste com a realidade

da maioria dos colonos (FONTANA, 2018). Durante a colonização, os migrantes receberam apoio logístico e condições favoráveis, como transporte, habitação, financiamento e facilidades para abertura de estradas, vantagens não estendidas à população cabocla e indígena, que permaneceu marginalizada. Fontana descreveu ainda os habitantes nativos de forma estigmatizada, mas foi nesse contexto que iniciou suas atividades comerciais, administrando um hotel e depois uma loja, vendendo produtos agrícolas e alfafa.

Com experiência em comércio adquirida nas antigas colônias, Attilio expandiu seus negócios, realizando parcerias para a comercialização de suínos e trigo, formando o capital que possibilitou o desenvolvimento da Sadía, inicialmente a S. A. Indústria e Comércio Concórdia. Em 1942, aceitou reativar o moinho de trigo, comprando metade das ações, garantindo a produção e venda de farinha e sanando dívidas da associação. Com dificuldades de transporte de suínos, passou a industrializá-los localmente, consolidando o capitalismo agroindustrial na região (FONTANA, 2018).

O município de Concórdia situa-se na Mesorregião do Oeste Catarinense, na Microrregião do Alto Uruguai, a 493 km da capital Florianópolis. O acesso terrestre ao município é viabilizado pelas rodovias BR-153, SC-283 e SC-463, enquanto o acesso aéreo se dá pelo aeroporto municipal “Olavo Cecco Rigon” ou pelo aeroporto Serafim Enoss Bertaso, em Chapecó, localizado a aproximadamente 80 km do centro da cidade. O território concordiense possui uma extensão de 799,88 km² e é delimitado ao norte pelos municípios de Lindóia do Sul, Ipumirim, Arabutã e Irani; ao sul pelo estado do Rio Grande do Sul, e pelos municípios de Alto Bela Vista e Peritiba; a leste pelos municípios de Jaborá, Presidente Castelo Branco e Ipira; e a oeste pelo município de Itá.

Concórdia integra a microrregião do Alto Uruguai Catarinense, composta por 14 municípios: Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina. A população estimada da região é de cerca de 148 mil habitantes, sendo Concórdia o município mais populoso, concentrando aproximadamente 51% da população microrregional, enquanto Presidente Castelo Branco e Alto Bela Vista somam pouco mais de 2% da população regional (IBGE, 2020).

Entre 1970 e 2010, Concórdia apresentou crescimento populacional significativo, passando de 45.465 habitantes para 62.285, refletindo a expansão

urbana e a consolidação do município como polo regional de comércio, serviços e indústria agroalimentar. A população urbana, em particular, cresceu de 10.726 habitantes em 1970 para 54.865 em 2010, um aumento exponencial que evidencia a intensa urbanização e a centralização da vida econômica e social na cidade. Em contrapartida, a população rural diminuiu drasticamente, de 34.739 habitantes em 1970 para 13.856 em 2010, indicando um êxodo rural e a transformação estrutural do campo: a mecanização agrícola, a concentração da terra e a reorganização das atividades produtivas reduziram a dependência de trabalho familiar em pequenas propriedades e estimularam a migração em busca de melhores oportunidades na cidade (IBGE, 2020).

Essa mudança demográfica revelou uma transformação profunda na relação entre campo e cidade. A queda da população rural reflete a dificuldade de sustentar modos de vida tradicionais frente às novas demandas do mercado, enquanto o crescimento urbano evidencia a atração de empregos, serviços, educação e infraestrutura. Historicamente, esses processos consolidam Concórdia como centro regional, mas também apontam para a precarização das antigas comunidades rurais e a diminuição do protagonismo direto dos trabalhadores do campo, especialmente os agricultores familiares, frente às novas dinâmicas econômicas e industriais que marcaram a segunda metade do século XX.

1.2 Contexto socioeconômico e político do sistema de produção

A economia do oeste catarinense é predominantemente baseada na pequena produção familiar. Nesse cenário, as empresas colonizadoras desempenharam um papel essencial ao integrar a produção familiar ao processo capitalista, permitindo a acumulação de capitais e a criação de agroindústrias. Essa relação orgânica entre a produção familiar e o capitalismo resultou na formação de agroindústrias que, por meio de políticas de integração, passaram a controlar o processo produtivo, promovendo a industrialização da produção e ampliando os lucros para os capitais locais (AMADOR, 2010) (AMADOR, ZOTTI, 2006).

A implementação e a expansão dessas empresas agroindustriais marcaram uma transformação profunda nas realidades rural e urbana da região. Elas

reconfiguraram as relações econômicas e sociais, trouxeram investimentos em infraestrutura, genética animal e tecnologia agrícola. Todos esses fatores foram responsáveis pela consolidação do projeto de um novo modelo econômico que impulsionou o desenvolvimento regional. Essa remodelação reorganizou a produção e conectou a pequena propriedade rural a mercados mais amplos.

1.1.1 Características Socioeconômicas da Região de Concórdia

A região oeste de Santa Catarina, Brasil, tem uma história complexa que influenciou sua atual organização geográfica e social. De acordo com Poli (1991), essa história pode ser dividida em três fases: indígena, cabocla e colonização.

A chegada de capital estrangeiro, marcada pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande (EFSPRG)¹ entre 1908 e 1910, foi decisiva para a transformação da região. Esse processo institucionalizou a propriedade privada e reconfigurou a terra, que antes compreendida como meio de subsistência, agora é vista como uma mercadoria (SILVA, 1983). A construção da ferrovia, e o início da colonização do oeste de Santa Catarina pela Brazil Railway Company marcaram o início da comercialização de terras e a expropriação das populações nativas (VALENTINI, 2015). O Estado brasileiro, ao investir na construção da ferrovia via a promessa de progresso², esperando que ela promovesse a adoção do modelo capitalista de produção na região

¹ A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG) foi uma das obras ferroviárias mais extensas e ambiciosas de sua época, com um trajeto totalizando 1.403 km, considerando-se o percurso desde Itararé, em São Paulo, até Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Dividida em Linha Norte e Linha Sul, a ferrovia tinha como ponto central a estação de Ponta Grossa, de onde se estendia tanto para o norte, até Itararé, quanto para o sul, até Marcelino Ramos, às margens do Rio Uruguai. A Linha Sul, em particular, acompanhava as margens do Rio do Peixe, atravessando uma região disputada entre Paraná e Santa Catarina, e que mais tarde seria palco da Guerra do Contestado. A EFSPRG foi concebida para ligar o centro do país ao extremo sul, em um momento de tensões fronteiriças e disputas internas, cumprindo tanto uma função estratégica quanto econômica, ao integrar diversas regiões e facilitar o escoamento de produtos agrícolas e outros recursos. (ESPIG, 2023, p. 128).

² Para Espig (2023, p. 127-128), a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG) foi amplamente promovida sob a bandeira do progresso. Nesse contexto, progresso implicava a introdução de tecnologias, como as ferrovias, que eram vistas como catalisadoras da modernidade e da integração nacional. No entanto, essa visão otimista do progresso frequentemente desconsiderava os impactos sociais e ambientais negativos que tais projetos poderiam causar. A ferrovia, apesar de prometer desenvolvimento, facilitou a expropriação de terras e o deslocamento forçado de populações locais, como ocorreu na região do Contestado. Assim, o chamado progresso trouxe consigo não apenas modernidade, mas também conflitos, exploração e profundas transformações socioeconômicas, muitas vezes em detrimento das comunidades afetadas pela expansão ferroviária. A EFSPRG não só se tornou um símbolo dessa ambiguidade, mas também desempenhou um papel direto na intensificação das tensões que culminaram na Guerra do Contestado.

e provocasse mudanças definitivas em sua estrutura social e econômica (PERTILE, 2008, 2013). Contudo, essa transformação não ocorreu de forma pacífica.

A chegada da ferrovia atraiu um grande número de trabalhadores (ESPIG, 2008) para o oeste catarinense, e gerou tensões sociais que desempenharam um papel vital na eclosão da Guerra do Contestado (1912-1916). A ferrovia foi um marco de transição de um período econômico focado na subsistência, praticado pelos caboclos³, para o início do desenvolvimento econômico capitalista.

A Guerra do Contestado foi, inicialmente, um conflito defensivo dos sertanejos contra o avanço das forças estatais, até que, por volta de 1914, passaram ao movimento ofensivo, transformando o conflito numa guerra prolongada. Este levante foi marcado por sua complexidade, estendendo-se por vários anos e passando por diversas fases em um vasto território de mais de 80 mil km². O movimento dos caboclos foi alimentado por vários fatores: a expropriação de terras, o deslocamento forçado das populações locais e as promessas não cumpridas de inclusão no processo de modernização.

Os sertanejos do Contestado, por muitas vezes, rotulados como fanáticos, ignorantes e atrasados, viram na chegada da ferrovia a perda de suas terras para companhias estrangeiras e a introdução de migrantes descendentes de europeus para ocupar as áreas ao longo da ferrovia. Isso resultou também na devastação ambiental, com a derrubada de ervais e a extração intensiva de araucárias. A resistência cabocla não foi uma oposição ao progresso, mas uma luta pela sobrevivência diante de um modelo de desenvolvimento que ignorava os direitos e as necessidades da população local.

³ Para Radin e Corazza (2018, p. 29-31), “o caboclo do Oeste catarinense apresenta características étnico-raciais, socioeconômicas e culturais particulares. [...] O povoamento caboclo se deu inicialmente ao longo do Caminho das Tropas e, depois, avançou para o interior das matas. Na sua maioria, o caboclo vivia isolado no interior e nas matas da região, numa espécie de solidão natural, longe dos recursos que a modernidade proporcionava às pessoas dos centros maiores. [...] O preconceito dos colonos imigrantes contra o caboclo era, realmente, muito acentuado, por considerá-lo um ser inferior, pois não trabalhava da mesma forma que eles e geralmente era pobre. Embora representassem a maioria da população, os caboclos sempre foram despossuídos e sempre viviam à margem da sociedade, sendo rejeitados pelas novas comunidades de colonos proprietários das terras, migrantes que ocuparam as terras que antes pertenciam aos caboclos. [...] A posse da terra era fundamental para o caboclo, que nela cultivava sua pequena roça de subsistência e criava alguns animais soltos. A roça cabocla era dividida em terras de plantar e terras de criar. As terras de plantar localizavam-se distantes da casa e o método adotado no cultivo consistia na derrubada do mato e na queima. Já as terras de criar ficavam mais próximas da casa e abrigavam pequenos animais, como galinhas e porcos. Tudo o que era produzido era para o consumo próprio.”

Para Radin e Corazza (2018, p. 79), o conflito do Contestado foi intensificado por uma série de fatores interligados, entre eles a influência do coronelismo e a herança de conflitos anteriores, como a Revolução Federalista de 1893,⁴ que já havia impactado profundamente o planalto catarinense. Além disso, a pregação religiosa e social dos monges⁵ na região funcionou como um catalisador, canalizando o descontentamento popular em um movimento de revolta, muitas vezes descrito como uma guerra santa. A ausência quase total do poder público e a falta de regularização da posse de terras na região contribuíram para a intensificação das tensões sociais, culminando no início do conflito.

A guerra foi marcada por sua complexidade e pelo uso de táticas de guerrilha pelos sertanejos, que utilizaram o terreno a seu favor para realizar pequenos ataques e emboscadas contra as forças militares. Em 08 de fevereiro de 1914, houve o segundo ataque a Taquaraçu, quando as tropas do exército atacaram o reduto com 700 soldados e fizeram um dos atos mais letais da guerra, com o exército atacando um reduto caboclo e matando mulheres, crianças e idosos. Esse ataque só aumentou a revolta popular e a solidariedade para com os insurgentes.

Um amontoado de pedaços de corpos de mulheres, crianças e velhos (já que a maioria dos homens tinha se dirigido a Caraguatá para construir uma nova Cidade Santa) jaziam ao chão misturados aos pedaços de corpos de animais domésticos. O ataque foi sentido pelos habitantes do planalto como um gesto de covardia que só aumentou a revolta da população circundante e o apoio aos seguidores de José Maria (MACHADO, 2023, p. 22).

No dia seguinte ao bombardeio, a cena era terrível, conforme relato acima, com descrições horríveis feitas pelos poucos sobreviventes e pelos próprios militares. A partir desse ponto, segundo descendentes dos líderes rebeldes, a guerra se tornou violentíssima. Nos meses subsequentes, o exército faz uma ofensiva contra Caraguatá, o novo reduto. Os sertanejos resistem e contra-atacam.

Os sertanejos utilizaram táticas de guerrilha, atacando as unidades do exército de forma pontual. Um exemplo disso foi o uso de franco-atiradores nas copas das

⁴ O movimento federalista deixou uma marca profunda na memória da região. Alguns argumentam que ele apenas ensinou aos caboclos técnicas de violência e apropriação de gado, práticas que foram mais tarde adotadas pelos fanáticos do Contestado. No entanto, o impacto do movimento foi mais significativo: ele ofereceu uma resistência considerável à nova ordem republicana e seu sucesso militar, embora efêmero, ao dominar importantes cidades de Santa Catarina e Curitiba, permaneceu na lembrança da população sertaneja (MACHADO, 2004, p. 90).

⁵ No contexto do Contestado três figuras se destacam: João Maria, João Maria de Jesus e José Maria. Estes monges também se tornaram símbolos de resistência e esperança para as comunidades sertanejas, sendo o último o mais ligado à guerra (MACHADO, 2004, p. 164-228).

árvores e o encurralamento de algumas unidades militares em áreas de difícil acesso, como espinheiros, onde atacaram em combate corpo a corpo com armas brancas. Segundo Machado (2023, p. 23), "uma unidade cabocla atacou a retaguarda do exército, colocando em fuga vários batalhões [...] Os militares debandaram do local e seguiram [...] até o vale do rio do Peixe, onde se abrigaram nas estações da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande".

A partir de 1914, o movimento rebelde se generalizou e os sertanejos passaram a invadir vilarejos, recrutando civis para a causa. No entanto, a falta de recursos e a escassez de alimentos dificultaram a manutenção dos redutos. O cerco militar se intensificou e as condições de vida nas áreas de resistência se tornaram cada vez mais precárias. A fome e as doenças, resultantes do cerco prolongado, causaram alta mortalidade, aumentando os sofrimentos da população (MACHADO, 2023).

As condições de subsistência nos redutos foram cada vez mais difíceis, com a redução do espaço territorial e o aumento do cerco, o que fez crescer a fome e as doenças entre os sertanejos. Relatos dramáticos indicam a escassez de alimentos e a alta mortalidade provocada pelo cerco prolongado. Conforme descrito por Machado (2023, p. 26-27), "os últimos sertanejos renderam-se em massa na virada de 1915 para 1916, quando apresentaram-se quatro mil em Canoinhas e seis mil em Curitiba" [...] "muitos redutários que se apresentaram para vaqueanos e forças oficiais foram degolados, outros fuzilados". A violência e a repressão marcaram a memória coletiva da região, e a demonização dos sertanejos persistiu por muito tempo.

A Guerra do Contestado deixou marcas profundas na economia e na sociedade da região, cujos efeitos duraram por muitos anos. A violência, a perda de vidas e a destruição de bens dificultaram a recuperação das comunidades atingidas pelos conflitos. O desenvolvimento econômico foi severamente atrasado e a escassez de mão de obra, devido às mortes, impediu a retomada das atividades econômicas, que só começaram a se reorganizar de forma lenta e gradual nas décadas seguintes.

É fundamental compreender que a ideia de progresso nesse período teve um impacto devastador sobre as pessoas pobres da região. A chegada da ferrovia e a expropriação de posseiros, ervateiros e sitiantes beneficiaram a companhia estrangeira responsável pela construção da estrada, enquanto a introdução de migrantes descendentes de europeus ocupava as terras valorizadas ao longo da

ferrovia. Esse processo de modernização foi excludente e violento, gerando um impacto econômico, social e ambiental devastador sobre a região.

Durante os anos iniciais da colonização, entre 1920 e 1930, os migrantes de Concórdia enfrentaram desafios expressivos. Dentre eles, destacam-se os conflitos sociais e a falta de infraestrutura nas terras. Nessa situação, as famílias concentraram-se na produção de alimentos básicos para suprir suas necessidades e comercializavam o pouco dos excedentes nos centros urbanos, buscando uma renda adicional. Apesar das dificuldades, os imigrantes conseguiram aprimorar técnicas de cultivo e melhoraram as estruturas agrícolas, permitindo assim, a diversificação da produção agrícola.

A tabela 1 apresenta uma lista de empresas agroindustriais que atuaram em Concórdia e região durante o período de colonização. Essas empresas foram as responsáveis pela transformação da paisagem econômica da região de um modelo unicamente agrário para um industrializado e capitalista.

Tabela 1 - Principais Empresas de Colonização e suas Áreas de Atuação na Região de Concórdia

EMPRESAS	ATUAÇÃO
Brazil Railway Company; Brazil Development & Colonization Co. Southern Brazil Lumber e Colonization Company.	Exploravam as terras, às margens da ferrovia, em geral repassadas a outras empresas.
Ângelo De Carli, Irmão e Cia., Irmãos De Carli e Paganelli; Colonizadora Cruzeiro.	Ponte Serrada, Vargem Bonita, Irani e Passos Maia.
Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia.	Joaçaba, Jaborá, Herval d'Oeste, Catanduvas, Lacerdópolis, Ouro, Ipira e Peritiba.
Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.	Concórdia, Arabutã, Ipumirim e Lindóia do Sul.
Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. José Petry: Sócio e representante da Luce, Rosa & Cia.	Seara, Ita, Paial e Concórdia.
Empresa Colonizadora Nardi, Rizzo, Simon & Cia.	Seara, Arvoredo, Xavantina e Itá.
Selbach Muller & Cia.	Treze Tílias (vendeu terras à Sociedade Austríaca de Colonização) e Ibicaré.
Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Hacker & Cia. H. Hacker & Cia.	Herval D' Oeste, Capinzal, Piratuba, Ouro, Joaçaba e Água Doce. (Em 1923 teve como aliada a Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia.).
Empresa Colonizadora e Pastoral Théodoro Capelle & Irmão.	Piratuba e Concórdia.

Fonte: Radin, 2006, p. 72.

A partir de 1938, a Companhia Mosele, Eberle, Ahrons & Cia foi a empresa responsável pela colonização da área onde, atualmente, se localiza Concórdia, promovendo a diversificação da produção familiar para subsistência. Ao longo do tempo, a introdução da criação de animais, especialmente suínos e frangos, impulsionou a pequena propriedade agrícola, gerando excedentes para a comercialização e, por conseguinte, acumulando capitais que seriam posteriormente empregados na indústria ainda em formação. Gradualmente, o sistema econômico capitalista se estabeleceu na região, exercendo influência sobre as pequenas propriedades familiares, que desempenharam um papel essencial no desenvolvimento econômico local. Como observa Campos (1987), essa integração entre agricultura familiar e capital comercial foi fundamental para a consolidação dos frigoríficos na região, um processo também discutido por Amador (2010) e Radin (2006, 2014, 2016).

Muitos agricultores, com experiência em comércio nas colônias antigas, tinham o conhecimento sobre a importância em incentivar a produção de excedentes para depois comercializá-la, contribuindo para o surgimento das primeiras casas comerciais. O desenvolvimento agroindustrial em Concórdia resultou da combinação entre produção agrícola familiar e o capital comercial, fortalecendo os frigoríficos na região (CAMPOS, 1987), (AMADOR, 2010), FERREIRA (1992).

Na década de 1940, a agricultura familiar começou a se consolidar na região e a indústria alimentícia emergiu com estabilidade. O aumento da demanda interna por alimentos exigiu a substituição de elementos sociais da vida rural por componentes técnicos que impulsionaram a produção. Isso culminou em uma preparação para a modernização da agricultura, que englobou o aprimoramento da produtividade do solo, a mecanização dos processos de produção e a modernização dos métodos de produção de matérias-primas. Essa mudança na agricultura provocou uma profunda reorganização na estrutura familiar e na exploração do trabalho, no conhecimento e nos corpos das mulheres agricultoras.

Em 1944, a Sadia iniciou suas operações em Concórdia com um frigorífico e um moinho de trigo. Durante a década de 1950, a empresa vivenciou um crescimento

exponencial, introduzindo uma nova linhagem⁶ de suínos no oeste catarinense. Isso impulsionou a modernização na produção de matéria-prima e nas estruturas familiares. Estes fatores desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da agroindústria na época. Ciente de que sua expansão demandava suporte financeiro e técnico aos agricultores, a Sadia implementou estratégias que incluíram o incentivo financeiro e o fornecimento de matrizes com melhoramento genético, além da assistência técnica especializada, solidificando sua influência na produção agrícola local. Para uma melhor compreensão da história da empresa Sadia, são fundamentais os estudos analíticos de Amador (2010), Campos (1987) e Dalla Costa (2005, 2009, 2012), que abordam desde os impactos econômicos e sociais da agroindústria até a construção de seu poder sobre o território. Além dessas análises, é essencial recorrer à trabalhos como o de Ferreira (1992) e à auto biografia de Fontana (2018), que contribuem com dados e registros importantes sobre a atuação da empresa no período estudado.

Estes processos mostram como a modernização técnica e o crescimento da agroindústria não implicaram, necessariamente, em transformações sociais emancipadoras. Ao contrário, sinalizam a entrada em um modelo de desenvolvimento rural que privilegiou a produtividade e o lucro, e preservou as desigualdades estruturais no campo, caracterizando aquilo que se convencionou chamar de modernização conservadora.

A modernização conservadora, segundo Delgado (1985, 2009) e Domingues (2004) foi impulsionada por políticas públicas que visavam transformar o latifúndio em grandes empresas capitalistas, sem promover a reforma agrária para democratizar a estrutura agrária do país. A mudança da base técnica da agricultura aconteceu para atender aos cenários que estavam postos. E tinha por objetivo depender menos dos recursos naturais e mais do setor industrializado, como o uso de fertilizantes, defensivos, ração, entre outros, como o crescente uso de tratores facilitadas pelo governo e pelo setor privado norte americano (DELGADO, 1985).

Campos (1987) destaca o período até a metade da década de 1960 como marcado pela integração bem-sucedida de Santa Catarina à economia nacional. A colonização encerrou-se e a produção agrícola familiar tornou-se a base da atividade

⁶ Esse novo modelo de suínos estava baseado na perspectiva da agroindústria de produzir um animal que oferecesse mais carne do que banha. Nesse modelo inédito houve uma substituição do porco de banha pelo porco de carne.

agropecuária, estabelecendo uma modalidade autossuficiente de integração econômica, fundamentada no sucesso do setor agroindustrial capitalista, especialmente a Sadia. Esses fatores influenciaram diretamente a forma como as engrenagens entre campo e indústria seriam estabelecidas e mantidas.

Inicialmente, as terras destinadas à colonização foram projetadas como pequenas propriedades rurais de 24 hectares cada, geralmente isoladas e cobertas por densa mata, com a produção destinada à subsistência familiar. Com o tempo e a organização das propriedades, o excedente da produção começou a ser comercializado, o que exigiu a melhoria da infraestrutura local. Somente com a incorporação de maquinários, como motosserras e caminhões, é que houve uma melhoria significativa das estradas e a interligação das famílias e comunidades com o comércio local se tornou possível.

O cultivo de fumo, de banha suína e de trigo eram atividades comuns na região colonizada e desempenharam um papel importante na subsistência das famílias. Essas atividades agrícolas, conforme as relações comerciais aumentavam, além de integrar as famílias ao mercado consumidor, contribuía com o aumento da renda familiar.

A agricultura familiar que conhecemos atualmente na região Oeste de Santa Catarina é fruto da implantação e desenvolvimento do que se denominou de modo de vida colonial. Esta forma de produção é, além de um modo de produzir, um modo de viver, trazido pelos colonos que migraram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, e implantaram o mesmo sistema produtivo. [...] O que se percebe, é que o caráter relativamente autônomo da agricultura colonial, vai lentamente, se modificando, na medida em que as relações comerciais se solidificam e passam a levar as decisões “para fora da porteira”, ou seja, ocorre a mercantilização deste modo de vida e de produção (PLEIN, 2005, p. 100).

A observação de Plein (2005, 2003) destaca como a agricultura colonial, inicialmente marcada pela autonomia e pela lógica da subsistência, foi sendo progressivamente anexada ao mercado capitalista. A mercantilização do modo de vida dos agricultores representou uma mudança profunda na organização econômica das propriedades, além de uma reconfiguração das relações sociais e culturais no meio rural. Esse processo está intimamente relacionado com a lógica da modernização conservadora, pois o aumento da produtividade e da inserção da agricultura familiar ao mercado não foram acompanhados por transformações estruturais que fossem

beneficiar os pequenos produtores. Pelo contrário, esse processo foi marcado por uma crescente subordinação dos agricultores ao capital agroindustrial.

Foi neste cenário sociocultural e econômico que a agroindústria começou a se desenvolver, buscando o conhecimento e o trabalho (ou mão de obra) dos colonos em troca da matéria-prima. A agricultura familiar transformou-se de autônoma para dependente do capital agroindustrial, um processo lento e gradativo, mas que aconteceu de forma profunda e solidificada.

Esse fenômeno, para Campos (1987), marcou o início da perda da autonomia e do domínio técnico, por parte do produtor, e, conseqüentemente, esse produtor não obteve mais possibilidades de controlar integralmente o processo produtivo. O pequeno produtor foi alienado dos meios de produção, enquanto a inserção dessa nova raça de porcos aumentou a produtividade. Ela demandou uma nova estrutura (com novas instalações) e a aquisição constante de matrizes, produtos veterinários e insumos concentrados para as rações. Este cenário mostrou uma mudança na dinâmica produtiva e uma transformação nas relações do produtor com os meios técnicos e econômicos da agroindústria, marcando uma perda progressiva de sua autonomia.

1.1.2 Estado e Políticas Agrícolas

O plantio de milho e a criação de suínos na década de 1920 e, posteriormente, a criação de frangos, foram elementos importantes para a integração agroindustrial. Somado a isto, encontra-se o fator migração, pois parte dos descendentes de ítalo-germânicos que vieram para o Brasil, para viver nas terras das colônias velhas⁷ do Rio Grande do Sul, migraram para o oeste catarinense.

⁷ As Colônias Velhas do Rio Grande do Sul, situadas na região central do estado entre os rios Caí e Taquari, foram estabelecidas na segunda metade do século XIX durante um período de intensa imigração europeia para o Brasil. Tais colônias foram primordialmente criadas para abrigar imigrantes alemães e italianos em busca de novas oportunidades e uma vida melhor no país. A colonização de imigrantes europeus de origem não lusitana teve um papel crucial na formação de um novo tipo de campesinato no Brasil, o qual gerou a construção de núcleos urbanos e pequenos mercados regionais. A colonização, baseada em pequenas propriedades, reproduziu o modelo de campesinato europeu e seus percalços, tais como a escassez de terras e a necessidade constante de migração em busca de novas áreas agrícolas. À chegada no Rio Grande do Sul, esses camponeses europeus adquiriram a identidade de colonos, ou seja, proprietários de uma fração de terra denominada colônia. As Colônias

Nesse contexto, os migrantes construíram mecanismos para assegurar privilégios em detrimento de outras etnias como os indígenas e os caboclos. Segundo Vicenzi (2006, p. 311), para manter sua visão, os migrantes criaram “um conjunto de representações que refletiam um modo de ver e de pensar o mundo”. Os migrantes, então, buscaram construir uma narrativa que destacava sua chegada como construtores de progresso, atribuindo a si mesmos a responsabilidade de desenvolver a região. Essa narrativa se sobrepunha sobre as existentes na região.

Esses mecanismos incluíam a construção de discursos de superioridade cultural e moral, a institucionalização da religiosidade como fator de coesão comunitária, a criação de escolas e instituições para transmissão de valores, a ocupação formal e privatização da terra por meio de registros legais, a formação de redes internas de cooperação econômica e social, e a estigmatização dos caboclos e indígenas, retratados como atrasados ou preguiçosos. Dessa forma, os migrantes articularam estratégias simbólicas, institucionais e materiais que consolidaram seus privilégios na região, sobrepondo-se às narrativas e modos de vida já existentes.

Segundo Renk (2006, p.72), até mesmo a imprensa da época reforçava a defesa desse modelo de colonização e do povo que estava vindo. O jornal *Voz do Chapecó*, por exemplo, em sua edição de 28 de maio de 1940, exaltava os migrantes vindos do Rio Grande do Sul considerando-se o tipo ideal de colono e descrevendo-os como “brasileiros, pacatos e trabalhadores”.

Na narrativa construída em torno da colonização do Oeste catarinense, os migrantes ítalo-gaúchos foram associados à figura de agentes do progresso, papel atribuído tanto pelo Estado quanto pelas companhias colonizadoras. Essa representação vinculava o colono ao esforço pelo acúmulo de capital por meio do trabalho, e foi incorporada pelos próprios migrantes como parte de seu projeto de vida e identidade. Por acreditarem na ascensão econômica através do esforço individual, os migrantes recém-chegados foram vistos, e se viam também, como portadores de uma missão civilizatória, cuja presença justificava a promessa de desenvolvimento regional não alcançada pelas culturas e etnias até então estabelecidas na região. Essa função quase messiânica atribuída ao migrante atendeu os objetivos políticos e econômicos das elites, e contribuiu também, para aumentar o distanciamento entre os migrantes e os nativos, reforçando relações desiguais de poder e dominação

foram cruciais para o desenvolvimento do estado, contribuindo para a formação de uma nova identidade cultural e social (SANTOS, 2017).

(VICENZI, 2006, p. 312). Essa narrativa sobre o trabalho dos migrantes fortaleceu a união dentro das comunidades e, conseqüentemente, facilitou a exploração econômica dessas terras, garantindo que os objetivos capitalistas se consolidassem fortemente na região.

Logicamente que esses fatores não foram isolados. É necessário olhar no cenário macro para compreender melhor a consolidação do projeto de modernização do campo. A modernização conservadora da agricultura brasileira não foi um acontecimento exclusivo na região oeste catarinense, mas um projeto para o país de transformação do campo baseado no paradigma da Revolução Verde.⁸

Na região estudada, marcada por relevo montanhoso e pequenas propriedades familiares, esse projeto apresentou desafios específicos. Inicialmente, muitos acreditavam que a área estaria condenada à falência, devido às dificuldades de cultivo em encostas e solos pouco profundos. No entanto, a constituição dos Complexos Agroindustriais, como os frigoríficos de suínos e aves, e a implantação de políticas de assistência técnica, crédito rural e educação agrícola, possibilitaram a adaptação dessas propriedades às novas demandas do mercado. A modernização trouxe, portanto, uma transformação estrutural: a produção passou a atender padrões industriais e comerciais, as técnicas de cultivo e criação foram padronizadas e a mão de obra familiar precisou se reorganizar para acompanhar a intensificação produtiva.

Conforme argumentado por Andrades e Ganimi (2007), a Revolução Verde representou um paradigma centrado na aplicação intensiva de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, visando ao aumento da produtividade agrícola por meio do progresso tecnológico.

Isso pode ser percebido na análise de Graziano da Silva (1982, p.30). Nessa obra, José Graziano da Silva oferece uma crítica contundente à modernização agrícola impulsionada pela Revolução Verde. O autor destaca que, embora a adoção de tecnologias como fertilizantes, defensivos e mecanização tenha aumentado a

⁸ De acordo com Andrades e Ganimi (2007), a Revolução Verde é um modelo agrícola que se baseia no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos para aumentar a produtividade por meio do avanço tecnológico. Entretanto, esse modelo não se limitava apenas a aumentar a produtividade, mas sim a incentivar a indústria química que forneceu insumos para a indústria bélica dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e, após o fim da guerra, precisava encontrar novos mercados. Como resultado, a indústria química passou a produzir e incentivar o uso de agrotóxicos, bem como a fabricação de maquinários pesados para a agricultura, complementando assim o caminho dos grandes capitalistas que viam na agricultura uma oportunidade de obter lucros constantes com os alimentos. A agricultura, portanto, foi utilizada como meio para reproduzir o capital e não para erradicar a fome no mundo. Dessa forma, a Revolução Verde representa uma estratégia utilizada pelos grandes capitalistas para dominar a agricultura e aumentar a mais-valia.

produtividade, ela também gerou efeitos sociais adversos. Entre esses efeitos, está o aumento da sazonalidade do emprego rural: as máquinas substituíram atividades humanas, exceto na colheita, o que fez com que trabalhadores não qualificados fossem contratados apenas temporariamente. A substituição do trabalhador permanente pelo volante (temporário) intensificou a instabilidade no campo.

Além disso, Graziano (1982, p. 30) apontou que a Revolução Verde, longe de erradicar a fome e a pobreza, muitas vezes agravou a concentração de terras e a desigualdade social, especialmente nos países asiáticos. Ele sugeriu que o mesmo processo se repetiu no Brasil, onde as pequenas propriedades foram marginalizadas pelas políticas públicas de incentivo à modernização, aprofundando as desigualdades e excluindo os pequenos produtores de recursos e tecnologias.

O aumento da demanda por produtos agrícolas, impulsionado pela urbanização no final da década de 1960 e início da década de 1970, foi um dos fatores que contribuiu para a transformação na agricultura. Durante esse período, a agricultura enfrentou o desafio de atender a uma demanda crescente devido ao aumento populacional e à expansão das oportunidades de emprego fora do setor agrícola. Nesse cenário, a agricultura teve que se ajustar para ofertar uma maior quantidade de produtos em prazos de plantio mais curtos.

A política de crédito rural, Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a partir de 1965, foi a ação propulsora desse processo de modernização agrícola. Conforme a base da agricultura vai se modificando, surge a necessidade de recursos subsidiados. No contexto da ditadura civil militar (1965-1985), o principal objetivo do SNCR era manter a estrutura agrária através da concentração de terras, mantendo a desigualdade no campo e promovendo o capitalismo agrário, a fim de evitar de dificultar o acesso à terra.

Esse crédito rural concentrou-se nas regiões sul e sudeste, beneficiando grandes e médios produtores e produtos voltados à exportação e excluindo as economias que exerciam papéis periféricos na economia. Nas primeiras décadas dessa política de crédito rural, o Estado assume a dianteira através do Banco do Brasil (DELGADO, 1985).

A análise da distribuição dos recursos do Pronaf entre 1996 e 2012 revela que, embora a região Sul tenha concentrado inicialmente quase 80% dos créditos destinados à agricultura familiar, essa concentração foi gradualmente reduzida ao

longo dos anos como parte de um esforço para tornar o acesso mais equitativo entre as regiões brasileiras (FOSSÁ, COMERLATTO, CHEMIN, 2018).

Dessa maneira, o Complexo Agroindustrial (CAI) brasileiro emergiu como um segmento industrial destinado à produção de bens voltados para a agricultura. A modernização do mercado para produtos industrializados de origem agropecuária impulsiona parte do setor agrícola a se modernizar, conforme destacado por Delgado (1985). No oeste catarinense, o complexo agroindustrial nasceu do incentivo do Estado em incentivar a modernização em busca de uma produtividade maior na produção de alimentos e está dentro do contexto da modernização conservadora e da industrialização da agricultura.

A constituição dos Complexos Agroindustriais mostrou o predomínio do capital industrial na região, articulando a produção local ao sistema global de acumulação. Inicialmente, a industrialização agrícola em Concórdia não se caracterizou pelo predomínio do capital financeiro; o investimento estava diretamente ligado à expansão produtiva e à integração da produção, como observado na atuação da Sadia e da família Fontana, que diversificaram atividades, reinvestindo lucros em infraestrutura, comércio, lazer e cultura local, que incluía rádio, supermercados, hotéis, equipes esportivas e festas comunitárias, isso fortaleceu o tecido social e econômico da cidade.

Essa industrialização introduziu tecnologias mais eficientes e métodos de produção modernizados, além de ter promovido transformações profundas nas relações de trabalho no campo. Os trabalhadores e trabalhadoras precisaram se reorganizar, especializando-se em culturas ou produtos específicos de acordo com condições de solo, clima e demandas de mercado, consolidando a produção orientada para excedentes comerciais (Marafon, 1998, p. 12;16).

Com o tempo, o predomínio do capital financeiro tornou-se mais evidente, especialmente nas fases mais recentes da agroindústria, quando o lucro gerado pela BRF passou a ser direcionado não apenas à reinvestimento produtivo, mas também a aplicações especulativas, tornando o sistema produtivo parcialmente dependente das lógicas financeiras globais.

O Estado, a partir da década de 1970, desempenhou um papel central nesse modelo ao criar entidades como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(EMBRAPA)⁹ e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).¹⁰ Essas entidades foram fundamentais para viabilizar a modernização agropecuária, fornecendo suporte técnico e de pesquisa.¹¹

Na região oeste de Santa Catarina, a modernização foi disseminada pela Associação de Créditos e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC) instituída em 1956, que promoveu práticas como a criação de animais mais produtivos e o uso intensificado de insumos químicos, o objetivo era “levar a modernização através de tecnologia e insumos industriais para agricultores que tivessem condições de fazer empréstimos em bancos, selecionando os mais aptos para os novos tempos do capitalismo em expansão na agricultura” (LOHN, p. 66, 1996). Não bastava mais ser um agricultor e agricultora, era necessário possuir a técnica mais avançada para a labuta no campo.

Mais do que o simples aumento de produtividade, mecanismos como o Crédito Rural, o cooperativismo, a sindicalização e a Extensão Rural procuravam estabelecer uma nova ordem social. O aumento da produção agrícola e a expansão do capitalismo no campo passavam pela necessidade de expropriar o saber costumeiro dos pequenos agricultores, de modo a adestrá-los e discipliná-los segundo a lógica do capital (LOHN, p.72, 1996).

O aumento da produtividade na agricultura, durante períodos de transformação como o processo de modernização, buscava pela eficiência econômica e desejava reestruturar a ordem social no campo. Nesse contexto, a expansão do capitalismo no meio rural exigia uma reconfiguração das relações sociais e a transformação do conhecimento tradicional dos pequenos agricultores.

O Crédito Rural, ao oferecer recursos financeiros, promovia uma interdependência econômica que alinhava os interesses dos agricultores com as demandas do sistema capitalista. Além disso, a Extensão Rural desempenhava um

⁹ Instituída pela Lei nº 5.851, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1972, e seu principal objetivo é: viabilizar a pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura para toda a sociedade brasileira.

¹⁰ Instituída pela Lei nº 6.126, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1974, e seu principal objetivo é coordenar e implementar políticas de assistência técnica e extensão rural no Brasil.

¹¹ Desde 1948, sob o patrocínio da American International Association (A.I.A.) liderada por Nelson Rockefeller, a Extensão Rural no Brasil teve seu embrião na primeira experiência conduzida em Minas Gerais. Rockefeller, impulsionado pelo interesse em disseminar a Revolução Verde em países periféricos, desempenhou um papel crucial nesse desenvolvimento. Ao longo do período, as atividades de Extensão Rural foram moldadas pelas iniciativas propostas por esse pioneiro trabalho. Nesse contexto, da A.I.A. contribuiu para a consolidação e expansão das práticas de Extensão Rural no Brasil, promovendo uma abordagem mais ampla e sistêmica nas interações entre produtores rurais e técnicos. (LOHN, 1996).

papel crucial ao disseminar novas técnicas e conhecimento no campo, redefinindo assim, a mentalidade dos agricultores, alinhando-as às demandas do sistema capitalista em ascensão.

Embora Paulo Freire não trate diretamente da extensão rural, sua crítica à educação bancária pode ser utilizada para repensar as práticas extensionistas: “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, p. 33, 1987). A lógica da extensão rural tradicional, baseada na transferência unilateral do técnico para o agricultor, espelha o modelo de ensino criticado por Freire, em que o educador deposita conteúdos prontos no educando, sem considerar seus saberes e suas experiências. Nessa perspectiva, a extensão rural foi um instrumento de imposição cultural e técnica, desvalorizando os saberes locais e populares dos agricultores e agricultoras.

O aumento na produção agrícola e a expansão do capitalismo no campo estavam diretamente ligadas à necessidade da expropriação e reconfiguração do conhecimento e das práticas tradicionais dos pequenos agricultores. A consolidação de novas indústrias em Concórdia e região, como a Sadia, e a introdução do sistema de integração na criação de suínos e aves foram aspectos marcantes desse processo de modernização da agricultura e integração efetiva do campo com o capital.

A participação do Estado na condução dessa mudança foi determinante para que o processo de modernização se efetivasse, pois priorizou o desenvolvimento agroindustrial voltado para a exportação¹². Essa modernização impactou profundamente as práticas agrícolas e as relações entre produtores e a indústria na região Oeste Catarinense.

1.1.3 Estrutura das Parcerias na Agroindústria do Oeste Catarinense

Conforme destaca Campos (1987) sobre a pequena propriedade rural na região oeste catarinense, até meados da década de 1940 essa era destinada principalmente

¹² A modernização da agricultura desempenhou um papel excludente, uma vez que nem todas as regiões do país se beneficiaram da política de crédito rural. Além disso, as pessoas, ao utilizarem a tecnologia, selecionaram indivíduos aptos e inaptos para a operacionalização, com base no nível educacional, nos recursos financeiros disponíveis e na possibilidade de crescimento econômico da propriedade, considerando a quantidade de terra que o agricultor possuía.

a suprir as necessidades da família, com uma ênfase limitada na comercialização do excedente. No entanto, a partir da transformação do suíno, a partir da segunda metade da década de 1950, em uma mercadoria que possuía um grande potencial de comercialização, houve uma reorganização das propriedades rurais. Elas passaram a conciliar a preservação da produção de subsistência familiar com uma nova orientação visando atender às demandas do mercado interno.

Embora a associação entre suínos¹³ e colonização¹⁴ seja comum, é importante salientar que a presença desses animais remonta ao século XIX. Os suínos estavam presentes nas áreas das florestas, desde o litoral até as regiões do planalto e após acompanharam os colonizadores para o oeste catarinense. De acordo com Brandt (2012), o principal motivo para a criação de suínos era sua facilidade de manejo e alimentação onívora, ou seja, frutos, raízes, sementes e relva. Além disso, a banha produzida pelos suínos era muito valorizada.

¹³ A topografia característica da região oeste de Santa Catarina, marcada por vales íngremes, impõe desafios ao desenvolvimento de diversas atividades econômicas, como a criação extensiva de gado. Contrariamente, a criação confinada de suínos emerge como uma alternativa viável para essa localidade, dadas suas características adaptativas a espaços reduzidos e a versatilidade em sua alimentação, composta por uma ampla gama de produtos como frutos, raízes, sementes e relva. Este fenômeno desempenha um papel central na configuração das pequenas propriedades rurais, sendo o milho destacado como o principal insumo alimentar para os suínos, além de constituir uma base alimentar fundamental para as comunidades caboclas (MORETTO; BRANDT, 2019b). Essa dinâmica evidencia não apenas uma resposta prática às limitações topográficas, mas também delineia a importância socioeconômica e cultural associada à prática suinocultora na região.

¹⁴ A colonização do Oeste catarinense, conforme já destacado, inserida no contexto da expansão ferroviária e das políticas de colonização implementadas pelo governo brasileiro, ganhou contornos definitivos a partir de 1889 com a atuação da Brazil Railway Company, liderada pelo grupo Farquhar. Esse grupo desempenhou um papel central ao incorporar a Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande (EFSPRG), cuja inauguração do trecho que atravessa o Oeste catarinense ocorreu em 1910. A EFSPRG viabilizou a integração territorial e econômica e marcou um ponto de inflexão no processo de ocupação da região, influenciando profundamente sua configuração socioeconômica e cultural. O desenvolvimento desta ferrovia ocasionou a necessidade iminente de mão-de-obra, culminando na promulgação do Decreto n. 6.533, em 1907, que compeliria a empresa, dada a carência de trabalhadores, a fomentar a colonização das terras adjacentes. A migração de colonos, muitos dos quais provenientes de núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, foi impulsionada pela perspectiva de acesso à propriedade de terras e à busca por oportunidades econômicas. Não obstante, a ocupação de terras devolutas, outrora habitadas por posseiros caboclos, desencadeou conflitos e expulsões, exacerbando as tensões étnicas na região. A onda migratória de descendentes de italianos, alemães e poloneses, repercutiu significativamente na estrutura fundiária a partir da atuação de empresas privadas no processo de colonização. Este desenvolvimento transformou a economia das colônias, inicialmente voltada à subsistência, em uma atividade mais orientada para o mercado. A substituição dos caboclos por migrantes forjou conflitos sociais e mostrou a transição de um modo de vida fundamentado na economia de subsistência para um paradigma mais comercial e produtivo. A imposição de valores externos e a estigmatização dos caboclos contribuíram para a marginalização dessas populações locais. A colonização, para além de reconfigurar as paisagens naturais e humanas, promoveu a concepção de uma ideia de progresso. Desse modo, o processo de colonização do oeste catarinense constitui um fenômeno complexo, permeado por elementos econômicos, étnicos e culturais (MARQUETTI, SILVA; 2015).

Inicialmente, os caboclos adotavam uma prática de criar os porcos soltos na floresta, nas áreas comuns, sendo que se alimentavam dos recursos naturais disponíveis. Com o tempo, à medida que o desmatamento extensivo avançou, impulsionado pelas empresas de colonização e migrantes, as áreas disponíveis para os suínos criados soltos diminuiriam. Com isso, os caboclos confinaram os porcos em mangueiras e chiqueiros. Isso revela as muitas mudanças no manejo dos suínos nesse período de intensificação da colonização.

Figura 1 - Criação de Suínos na década de 1930, em Concórdia



Fonte: Museu Histórico Hermano Zanoni, Concórdia, SC ([193?]).

A Figura 1, arquivada no Museu Histórico de Concórdia, desempenha um papel importante na preservação da memória dos pioneiros da segunda geração da colonização regional. No entanto, é essencial problematizá-la para que ela não reforce uma narrativa excludente, contribuindo para o apagamento histórico das diversas etnias e comunidades que já habitavam o território antes da chegada dos colonos migrantes. A imagem é um convite para pensar e repensar a região na multiplicidade de agentes que nela atuaram.

A Figura 1 é uma evidência da relevância da produção de suínos para o município e como o desenvolvimento da cidade está diretamente ligado a essa economia. A área desmatada na imagem, destinada à construção de instalações específicas para os suínos, como as mangueiras, reflete a transformação do ambiente natural e a mudança da paisagem rural em resposta às demandas econômicas da colonização. Cercas de madeira são visíveis na imagem, delimitando o espaço onde os porcos estão confinados, o que indica uma área controlada para manejo ou confinamento dos animais. O solo está coberto de folhas secas e restos de vegetação, o que pode indicar que a área foi usada anteriormente para cultivo ou que os porcos estão forrageando após a colheita.

A presença de uma grande quantidade de espigas de milho no solo demonstra que esse passou a ser o principal alimento utilizado para a alimentação dos suínos, substituindo os resíduos de alimentos que anteriormente eram comuns no trato desses animais. Novamente comprova-se uma mudança na criação dos suínos.

Na Figura 1 é possível observar a coexistência de filhotes, animais jovens e adultos, todos aparentemente recebendo a mesma alimentação à base de milho. Esse modelo de produção, adotado nos primeiros anos da colonização por migrantes, mostra o motivo que levou a Sadia a estabelecer acordos para alimentar os animais de forma diferenciada em cada fase de vida, com o objetivo de aumentar a produtividade. Nesse sistema mais rudimentar, o animal demorava meses até atingir o peso para abate. Com o avanço da suinocultura e avicultura promovido pela empresa Sadia, esse modelo começa a ser substituído, conforme será abordado adiante.

A escolha da Figura 1 para representar a história e a memória dos pioneiros da colonização em Concórdia suscita importantes questionamentos críticos. Por que essa imagem foi selecionada para preservação e exibição no Museu Histórico de Concórdia e não outra? Essa escolha não é neutra e reflete decisões curatoriais que podem influenciar a interpretação histórica da região.

A preservação dessa imagem como um importante aspecto da narrativa histórica local pode, equivocadamente, reforçar uma visão distorcida do passado, centrada na perspectiva dos colonizadores e suas práticas econômicas. Isso marginalizou ainda mais ou até eliminou a contribuição de outros grupos étnicos e suas culturas, que também moldaram a região de maneiras significativas. Por isso se faz necessário questionar a Figura 1 para abrir espaço para uma narrativa mais plural

e diversificada, que reconheça e valorize a variedade de agentes que atuaram na formação da região.

No Censo Agropecuário de 1940 (BRASIL, 1940), Concórdia contava com 4.184 estabelecimentos rurais; desses, 318 estavam envolvidos com a agricultura, 3.818 com agropecuária, 37 em pecuária e 11 em outra modalidade de exploração, em um total de 124.617 hectares de terras ocupadas. O número de propriedades agrícolas apresentou um crescimento geral de 41% ao longo das décadas (BRASIL, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980). Apesar de algumas flutuações, o aumento do número de propriedades indica uma expansão na ocupação e uso da terra para fins agrícolas na região. Durante este período, observou-se um crescimento e diversificação significativa em vários setores.

Tabela 2 - Produção agrícola no município de Concórdia entre as décadas de 1940 a 1980

Década	Propriedades	Arroz (T)	Feijão (T)	Soja (T)	Milho (T)	Mandioca (T)	Trigo (T)	Bovinos (Un.)	Suínos (Un.)	Frangos (Un.)
40	4.184	418	2.024	0	27.564	28.694	1.709	16.778	87.219	149.515
50	5.777	914	2.853	0	38.622	8.769	8.419	29.856	153.456	269.325
60 ¹⁵	5.212	558	1.748	64	45.448	9.038	4.620	36.041	167.448	341.147
70	5.424	1.218	684	3.686	58.862	44.856	4.456	43.517	162.214	1057.269
80	5.901	945	3.303	12.935	104.390	7.552	281	59.087	217.437	7557.560

Fonte: elaborada pelo autor a partir dos Censos agropecuários de 1940 a 1985.

Na produção agrícola, o arroz experimentou um aumento de 125% de 1940 (418 toneladas) a 1970 (1.218 toneladas), antes de diminuir em 22% na década seguinte, chegando a 945 toneladas em 1980. O feijão, por outro lado, apresentou um crescimento mais consistente, aumentando em 63% de 1940 (2.024 toneladas) para 1980 (3.303 toneladas). A soja, introduzida nos dados em 1960 com apenas 64 toneladas, teve um crescimento exponencial, alcançando 12.935 toneladas em 1980 — um aumento de mais de 20.000%, destacando a expansão significativa dessa cultura. A produção de milho também cresceu substancialmente, de 27.564 toneladas em 1940 para 104.390 toneladas em 1980, representando um aumento de 278%. A produção de mandioca teve um comportamento irregular, com um pico de 44.856 toneladas em 1970, mas uma queda abrupta de 83% para 7.552 toneladas em 1980.

¹⁵ Vários municípios que faziam parte do território de Concórdia tornaram-se emancipados a partir da década de 1950, por exemplo Seara (1954), Piratuba (1949) (desmembramento de Concórdia e partes de Campos Novos) e Itá (1956), dado que interfere na correta análise da presente tabela.

Já o trigo, embora tenha começado a aparecer nos dados mais tarde, registrou um aumento significativo de 281 toneladas em 1980, mostrando uma nova diversificação na produção agrícola.

No setor pecuário, o número de bovinos cresceu de 16.778 unidades em 1940 para 59.087 unidades em 1980, um aumento de aproximadamente 252%, refletindo uma intensificação na criação de gado. A produção de suínos cresceu em 149%, de 87.219 unidades em 1940 para 217.437 unidades em 1980, embora tenha mostrado uma estabilização entre as décadas de 1960 e 1970. O crescimento mais impressionante foi observado na avicultura, com o número de frangos aumentando de 149.515 unidades em 1940 para 7.557.560 unidades em 1980, um aumento espetacular de cerca de 4.955%. Este crescimento na avicultura pode ser atribuído a mudanças tecnológicas, aumento da demanda e políticas de incentivo à produção de carne de frango. Conforme afirma Campos (1987, p. 182), na década de 1960, havia “[...] quatro produtos de larga comercialização na região, respectivamente por ordem de importância: suínos, milho, feijão e soja”.

Esse aumento na produção de suínos e de frangos ocorreu com a consolidação do sistema de “parcerias” ou como se chamava também fomento¹⁶. A melhoria do processo de transporte a partir da década de 1940 proporcionou que os porcos fornecessem produtos mais nobres, para além da banha, e por isso com preços agregados. Com isso, as iniciativas pioneiras acontecem via Sadia, com a introdução de uma raça de suínos Duroc- Jersey¹⁷, na década de 1950. Essa mudança na base

¹⁶ Sempre que houver termos ou citações em língua estrangeira ao longo do texto, será apresentada a tradução no corpo principal, visando facilitar a leitura. O texto original, por sua vez, será incluído em nota de rodapé.

¹⁷ “A raça de porcos Duroc teve sua origem no leste dos Estados Unidos e na região conhecida como Cinturão do Milho. Seria presunçoso, hoje, tentar identificar com precisão os animais fundadores da raça, originalmente chamada de Duroc-Jersey, pois mesmo as pessoas que tentaram escrever a história da raça poucos anos após sua formação não conseguiram afirmar com certeza a origem exata dos porcos vermelhos que deram origem à linhagem. Uma das origens atribuídas aos porcos vermelhos ou castanho-avermelhados encontrados nos Estados Unidos seria a costa da Guiné, na África, sendo relatado que porcos semelhantes aos da costa da Guiné eram encontrados em todos os países alcançados pelos navios negreiros. No livro *The Story of Durocs*, afirma-se que porcos vermelhos foram trazidos à América por Colombo em sua segunda viagem, e que também foram trazidos ao país por DeSoto. Presume-se que esses animais tenham vindo da Espanha e de Portugal, e que porcos vermelhos foram enviados de Portugal para a Nova Escócia. Em *The Breeds of Livestock*, Sanders sustenta que porcos castanho-avermelhados da linhagem Berkshire foram trazidos para os Estados Unidos e provavelmente contribuíram para a formação da raça Duroc”. (BRIGGS, 1969 apud BREEDS OF LIVESTOCK, 2023, disponível: <https://breeds.okstate.edu/swine/duroc-swine.html>).

“The Duroc breed of hogs had its origin in the eastern United States and in the Corn Belt. It would seem presumptuous today to attempt to identify the foundation stock of the breed, which was originally called the Duroc-Jersey, because persons attempting to write the history of the breed only a few years after it was formed could not definitely state the exact source of the red hogs that went into their foundation.

produtiva já gerou um aumento da produção, visto que essa raça atinge a idade para o abate mais rapidamente e com melhor conversão, que é o consumo de ração versus a quantidade de carne produzida¹⁸.

O modelo de integração agroindustrial teve início nas décadas de 1960 e 1970, liderado pela antiga Sadia, e posteriormente adotado por várias empresas do setor. Embora frequentemente enaltecido por oferecer vantagens aos produtores rurais, como assistência técnica e garantia de compra dos produtos, é essencial considerar também suas implicações menos evidentes. A integração teve início na suinocultura e, mais tarde, foi expandida para a avicultura. A promessa de assistência técnica e venda garantida atraiu muitos produtores, e também criou uma dependência desses agricultores em relação à empresa SADIA. Com a implementação desse sistema, a propriedade rural que antes tinha todo o ciclo produtivo, viu-se relegada apenas a uma etapa, a de engorda dos animais, ou pela gestação e cuidados iniciais. Esta divisão do trabalho, embora eficiente do ponto de vista empresarial, reduziu a autonomia dos agricultores, transformando-os em peças de uma engrenagem maior controlada por grandes corporações.

Como afirma Dalla Costa (1993, p. 113):

Primeiro, houve a implantação do conceito a partir de Santa Catarina, nas décadas de 1960 e 1970, quando ele foi posto em prática mais por falhas de mercado do que por motivos econômicos. Era então praticamente impossível desenvolver uma avicultura industrial a quase mil quilômetros de São Paulo, comprando pintos de um dia e rações de terceiros. Para superar estes problemas, a SADIA implantou seus próprios matrizeiros, incubatórios e fábricas de ração. Por outro lado, não havia naquela região, como em São Paulo e no Rio de Janeiro, produtores independentes, com tradição e experiência na produção avícola em larga escala. Para resolver o problema

one source of the red or reddish-brown hogs that were found in the United States was reputed to be those that came from the Guinea coast of Africa, and it is said that hogs similar to those found on the Guinea coast were found in every country to which early slave trading vessels found their way. In *The Story of Durocs* it is stated that red hogs were brought to America by Columbus on his second voyage, and red hogs were also brought to this country by DeSoto. These were presumed to have come from Spain and Portugal, and red hogs were sent from Portugal to Nova Scotia. In *The Breeds of Livestock*, Sanders is of the opinion that reddish-brown hogs of the Berkshire strain were brought to the United States and probably found their way into the Duroc breed". A raça Duroc-Jersey foi introduzida no Brasil na década de 1950, com o objetivo inicial de produzir carne suína. Em razão de sua capacidade de adaptação ao clima brasileiro, a raça tornou-se popular entre os produtores por apresentar características de adaptabilidade, rusticidade e alto rendimento de carne magra.

¹⁸ Importações de raças suínas, como Berkshire, Tamworth e Wessex, além de Duroc Jersey e Polland China, ocorreram na década de 1950. Na década de 1960, ocorreram importações dos Estados Unidos, predominantemente de suínos das raças Duroc, Yorkshire e Hampshire, e da Europa, as raças Landrace e Large White foram introduzidas. Esse volume de material genético selecionado resultou na substituição das raças nacionais, marcando o início da intensificação das criações de suínos de raças puras do tipo carne (EUCLIDES FILHO, 1998).

do fornecimento da matéria-prima, a empresa estabeleceu contratos de parceria avícola com pequenos agricultores (aspectos jurídicos) e implementou, sob a coordenação de sua direção agropecuária, o “fomento agropecuário” (aspectos operacionais). Além disso, instalou abatedouros, comprou frotas de caminhões frigoríficos (alugou, e depois comprou, aviões), montou ainda uma rede própria de comercialização para fazer chegar seus produtos até os pontos de venda.

O sistema implementado pela então Sadia, nas décadas de 1960 e 1970, surgiu como resposta à escassez de recursos na região do oeste catarinense, marcando um período de transformação significativa na agroindústria local. Diante da logística desafiadora, com quase mil quilômetros de distância de São Paulo, um dos principais centros econômicos do país, a Sadia optou por um modelo de produção integrado aos pequenos proprietários rurais, que dependiam do trabalho familiar, contavam com estruturas de produção limitadas e adotavam técnicas rudimentares. Esse modelo permitiu que os agricultores se inserissem em uma cadeia produtiva mais organizada e eficiente, oferecendo assistência técnica e garantias de compra, elementos atraentes para quem buscava estabilidade e melhoria de vida.

No entanto, é necessário analisar profundamente esse sistema, considerando tanto os benefícios quanto as implicações subjacentes. Se por um lado, a introdução desse sistema proporcionou uma oportunidade de modernização e crescimento econômico para muitos produtores rurais, com uma assistência técnica e a segurança de mercado garantidas pela Sadia houve um avanço na qualidade e quantidade da produção, permitindo que pequenos agricultores participassem de uma economia de escala que, de outra forma, estaria fora de seu alcance.

Por outro lado, o sistema também criou uma dependência significativa dos agricultores em relação à Sadia, reduzindo a autonomia e poder de negociação dos produtores. Ao controlar diversas etapas do processo produtivo e logístico, desde os matrizeiros e incubatórios até os abatedouros e a rede de comercialização, a Sadia centralizou o controle, o que gerou uma desigualdade de poder e, conseqüentemente, uma vulnerabilidade para os pequenos agricultores. Com isso, a capacidade dos produtores de diversificar suas atividades e de negociar melhores condições foram drasticamente limitadas, contribuindo para uma concentração de poder econômico nas mãos das grandes empresas agroindustriais, nesse caso a SADIA. A especialização imposta pelo sistema de integração resultou na eliminação da diversidade da produção agrícola nas propriedades, aumentando a vulnerabilidade

dos agricultores a qualquer flutuação de mercado e crises sanitárias. Além disso, a inserção em um sistema mais complexo e industrializado alterou as dinâmicas sociais e culturais das comunidades rurais, impactando a identidade e as relações tradicionais no campo.

A região sul, caracterizada por Dalla Costa (1997, 2005, 2009, 2012) como detentora da maior quantidade de pequenas propriedades rurais, destacava-se a partir da década de 1940 como produtora de milho, soja e arroz, insumos essenciais para a fabricação de ração. Nesse contexto, as empresas se beneficiavam da pluriatividade dos agricultores, que possuíam conhecimento no manejo de animais, especialmente suínos e, posteriormente, frangos. Plein (2005) observa que as famílias que se estabeleceram no oeste catarinense mantinham um modo de vida baseado na perspectiva colonial, no qual o trabalho e a organização familiar eram centrais, com todos os membros desempenhando funções específicas. A produção agrícola, diversificada e voltada inicialmente à subsistência familiar, reproduzia os mesmos procedimentos implementados pelos descendentes de colonos do Rio Grande do Sul durante a colonização, mas agora articulada à lógica de mercado da agroindústria, promovendo integração entre produção familiar e cadeia produtiva regional.

A inserção da raça Duroc foi o começo do fomento da Sadia na região. A partir desse momento, na década de 1950, a empresa forneceu as matrizes e a assistência técnica especializada para um grupo selecionado de produtores, inserindo uma nova técnica de criação de suínos, que incluiu o uso de ração balanceada e padrões de higiene. Essa realidade evoluiu rapidamente, segundo Campos (1987), pois já na década de 1970, a empresa firmava contrato de integração com 100 famílias, provendo todos os insumos necessários para a produção de suínos, desde o concentrado até os medicamentos, incluindo a assistência técnica. E no final do ciclo da engorda os produtores comercializavam os suínos para a empresa, com os custos dos insumos sendo deduzidos. Concomitante a produção suína, insere-se, nessa mesma década, a avicultura, por intermédio da prática do fomento.

É importante notar, na fala de integrados, a forma como o sistema funcionava:

ele trais os... a gente lava os chiqueiros, a gente tem que ter tudo, ou o chiqueiro né investir ali no chiqueiro, e daí eles trazem os leitão com 20... até 25 quilos a gente trata, eles trazem os remédios, eles trazem a comida, tudo e depois com 100, até 120 dias, eles carrega e a gente ganha um X (valor) ali né, tanto e por porco (ANELORI SCHWARTZ, 2023).

A entrevista com Anelori Schwartz (2023)¹⁹ fornece uma visão detalhada e crítica sobre a dinâmica de trabalho e as condições envolvidas na criação de suínos em um sistema de integração com empresas agroindustriais. As declarações de Anelori Schwartz (2023) destacam alguns aspectos centrais desse modelo de produção, como a dependência dos produtores em relação às empresas integradoras, a padronização dos processos de criação e as implicações financeiras e estruturais para os pequenos produtores.

A descrição de Anelori Schwartz (2023) revelou uma dependência forte dos pequenos produtores em relação às empresas integradoras, como já tinha sido percebido como consequência desse modelo. Os produtores não possuem autonomia sobre os insumos, o manejo ou o preço final dos suínos, estando sujeitos às condições impostas pela empresa. Isso elimina completamente a capacidade dos produtores serem autônomos na produção integrada.

A necessidade de manter chiqueiros limpos, conforme descrito, mostrou o resultado da padronização imposta pelas empresas integradoras. Embora essa padronização garantisse um controle de qualidade e segurança alimentar, também impunha custos adicionais aos produtores, que precisavam investir continuamente em infraestrutura para atender às exigências da empresa, e consequentemente não há o retorno financeiro esperado.

A forma de pagamento descrita, com um valor por animal, não cobria as variações nos custos de produção e na remuneração da mão de obra. Os pequenos produtores enfrentavam dificuldades financeiras quando os custos de manutenção e/ou de insumos aumentava sem uma correspondente elevação nos valores recebidos. A entrevistada em questão, quando falava em remuneração, ficava com seu semblante carregado, demonstrando que essa seria a principal insatisfação da mesma com o sistema.

Essa entrevista, cheia de emoção por parte da entrevistada, complementa e aprofunda as discussões que abordam a estrutura e os impactos do sistema de integração na agricultura familiar e na sustentabilidade. A dependência destacada por

¹⁹ Entrevista realizada com Anelori Schwartz, agricultora de aproximadamente 50 a 60 anos, casada, residente em pequena propriedade familiar, onde vive em uma casa de material. Atuou no cultivo de suínos, gado leiteiro e horta, mantendo ainda hoje o sistema de parcerias com a agroindústria. Participa ativamente do clube de mães e do sindicato, além de manter vínculos comunitários por meio da família e da igreja. Acolheu a entrevista com alegria e abertura, demonstrando disposição em compartilhar sua trajetória e experiências ligadas ao trabalho rural e às mudanças vividas no sistema de integração.

Anelori Schwartz (2023) é uma manifestação concreta das desigualdades de poder entre pequenos produtores e grandes empresas agroindustriais. A padronização e os custos associados também são analisados no contexto da pressão por conformidade às exigências de mercado e regulação, que podem favorecer grandes produtores em detrimento dos pequenos. Além disso, a entrevista ilustra a realidade das práticas cotidianas no sistema de integração, oferecendo um exemplo prático da vulnerabilidade econômica dos produtores e a falta de autonomia na gestão de suas atividades.

A integração entre agroindústria e pequenos produtores no oeste catarinense transformou profundamente a dinâmica econômica das propriedades rurais, posicionando as agroindústrias como líderes na modernização da pequena propriedade familiar. Este processo, baseado na capacidade técnica e produtiva dos agricultores, aumentou a concentração de poder e renda nas grandes empresas agroindustriais, reduzindo a diversidade da produção agrícola local e estabelecendo uma modernização seletiva. A exigência de aperfeiçoamento nas estruturas produtivas gerou dificuldades de adaptação para muitos camponeses, resultando em êxodo rural e um aumento de trabalhadores sem perspectivas nas áreas urbanas. A subordinação dos proprietários rurais ao capital estabeleceu padrões de produção que melhoraram a produtividade de suínos e aves, beneficiando as agroindústrias por meio de dispositivos de exploração dos agricultores e agricultoras.

Já a avicultura tinha suas peculiaridades, pois não era tradicional na região e essa atividade econômica se consolidou no momento que as dinâmicas internas na propriedade rural estavam modificadas. Como afirma Campos (1987, p. 191), “logo as integradoras²⁰ tiveram um controle completo do processo produtivo e, portanto, uma capacidade maior de ingerência sobre a pequena produção integrada”. A avicultura despontou com uma das atividades mais modificadas pelo capital, em razão dos altos investimentos em genética para a produção de frangos, favorecendo a transformação da ração em carne em um tempo curto.

²⁰ As integradoras eram as empresas que estabeleceram relações contratuais com os pequenos agricultores do oeste catarinense e com isso aumentaram a concentração e centralização do capital. Isso ocorre quando um número cada vez menor de empresas passa a controlar uma parcela cada vez maior do mercado e dos meios de produção. As integradoras produzem desde a ração consumida pelos integrados até a entrega dos produtos aos varejistas. Nas décadas entre 1960 e 1980 dois grandes grupos assumiram boa parte do mercado de carnes: o Grupo Sadia e o Grupo Perdigão, “no exercício de julho de 1979 julho de 1980, o Grupo Sadia vendeu cerca de 30 bilhões de cruzeiros e o Grupo Perdigão cerca de 14 bilhões” (SORJ, POMPERMAYER, CORADINI; 2008, p. 28).

Na avicultura, o contrato estabeleceu uma relação de subordinação com a empresa fornecendo assistência técnica, pintos e rações, remunerando a produção e descontando os insumos. O avanço da indústria trouxe uma maior complexidade nesse modelo, especialmente na avicultura, onde a indústria exerceu controle vertical sobre diversas etapas da produção. O modelo de integração foi semelhante na suinocultura, mas os suinocultores adotaram práticas mais independentes e relutaram em estabelecer relações contratuais exclusivas com uma única empresa. Essas dinâmicas apontaram os pormenores nos modelos de integração entre as duas atividades agroindustriais na região (AMADOR, 2010).

Para as empresas a seleção criteriosa dos agricultores que seriam supervisionados pelas empresas é um dos fatores para o sucesso do modelo de integração. Com o maior aperfeiçoamento da produção, a empresa começou a selecionar, além daqueles julgados melhores para a produção, por distância da sede da empresa e acesso a propriedade.²¹ Era essencial que os agricultores selecionados atendessem à demanda das agroindústrias, uma vez que a falta de matéria-prima poderia afetar significativamente as metas de produção e, como evidenciado nos relatórios da empresa, poderia ter um impacto negativo. O êxito desse programa dependia do trabalho árduo dos agricultores, homens e mulheres, que trabalhavam no campo (AMADOR, 2010). Passados os momentos de incertezas e dúvidas, a empresa aumentou o número de produtores e a construção de outros novos aviários pelos integrados: “em 1977, a Sadia Avícola possuía 262 integrados com 303 aviários, dando uma média de 1,15 aviários por integrado” (CAMPOS, 1987, p. 279).

A rede de interdependência estendia-se ao setor bancário, representando um enorme desafio para pequenos produtores rurais adquirirem o crédito para a construção de aviários ou chiqueiros. A empresa, responsável por elaborar o projeto técnico exigido pelo banco para a concessão do crédito, não atuava como avalista. Nesse cenário, o produtor oferecia sua propriedade como garantia à instituição bancária, confirmando mais uma vez a crescente dependência na qual o agricultor se

²¹ O processo de seleção para participação no sistema de integração agroindustrial demandava requisitos específicos por parte dos agricultores. A posse de uma quantidade de terra acima da média regional, mesmo mantendo-se como minifúndios, era essencial, uma vez que conferia acesso ao crédito bancário. Além disso, a proximidade geográfica com a Sadia era um critério importante, visando reduzir os custos de transporte. Além do emprego de mão de obra familiar, condição indispensável, com a destaque para o não abandono da produção agrícola, especialmente a cultura do milho, pois desempenhava papel essencial como matéria-prima na produção da ração destinada aos animais (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 2008).

via envolvido. Não restava nenhuma outra alternativa, a não ser a concordância com as normas estabelecidas.

Aproveitando a deliberação do gerente do Branco do Brasil desta cidade, no sentido de só conceder crédito para construções, aos agricultores que apresentarem um plano de aplicação devidamente organizado por um órgão técnico, estaremos demandando especial atenção ao crédito orientado, como meio de desenvolvimento agropecuário e como fator de integração dos agricultores às normas de assistência técnica (SADIA, 1969, n. p.).

A exigência de um plano de aplicação pode favorecer agricultores com maior acesso a recursos e conhecimentos técnicos, excluindo pequenos produtores menos capacitados, o que pode mostrar as desigualdades existentes. Então, nesse cenário a SADIA oferecia, de acordo com seus critérios, o plano de aplicação dos recursos, acontecendo assim, a padronização das práticas agrícolas.

O contrato de integração, documento regulador da relação entre a empresa e o integrado, desempenhava um papel importante nesse vínculo. Por meio desse instrumento, a empresa estabeleceu acordos e delineou as atividades, responsabilidades, direitos e deveres de ambas as partes. O contrato incorporou ordens de serviço que o integrado, escolhido mediante um processo, deveria seguir, aceitando assim as diretrizes impostas pela empresa. Vale ressaltar que o integrado não participava ativamente da elaboração do contrato, porém confiava que o documento estabelecesse uma relação de confiança mútua. Anexada ao contrato, encontrava-se a fórmula de cálculo de pagamento ou conversão, a qual determinava a remuneração que o integrado receberia ao entregar um lote de frango ou suíno, considerando o fornecimento de ração, medicamentos, assistência técnica e outros itens (AMADOR, 2010, p. 148).

A entrevista com a agricultora Cibele Haak²² (2023) revelou as tensões e os desafios enfrentados por pequenos produtores, especialmente mulheres, dentro do sistema agroindustrial. A citação dela destaca a pressão para otimizar a conversão alimentar dos suínos – a relação entre a quantidade de ração consumida e o ganho

²² Entrevista realizada com Cibele Haak, agricultora de aproximadamente 50 a 60 anos, casada, residente em pequena propriedade familiar, onde mora em uma casa de material. Dedicou-se ao cultivo de frangos, gado leiteiro e horta; atualmente, o filho dá continuidade ao trabalho na propriedade. Participou do clube de mães e mantém vínculos comunitários por meio da família e da igreja. No momento da entrevista, o esposo não estava presente, estando apenas o filho e a neta. Acolheu a entrevista de forma receptiva, demonstrando abertura em relatar sua trajetória e a continuidade do trabalho rural transmitido entre gerações.

de peso. Essa demanda, imposta pelas empresas agroindustriais, exige um nível de cuidado e gestão que Cibele Haak (2023) descreve como uma "mágica", ilustrando a dificuldade e o estresse envolvidos em atender aos padrões exigidos.

Nas palavras da entrevistada, a principal atividade dentro do modelo produtivo era o trato dos animais: “tem que tratar certinho, no padrão que eles querem na tabela que eles querem, porque não pode ter tabela alta, porque se você tratar demais a conversão sobe e aí a mortalidade eles cobram muito” (CIBELE HAAK, 2023) e quando questionada sobre o que é a conversão, ela define:

[...] a conversão é o que o suíno consome de ração no caso, se ele consome bastante, ou consome pouco. Mas eles querem que produza bastante peso consumindo pouca ração, você entende? Então você tem que ter um cuidado, uma mágica quase, e daí a mortalidade eles cobram bastante, e daí assim o que eles cobram também bastante [...] (CIBELE HAAK, 2023).

Essa pressão para maximizar a eficiência produtiva, consumindo o mínimo de ração possível, não é apenas uma questão técnica, mas também uma imposição econômica e estrutural que refletia a lógica do capital agroindustrial. As grandes empresas buscavam maximizar seus lucros e reduzir custos, transferindo parte significativa dessa responsabilidade para os pequenos produtores. Essa transferência de responsabilidade intensificou a carga de trabalho e a pressão sobre as agricultoras, que deveriam encontrar maneiras de melhorar a conversão alimentar e minimizar a mortalidade dos animais.

A entrevista também revela a natureza desigual dessas relações. A cobrança rigorosa sobre a mortalidade dos suínos e outros aspectos da produção coloca os agricultores e as agricultoras em uma posição de vulnerabilidade econômica, em que falhas poderiam resultar em perdas financeiras significativas e até o rompimento do pacto empresarial. Esse controle exercido pelas empresas sobre os produtores cria um ambiente de trabalho instável, onde a autonomia dos agricultores e agricultoras é eliminada.

Esse novo paradigma de produção, sistema de integração, demandava uma padronização nos métodos de produção, mesma ração e mesmos procedimentos e fez parte do processo de modernização do capitalismo agrário, trazendo uma mudança significativa nas formas tradicionais de organização na agricultura. Houve uma transição de um modelo mais autônomo para outro mais integrado ao sistema econômico mais amplo. Conforme afirmou Espíndola (1996):

[...] objetivo explícito do aumento da produção, da produtividade agrícola, novas relações de produção, dissolução da estrutura produtiva rural auto-suficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos. Isto é, aumento considerável da composição orgânica do capital (ESPÍNDOLA, 1996, p. 121).

Nesse processo, ocorrem simultaneamente dois movimentos. O primeiro movimento foi a apropriação, por parte do capital industrial, de atividades que antes eram realizadas dentro da propriedade rural. Isso significou que a produção agrícola, que antes poderia ser realizada de maneira mais independente, passou a ser controlada e direcionada pela indústria, que impôs seus padrões e ritmos de produção aos produtores rurais. O segundo movimento foi o impacto dessa transformação nos produtores rurais, que dependem em grande parte dos determinantes naturais para produzir, como o uso da terra. Suas condições de reprodução passaram a ser subordinadas à dinâmica do complexo industrial, afetando sua autonomia e condições de vida e, conseqüentemente, alterando a compreensão da identidade de toda a família, especialmente das mulheres. Esses fatores levaram os agricultores e agricultoras a encontrarem alternativas de agência e protagonismo frente ao capital agroindustrial, como veremos mais à frente.

1.1.4 Transformações no Sistema Agroindustrial e as Mulheres Agricultoras

Até o final da década de 1960, havia uma considerável liberdade na criação de suínos, com muitos agricultores ainda utilizando alimentação à base de mandioca, abóbora, restos de alimentos e batata-doce. Esse contexto resultava em baixos custos de produção porque esses alimentos eram produzidos na própria propriedade, gerando autonomia às famílias. Com a introdução de uma outra linhagem de suínos, marcando uma transição do suíno de banha para o suíno de carne, a partir das décadas de 1970-1980, esse cenário começou a se modificar, gerando uma mudança definitiva no cenário agrícola.

Nesse período, o governo implementou uma série de incentivos para modernizar a agricultura, objetivando aumentar a produtividade e a diversificação das culturas. Em 24 de julho de 1970, o governo de Santa Catarina instituiu o Fundo de

Estímulo à Produtividade (FEPRO)²³ como um complemento às iniciativas de pesquisa agropecuária e extensão rural. A FEPRO tinha como objetivo oferecer subsídios aos produtores, incluindo os custos de transporte de fertilizantes, além dos juros sobre financiamentos para a aquisição de maquinário agrícola, mudas de árvores frutíferas e reprodutores de suínos e bovinos. Dessa forma, foram estabelecidas as condições para a execução do plano de modernização no estado (STÜRMER, 2008, p. 24).

A partir da década de 1970, o avanço da modernização na agricultura do oeste catarinense resultou na incorporação de novas culturas como soja e trigo. Ao mesmo tempo, cultivos tradicionais como milho, feijão e arroz permaneceram, embora a produção tenha se tornado cada vez mais dependente de avanços mecânicos e químicos. Apesar da predominância de pequenas propriedades na região, muitas fazendas adotaram parcialmente essas novas culturas, o que acarretou mudanças significativas na prática agrícola (STÜRMER, 2008, p. 24-25).

Nesse contexto de transformação na produção, a estrutura das propriedades foi modificada. Chiqueiros maiores e com baias mais estruturadas foram construídos, com locais apropriados para armazenar a ração dos animais, além da necessidade de disponibilidade de energia elétrica e água próxima aos chiqueiros. Todos esses elementos foram determinantes para a mudança da identidade das mulheres agricultoras.

É fundamental destacar que as mulheres entrevistadas compartilharam informações importantes durante as entrevistas, sendo complementadas pelo registro detalhado no diário de campo, utilizado como ferramenta durante as observações e as anotações e que estão em posse do pesquisador. A análise da identidade das mulheres integrantes dessa narrativa empresarial chamada de “parcerias” revelou uma complexidade que mereceu uma exploração cuidadosa.

Cada entrevistada traz consigo uma história única, marcada por suas vivências pessoais, desafios específicos e estratégias de enfrentamento diante das transformações no ambiente agrícola. A diversidade nas experiências individuais é um

²³ A Lei nº 4486, de 24 de julho de 1970, foi uma legislação do estado de Santa Catarina, que tratava sobre subvenções às associações agropecuárias, a criação do Fundo de Estímulo à Produtividade e outras providências relacionadas. Aprovada pelo governo estadual, a lei tinha como objetivo incentivar a modernização e a produtividade na agricultura, oferecendo subvenções e apoio financeiro para a aquisição de insumos, equipamentos e a implementação de projetos agropecuários por associações sem fins lucrativos. Além disso, a lei estabelecia diretrizes para o controle e a prestação de contas dos recursos utilizados.

elemento importante para uma compreensão mais abrangente de sua construção identitária. Cada uma delas possui um conjunto de valores, expectativas e trajetórias de vida que remodelaram sua percepção sobre o papel na agricultura e sua própria identidade. Destacar essas diferentes perspectivas é essencial para a singularidade de cada entrevistada e contribui para o enriquecimento da análise, proporcionando uma visão mais completa e contextualizada.

A análise da diversidade revelou que as mulheres agricultoras responderam de formas distintas às mudanças nas rotinas de trabalho, às exigências técnicas e às transformações no meio rural. Suas escolhas, entre inovações e a preservação de práticas tradicionais, refletiram visões individuais e os contextos sociais, econômicos, culturais, familiares e políticos em que estão inseridas. Essa variedade de experiências evidenciou os desafios relacionados ao gênero, ao acesso a recursos e às oportunidades, bem como as diferentes formas de enfrentamento ou agravamento dessas barreiras, influenciadas por fatores culturais, religiosos e políticos.

Hall (2006, p.12) destaca a fragmentação das identidades modernas devido à globalização, resultando em uma estrutura deslocada; “composta não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”. Esse fenômeno cria identidades contraditórias em constante movimento, impactando a noção de uma identidade nacional fixa, enquanto a globalização gera a formação de novas identidades híbridas.

A análise trazida por Hall (2006) dialoga diretamente com as entrevistadas. Algumas afirmaram que as pressões da empresa dificultaram ainda mais algumas tarefas que antes eram realizadas, como o cuidado com a horta, o plantio dos chás, as reuniões de amigas, entre outras atividades. A lógica produtiva e as pressões do capital fragmentaram as identidades das mulheres.

Para Laclau (1985) as complexidades das relações contemporâneas desafiam a existência de um centro fixo que constitua as identidades. Surge, portanto, uma pluralidade de centros. Isso permite a emergência de diversas outras identidades, que podem se tornar hegemônicas através de um processo de articulação, formação do discurso e disputa pelo significado da realidade.

No contexto das mulheres agricultoras, a memória, conforme ressaltado por Candau (2011), desempenha um papel fundamental na construção da identidade individual. A perda da memória individual equivale à perda da identidade, uma vez que a memória serve como alicerce da história pessoal. É por meio da memória que os

indivíduos interpretam o mundo e dão sentido para aquilo que vivenciam. A memória nunca será um ato somente individual, mas coletivo, e nessa coletividade a identidade se fortalece e se consolida nas narrativas. Pollak (2002) enfatiza que a memória é um componente crucial do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, pois ela é um fator de continuidade e coerência de uma pessoa, comunidade ou grupo.

Ao refletir sobre a memória coletiva, percebeu-se que ela é um fenômeno complexo e dinâmico, resultado da interação entre diferentes indivíduos na sociedade ao longo do tempo. Historicamente, essa memória foi preservada e modificada por aqueles que ocupam posições de autoridade, em sua maioria homens, o que pode ter evidenciado a influência das estruturas de poder na construção e preservação dessa memória compartilhada. No entanto, é importante reconhecer a influência da memória individual na coletiva, uma vez que cada pessoa contribui com sua perspectiva única e experiência. A construção da memória individual, no caso das mulheres agricultoras, é modificada pelas vivências e interações de cada pessoa, sendo influenciada por fatores como posição social, gênero, raça e classe social. Cada indivíduo detém uma memória única do coletivo, diferenciando-se das experiências de outros.

No que se refere à identidade das mulheres agricultoras, Cruz (2010) destaca que esta é uma percepção em constante atualização, composta por múltiplas dimensões. A crise na identidade social da reprodução agrícola e o êxodo feminino para as cidades, motivado pela invisibilidade do trabalho feminino e pela subordinação, podem impactar a construção dessa identidade (Neves, 2016). Assim, busca-se analisar e compreender as múltiplas dimensões da identidade das mulheres agricultoras envolvidas nas “parcerias”.

A entrada do capital agroindustrial na região de Concórdia modificou a vida e a cultura das mulheres agricultores e isso refletiu em suas famílias. As mulheres foram inseridas num sistema de rotinas diárias, perdendo a autonomia e a possibilidade de decisão dos horários de trabalho. O aumento da carga de trabalho e as exigências técnicas crescentes levaram as mulheres a abandonarem atividades como a horta, a produção de porcos crioulos, plantação de ervas medicinais, entre outras. Muitas mulheres tiveram mais dificuldades de desfrutar de momentos de lazer e de participar de encontros de grupos sejam de idosos, clube de mães, Igreja, sindicatos, reuniões políticas, entre outras atividades.

Nesse contexto de intensas transformações no campo, tornou-se essencial analisar como essas mudanças repercutiram de forma contraditória na vida das

mulheres agricultoras. Se, por um lado, o avanço tecnológico abriu possibilidades de reconfiguração dos papéis das mulheres no campo, e isso oportunizou a atuação delas na gestão e nas decisões produtivas, por outro, mostrou os muitos e insistentes obstáculos estruturais que limitam o pleno acesso das mulheres aos benefícios dessas inovações.

A mecanização agrícola, por exemplo, pode reduzir a carga física associada às tarefas agrícolas, e isso gerou às mulheres a oportunidade de aumentar a eficácia de seu trabalho. Mas é importante perceber que, apesar dessas inovações oferecerem melhorias na qualidade do trabalho, elas também contribuíram para o aprofundamento das desigualdades de gênero no acesso e na capacitação das mulheres para manusear essas tecnologias. As mulheres, muitas vezes, enfrentaram barreiras relacionadas à educação e ao acesso aos recursos, o que limitou a plena participação nessa perspectiva de inovação tecnológica. Como afirma a entrevistada 7²⁴ (2023)

Um sozinho não dá conta né? porque sempre tem coisa pra fazer ou tem que sair pra resolver. E a mulher tem que saber igual você [homem], né? Só que essas coisas de painel [automatização], bomba, mangueira... é tudo novidade, mudo muito. E pra aprender mesmo, com curso, com explicação certa, quase não tem pra mulher. Os homens vão mais nesses cursos, nessas capacitações. A mulher vai aprendendo no dia a dia, errando, tentando. Porque se não aprende, o serviço para. E imprevisto tem todo dia. Pode ser uma mangueira que estoura, um cabo que solta, tem que está ligada o tempo todo. Mas é difícil quando ninguém ensinou, quando não teve chance de aprender direito.

As entrevistadas mostraram, por meio de suas narrativas, a essencialidade de seu trabalho na propriedade rural, abrangendo desde o alojamento inicial dos leitões até o carregamento final. O protagonismo feminino na produção agrícola impulsionou o desenvolvimento de habilidades anteriormente não associadas a elas. Além disso, o silêncio presente em suas falas, muitas vezes moldado por relações de confiança comigo, que era o entrevistador, ou pela relação comercial com a empresa, ressaltou a complexidade e as nuances dessas experiências. Para Grynszpan (2020), a história oral, como processo no qual a entrevista desempenha papel importante, se revela

²⁴ A entrevista com a Entrevistada 7 foi realizada com agricultora de aproximadamente 60 a 70 anos, casada, residente em pequena propriedade familiar própria, onde vive com o marido em uma casa de material. Atua no cultivo de frangos, gado leiteiro e horta, mantendo atualmente a parceria com a agroindústria. Participa de vínculos comunitários por meio do sindicato, da família, das vizinhas e da igreja. A entrevista foi realizada durante o trato dos animais, demonstrando seu envolvimento ativo nas atividades diárias da propriedade.

como um meio de interpretar essas narrativas, contribuindo para a compreensão do conjunto de atores envolvidos no processo.

1.2 Estratégias utilizadas para inserção das mulheres nos sistemas produtivos com a SADIA

Na década de 1950, a Sadia deu início a uma fase de grande expansão ao estabelecer o Moinho da Lapa Ltda., em São Paulo, aumentando significativamente sua capacidade de processamento de trigo. A empresa também estendeu sua presença no mercado ao criar distribuidoras comerciais próprias em São Paulo e no Rio de Janeiro. Durante esse período, a Sadia introduziu na região oeste catarinense a raça de suínos americana Duroc Jersey, proporcionando treinamento técnico aos produtores locais para sua adaptação. Além disso, enfrentando desafios no transporte de produtos, a Sadia iniciou o uso de aviões para o transporte rápido de produtos frescos, como presuntos e linguiças. Na década de 1960, diversificou suas atividades ao ingressar na produção avícola e expandir sua atuação frigorífica para São Paulo e Paraná. Na década de 1970, novas empresas surgiram sob o guarda-chuva da Sadia, como a Sadia Oeste S.A. Indústria e Comércio e a Sadia Avícola S.A., esta última estabelecida em Chapecó, SC. Com essa diversificação, a Sadia adquiriu expertise técnica e tecnológica, expandindo suas operações para diversos estados brasileiros e diversificando suas atividades, incluindo comércio internacional, seguros e processamento de dados. Ao final de 1985, o Grupo Sadia contava com um conglomerado de 25 empresas e 92 unidades em 15 estados brasileiros.

A partir da década de 1970, a empresa enfrentou a necessidade de desenvolver estratégias mais elaboradas para garantir a integração duradoura das famílias ao seu modelo de negócio. Uma das principais abordagens adotadas foi o fortalecimento dos vínculos de confiança entre os agricultores e a empresa. Isso incluiu iniciativas como o apoio na obtenção de crédito agrícola, assistência técnica especializada e a promoção da ideia de que as famílias dos agricultores eram consideradas parte integrante da Sadia. Essas ações visavam à criação de um ambiente de colaboração e a suposta colaboração entre a empresa e os produtores locais. A necessidade de adaptação rápida e a pressão para atender às novas exigências construíram uma dependência dos agricultores em relação à Sadia, criando um desequilíbrio de poder

que favorecia a empresa em detrimento da sustentabilidade e autonomia dos produtores locais.

Diante da necessidade de fortalecer as parcerias com as famílias dos agricultores, estratégias específicas foram desenvolvidas para integrar as mulheres de forma mais efetiva nesse contexto, através de programas de capacitação e treinamento voltados especificamente para elas. Nesse sentido, eram abordados temas como manejo dos animais, técnicas de cultivo e administração rural. Além das tradicionais responsabilidades domésticas, as mulheres passaram a desempenhar um papel cada vez mais importante nas atividades agrícolas, especialmente com sua padronização e aumento. Embora possam ser vistas como atitudes colaborativas, elas podem ter servido mais para consolidar a posição dominante da empresa do que para promover uma verdadeira equidade.

Foram também estabelecidos espaços para diálogo e troca de experiências entre mulheres agricultoras, com o objetivo de fortalecer sua autonomia e protagonismo no setor agrícola. No entanto, é possível que esses programas tenham aumentado a dependência das mulheres em relação à Sadia. Apesar de oferecerem capacitação, foram utilizados principalmente para maximizar a produtividade, sem garantir verdadeiras melhorias na autonomia e nas condições de trabalho das mulheres.

1.2.1 Engajamento dos Produtores com a Sadia

As campanhas publicitárias desempenharam um papel central na estratégia da empresa Sadia para promover a modernização e o desenvolvimento nas propriedades rurais. Por meio dessas campanhas, a Sadia buscava divulgar as práticas adotadas nas propriedades-modelo, além de tentar persuadir os demais produtores a adotarem métodos similares.

Veiculadas principalmente pela Rádio Rural de Concórdia, um importante meio de comunicação na região ligado a SADIA, essas campanhas atingiam diretamente o público-alvo da empresa, os agricultores locais. Através das ondas do rádio, a Sadia transmitia mensagens persuasivas e informativas para incentivar a adoção de práticas ditas como modernas na agricultura. Dava a entender que aqueles que adotavam essas práticas estavam melhores do que aqueles que não aderiram ainda.

Infelizmente a rádio não possui nenhuma propaganda nos seus arquivos, mas isso pode ser constatado pela entrevistada 6 (2023)²⁵²⁶ que afirmou “era todo o dia as notícias de que os colono que fosse integrado estava melhor do que aqueles que não era ainda”.

Somado a isso, as campanhas contribuíam para fortalecer a imagem da Sadia como uma empresa comprometida com o desenvolvimento rural e o bem-estar dos agricultores. Ao associar sua marca a práticas modernas e inovadoras na agricultura, a Sadia tentava construir uma imagem positiva perante os produtores e a comunidade em geral, uma empresa digna de confiança.

Devido à escassez significativa de bibliografia abrangente sobre o tema, a pesquisa foi forçada a depender de fontes e relatórios disponíveis. Em particular, foram identificados relatórios²⁷ elaborados por um ex-funcionário da SADIA, para ser analisado internamente pelo conselho da empresa, que, embora tenham fornecido algumas informações detalhadas, esses documentos provavelmente refletem uma perspectiva empresarial, marcada por interesses e valores da própria empresa. Assim, a análise dos dados deve ser feita com cautela, reconhecendo a parcialidade das fontes utilizadas.

Segundo o relatório de 1971, "com base nos resultados dos testes de campo, foram organizadas campanhas de motivação e esclarecimento para divulgar as vantagens da alimentação dos suínos com concentrados²⁸ mais milho. Essas campanhas foram iniciadas no mês de fevereiro, utilizando principalmente o rádio

²⁵ Algumas mulheres decidiram não se identificar por medo de represálias, visto que ainda elas ou alguém da família ainda mantém relação econômica com a agroindústria Sadia ou outra empresa. Foi desenvolvido no Anexo B um perfil das entrevistadas para facilitar a leitura.

²⁶ Entrevistada 6 realizada com agricultora de aproximadamente 60 a 70 anos, viúva, residente em pequena propriedade familiar própria, onde vive sozinha em uma casa de material, enquanto o filho e sua família residem em outra casa na mesma propriedade. Atuou no cultivo de suínos, gado leiteiro e horta, mantendo atualmente a parceria com a agroindústria por meio do filho, que conduz as atividades. Participa de vínculos comunitários por meio do sindicato, da família e da igreja. Demonstrou inicialmente desconfiança em relação à entrevista, mas, ao compreender seus objetivos, optou pelo anonimato para evitar qualquer represália da empresa, e mostrou disposição em compartilhar informações sobre sua trajetória no trabalho rural.

²⁷ O documento contém muitas anotações a lápis, sugerindo que os dados podem ser diferentes dos apresentados. Para garantir a precisão das informações e evitar a possibilidade de a pessoa que fez as observações não estar totalmente familiarizada com o processo de produção da empresa, as anotações a lápis serão desconsideradas durante a análise. Não há cópias desses documentos disponíveis e nenhum outro local pesquisado foi capaz de fornecer documentos de importância comparável. Foi possível encontrar relatórios somente a partir de 1969.

²⁸ Termo utilizado na nutrição animal para designar alimentos com alta densidade de nutrientes, especialmente energia e/ou proteína, formulados para complementar a dieta dos animais. Na suinocultura, os concentrados são utilizados para suprir exigências nutricionais específicas, geralmente compostos por ingredientes como grãos, farelos, suplementos vitamínico-minerais e aditivos.

como meio de comunicação, por meio de programas diários" (SADIA, 1971, p. 14). Essa abordagem demonstrou a ênfase da Sadia na comunicação direta com os agricultores, utilizando o rádio como uma plataforma acessível e de grande alcance para disseminar informações importantes sobre suas práticas e produtos.

Dado que a promoção da alimentação com concentrado e milho beneficiava diretamente a própria empresa responsável pelos testes e pelos resultados, é necessário questionar se os interesses dos produtores rurais foram adequadamente considerados ou se esses foram direcionados a adotar práticas que podem aumentar sua dependência de determinados produtos fornecidos pela empresa.

A rádio Rural fazia parte do grande conglomerado que estava sob a liderança de Atílio Fontana. Através do periódico sabemos que O slogan da rádio era: "Rádio Rural: uma emissora a serviço do homem do campo, da terra e da técnica" (SADIA, 1984, p. 2).²⁹ Como a própria reportagem afirma, a rádio se tornou o principal meio de comunicação da empresa com as famílias. Era através dos programas diários que a empresa repassava as novas técnicas abordadas e a perspectiva de aumento do fomento e do discurso das "parcerias".

A estratégia desse projeto era selecionar algumas propriedades rurais que servissem de modelo de modernização para a atração dos demais proprietários, numa metodologia semelhante à posta em prática pelos órgãos oficiais como a Acaresc. Conjuntamente, a Sadia desenvolveu uma intensa e permanente campanha publicitária, cujo principal veículo era a Rádio Rural de Concórdia, da própria Sadia. Ao lado disso, a empresa intensificou sua atuação no desenvolvimento genético e técnico, em geral, do rebanho suíno, e passou a aumentar suas exigências de padronização qualitativa, estabelecendo inclusive competições com prêmios para os produtores (SORJ; POMPERMAYER; CORANDI, 2008, p. 25).³⁰

²⁹ Revista de Integração da Sadia, órgão interno de comunicação da Fundação Atílio Fontana, com o objetivo de informar e engajar os colaboradores da fundação. Ela promoveu a integração entre as diversas áreas, compartilhando atualizações importantes sobre projetos, eventos e atividades da instituição. Recentemente, encontrei todos os números da revista com a ajuda de um ex-funcionário, Gentil Lino, que demonstrou grande amor e zelo por essas publicações, fazendo questão de não permitir que os exemplares fossem retirados do local e garantindo, assim, a preservação completa do acervo em sua residência.

³⁰ "Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina. A Acaresc foi fundada no dia 21 de junho de 1957 [...]. Nesse dia 21 de junho de 1957, o Serviço de Extensão Rural catarinense passou a denominar-se ETA Projeto 17- Acaresc. Até o término do ETA Projeto 17, dia em que passou a denominar-se apenas Acaresc, executora do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. A Acaresc imediatamente filiou-se à Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural (Abcar), uma instituição civil, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado, coordenadora nacional de todos os serviços estaduais de extensão rural." [...] "Outro acontecimento marcante, que facilitava a transformação da suinocultura, foi o advento dos óleos vegetais, especialmente da soja, do milho e do girassol, ganhando a preferência das donas-de-casa sobre a banha de porco nas cozinhas, desvalorizando o porco-tipo-

As campanhas publicitárias desenvolvidas pela empresa tinham o objetivo de demonstrar os resultados alcançados e ressaltar a importância da assistência técnica especializada para os demais produtores rurais. Assim sendo, a Sadia, por meio das propagandas de rádio, promoveu uma nova abordagem em relação ao trabalho agrícola, contribuindo para a consolidação desse modelo de sistema de produção.

Não obstante, é necessário problematizar os objetivos dessas campanhas publicitárias. Apesar de apresentarem um discurso de valorização dos agricultores e da assistência técnica, esses, provavelmente não eram os únicos objetivos da empresa. Através da construção de uma narrativa que destacava os benefícios da empresa para o setor rural, a Sadia estava buscando consolidar-se no mercado e atrair novos parceiros, em detrimento de sua necessidade dos produtores rurais. Essas campanhas também criavam expectativas irreais e influenciavam nas decisões dos agricultores de maneira que nem sempre refletia seus interesses. Assim, por trás das propagandas, podem existir objetivos ocultos que visam moldar as escolhas e os comportamentos dos agricultores, de acordo com os interesses da empresa. Isso criou uma realidade agrícola distorcida, ao enfatizar apenas os aspectos positivos e omitir os desafios e as dificuldades enfrentados pelos agricultores.

As festas dos agricultores, especialmente a festa do avicultor realizada anualmente pela Sadia, eram apresentadas como estratégias de integração e formação para os agricultores parceiros da empresa. No entanto, essas celebrações, promoviam também, uma hierarquização entre os produtores. A premiação dos agricultores com base em critérios como a eficiência no consumo de ração gerava um cenário competitivo que destacava os melhores resultados e também fomentava rivalidades entre os produtores. Essa competição, longe de simplesmente incentivar a melhoria, podendo alterar as relações sociais e econômicas dentro da comunidade rural, incentivava as divisões e tensões (SADIA, 1990, p. 13).

Somado a isso, as palestras e a distribuição de folhetos destinados à capacitação das famílias dos agricultores eram apresentadas como ferramentas para a adoção de práticas mais eficientes e produtivas. Contudo, a eficácia desses instrumentos de formação pode ser questionada. Esses documentos eram

banha nacional e com a consequente preferência às raças tipo-carne. Foi quando teve início uma profícua cooperação entre a Acaresc e as agroindústrias, destacando-se a Sadia, na pessoa do seu proprietário e presidente, Senhor Atílio Fontana. Com a Sadia e a Perdigão, a Acaresc mantinha estreita colaboração com vistas à importação e multiplicação de reprodutores suínos da Europa e dos Estados Unidos" (OLINGER, 2020, p. 42; 46).

oportunidades de aprendizado sobre novas técnicas de manejo e questões agrícolas, mas seu objetivo de transformar práticas e melhorar a produtividade pode ser questionado. Embora apresentados como iniciativas de fortalecimento comunitário, esses eventos muitas vezes tinham como propósito velado reforçar o controle sobre o sistema produtivo, priorizando a eficiência e a obediência em detrimento de um desenvolvimento rural sustentável e igualitário.

A Revista Integração, a partir da década de 1970, demonstrou em suas páginas que a Sadia redobrou seus esforços para integrar a família nesse sistema de produção agrícola, incluindo um foco crescente nas mulheres na propriedade rural. A empresa promoveu a ideia de que a participação ativa das mulheres nas atividades agrícolas era crucial, utilizando a revista como um canal para destacar e incentivar esse envolvimento.

No entanto, a transformação vista na Revista Integração em relação à representação das mulheres merece uma análise mais crítica. A crescente ênfase nas mulheres nas páginas da revista parece refletir menos um verdadeiro compromisso com a igualdade de gênero e mais uma estratégia de marketing para alinhar a imagem da empresa às demandas sociais da época. Embora o aumento da visibilidade feminina possa ser visto como um passo positivo, é questionável se essa mudança realmente resultou em uma participação mais significativa e equitativa das mulheres nas decisões e práticas agrícolas ou se serviu apenas para consolidar a imagem da Sadia como uma empresa preocupada com a pauta feminina.

Além disso, ao centrar a atenção nas mulheres como parte da estratégia de “parcerias”, a instituição pode ter desviado o foco das questões estruturais e sistêmicas que afetam o empoderamento feminino, como melhor remuneração dos lotes de suínos e frangos. A promoção da ideia de que a presença feminina é importante para o sucesso desse mecanismo de controle pode ter sido uma tentativa de fortalecer a imagem da Sadia sem abordar de forma prática as desigualdades e os desafios enfrentados pelas mulheres no contexto agrícola. A revista, portanto, desempenhou um papel ambíguo: enquanto destacava o papel das mulheres, também pode ter servido como uma ferramenta para reforçar a narrativa da Sadia sem necessariamente promover mudanças profundas na dinâmica de poder e participação dentro das estruturas negociais agrícolas.

As Figuras 2 e 3 ilustram vividamente a abordagem adotada pela empresa em relação ao papel feminino, buscando gerar uma identificação mais profunda das

mulheres com a Sadia. A Figura 2 encontra-se no contexto da década de 1980, e retratou os homenageados da empresa por tempo de serviço, destacando os casais e subvertendo a norma das décadas anteriores. A Figura 3 os homens que aparecem sozinhos são aqueles que provavelmente não possuem esposas ou são viúvos. Embora essa representação indique um avanço na visão sobre a importância da participação feminina, ainda refletiu uma visão onde as mulheres são complementares aos homens, e não protagonistas por direito próprio. Essa mudança mostrou uma alteração na percepção do Conselho de Administração da Sadia, que era o responsável por organizar essas homenagens, sobre o papel das mulheres, reconhecendo-as como parte integrante e essencial da força de trabalho e familiar. A imagem, tirada da revista Integração, utiliza fotografias e textos para homenagear os marcos de serviço de 20, 25 anos, entre outros, destacando a importância coletiva e a valorização individual dos agricultores.

No entanto, apesar dessa mudança, as mulheres ainda são frequentemente retratadas em um papel secundário, como apêndices dos homens, sendo homenageadas em conjunto como casais ao invés de serem reconhecidas individualmente por suas contribuições.

Figura 2 - Homenageados por tempo de trabalho na Sadia



Fonte: Integração, nº 44, pg. 12, 1984.

Como pode ser visto na Figura 3, na qual a organização homenageou os funcionários homens como padrão de produção, a abordagem refletiu as normas sociais e de gênero da época. Nas décadas anteriores a 1980, não havia tanta preocupação com as questões de gênero, especialmente nas páginas da revista Integração, que raramente destacava as contribuições femininas e muito menos igualdade de gênero. A homenagem focada exclusivamente nos homens exemplifica a forma como as práticas empresariais daquela época negligenciavam a inclusão e o reconhecimento das mulheres no ambiente de trabalho.

Figura 3 - Homenageados por padrão de produção



Fonte: Integração, nº 2, pg. 8, 1978.

A inclusão de uma página, Figura 4, ensinando crochê para mulheres no boletim interno número 3 de 1979 da Sadia, é exemplo dessa estigmatização de gênero e deve ser problematizada por reforçar estereótipos, além de desvalorizar a contribuição profissional das mulheres. A equipe editorial poderia oferecer outro tipo de conteúdo, como por exemplo que pudesse inspirar o desenvolvimento profissional das funcionárias, mas, optaram por um enfoque que sublinhava os estereótipos femininos. Apesar de algumas mudanças nos discursos, percebe-se que na prática ainda continuam mantendo e reafirmando um pensamento excludente para as mulheres. Isso sugere que a Sadia, nesse período, via o papel das mulheres dentro da organização através de um enfoque tradicional, ao invés de funções produtivas.

Figura 4 - Página feminina ensina crochê

Em contraponto, a Figura 5 retratou uma cena que destacou a presença de toda a família em atividades relacionadas ao sistema de produção agrícolas. Essa representação visual se tornou mais proeminente a partir do final da década de 1980, devido à crescente necessidade de envolvimento da mão de obra feminina na agricultura integrada.

A análise crítica da Figura 5 permitiu explorar diversas dimensões sociais, econômicas e culturais da época. A Figura, como parte de uma estratégia publicitária, visava promover a integração familiar nas atividades agropecuárias, utilizando a presença de mulheres e crianças para transmitir uma imagem de união e esforço coletivo. A partir década de 1980, começou uma crescente valorização da participação feminina no mercado de trabalho e nas atividades rurais. É uma mudança no discurso sobre os papéis de gênero, mesmo que ainda dentro dos limites impostos pelo capital, que buscava maximizar a eficiência ao menor custo possível.

Figura 5 - Representação da família de um agricultor no sistema de integração



Fonte: Integração, nº 44, pg. 18, 1984.

O Conselho de Administração da Sadia percebeu que contar com a contribuição de toda a família, incluindo mulheres e crianças, era fundamental para o sistema de produção. Isso porque as mulheres desempenham um papel significativo em várias etapas do processo agrícola, desde a gestão e a organização das atividades até o trabalho prático no campo. Além disso, a inclusão das mulheres nesse modelo econômico refletiu os princípios da agricultura familiar, que valoriza a colaboração e a participação de todos os membros da família nas atividades agrícolas.

Essa mudança de pensamento pode ser percebida nas palavras do Vice Presidente do Conselho de Administração da Sadia, sr. Zoé Silveira D'Avila:

Incontestavelmente o grande sucesso alcançado pela Sadia junto ao mercado consumidor é fruto do padrão de qualidade de seus produtos. Inúmeros fatores cooperaram para que tal padrão fosse alcançado, consolidado e sempre mantido através dos tempos. [...] E fazendo parte consciente do esforço humano, que participa da elaboração e conservação da alta qualificação do produto, está o trabalho da mulher. Na empresa a ela muito se deve. Ocupando os mais diferentes cargos, exercendo as mais diferentes funções, é sobretudo na área de produção que ela sempre mereceu destaque, formando um grande contingente, é nesta área que seu papel é de fundamental importância, dotada de natural sensibilidade, preocupada com a higiene e em fazer as coisas carinhosamente bem feitas, com senso profissional, a mulher é uma das grandes responsáveis pela manutenção do padrão de qualidade dos produtos. Sendo força ativa de trabalho, as mulheres, na Sadia não são meras expectadoras do progresso e desenvolvimento da empresa. São participantes convicta do processo e co-responsáveis pela produtividade e sucesso da Organização [...] (SADIA, 1985, p. 1).

A fala do conselho de administração da Sadia destaca o papel das mulheres na manutenção do padrão de qualidade dos produtos da empresa, reconhecendo sua contribuição em diversas funções e cargos. No entanto, essa declaração, apesar de parecer elogiosa, contém elementos que perpetuam estereótipos de gênero e minimizam a igualdade no reconhecimento das contribuições femininas. Isso pode ser notado mais à frente na composição majoritariamente masculina da estrutura organizacional de 1993, destacando a sub-representação das mulheres em posições de liderança e tomada de decisão, conforme será visto mais à frente.

Primeiramente, a ênfase na "natural sensibilidade", "preocupação com a higiene" e o "carinhosamente bem feitas" são características tradicionalmente associadas a estereótipos de gênero, que retratam as mulheres como inerentemente cuidadosas e detalhistas, reforçando a ideia de que suas habilidades são inatas e não adquiridas através de treinamento e experiência profissional. Este tipo de linguagem naturalizou as qualidades das mulheres e as tornou complementares aos atributos profissionais tradicionais e não iguais, o que desvalorizou suas capacidades e esforços em comparação aos homens.

Ao destacar que as mulheres são "uma das grandes responsáveis pela manutenção do padrão de qualidade dos produtos", a fala do conselho não aborda a necessidade de reconhecimento equitativo, remuneração justa, e oportunidades iguais de avanço na carreira para as mulheres. O fato de muitas mulheres estarem concentradas na área de produção, como mencionado, pode refletir uma segregação ocupacional que limita suas oportunidades em cargos de liderança e áreas estratégicas.

Embora a fala reconheça que as mulheres são participantes do processo, ela ainda as coloca em uma posição de suporte, ao invés de protagonistas no desenvolvimento da empresa. As características estereotipadas e a não implementação de políticas que promovam a equidade, pelo Conselho de Administração, são fatores que impedem a efetivação da igualdade de gênero no âmbito da SADIA.

Na Figura 6, a fotografia parte de uma estratégia publicitária da Sadia, mostrando a eficácia de envolver toda a família, incluindo mulheres e crianças, nas operações diárias da propriedade. Essa inclusão feminina foi fundamental para otimizar o funcionamento das operações e reduzir o tempo necessário para alojar e cuidar dos animais, como frangos e suínos. É notável na imagem que as mulheres e

até mesmo as crianças são responsáveis por tarefas que são consideradas leves, por exigir menos esforço físico. Essa publicidade da participação feminina mostra uma mudança no discurso sobre os papéis de gênero, mas ressalta também a importância da colaboração de todos os membros da família para o sucesso das atividades agrícolas integradas.

Esse retrato, similar ao anterior, destaca a participação familiar no trabalho agrícola, evidenciando uma divisão de trabalho baseada em gênero e idade. As mulheres e as crianças são vistas realizando tarefas que, embora consideradas leves, são essenciais para o funcionamento da fazenda. A imagem parece capturar um momento de rotina diária, onde a colaboração entre diferentes membros da família é vital para a operação eficiente do negócio agropecuário. Nessa visão, as tarefas atribuídas às mulheres são vistas como extensões de seus papéis tradicionais de cuidadoras, limitando a plena integração e valorização de suas contribuições. Além disso, a presença de crianças envolvidas em atividades agrícolas levanta questões sobre o trabalho infantil e as condições sociais que levam famílias a incluir seus filhos no trabalho para sustentar a economia familiar. Assim, enquanto a imagem valoriza a estrutura familiar como essencial para a produção agrícola, essa valorização é condicionada pelo contexto de maximização da produtividade e redução de custos, típicos das estratégias capitalistas da época.

A imagem também reflete uma perpetuação dos papéis de gênero tradicionais, onde o trabalho pesado e de maior responsabilidade é presumivelmente reservado aos homens, que aparecem ao fundo carregando caixas. Essa divisão de tarefas não só mantém as normas de gênero da época, mas também sublinha os limites do capital em utilizar a mão-de-obra disponível da maneira mais econômica possível. A imagem, portanto, ilustra tanto a cooperação familiar quanto as desigualdades inerentes nas dinâmicas de trabalho rural. Além disso, a cena traz à tona as dificuldades enfrentadas pelas famílias rurais, que precisam integrar todos os membros, independentemente da idade, para garantir a sustentabilidade econômica. É comum que as famílias de agricultores envolvam seus filhos e filhas nas atividades do campo, pois isso é essencial para o processo produtivo.

Figura 6 - Família no trabalho dentro do aviário



Fonte: Arquivo do Engenheiro Agrônomo³¹

A Figura 7 e a reportagem sobre Célia, intitulada "Guerreira fez da integração a sua vida", proporcionam uma visão da empresa sobre o papel das mulheres no sistema de integração. Através da figura de Célia, a reportagem destaca a dedicação e a resiliência feminina no campo, sublinhando sua importância não apenas como trabalhadora, mas também como líder e modelo para a sua família.

O protagonismo feminino ganha destaque ainda maior na entrada dos anos 2000. Nesse contexto, não há mais como negar o protagonismo feminino nas lidas do campo. A Sadia aposta alto no trabalho feminino a partir de então. Isso pode ser notado com a reportagem sobre a sra. Célia Spuldaro, que assumiu a propriedade sozinha, junto com os filhos, após a morte de seu esposo. Esse destaque gerou uma nova mentalidade na definição dos papéis de gênero no campo. A mulher protagonizou novos papéis que antes lhe foram negados, como partes das mudanças exigidas pelo próprio sistema agroindustrial. Observa-se o exposto acima na Figura 7.

³¹ Arquivo pessoal de um ex-funcionário engenheiro agrônomo da SADIA, que atuou na empresa entre as décadas de 1970 e 1990. No momento da fusão da SADIA com a BRF, o profissional resgatou fotografias e relatórios internos que estavam destinados ao descarte, preservando assim documentos importantes.

Figura 7 - Reportagem de destaque da agricultora Célia Spuldaro



Guerreira fez da integração a sua vida

Ao entrar na propriedade de Célia Spuldaro, localizada em Linha Alvorada, interior de Concórdia - SC, e ver três aviários de cem metros funcionando a todo o vapor, o visitante pode pensar que uma família inteira, daquelas com vários homens, cuida da propriedade. A impressão para por aí. Então uma mulher, mãe de dois filhos, Darlan, com 16 e Ricardo, com 11, se aproxima.

Filhos pequenos, a perda do companheiro e uma vida ainda por construir, dívida de um aviário que estava sendo construído, incertezas... Muitos seres humanos sofrendo metade disso se entregam. Mas não Célia!

"Eu tive que decidir se largava tudo e partia para outra, mas eu

tinha os meus filhos e precisava fazer alguma coisa. Foram eles minha motivação maior", diz com os olhos perdidos em memórias.

"Logo que meu marido morreu, voltei a estudar, terminei o primeiro grau, completei o segundo e, entre a labuta em dois aviários, entrei na faculdade e estou no sexto semestre de Administração", fez questão de esclarecer. Com o aprendizado, a mente se abriu ainda mais e outro aviário foi erguido.

"Culpar o mundo pelos problemas e tragédias que a gente passa não adianta nada. No final, é a gente que tem que tomar a atitude vencedora. Não consigo ver minha propriedade como uma terra no interior, ela é uma empresa que movimenta milhares de reais por ano e fornece emprego também. É

assim que eu me vejo", lembra. E isso se percebe bem quanto a forma de gerenciar a granja. São três aviários num espaço de 51,9 hectares.

Célia tem um outro empreendimento onde realiza a Terminação de cerca de 900 suínos e é cuidada por um funcionário. E tem seguro de tudo. Desempenho? Célia possui três troféus de Prêmio de Excelência Agropecuária dados pela Sadia. Perguntada sobre a relação com os extensionistas, ela considera os técnicos como parceiros, orientadores, como braços direitos do negócio.

Mas a guerreira quer mais. "Estou preparando meus sucessores, que são meus filhos. Um está na Escola Agrotécnica Federal de Concórdia e o outro também vai se preparar para gerenciar a propriedade no futuro", finaliza a orgulhosa em-

Fonte: Sadia no Campo, 2009, p.2. ³²

A nova estrutura organizacional da Sadia, Figura 8, implementada em 1993, evidenciou uma discrepância significativa entre o discurso e a prática efetiva de inclusão de mulheres em posições de liderança. Apesar da retórica da empresa valorizar a contribuição feminina, a realidade mostrava-se bastante diferente. A nova estrutura contava com uma presença mínima de mulheres, destacando-se apenas

³² Este boletim, intitulado Sadia no Campo, foi encontrado apenas no volume único de 2009. Não há informações sobre possíveis edições anteriores ou sobre a continuidade ou descontinuidade da publicação.

da época, onde a presença feminina era crescente, mas as posições de liderança e poder ainda eram predominantemente masculinas.

Figura 9 – Participação feminina na SADIA



Fonte: Boletim interno, nº 20, pg. 05, 1993

A entrevistada 6 revelou as atividades desempenhadas por uma mulher agricultora dentro de um aviário. A entrevistada menciona tarefas como "bater a cama", "descarregar os pintos" e ajudar nas atividades diárias do aviário. Essas funções eram essenciais para o funcionamento do aviário e confirmam a participação ativa e a contribuição significativa das mulheres na produção avícola, o que revela que sua presença ia além do apoio esporádico, ou seja ela desempenhava tarefas essenciais ao funcionamento do aviário:

Jordan: E quais as principais funções que a senhora enquanto mulher agricultora fazia no aviário?

Entrevistada 6: Ah, eu ajudava a bater a cama, ajudava a descarregar os pintos, ajudava ali no dia a dia, né? Dentro do aviário.

Jordan: Você acha, a senhora acha, que a mulher tem um papel importante dentro desse trabalho, de parceria, dentro da agroindústria?

Entrevistada 6: Se nois fosse valorizada nos valores de dinheiro, sim. Mas financeiramente ela nois não somo valorizada. Financeiramente. Não está respondendo pelo trabalho que a gente faiz (ENTREVISTADA 6, 2024).

A resposta à segunda pergunta expôs um aspecto crítico da participação feminina na agroindústria que era a falta de valorização financeira. A entrevistada 6 afirma que, se as mulheres fossem adequadamente valorizadas financeiramente, seu

papel seria reconhecido como importante. Sua resposta apontou para a diferença entre o valor do trabalho realizado e o valor atribuído a ele. A repetição do termo "financeiramente" mostrou a sua frustração com a ausência de remuneração justa, o que mostrou uma lógica patriarcal ainda predominante, em que o trabalho das mulheres não é devidamente reconhecido e nem compensado financeiramente.

A falta de reconhecimento financeiro do trabalho feminino implicou que, embora as mulheres estejam ocupando mais espaço e contribuindo significativamente para a produção, elas não estão recebendo uma remuneração proporcional aos seus esforços. Isso refletiu uma desigualdade persistente que impediu o pleno reconhecimento e valorização do papel das mulheres na agroindústria.

Essa abordagem deve ser integrada ao apoio técnico especializado para agricultores na "parceria" com a Sadia, assegurando que as mulheres agricultoras também recebam o suporte necessário para desempenhar suas funções de maneira eficiente e serem justamente recompensadas por seu trabalho.

1.2.2 Apoio técnico especializado para agricultores na "parceria" com a Sadia

O apoio técnico foi fundamental para a construção de uma história da agricultura familiar que está intimamente ligada à assistência técnica oferecida pelas empresas do setor agroindustrial. Um exemplo emblemático desse fenômeno pode ser observado no então distrito de Arabutã (atualmente uma cidade, emancipada em 1991) onde a empresa Sadia desempenhou um papel significativo na implementação de estratégias para integrar os agricultores locais nos seus acordos comerciais.

O relatório trouxe como metas a serem alcançadas a "designação de um técnico de origem alemã" utilizando o interesse dos agricultores pela "adubação do milho" como forma de aproximação, visto que "são agricultores poucos resistentes ao fomento" (SADIA, 1969, p. 2).

A contratação de técnicos locais revelou-se como uma estratégia fundamental para estabelecer uma relação de confiança com os agricultores. Em Arabutã, onde a imigração alemã era predominante, muitos agricultores sentiam-se mais confortáveis em receber orientações de profissionais que falassem o dialeto local. Nesse contexto, a designação de técnicos de origem alemã pela Sadia foi a abordagem escolhida para tentar a aproximação e eliminar as barreiras de comunicação a fim de promover uma maior aceitação das práticas agrícolas que a empresa entendia como melhores.

Outra estratégia importante foi a identificação de interesses comuns entre os técnicos e os agricultores. Ao destacar temas de interesse mútuo, como a adubação do milho, os técnicos puderam estabelecer pontos de contato com os agricultores e demonstrar seu conhecimento especializado. Assim houve uma maior receptividade por parte dos agricultores, que passaram a ver a Sadia como uma empresa de confiança e que poderia ser uma parceira nas suas atividades agrícolas.

Durante a década de 1970, a instituição realizou constantes testes com novas fórmulas de alimentação, selecionando um grupo específico de agricultores para a introdução desses novos produtos destinados à alimentação dos suínos. Esses testes tinham como objetivo observar a conversão alimentar, o retorno financeiro, a qualidade da carne e da carcaça, e o ganho diário dos animais, com o intuito de transformar as propriedades rurais em empresas rurais econômicas (SADIA, 1971, p. 41-45).

A seleção de agricultores para os testes concentrou benefícios em poucas propriedades, e isso aumentou as desigualdades e excluiu pequenos produtores considerados economicamente inviáveis. A lógica empresarial adotada no campo focou na eficiência e no lucro, desconsiderando todas as características locais e padronizando um modelo de produção que nem sempre era adequado à realidade dos agricultores e agricultoras.

O discurso da eficiência técnica e do mérito, afirmado pela Sadia, é ideológico. Quando a empresa apresentou critérios de seleção que foram firmados numa suposta aptidão individual dos agricultores e agricultoras, escondeu-se que algumas questões como o acesso à terra, à assistência técnica e ao capital produtivo não estavam distribuídas de formas iguais. Esse fenômeno joga para a família de agricultores, a responsabilidade por não se adaptar aos padrões exigidos. Essa narrativa constrói uma hegemonia simbólica, normalizando a exclusão e os interesses do Conselho de Administração da empresa que se impuseram sobre a coletividade.

As pequenas propriedades sem condições de atender as necessidades da indústria, não receberam a formação e estavam fora do processo de produção. Os critérios para seleção estavam alicerçados em três perspectivas: econômica, social e moral (SADIA, 1971).

A perspectiva econômica passava pela quantidade de terras cultiváveis, estrutura instalada e modernização da mesma, capacidade financeira do agricultor e localização geográfica da propriedade. Esses critérios foram estabelecidos e

influenciados, geralmente, por preconceitos. Isso gerou uma exclusão de algumas propriedades do processo de desenvolvimento agrícola.

A questão social estava diretamente relacionada com a capacidade de mão de obra disponível na propriedade. Ou seja, a capacidade de trabalho dos membros da família, na produção agrícola, era um dos critérios considerados importantes pela empresa para a inclusão ou exclusão das propriedades dos testes. Propriedades com uma força de trabalho mais numerosa tinham mais chances de serem selecionadas, pois podiam garantir uma melhor execução das práticas recomendadas. Por outro lado, propriedades com famílias pequenas ou com escassez de mão de obra corriam o risco de serem excluídas dos testes, pois poderiam não ser capazes de implementar as novas técnicas.

Com isso, a seleção não se limitava apenas à análise das condições financeiras e/ou técnicas da propriedade, mas considerava, também, como parte importante do projeto, o comprometimento dos agricultores e agricultoras. A análise do comprometimento como critério adicional somado a parte financeira e técnica sugere que havia um elemento subjetivo na seleção. A subjetividade desse critério precisa ser problematizada, como ela foi definida e aplicada, e as respostas podem sugerir que essa padronização pode não ter sido justa ou objetiva.

Os agricultores selecionados recebiam novas fórmulas de alimentação para os suínos e eram orientados em diversos aspectos relacionados à produção agrícola. Isso incluía orientação técnica sobre o manejo adequado dos suínos, como cuidados de saúde, nutrição e condições de alojamento. Também eram orientados sobre a correção do solo para o plantio, objetivando a melhor fertilidade e produtividade das culturas. A preparação para a produção industrial de suínos também era uma parte importante do programa, com orientações sobre os padrões de qualidade e os requisitos de higiene necessários para o fornecimento à indústria. Além disso, os agricultores eram informados sobre as opções de financiamento bancário disponíveis para auxiliá-los na aquisição de insumos, equipamentos e infraestrutura necessários para a implementação das novas práticas agrícolas.

Nos relatórios produzidos pela empresa é notório o estabelecimento de metas a partir do cenário posto. Nas primeiras páginas desses relatórios, Elvio Flores, responsável pelos relatórios e importante diretor executivo da Sadia, elaborou as metas para o ano de 1970, destacando a necessidade de ampliar a presença no então distrito de Arabutã, pois segundo o relatório “são agricultores um pouco resistentes ao

trabalho de fomento” e, para superar as desconfianças, a empresa tinha como estratégia enviar “um técnico de origem alemã [...] aproveitar o interesse que os agricultores têm demonstrado pela adubação³³ do milho, como meio para aproximação do técnico” (SADIA, 1969, p. 3).³⁴

O Conselho de Administração da Sadia entendeu desde cedo que havia a necessidade de convencimento dos agricultores para inseri-los no programa de fomento. Por intermédio desses relatórios, podemos perceber que havia muita desconfiança entre os agricultores e isso pode ser entendido pela perspectiva de que havia mudanças significativas acontecendo rapidamente e muitos homens e mulheres rurais são avessos à ideia de depender de alguém, seja do banco, seja da empresa.

Tanto a suinocultura quanto a avicultura possuíam metas claras e bem definidas. Em 1970, a direção da empresa deliberava que tinham de ser produzidos 2.000.000 de frangos de cortes, e para atender a esse objetivo, era necessário ampliar, reformar e construir novos aviários, além de diminuir o índice de conversão.³⁵ Podemos analisar os dados a seguir a partir dos relatórios de 1969 e plano de ação de 1970.

Tabela 3 - Suinocultura Relatório de 1969

	1966	1967	1968	1969	Diferença de 1966 a 1969 (%)
Propriedades Assistidas	281	460	552	1.041	370,5
Número de Visitas	2.819	5.218	6.523	8.432	299,1
Agricultores Atendidos	2.202	4.126	4.923	5.624	255,4
Quilômetros Percorridos	26.939	57.725	71.047	87.327	324,2
Leitões Financiados	116	455	705	864	744,8
Semente de Soja (kg)	14.554	16.651	28.800	23.040	158,3
Distribuição de Adubos (kg)	7.700	14.756	62.040	316.300	4107,8
Manejo de Suínos	718	2.403	2.244	3.711	516,8
Manejo de Aves	974	1.246	1.487	3.644	374,1
	1966	1967	1968	1969	Diferença de 1966 a 1969 (%)
Orientação Construções	64	73	84	125	195,3

³³ O oferecimento de adubos químicos para o aumento da produtividade da lavoura de milho, tinha como principal objetivo subsidiar as atividades da suinocultura e avicultura.

³⁴ No original, a fonte consultada não apresentava numeração. No entanto, ao ser incluída no texto, foi numerada para facilitar a referência.

³⁵ O Índice de Conversão Alimentar (ICA) é por definição o consumo de ração do animal em um período de tempo, dividido pelo seu ganho de peso neste mesmo período (SOUZA, 2003).

Crédito Orientado	35	76	175	180	514,3
Extensão	-	64	1.454	1.207	1207
Conservação do Solo (prop.)	12	29	80	181	1508,33
Programas de Rádio	32	47	29	111	346,9
Folhetos Editados	1	5	-	9	900
Alfafa Recebida (kg)	1.319	36.275	77.570	79.105	5997,3
Pimenta (kg)	-	-	43.949	15.837	15837
Alho (kg)	-	50.229	3.844	2.999	2999

Fonte: elaborada pelo autor, a partir do relatório de 1969³⁶.

A Tabela 3 apresenta dados que indicam um significativo crescimento do programa de assistência técnica e fomento rural ao longo dos anos analisados. O número de propriedades assistidas teve um aumento de 370,5% entre 1966 e 1969 e o número de visitas aumentou em torno de 299%, além dos quilômetros percorridos que quase triplicaram. Nota-se o crescimento notável no financiamento de leitões (744,8%), na distribuição de adubos (4.107,8%) assim como os programas de conservação do solo (1.508,33%). Além disso, os dados indicam que houve a distribuição de sementes e outros insumos para produtores, como semente de soja e alfafa, e um aumento significativo no crédito orientado (514,3%). De forma geral, esses dados sugerem um programa de fomento rural que teve um crescimento significativo e contribuiu para o aumento da produtividade e renda dos agricultores assistidos na suinocultura. Houve uma seletividade na distribuição de insumos e no direcionamento das tecnologias, que podem ter sido concentradas em produtores considerados mais viáveis aos interesses da indústria agroalimentar.

A massificação de programas de rádio e a edição de folhetos (ainda que em pequena escala) reforçam essa dimensão ideológica, ao buscar moldar a vida dos agricultores e agricultoras de acordo com a racionalidade empresarial.

Tabela 4 - Avicultura no Relatório 1969

	1966	1967	1968	1969	Diferença de 1966 a 1969 (%)
Capacidade Total	147.800	232.700	302.900	408.400	276,3
Pintos Entregues	437.770	796.795	1.088.970	1.681.945	384,2
Frangos Abatidos	403.244	718.465	981.704	1.510.429	374,6
Total de Quilogramas	662.827	1.251.539	1.714.056	2.610.286	393,8
Peso Médio	1.643	1.741	1.746	1.728	105,2
Mortalidade %	4.980	3.130	4.200	2.660	- 46,6
Ração Consumida (Sacos)	38.303	69.908	93.955	140.747	367,5
Conversão	2.880	2.790	2.780	2.690	- 6,6

³⁶ As tabelas 2, 3, 4 e 5 fazem parte de um relatório elaborado internamente pela empresa Sadia.

Fonte: elaborada pelo autor a partir do relatório de 1969.

A Tabela 4 apresenta dados da avicultura em um período de quatro anos, de 1966 a 1969. Os dados indicam um aumento expressivo em diversos índices ao longo desse período. A capacidade total de produção da Sadia aumentou em 276,3%, o que indica um investimento pesado em expansão da produção. Houve, também, um aumento significativo na quantidade de pintos entregues e frangos abatidos, assim como no peso médio dos frangos. Isso demonstra que a empresa conseguiu produzir mais e com maior eficiência, o que pode ser explicado pela diminuição na conversão (menos ração necessária para produzir um quilo de carne) de 6,6%.

Outro dado importante apresentado na Tabela 4 é a diminuição da mortalidade em 46,6%. Um avanço nos estudos e técnicas utilizadas na criação de frangos que contribui para uma produção mais eficiente. A ração controlada e fornecida pela empresa também é citada como fator que contribui para o aumento do peso médio dos frangos e, conseqüentemente, para a produção de frangos. Os dados apresentados demonstram um crescimento expressivo na produção avícola, com investimentos em expansão da capacidade de produção e aumento da eficiência na produção de frangos no ano de 1969.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a Sadia implementou estratégias para aumentar a produção agrícola na região de Concórdia. Uma das principais iniciativas foi a facilitação do acesso ao crédito agrícola, viabilizado por meio do Banco do Brasil com seu “apoio irrestrito” (SADIA, 1972, p. 20). Nesse processo, a empresa desempenhou um papel essencial como intermediária, auxiliando os agricultores na aprovação dos financiamentos necessários para impulsionar suas atividades. No entanto, esses financiamentos exigiam como contrapartida o oferecimento da sua propriedade rural como garantia. Esse financiamento visava transformar as pequenas propriedades familiares, antes voltadas para a subsistência, em empreendimentos lucrativos e produtivos, pequena empresa rural, a fim de aumentar a produtividade (SADIA, 1969, 1971, 1972). A Sadia, ao promover essa transição, buscou expandir sua base de fornecedores e fortalecer sua própria posição no mercado, garantindo um suprimento constante e de qualidade dos produtos agrícolas necessários para sua produção industrial.

Quando a propriedade rural não atendia as expectativas da empresa, ela era desligada, como aconteceu em 1972 onde no relatório consta

Amparadas na evidência de que muitas propriedades, embora recebendo assistência há mais de 2 anos, não conseguem melhorar sua produção, por diversas deficiências, como: desinteresse, desestímulo, mudanças de residências, baixa liquidez financeira para os investimentos necessários, terras totalmente desfavoráveis, etc., resolvemos diminuir o nº de assistidos para tornar a assistência mais efetiva e, para provar a validade desta medida [nova fórmula de alimentação], basta-nos dizer que, com 184 propriedades a menos, produzimos 1.230 porcos a mais para o abate (SADIA, 1972, p. 18).

Ao perceber que muitas propriedades não estavam conseguindo melhorar sua produção, a empresa decidiu reduzir o número de assistidos para tornar a assistência mais eficaz. Apesar de essa medida aparentemente ter resultado em um aumento na produção de porcos, é importante considerar que essa atitude impactou profundamente a vida das famílias. A redução da assistência pode ter agravado a situação de algumas propriedades rurais, que, mesmo se adaptando aos interesses da agroindústria, foram eventualmente desligadas por não serem consideradas lucrativas.

Além das novas técnicas de produção inseridas pela empresa na propriedade rural, existia ainda a necessidade de investimentos em construção. Novos aviários e chiqueiros padronizados tiveram que ser construídos, além de um novo reordenamento da propriedade rural com uma maior estrutura. Isso incluía a eliminação total do porco e frango considerados comuns.

Conforme as atividades agrícolas aumentavam e se padronizavam nas propriedades rurais parceiras, as mulheres encontraram uma oportunidade de exercer a agência muitas vezes silenciosa e imperceptível dentro desse cenário. Sua inserção mais efetiva no trabalho rural respondia às novas demandas da produção industrial; mas também representava uma forma de resistir às estruturas capitalistas que se consolidavam no campo. Assim, sua participação revelava estratégias sutis de afirmação e contestação dentro de um espaço marcado pela dominação masculina e pela lógica empresarial.

A uniformização das atividades agrícolas pode ser entendida como uma estratégia de controle e organização do trabalho no campo. No entanto, as mulheres souberam transformar esse processo em oportunidade para ampliar sua atuação e fortalecer sua presença na produção rural. Ao assumirem funções mais variadas e se

envolverem nas decisões sobre a propriedade, passaram a desafiar os papéis de gênero convencionais e a questionar as hierarquias estabelecidas.

A análise apresentada ao longo deste capítulo evidenciou como o sistema de “parcerias” implantado pela Sadia em Concórdia, a partir dos anos 1970, reconfigurou profundamente as relações de trabalho no meio rural. Ao mesmo tempo em que ofereceu uma alternativa de renda para milhares de famílias agricultoras, também impôs um novo modelo de produção pautado pela lógica do capital agroindustrial, que reestruturou os vínculos sociais, familiares e econômicos no campo. Nesse processo, as mulheres, inicialmente invisibilizadas ou reconhecidas apenas como auxiliares dos maridos, foram gradualmente ocupando um espaço ativo dentro desse modelo, mesmo diante de desafios estruturais e simbólicos.

O ingresso das mulheres agricultoras nesse sistema não se deu de forma passiva ou automática. Ao contrário, exigiu delas estratégias de inserção, adaptação e resistência em um ambiente marcado por desigualdades de gênero e por rígidos controles impostos pela empresa. A atuação das mulheres no interior das propriedades e nas redes comunitárias mostrou uma prática que se consolidou ao longo do tempo, e que será explorada com mais profundidade nos capítulos seguintes, sobretudo no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, às formas de resistência e à construção de alternativas para além da lógica do agronegócio.

2. Papéis e Desafios das Mulheres na Agricultura

Nesse capítulo abordaremos a complexa realidade das mulheres na agricultura, investigando como seus papéis e desafios evoluíram ao longo das décadas. A análise começará com uma visão histórica da participação feminina no meio rural, explorando como as mulheres contribuíram para a agricultura e como suas funções foram remodeladas pelas mudanças econômicas e sociais. A transformação das dinâmicas de gênero na agricultura será o foco central, revelando como as mulheres adaptaram suas funções e desempenharam papéis cada vez mais significativos, mesmo diante de desafios estruturais e culturais.

Em seguida, o capítulo examinará as responsabilidades e as ações das mulheres no contexto rural, destacando sua capacidade de influenciar e gerenciar suas atividades e consequentemente a propriedade. Ao abordar os desafios específicos enfrentados por essas mulheres, o capítulo investigará as lutas por igualdade de gênero e reconhecimento, bem como as percepções da sociedade e da agroindústria sobre o papel feminino na agricultura.

2.1 O Trabalho das Mulheres no Meio Rural

As relações de poder e desigualdade que permeiam a história da humanidade afetaram e afetam diversos grupos sociais e, de modo especial, as mulheres. As narrativas históricas foram majoritariamente construídas sob uma perspectiva androcêntrica, excluindo a participação e a contribuição feminina nos diferentes processos. Em resposta a essa lacuna, o movimento feminista trouxe importantes contribuições ao conceito de gênero, expondo que a opressão das mulheres não decorre de fatores biológicos, mas de uma construção social e histórica que buscou subordinar as mulheres aos homens.

Agricultura é uma atividade que envolve trabalhadores rurais, tanto homens quanto mulheres, cujas identidades estão intimamente ligadas a terra. No entanto, a entrada do capital agroindustrial provocou mudanças significativas na agricultura, resultando na reorganização da vida no campo e à subjugação das agricultoras e dos agricultores à lógica capitalista e ao assalariamento do trabalhador rural.

Nesse contexto, destaca-se a pluriatividade, fenômeno em que a família executa diversas atividades vinculadas à agricultura, sendo essa característica especialmente marcante para as mulheres agricultoras. Entretanto, na divisão sexual do trabalho rural, as tarefas consideradas exclusivamente femininas costumam ser desvalorizadas economicamente, por serem associadas ao trabalho reprodutivo. Em contrapartida, as atividades remuneradas são atribuídas aos homens. Essa desigualdade, porém, não se restringe ao meio rural, mas se reflete em todas as esferas da vida econômica das mulheres.

Ao analisar a atuação das mulheres diante das práticas de desigualdade, observou-se que muitas delas desafiavam a divisão tradicional do trabalho, afirmando a importância econômica de suas atividades e reivindicando espaços historicamente marginalizados. Quando contrapomos essa realidade com a experiência das mulheres urbanas, observamos que, embora enfrentem desafios distintos, ambos compartilham uma luta comum por reconhecimento e valorização do trabalho feminino. Essas ações destacam a diversidade de estratégias adotadas pelas mulheres em diferentes contextos, evidenciando a complexidade das dinâmicas de gênero nas esferas agrícola e urbana.

2.1.1 Evolução Histórica da Participação Feminina na Agricultura

A atuação das mulheres na agricultura pode ser compreendida pela perspectiva do trabalho reprodutivo, historicamente associado ao cuidado, à alimentação, à criação dos filhos e à manutenção da vida cotidiana. Essas atividades, embora fundamentais para a sustentabilidade da agricultura familiar, foram frequentemente desvalorizadas pelas estruturas econômicas dominantes, pelas políticas públicas e pelo discurso técnico das agroindústrias. Consideradas como uma extensão das

obrigações domésticas, essas tarefas não eram reconhecidas como trabalho produtivo ou gerador de renda.

Segundo Santos, Bohn, Almeida (2020), é através da definição do *homo economicus* que a divisão sexual do trabalho se efetiva na agricultura. Essa divisão define os papéis de trabalho desempenhados por homens e mulheres no campo. Força, agência, racionalidades tornaram-se sinônimos de trabalho masculino, cuidado, sensibilidade e fragilidade, viraram sinônimos de trabalhos femininos. Estabelece-se assim, o papel que homens e mulheres desempenham no campo, sendo justificado pela diferenciação biológica.

O trabalho na propriedade rural representa a fonte de renda da família e também desempenha um papel essencial no fortalecimento de sua identidade, sendo a combinação das atividades produtivas realizadas por todos os membros da família. Nesse contexto, é evidente a divisão sexual do trabalho, com as atividades historicamente associadas a cada gênero e faixa etária sendo distribuídas entre homens, mulheres, crianças e idosos. Essa divisão, muitas vezes, é naturalizada, ou seja, vista como algo intrínseco às características biológicas e psicológicas de cada sexo, perpetuando desigualdades de gênero. Tal naturalização acaba por restringir as escolhas e as oportunidades profissionais dos indivíduos, fortalecendo estereótipos sobre quais trabalhos são considerados adequados para homens e para mulheres (BONI, 2005).

A divisão sexual do trabalho, conforme tradicionalmente definida, estabeleceu limites bem definidos entre as atividades produtivas, estas associadas aos homens, e as atividades reprodutivas, atribuídas às mulheres. Enquanto os trabalhos produtivos são realizados fora de casa, remunerados e socialmente reconhecidos como geradores de valor e renda, os trabalhos reprodutivos são realizados no ambiente doméstico, não remunerados e frequentemente invisíveis como trabalho, mas contribuem para a reprodução social. No entanto, é importante ressaltar que essas atividades não podem ser totalmente dissociadas apesar de serem definidas conceitualmente de forma oposta (BANDEIRA e PRETURLAN, 2016; CARLOTO e GOMES, 2011).

Conforme observado por Pinheiro (2016), o trabalho reprodutivo abrange uma série de atividades relacionadas aos cuidados com familiares, crianças, idosos, pessoas doentes ou com deficiência, além do cuidado com a casa (lavar roupas, cozinhar, limpar, lavar louças), a horta e o jardim. Essas atividades são realizadas no

espaço da casa e, mesmo não sendo remuneradas, são essenciais para a manutenção da vida familiar e para a reprodução da força de trabalho.

Essa distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo não reflete a realidade complexa da vida das mulheres agricultoras. Na prática, muitas mulheres agricultoras em Concórdia, SC, assim como quase a totalidade das mulheres rurais em diversos locais, desempenham papéis tanto na produção agrícola quanto nos cuidados domésticos e familiares.

De acordo com Cordeiro (2007), as mulheres são geralmente responsáveis pelas atividades de reprodução. Tais atividades são costumeiramente vistas pelos homens como desprovidas de relevância. Até mesmo quando as mulheres executam as funções produtivas, como o trabalho de ordenha, por exemplo, essas tarefas são vistas como auxiliares ao trabalho masculino. Nessa dinâmica, o homem adquire a liderança da propriedade rural e toma as decisões, excluindo as mulheres das escolhas, mesmo que elas trabalhem mais horas do que eles. O trabalho feminino fica invisibilizado, já que a mulher não é reconhecida como produtora, o que leva à falta de legitimação de sua identidade (SANTOS, 2017).

Dentro dessa lógica patriarcal, o trabalho da mulher agricultora é considerado leve, enquanto o trabalho do homem é visto como pesado.¹ A sobrecarga e o não reconhecimento do trabalho feminino levam muitas mulheres jovens a deixar a agricultura e migrar para as cidades em busca de emprego. Esse fenômeno gerou um grande problema, que é o celibato forçado dos homens agricultores, comprometendo seriamente a continuidade do trabalho na pequena propriedade rural (BONI, 2005).

A fala de uma de nossas depoentes, Cibeles Haak (2023), ilustrou a sobrecarga de trabalho que muitas mulheres enfrentavam, realizando tarefas tanto dentro quanto fora de casa. Essa realidade refletiu uma divisão de trabalho tradicional, na qual as mulheres assumiram uma quantidade desproporcional de responsabilidades domésticas e produtivas. A entrevistada mencionou que, apesar do trabalho na roça

¹ O trabalho “leve” e “pesado”, conforme concebido pela ideologia da força, é uma classificação que atribuiu atividades que exigem maior força física aos homens, considerados fortes, enquanto as atividades consideradas menos exigentes em termos físicos são designadas às mulheres, associadas à fragilidade. Essa divisão do trabalho, embora historicamente enraizada, é objeto de críticas por sua reafirmação de estereótipos de gênero e pela perpetuação de desigualdades entre homens e mulheres. A naturalização do trabalho no campo baseado em explicações biológicas é uma tentativa de ratificação da ideologia de desvalorização da mulher, tornando-a natural e imutável. A análise crítica dessas variáveis culturais historicamente determinadas é essencial para compreender e desafiar as estruturas de poder que destacam a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero na sociedade como um todo.

ser predominantemente masculino, ela desempenhava um papel fundamental na manutenção do chiqueiro, destacando a falta de reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres.

Tem né? Porque a mulher tem que ajudar tudo fora e ainda dentro de casa bastante, tipo é ralado né? É bastante serviço, mas, sei lá também, as mulheres trabalham quase mais que os homens, se bem que o serviço na roça mais os homens fazem, que nem chiqueiro eu sempre tava junto, sempre eu que fazia tudo, porque daí quando meu marido foi trabalhar fora, era eu que levantava de manhã cedo, tratava porco e limpava o chiqueiro, de meio dia tratava porco, antes da noite as vezes ele vinha, mas aí ele começou a fazer uma faculdade aí ele voltava dez e meia da noite, onze horas, era eu que tratava de noite também os porco, três vezes por dia eu estava no chiqueiro (CIBELE HAAK, 2023).

A situação descrita evidenciou a desigualdade presente nas relações de trabalho no meio rural, em que as mulheres, apesar de realizarem tarefas pesadas e exigentes, muitas vezes não recebem o mesmo reconhecimento ou compensação que os homens. Mesmo quando os maridos se ausentam para trabalhar fora ou se dedicam a atividades como a faculdade, são elas que continuam responsáveis por grande parte das atividades agrícolas e domésticas. Esse padrão de trabalho mostrou uma estrutura de gênero profundamente enraizada, na qual as responsabilidades femininas são frequentemente invisibilizadas e desvalorizadas.

A declaração de Cibelee Haak (2023) revelou a enorme capacidade das mulheres agricultoras em gerenciar simultaneamente as exigências do trabalho e da vida familiar, mostrando força e determinação para a realização das atividades. No entanto, essa situação também mostrou a ausência de políticas adequadas para reconhecer e abordar as desigualdades de gênero na agricultura.

As mulheres agricultoras encontram no trabalho rural a forma de construção de sua identidade e, assim, a falta de reconhecimento desse trabalho representa também a desvalorização de sua identidade, o que pode gerar uma crise na forma como a mulher se reconhece.

Segundo Mello (2006, p. 6), existe uma rejeição da juventude em seguir a profissão dos pais na agricultura, especialmente entre os estratos mais jovens. Essa recusa indica que a "pressão moral" para permanecer na agricultura não é mais tão forte quanto costumava ser. Segundo a pesquisa, que ajuda ilustrar essa situação, 70% dos homens entre 25 e 30 anos ainda têm o desejo de construir sua carreira na

agricultura, enquanto aqueles entre 13 e 18 anos não consideram essa perspectiva e buscam outras possibilidades (SILVESTRO et al., 2001).

A diferença de interesse está relacionada ao menor nível de escolaridade dos jovens mais velhos. Aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar além da 4ª série do ensino fundamental têm limitações em suas escolhas. A maioria dos homens com idade entre 25 e 30 anos estudou apenas até a 4ª série do ensino fundamental e, portanto, a preferência por permanecer na agricultura parece basear-se na percepção realista de que sua educação não lhes permite vislumbrar um futuro promissor fora do meio rural e da agricultura (SILVESTRO et al., 2001).

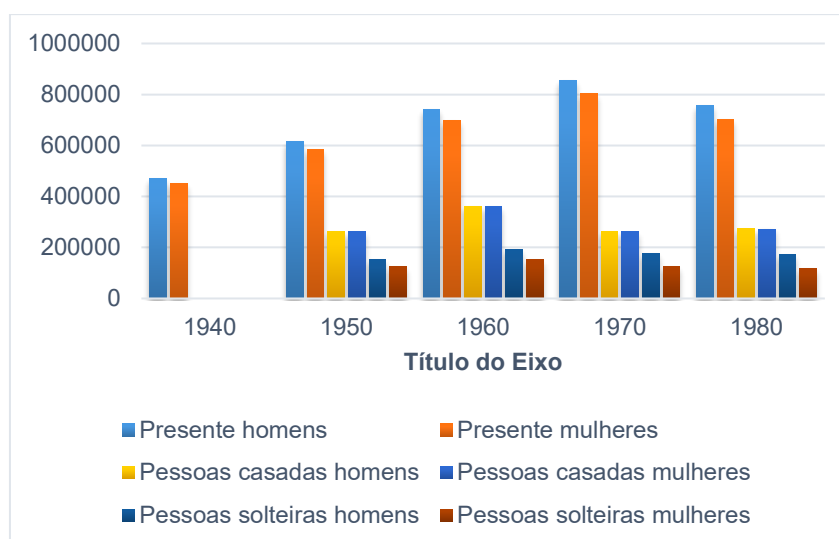
Há ainda uma forte desigualdade de gênero em relação às perspectivas de carreira desejadas. As mulheres manifestaram menos interesse em permanecer na agricultura do que os homens. De fato, as mulheres, em geral, estão se preparando para o futuro profissional no meio urbano, especialmente entre as faixas etárias mais jovens. Com isso, surge o fenômeno do celibato masculino no meio rural, a proporção da população masculina rural supera numericamente a feminina em 9,4% desde 2000. Muitos agricultores tiveram dificuldades para lembrar há quanto tempo não acontecia um casamento na comunidade em que viviam (MELLO, 2006).

Na década de 1940, conforme o Gráfico 1, Santa Catarina contava com uma população rural inferior a 500.000 pessoas, com uma clara predominância masculina, refletindo a típica divisão de trabalho agrícola da época, em que os homens dominavam as atividades rurais. A maioria era solteira, indicando uma população jovem ainda em fase de formação familiar. Nos anos 1950, a população rural catarinense ultrapassou 600.000 pessoas, resultado do crescimento natural da população. A distribuição por sexo permaneceu equilibrada e a proporção de solteiros continuou alta, sugerindo pouca mudança nas tendências de formação familiar. A década de 1960 viu um leve aumento, com quase 700.000 habitantes, enquanto a mecanização agrícola começava a ganhar força, embora a mão-de-obra humana ainda fosse essencial. A estrutura demográfica manteve-se similar à da década anterior, com leve predominância masculina e muitos solteiros. Na década de 1970, a população rural atingiu seu pico de mais de 800.000 pessoas, impulsionada pela modernização da agricultura e aumento da produtividade. No entanto, a mecanização começou a reduzir a necessidade de mão-de-obra, antecipando uma futura migração para áreas urbanas. A estrutura demográfica continuou com mais homens do que mulheres e uma predominância de solteiros, com uma diminuição nas mulheres

solteiras, refletindo talvez um aumento da independência feminina. A década de 1980 trouxe uma inversão na tendência de crescimento, com a população rural caindo para cerca de 700.000 pessoas, devido ao êxodo rural impulsionado pela urbanização e mudanças econômicas. A redução no número de mulheres solteiras foi mais acentuada, possivelmente indicando uma migração feminina em busca de melhores oportunidades urbanas. Apesar do declínio populacional, a estrutura demográfica geral permaneceu consistente com as décadas anteriores.

O aumento inicial e o subsequente declínio refletem as mudanças econômicas e tecnológicas que impactaram a vida rural. A predominância de homens e de solteiros ao longo do período destacou características sociodemográficas típicas das áreas rurais, onde a juventude e o trabalho agrícola moldaram a estrutura populacional. A presença crescente de mulheres solteiras até a década de 1960 e sua diminuição subsequente também destacam mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas da região.

Gráfico 1 - Quadro da população rural distribuída em gênero e estado civil



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados dos Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 (BRASIL, 1940,1950,1960,1970,1980).

Tabela 5 - Quadro da População em Santa Catarina

		1970	1980	1991	2000	2010
Total	Homens	1.446.255	1.817.170	2.275.714	2.670.174	3.100.360
	Mulheres	1.431.783	1.792.164	2.266.280	2.687.691	3.148.076

Urbano	Homens	609.602	1.060.862	1.580.704	2.076.143	2.578.521
	Mulheres	636.441	1.090.429	1.827.833	2.141.621	2.669.392
Rural	Homens	853.100	756.308	695.010	594.031	521.839
	Mulheres	802.591	701.735	638.447	546.070	478.684

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos censos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 (BRASIL, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Entre 1970 e 2010, de acordo com os dados da Tabela 5, o estado de Santa Catarina passou por transformações demográficas profundas, refletidas na migração acentuada da população rural para as áreas urbanas. Este fenômeno está comprovado nos dados populacionais, que mostraram um crescimento robusto da população total e as mudanças significativas na distribuição geográfica e de gênero da população.

Em 1970, Santa Catarina abrigava 2.878.038 pessoas, divididas quase igualmente entre homens e mulheres. Quatro décadas depois, em 2010, a população mais que dobrou, chegando a 6.248.436 pessoas, com 3.100.360 homens e 3.148.076 mulheres. Esse crescimento demográfico expressivo é indicativo do desenvolvimento econômico e social do estado, que atraiu e reteve uma população crescente.

A migração para áreas urbanas foi o motor dessa transformação. Em 1970, apenas 1.246.043 pessoas viviam em áreas urbanas. Esse número saltou para 5.247.913 em 2010, refletindo um aumento de mais de 320%. Tanto homens quanto mulheres foram do campo para as cidades, a população urbana feminina cresceu de 636.441 em 1970 para 2.669.392 em 2010, um aumento de 319% e a população urbana masculina cresceu cerca de 323%. Esse êxodo rural pode ser atribuído à busca por melhores oportunidades de emprego, educação e qualidade de vida oferecida pelas cidades.

Em contraste, a população rural diminuiu significativamente. Em 1970, 1.655.691 pessoas viviam em áreas rurais, mas esse número caiu para 1.000.523 em 2010, uma redução de aproximadamente 40%. A população masculina rural diminuiu de 853.100 para 521.839, uma queda de 39%, enquanto a população feminina rural caiu de 802.591 para 478.684, uma redução de 40%. Essa redução significativa refletiu o êxodo rural, onde indivíduos buscaram nas cidades as oportunidades que o campo não mais oferecia.

Particularmente notável é a diminuição das mulheres nas áreas rurais. Em 1970, as mulheres constituíam 49,7% da população rural. Em 2010, essa proporção caiu para aproximadamente 47,8%. Isso indica que as mulheres estavam migrando para as áreas urbanas em uma taxa ligeiramente mais alta que os homens, possivelmente devido às melhores oportunidades de emprego, educação e qualidade de vida oferecidas nas cidades. O crescimento da população urbana feminina de 319%, de 1970 a 2010, destacou essa tendência.

Uma implicação direta dessa diminuição da população rural é a redução dos casamentos no campo. Com menos pessoas vivendo em áreas rurais, há uma diminuição nas oportunidades para interações sociais, o que pode levar a uma redução na formação de novos casais e, conseqüentemente, na diminuição dos casamentos. Com menos pessoas vivendo no campo, podem ocorrer mudanças nas relações de trabalho, na organização da comunidade e na prestação de serviços básicos, como oferta de escolas do campo, o que pode influenciar indiretamente a decisão de casar e permanecer no campo.

A redução do número de mulheres no campo não pode ser interpretada como agência em si, mas como um resultado das transformações estruturais ligadas à mecanização agrícola, à concentração fundiária e ao avanço do modelo agroindustrial. No entanto, a forma como as mulheres responderam a esse contexto expressa agência: migrando para centros urbanos em busca de trabalho e educação, redefinindo papéis familiares e sociais e, engajando-se em movimentos sociais e sindicatos.

Essas mudanças devem ser contextualizadas dentro do desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina. O estado, tradicionalmente agrícola, passou por uma rápida industrialização e urbanização a partir da segunda metade do século XX. As cidades começaram a oferecer mais empregos industriais e de serviços, atraindo a população rural. A melhoria das infraestruturas urbanas, como educação e saúde, também desempenhou um papel central na atração de novos residentes. Para as mulheres, em particular, as áreas urbanas proporcionaram maior acesso à educação e emprego, promovendo sua independência econômica e social.

O êxodo rural feminino, que se intensificou a partir dos anos 1980, tem origem na dupla desigualdade enfrentada pelas mulheres agricultoras, tanto no trabalho produtivo rural quanto no trabalho doméstico. Na agricultura familiar, em que predominam as pequenas propriedades, o trabalho das mulheres é de extrema

importância para o desenvolvimento da propriedade. Além de desempenharem atividades produtivas que geram valor econômico, elas também realizam atividades consideradas reprodutivas, que geram valor para a família. Em outras palavras, a ausência do trabalho feminino implicaria a necessidade de redistribuição dessas tarefas, revelando sua imprescindibilidade para a manutenção das atividades cotidianas.

Essa dominação do corpo e dos saberes das mulheres é parte do processo de acumulação capitalista; para que essa acumulação aconteça efetivamente é essencial que haja o controle dos indivíduos para o trabalho com baixa ou sem remuneração. A mulher, então, foi direcionada para o trabalho sem remuneração, transformando o corpo “em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 146, 178).

Essa abordagem expõe como a exploração do trabalho feminino, especialmente no contexto do campo, foi fundamental para sustentar o sistema capitalista, no qual mulheres desempenhavam papéis essenciais na reprodução da força de trabalho sem receber uma compensação justa. A citação de Federici (2017) destacou a subjugação das mulheres no contexto da acumulação capitalista, revelando como a exploração do trabalho feminino sem remuneração contribuiu para a manutenção e a expansão do sistema econômico dominante.

A mercantilização da mão de obra foi outro ponto importante de mudança do trabalho feminino no campo. Para Linden (2013), o trabalhador assalariado é menos livre do que a visão clássica defende. Em muitas situações o trabalhador assalariado é refém de um sistema que impede sua liberdade. Existe, segundo Linden (2013, p. 40), na sociedade capitalista, um enorme grupo de pessoas que possuem a sua força de trabalho mercantilizada e por isso o autor define essa classe como “trabalhadores subalternos”. Esses trabalhadores subalternos são formados por uma gama enorme de trabalhadores entre crianças, pequenos artesãos e assalariados. Essa definição foi cunhada a partir da reflexão do autor de que o trabalhador não possui, como acredita a historiografia clássica, apenas a mão de obra como mercadoria. Em muitas outras situações os trabalhadores possuem, além da mão de obra, ferramentas, por exemplo, há inúmeras possibilidades, entre os trabalhadores assalariados, como o conhecimento, a experiência profissional, capacidade de inovação, as redes de contatos e a capacidade de se adaptar.

Para Linden (2013, p. 43), os trabalhadores subalternos podem ser conceituados da seguinte maneira:

[...] o grau de heteronomia se torna maior (ou o grau de autonomia torna-se menor) quando menor for o poder que o trabalhador subalterno tem sobre (i) sua capacidade de trabalho, (ii) seus meios de trabalho, (iii) o produto de seu trabalho, (iv) os demais membros de sua família, (v) sua relação com o empregador fora do processo de trabalho imediato, e (vi) com seus possíveis companheiros no processo de trabalho.

A autonomia do trabalhador está diretamente ligada ao seu poder e controle sobre diferentes aspectos da vida profissional e pessoal. Ela representa a capacidade do trabalhador de agir e tomar decisões de forma independente, sem estar sujeito a um controle excessivo ou a influências externas. Em contrapartida, a heteronomia representa o oposto da autonomia, indicando que o trabalhador está sujeito a um controle externo, incapaz de tomar decisões e agir de forma autônoma. O grau de heteronomia aumenta quando o trabalhador subalterno tem menos poder sobre seus aspectos principais: sua capacidade de trabalho, seus meios de trabalho, o produto do seu trabalho, sua família, sua relação com o empregador e seus colegas de trabalho.

A dependência do trabalhador em relação ao empregador, assim como sua suscetibilidade à exploração, aumenta à medida que ele tem menos controle sobre aspectos decisivos de sua vida profissional e pessoal. Esse desequilíbrio de poder não apenas reduz a autonomia do trabalhador, mas também afeta negativamente sua qualidade de vida e a capacidade de sua família se organizar e lutar por melhores condições. Nesse contexto, o conceito de liminaridade de Turner (1974) se torna essencial ao destacar a transição constante dos trabalhadores subalternos que podem ocupar diferentes posições ao longo do tempo, passando por fases de separação, margem e agregação na formação de sua identidade.

Turner (1974) descreveu esse processo em três etapas distintas: a separação, momento em que o sujeito é despojado de suas certezas e referências; a margem, caracterizada pela ausência de pontos fixos, passado ou futuro, gerando uma nova identidade; e a agregação, onde esse novo estado se consolida. Esse ciclo refletiu muitas vezes a realidade das mulheres agricultoras, que vivenciavam transições e redefinições ao longo de suas trajetórias, em um movimento que influencia diretamente sua autonomia, poder e identidade.

Os atributos de liminaridade, ou de *personae* (pessoas) liminares são necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. As entidades liminares não se situam aqui nem lá; está no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial. Seus atributos ambíguos e indeterminados exprimem-se por uma única variedade de símbolos, naquelas várias sociedades que ritualizam as transições sociais e culturais. Assim, liminaridade frequentemente é comparada à morte, ao estar no útero, à invisibilidade, à escuridão, à bissexualidade, as regiões selvagens e a um eclipse do sol ou da lua (TURNER, 1974, p. 117).

A transição das mulheres camponesas para o trabalho assalariado sem remuneração está intrinsecamente ligada à chegada da agroindústria em Concórdia. A introdução do capital agroindustrial trouxe consigo novas oportunidades de renda para as famílias rurais, muitas dessas famílias, anteriormente, dependiam exclusivamente da agricultura de subsistência. A renda gerada pela agroindústria foi crucial para o sustento das famílias, proporcionando uma fonte adicional de recursos financeiros.

Entretanto, essa transformação econômica acarretou uma série de prejuízos significativos. À medida que as mulheres camponesas adentravam no sistema de produção com a agroindústria, estavam, de fato, ingressando no mercado de trabalho assalariado sem salário definido. No entanto, muitas vezes se viam sem receber uma remuneração justa, já que o valor pago pelos lotes não correspondiam às expectativas da família. Como consequência disso, as características próprias da agricultura familiar foram gradualmente apagadas.

É neste ponto que a análise de Victor Turner (1974) sobre a liminaridade se mostra particularmente elucidativa. Para Turner, os sujeitos liminares se encontram “no meio”, fora das classificações habituais, em um espaço ambíguo entre estados definidos. A mulher camponesa que migra da agricultura familiar tradicional para o universo da agroindústria ocupa justamente essa posição liminar: nem mais inteiramente agricultora nos moldes autônomos e comunitários de outrora, nem plenamente trabalhadora assalariada nos moldes industriais. Essa condição contraditória faz com que essas mulheres se tornem invisíveis, deslocadas de sua posição anterior e nem plenamente reconhecidas em sua nova função.

Assim como Turner afirma que a liminaridade é frequentemente associada à invisibilidade, à escuridão ou ao eclipse, também a figura da mulher no contexto agroindustrial passa a ser obscurecida. Sua força de trabalho é fundamental, mas não é nomeada, valorizada ou compensada de forma justa. As agricultoras permanecem no limiar, sujeitas às exigências da lógica capitalista, mas sem os direitos que dela deveriam advir. Sendo assim, fica nítida a gravidade do processo de desestruturação da agricultura familiar, da diluição da identidade das mulheres agricultoras e de sua subordinação a um sistema que não as reconhece plenamente como sujeitas de direitos.

As tarefas agrícolas que anteriormente eram predominantemente realizadas pelas mulheres, como o cultivo de hortas e jardins, bem como o cuidado de idosos e crianças, visitas às vizinhas e participação em atividades religiosas, tornaram-se cada vez mais difíceis de serem mantidas. O tempo e a energia que antes eram dedicados a essas atividades foram colocadas no trabalho no acordo comercial com a agroindústria, resultando em uma perda significativa das práticas e tradições camponesas.

Com o sistema de “parcerias” introduzido pela agroindústria, as mulheres passaram a depender da renda gerada pelo trabalho, mas muitas vezes essa renda não era diretamente destinada a elas. Em vez disso, a gestão dessa renda frequentemente permanecia nas mãos dos homens, refletindo a estrutura patriarcal que ainda permeava/permeia a sociedade rural.

Para Brandenburg (2010), é na comunidade rural que nasce e cresce toda uma forma de viver, um estilo próprio, pelo menos até a modernização da agricultura. O “mundo da vida rural nas condições definidas como tradicional se reproduzia material e simbolicamente segundo uma rotina que significava assimilação e ajustamento e reprodução cultural” (BRANDENBURG, 2010, p. 171). Esse estilo do mundo rural foi diretamente afetado pelo processo de privatização dos campos por meio do processo de modernização da agricultura.

A modernização da agricultura no Brasil² foi um projeto dominante que se expandiu para todas as regiões do país. Esse modelo está intrinsecamente ligado ao

² O processo de modernização da agricultura no Brasil teve início a partir de 1945 e foi marcado por mudanças significativas na base técnica da produção agropecuária e nas relações de capital e trabalho. A modernização foi impulsionada e consolidada a partir de 1960 pela adoção de inovações tecnológicas no processo produtivo e pela criação dos complexos agroindustriais, os quais geraram uma nova configuração socioeconômica e espacial no campo brasileiro. A consolidação dos complexos

modo de produção capitalista. A implementação de novas tecnologias e a especialização do trabalho resultaram em uma divisão entre os agricultores que se beneficiaram do processo de modernização e aqueles que foram excluídos, ou seja, trabalhadores subalternos. Esse processo se intensificou com a Revolução Verde, que aumentou a produtividade e a subordinação da agricultura à lógica capitalista (WANDERLEY, 2011).

Esse desenvolvimento do capitalismo agrário foi desigual e gerou inúmeras consequências para o campo no Brasil. As políticas públicas são as responsáveis por popularizar as visões de mundo que as autoridades possuem, ou seja, os paradigmas. As classes sociais dominantes perpetuam os paradigmas que atendem às suas visões e pretensões de sociedade. As desigualdades produzidas pelo capitalismo são percebidas no campo de diversas formas: o grande êxodo rural em busca de emprego na cidade, o empobrecimento da população do campo, crescimento dos bolsões empobrecidos nas cidades. A entrada do capitalismo no campo modificou todas as estruturas familiares, entre elas, a do trabalho das mulheres (HERRERA, 2015).

É importante reconhecer que o agricultor e agricultora familiar são exemplos de uma relação mais próxima de um mundo rural pré-capitalista. Na agricultura familiar, a tomada de decisão não é exclusivamente guiada pela racionalidade econômica, sendo considerados outros aspectos. As decisões das agricultoras são influenciadas por uma ampla gama de fatores sociais, culturais e econômicos. Para a vida no campo é necessário a observação da natureza, ela é que dita as regras da produtividade, os seus ciclos são vitais para a produção agrícola na propriedade familiar, “o saber-fazer do camponês não é desvinculado das leis da natureza – é por isso que a agricultura é também uma arte e não apenas técnica desvinculada de contextos culturais e históricos” (BRANDENBURG, 2010, p. 173).

A condição feminina nas transformações capitalistas no campo apresentou-se como uma questão de gênero e classe social que se relacionavam intrinsecamente.

agroindustriais ocasionou uma reorganização na produção agropecuária brasileira e um processo acelerado de integração de capitais, que envolveu a centralização do capital industrial, dos grandes e médios proprietários rurais e do Estado. O processo de modernização da agricultura se divide em dois momentos históricos distintos, sendo o primeiro marcado pelo aumento dos índices de tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial e o segundo pela industrialização da produção agrícola com o surgimento das indústrias de bens de produção e insumos na década de 1950. Esse processo transformou o padrão tecnológico da agricultura brasileira e gerou uma dependência do mercado externo dos meios de produção, uma vez que a demanda por insumos e máquinas era suprida por meio de importação (GRAZIANO DA SILVA; KAGEYAMA, 1996); (GRAZIANO, 2010), (DELGADO, 1985); (MATOS; PESSÔA, 2011).

As mulheres, nesse contexto, figuram entre as mais afetadas por essas mudanças, uma vez que muitas vezes não possuem autonomia e são submetidas a uma maior exploração na categoria de trabalhadoras subalternas. Anteriormente à entrada da agroindústria, o trabalho das mulheres no campo englobava atividades produtivas e reprodutivas, tendo ambas as esferas um papel importante na manutenção das famílias e geração de renda. No entanto, as relações de gênero e a própria organização produtiva no campo foram profundamente afetadas pelas mudanças econômicas decorrentes da modernização e industrialização agrícola. Essas mudanças acabaram por alterar a relação entre as esferas produtiva e reprodutiva, subordinando o trabalho feminino a uma posição secundária e precarizada. Dessa forma, as mulheres são duplamente afetadas pela lógica capitalista, sofrendo opressão de gênero e exploração de classe, o que resulta em sua marginalização econômica e social.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a mercantilização das relações sociais e produtivas (BRANDENBURG, 2010) coloniza o mundo rural e são as mulheres que tiveram seus trabalhos invisibilizados, pois aprofundou ainda mais a divisão sexual do trabalho por meio das relações patriarcais e, conseqüentemente, capitalistas (HERRERA, 2016). A colonização do mundo rural aconteceu pela substituição da lógica camponesa pela lógica industrial, que teve seu auge na chamada Revolução Verde a partir de 1930, conforme abordado acima.

A partir dessa colonização do mundo rural, as relações sociais foram regidas pela lógica do mercado, aprofundando ainda mais as desigualdades de gênero no campo. A divisão sexual do trabalho está assentada na concepção do que é ser homem e ser mulher na sociedade, especialmente no campo colonizado pelo capitalismo, em que essas relações são muito mais marcadas. A percepção dessa desigualdade ocorreu pela tomada de consciência de que as mulheres realizavam uma gama de atividades gratuitas e ligadas com a ideia de afetividade e dever materno que está, erroneamente, ligada às mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A divisão sexual do trabalho, para Hirata e Kergoat (2007), está firmada em dois princípios estruturantes: o da separação e o da hierarquia. O princípio da separação afirma que existem trabalhos que são de mulheres e trabalhos que são de homens. Já o princípio da hierarquia coloca um grau de importância entre esses trabalhos, ou seja, supõe-se que o trabalho dos homens teria maior valor que o

trabalho das mulheres. Esses princípios ficam mais evidentes nas relações sociais do campo.

As vivências sociais e suas práticas de interação entre os indivíduos constroem a divisão sexual do trabalho e determinam as práticas sexuadas de trabalho. Em outras palavras, é destinado às mulheres um papel socialmente construído, como as atividades de cuidado e de reprodução, ou seja, de manutenção da família e são consideradas como de menor valor, de importância inferior dentro do capitalismo. E aos homens são destinadas as atividades produtivas que geram renda à família, e consequentemente, maior importância (HIRATA; KERGOAT, 2007).

As transformações nas dinâmicas produtivas do campo alteraram profundamente a relação entre as esferas produtiva e reprodutiva, subordinando o trabalho das mulheres a uma posição secundária, muitas vezes invisibilizada e desvalorizada. No contexto da agricultura familiar, as agricultoras acumulam responsabilidades tanto no trabalho reprodutivo, historicamente não remunerado, quanto no produtivo, sendo essa dupla jornada marcada por sobrecarga e desigualdade no reconhecimento econômico. Como pode ser percebido na fala de uma entrevistada, Amália Mikaelsen³,

[...] ele [esposo] sempre puxava o mais pesado pra mim. Por isso ele tá tão acabado também. Eu assim, eu fazia o serviço tudo, né? Mas quando pesava mesmo, no pesado, ele tomava conta, ele dizia, deixa pra mim que eu faço. Eu ia pelo mais [leve], que não era tão sofrido, né? Tão peso, né? O peso ficava mais pra ele (AMÁLIA MIKAELSEN, 2023).

Amália Mikaelsen admitiu que, embora realizasse várias tarefas, quando se tratava das mais pesadas, seu esposo assumia a responsabilidade, pedindo para que ela as deixasse com ele. Isso evidencia a dinâmica em que o esposo se encarregava do trabalho mais árduo, enquanto ela se concentrava nas tarefas mais leves. Essa divisão de responsabilidades mostra as dinâmicas de gênero e papéis dentro do contexto da família de agricultores, algo comum em diversas formas de organização

³ Entrevista realizada com Amália Mikaelsen, agricultora de aproximadamente 60 a 70 anos, casada, residente em pequena propriedade familiar. Vive em companhia apenas do esposo, em uma casa marcada pela simplicidade e pelo vínculo com a terra. Atuou no cultivo de suínos, gado leiteiro e horta; atualmente aposentada, não mantém mais relação de parceria com a agroindústria. Sem participação em associações ou grupos organizados, integra a vida comunitária por meio da família e da igreja. Acolheu a entrevista com certo receio inicial, que foi gradualmente superado à medida que se estabeleceu um clima de proximidade e confiança, permitindo o compartilhamento de suas experiências no meio rural.

familiar, onde os homens geralmente são associados a atividades físicas mais exigentes, enquanto as mulheres são direcionadas para tarefas consideradas mais leves.

A visão de trabalho leve e trabalho pesado apresentada pela entrevistada é reveladora das normas de gênero e da valoração do trabalho no contexto rural. Tradicionalmente, o trabalho “pesado” é associado a tarefas fisicamente exigentes, como o manejo de grandes cargas, arar a terra, ou outras atividades que demandam força física significativa. Por outro lado, o trabalho “leve”, frequentemente realizado pelas mulheres, inclui tarefas como cuidar da casa, cozinhar, cuidar dos filhos e realizar atividades agrícolas menos intensas fisicamente.

Essa visão revelou também a subestimação do trabalho feminino, que demanda um esforço contínuo e significativo, afetando o bem-estar físico e emocional das mulheres. Além disso, reforçou normas de gênero tradicionais que mantiveram as desigualdades e desvalorizavam economicamente o trabalho feminino, essencial para a sobrevivência das famílias rurais.

Em muitos casos, o trabalho produtivo das mulheres, que são as atividades que geram renda à família, é visto como ajuda ao esposo, no qual as mulheres não possuem a sua identidade como trabalhadora reconhecida; em contrapartida, as atividades reprodutivas são consideradas naturais para elas. Essas atividades de cuidado possuem a sua importância relativizada e, muitas vezes, desconsiderada pela família e pela sociedade (HERRERA, 2016; BORIS, 2014).

Para Boris (2014), a cisão entre casa e trabalho levou as mulheres agricultoras para um lugar de esquecimento, desconsiderando todas as atividades desenvolvidas por elas e a sua contribuição para a economia de um local. O capitalismo suplantou as “interdependências celebrando o individualismo, promovendo os homens provedores e estruturando a desigualdade por meio das hierarquias de gênero, raça/etnicidade e classe” (BORIS, 2014, p. 102). Somente com o movimento feminista essa dicotomia entre público e privado começou a ser questionada, colocando em questão as desigualdades e as hierarquias estabelecidas.

Na agricultura familiar as atividades reprodutivas passavam pela manutenção da família, consumo de alimentos, cuidado dos animais, produção de hortas, trabalhos em torno da casa; nessas atividades os homens quase não contribuem, pois são vistas como funções femininas. Socialmente, para muitas pessoas, essas atividades não são consideradas trabalho, e, por isso, em muitas famílias, as mulheres ainda contribuem

nas atividades produtivas da propriedade rural. Tirar o leite, cuidar dos porcos ou frangos, fazer roça (plantar milho ou pasto), e nessas atividades elas eram vistas como ajudantes, auxiliares, colaboradoras dos homens.

Quando não tem valorização monetária, o trabalho reprodutivo fica esquecido, invisibilizado das análises econômicas e não adquire o papel de estruturante da sociedade rural. O reconhecimento da interdependência é condição necessária para questionar o que está posto nas relações de gênero no trabalho no campo (SANTOS; BOHN; ALMEIDA, 2020).

Foi com a colonização dirigida do campo que se acirrou a percepção da terra e do trabalho como bens de troca geradores de valor. Embora esse processo já tivesse se iniciado anteriormente, sobretudo com a instalação da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, é nesse novo contexto de colonização que essa visão se consolida e se expande de forma mais ampla. Essa intensificação transformou profundamente as relações sociais nas comunidades rurais, redefinindo os vínculos familiares, a organização produtiva e as formas de pertencimento ao território.

Nesse contexto, o agricultor, passou a ser trabalhador assalariado ou semiassalariado, pois a propriedade foi transformada em “estabelecimento agropecuário agroindustrializado” (BRANDENBURG, 2010, p. 178). Essa transformação destacou que as relações visavam ao aumento da mais valia, do lucro capitalista, que, nesse caso, é a agroindústria. O campo passou a ser considerado um lugar de exploração e de reprodução do capital industrial.

É importante ressaltar que existem exceções a essa lógica, nas quais as mulheres estão integradas no sistema capitalista e veem seu papel dentro dele como relevante.

A mecanização das terras, com a organização das pequenas propriedades, privatizou também o corpo das mulheres para negá-las enquanto sujeitos e indivíduos com importância no desenvolvimento econômico para a propriedade rural. Isso gera uma crise na identidade das mulheres agricultoras. A crise gerou uma nova identidade social, como as meninas que vão para a cidade, ou reformulou as identidades existentes, com as mulheres assumindo o protagonismo na propriedade.

Saffioti e Serrante (1983, p. 69), analisando o fenômeno da desigualdade dentro do capitalismo agrário, afirmam que:

Quando sobrevém o salaríato na zona rural, uma parcela das mulheres se proletariza. Todavia, os maiores contingentes perdem as funções produtivas que desempenhavam ou mantêm-se como força de trabalho reserva. Desta sorte, o regime de salaríato descaracteriza uma enorme massa de mulheres como trabalhadoras produtivas. As portas que se abrem aos elementos femininos são as do trabalho eventual, insuficiente para caracterizar uma relação empregatícia garantidora de direitos trabalhistas. Exatamente em decorrência deste fato torna-se extremamente fácil burlar a legislação que regula as relações de trabalho no campo, praticando-se uma ostensiva discriminação salarial. Estas condutas patronais acentuam o desejo das mulheres de não duplicarem sua jornada de trabalho. Assim, os fatores que descaracterizam a mulher como trabalhadora produtiva e geram a dona-de-casa potenciam-se mutuamente.

É possível acrescentar que o *salaríato* é um fenômeno histórico do capitalismo agroindustrial, caracterizado pela exploração do trabalho assalariado e pela precarização das condições de trabalho. O contrato de integração é uma forma precária de trabalho que surgiu no contexto do latifúndio agroindustrial. Nesse modelo, trabalhadores e trabalhadoras são contratados para atuar na produção agrícola em troca de uma porcentagem da produção, sem vínculo empregatício formal, direitos trabalhistas ou proteção social. Adicionalmente, esse vínculo pode levar à perda da autonomia e do controle sobre a produção, já que as mulheres muitas vezes são submetidas às decisões dos proprietários das agroindústrias, o que as coloca em uma posição de subordinação, sem voz ativa na definição das atividades produtivas e no destino dos alimentos que produzem.

Diante dos múltiplos mecanismos de silenciamento e subordinação, as mulheres do campo não permaneceram passivas. Ao contrário, desenvolveram estratégias de agência e afirmação que, embora muitas vezes sutis e pouco visíveis, foram fundamentais para a manutenção da vida comunitária, da identidade cultural e da continuidade dos saberes no meio rural. Essas formas de agir, que desafiam cotidianamente as estruturas de poder instituídas, revelam uma experiência feminina que se expressa para além das grandes mobilizações, manifestando-se em gestos, práticas e redes de solidariedade. É nesse terreno, onde a resistência se entrelaça com a vida cotidiana, que se tornam visíveis os primeiros sinais de transformação nas dinâmicas de gênero.

2.1.2 Transformações nas Dinâmicas de Gênero

Ao longo do curso da história, as mulheres foram consistentemente marginalizadas nas narrativas oficiais, que se estruturaram a partir de perspectivas androcêntricas e, conseqüentemente, invisibilizaram suas experiências, saberes e contribuições sociais. Isso é evidente na história do município de Concórdia, que se constituiu como uma história androcêntrica. É fundamental a construção de novas narrativas históricas que destaquem o papel das mulheres na formação das sociedades, reconhecendo suas ações como partes essenciais dos processos históricos. A análise da categoria de gênero permitiu compreender as relações de poder entre homens e mulheres e evidenciou a historicidade das desigualdades de gênero. Assim, tornou-se necessário problematizar e desconstruir as narrativas tradicionais, que marginalizaram a presença feminina e invisibilizaram suas contribuições para o desenvolvimento da região.

De acordo com Louro (1997), os estudos feministas propõem uma ruptura com a tradição historiográfica ao reconhecer as mulheres como agentes históricos e sujeitos legítimos de investigação, restaurando histórias que tinham sido historicamente marginalizadas. Essa abordagem vai além de apenas acrescentar novos dados ao conhecimento existente, é uma mudança epistemológica profunda, questionando os fundamentos da produção científica tradicional e propondo novas categorias de análise.

O pensamento feminista promoveu uma redefinição do conceito de político. Conforme Louro (1997, p. 148), um dos mais importantes aportes dessa teoria foi a formulação de que o pessoal é político, o que redefiniu e ampliou as relações entre sujeitos, instituições, práticas cotidianas e construções sociais. Tal contribuição permitiu desvendar os vínculos de poder nas esferas consideradas tradicionalmente como privadas, problematizando a dicotomia entre público e privado. Contudo, é necessário destacar que a visão feminista não deseja dissolver a distinção entre o pessoal e o político, mas sim manter uma tensão entre esses dois aspectos, mostrando como as experiências individuais estão dentro de um contexto de dominação e resistência. Mesmo que tenha ampliado a visibilidade das mulheres na vida pública, essa perspectiva reafirma a importância da ação política como instrumento de transformação das relações de gênero e de poder.

O termo gênero passou por mudanças importantes, especialmente a partir das contribuições do movimento feminista, que o consolidou como uma categoria de análise fundamental para a crítica às desigualdades entre os sexos. Ao problematizar os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, o termo gênero descolou a discussão do campo biológico para o campo das construções sociais e políticas, refletindo a ideia de que a condição de mulheres e homens não decorre de determinismos naturais, mas de construções sociais e políticas complexas. As identidades de gênero são construídas e reconstruídas pelas estruturas sociais e os significados atribuídos a homens e mulheres são resultados da prática normativa, evidenciando que não há uma verdade intrínseca à distinção entre os sexos, mas sim um esforço contínuo para atribuir-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la (COLLING; TEDESCHI, 2015).

Entretanto, a construção desse conceito não aconteceu de forma linear e consensual. Segundo Stolke (2004, p. 81), “desde o início houve desacordos sobre as raízes da desigualdade das mulheres despertadas por percepções divergentes sobre a sua relação com a ordem sócio-política e até mesmo com a sua própria condição humana”. Isso demonstra que, historicamente, a terminologia gênero foi construída entre tensões, rupturas e continuidades, de modo a refletir a diversidade das experiências femininas e os desafios teóricos para compreender as múltiplas formas de subordinação de gênero na sociedade.

A terminologia “gender” surgiu no âmbito da psicologia e da sexologia dos Estados Unidos (EUA), na década de 1950, por intermédio do tratamento dos transexuais e intersexos. Assim, o termo foi mobilizado para diferenciar “o sexo social atribuído de sexo anatômico” (STOLKE, 2004, p. 84-85), buscando oferecer uma categoria conceitual capaz de lidar com identidades que não se alinhavam às expectativas normativas da biologia. A partir disso, o termo passou por críticas e reelaborações, principalmente por pensadoras feministas.

Simone de Beauvoir e Margaret Mead emitiram críticas contundentes em relação à correlação do termo gênero com aspectos biológicos. Elas defendiam a ideia de que a opressão feminina não derivava de fatores biológicos, psicológicos ou econômicos, mas sim das construções históricas e sociais. Em sua obra *O Segundo Sexo* (1949), Beauvoir elaborou a célebre ideia de “não se nasce mulher, torna-se mulher”, denunciando o processo em que a mulher era vista como “o outro” em relação

aos homens, construção que havia sido sustentada pela lógica patriarcal que legitimou a autoridade masculina como um sujeito universal (STOLKE, 2004, p. 81-82).

Nos anos de 1960 as feministas Kate Millett e Germaine Greer foram as primeiras a tecer as noções psicanalíticas de gênero. Millett (1969) confrontou a ideia da supremacia masculina ao demonstrar que as características biológicas atribuídas às mulheres, como amáveis, simpáticas, eram para aprofundar a subordinação aos homens. Greer (1971) defendia a revolução cultural que necessariamente passava pela desconstrução dos fundamentos que sustentavam a subordinação e a desigualdade entre os gêneros.

Nos anos de 1970 e de 1980, as discussões de gênero ganharam robustez teórica. A socióloga inglesa Ann Oakley (1972) argumentou que o gênero é uma construção cultural originada das experiências vividas em contextos específicos, destacando o papel da vida prática na visão do que é ser homem e mulher. Já a antropóloga feminista Gayle Rubin (1974) afirmou que a dependência, a subordinação, opressão das mulheres são fenômenos políticos e sociais, sendo o sexo e o gênero produtos das normas socioculturais.

A partir da década de 1980, o movimento feminista acadêmico desempenhou um papel central na ampliação dos debates sobre a historiografia de gênero. Joan Scott foi uma das principais vozes desse movimento, cuja explicação foi decisiva para consolidar gênero como uma categoria de análise histórica e social. Scott argumentou que gênero e sexo são estruturados socialmente ao longo da história, pois refletem e estruturam as relações de poder.

Segundo a autora, o gênero é constitutivo das relações sociais, que se manifesta em contextos de conflitos e disputas. O conceito permite problematizar os modos como as sociedades se organizam e analisar o valor socialmente atribuído aos trabalhos masculinos e femininos. As transformações sociais, portanto, geram alterações nas formas pelas quais o poder é representado e, consequentemente, exercido, revelando a historicidade das categorias.

Joan W. Scott (2005, 1988) ofereceu uma análise profunda e crítica das relações entre gênero e sexo, destacando a importância de entender essas categorias de forma distinta e interconectada. A autora diferencia sexo e gênero, onde o primeiro é frequentemente visto como uma categoria biológica, referindo-se às diferenças físicas e anatômicas entre homens e mulheres. Essa perspectiva biológica tende a naturalizar as diferenças, apresentando-as como características fixas e imutáveis. No

entanto, a autora critica essa naturalização e propõe que gênero deve ser compreendido como uma construção social, um conjunto de normas, papéis e significados que são atribuídos às identidades masculinas e femininas, moldados por contextos históricos e culturais específicos.

Assim, o gênero não é uma derivação automática do sexo, mas sim uma forma complexa de organização simbólica e institucional que estrutura as relações sociais. Ao afirmar que gênero reflete as dinâmicas de poder em determinadas sociedades, Scott(2005) oferece uma abordagem crítica que permite desestabilizar as hierarquias e as desigualdades historicamente construídas, reafirmando gênero como uma categoria central de análise (SCOTT, 2005).

As relações de gênero estão intrinsecamente ligadas a questões de poder e hierarquia social. As construções de gênero não existem isoladamente; elas interagem com outras categorias sociais, como raça e classe, criando um tecido complexo de desigualdades e exclusões. Essa intersecção é crucial para entender como as identidades de gênero são vividas e experimentadas de maneiras diferentes por indivíduos em contextos variados (SCOTT, 2005).

Além disso, Scott (2005, p. 21) critica a naturalização das diferenças de gênero, argumentando que a "diferença sexual" não deve ser vista como uma base "ontológica" para a desigualdade. Em vez disso, ela propõe que essas diferenças são construções sociais que podem ser desafiadas e transformadas. Essa perspectiva abre espaço para a possibilidade de mudança e para a luta contra as desigualdades que emergem das construções de gênero.

Na década de 1990, Judith Butler se destacou como a principal autora no movimento teórico político relacionado à teoria performativa, na qual o gênero é concebido como uma construção resultante de práticas sociais, uma performance em constante processo de realização, não sendo um atributo fixo. Butler argumenta que trata-se de uma performance contínua, socialmente regulada, que se atualiza e se modifica pela vida cotidiana (BUTLER, 2018).

Butler argumenta ainda que o gênero não constituiu uma essência fixa que determina identidades, mas sim uma interpretação cultural das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Ela destaca que o gênero é continuamente produzido e reiterado por meio de práticas sociais, tais como comportamentos e maneiras de se vestir. Essas práticas reforçam as normas de gênero e sua contestação. Desta forma,

as identidades de gênero não são estáticas mas constituem processos abertos e mutáveis.

Contudo, essa perspectiva performativa tem sido alvo de críticas. Stolke (2004), por exemplo, critica a abordagem de Butler por não enfatizar suficientemente o contexto político e social que dificulta as pessoas escaparem da lógica predominante. Ainda que a perspectiva performativa do gênero destaque a natureza construída e fluida, é necessário considerar mais profundamente os obstáculos concretos, institucionais, legais, culturais e simbólicos, que restringem a subversão da norma. Essas críticas destacam a importância de integrar análises mais contextualizadas e interseccionais para compreender a complexidade das experiências de gênero.

Joan Scott, por sua vez, propõe uma abordagem epistemológica ao tratar gênero pela perspectiva do “saber a respeito das diferenças sexuais” (SCOTT, 1994, p. 12). Para a autora, esse saber não é neutro e nem transparente, é um campo de disputa “e são os meios pelos quais as relações de poder de dominação e de subordinação são construídas” (SCOTT, 1994, p. 12). O gênero não representa, nessa perspectiva, uma diferença somente corporal, mas os diferentes significados atribuídos a elas, os quais são modificados por fatores culturais, econômicos e sociais (SCOTT, 1994, p. 13). Essa diferença sexual é um saber sobre o corpo, e esse saber não é cristalino, pois não pode ser isolado dos contextos sociais, políticos, culturais e religiosos (SCOTT, 1994).

Nessa abordagem, a história é um agente ativo de produção de saberes sobre a diferença sexual. Scott (1994) afirma que as narrativas sobre o passado contribuem para construir a perspectiva sobre gênero no presente, sendo necessário analisar com atenção as práticas estabelecidas pela disciplina, como a ideia “de que a história pode documentar fielmente a realidade vivida, de que os arquivos são repositórios de fatos e que categorias como homem e mulher são transparentes” (SCOTT, 1994, p. 13).

A historiografia brasileira acompanhou esses novos rumos, ao trazer os estudos sobre as mulheres e gênero ao campo de debate, passando das estruturas para as redes, para as experiências individuais (FERREIRA, 2018). A partir da década de 1980, os estudos sobre as mulheres no Brasil saíram do binômio masculino x feminino e passaram a incluir questões sobre sexualidade, corpo, amor, medo, morte, entre outros tópicos. A partir desses pressupostos, emergiu uma série de estudos que se propôs a evidenciar a participação das mulheres na vida social, explorando como elas reimaginaram seus cotidianos, conceberam estratégias informais de

sobrevivência e criaram diversas formas de ação contra a opressão masculina e de classe. Esse corpo de produção acadêmica concedeu um destaque particular à ação das mulheres como sujeitos históricos, enfatizando sua habilidade de lutar e se engajar na transformação das condições sociais de vida (RAGO, 1995).

A historiografia dessa fase concentrou-se na análise dos mundos público e privado, permitindo a visualização das mulheres como sujeitos históricos capazes de produzir experiências próprias e relevantes. A partir dessa perspectiva, a categoria gênero tornou-se um instrumento importante para entender que a construção da identidade masculina e feminina é situada em um determinado espaço e tempo, ou seja, uma construção histórica. Assim, os sujeitos são vistos como produtos e produtores da cultura e da sociedade, o que afasta cada vez mais a ideia de dicotomias fixas e naturais (PERROT, 2005; GOMES, 2010).

O feminismo descolonial⁴, um campo de estudos que ganhou forças na virada dos anos 2000, traz um novo aparato aos estudos de gênero, que é a interconexão das categorias classe, gênero, raça, nacionalidade, entre outras, como sendo inseparáveis no estudo das representações e na construção das narrativas históricas, valorizando uma perspectiva a partir do Sul Global e gerando uma descolonização do pensamento. Ser mulher no sul global é completamente diferente do ser mulher no norte global, de modo que inúmeras outras variáveis devem ser consideradas, como a classe, a raça, a religião, entre outras, fortalecendo a ideia de que não existe uma identidade única para todas as mulheres e que as categorias não podem ser utilizadas sem considerar as interconexões, como o local onde as narrativas são construídas (CAVALCANTI, 2020).

⁴ O feminismo descolonial é uma corrente teórica e política que desafia estruturas coloniais de poder, reconhecendo interconexões entre colonialidade, gênero e raça. Com raízes nas lutas anticoloniais e teorias da colonialidade do poder, busca ampliar discussões sobre experiências de mulheres em contextos coloniais e pós-coloniais. Segundo Rosalen e Pedro (2023), o feminismo descolonial pode ser considerado uma evolução do feminismo subalterno, compartilhando preocupações e objetivos semelhantes em relação à descolonização das narrativas e das práticas feministas, e à ampliação das discussões sobre gênero, raça, classe e colonialidade. O feminismo subalterno é uma corrente teórica e política que emergiu dos estudos subalternos, visando dar visibilidade às experiências das pessoas marginalizadas. Essa abordagem desafia narrativas dominantes sobre mulheres e poder em suas vivências. Enfatiza a importância de ampliar as discussões sobre gênero, raça, classe e colonialidade, reconhecendo interseccionalidades e dinâmicas de poder nessas categorias. Uma das principais contribuições do feminismo subalterno é a crítica às concepções universalizantes das mulheres, destacando as diferenças no movimento feminista. Também ressalta a necessidade de considerar as vivências em contextos pós-coloniais, questionando narrativas dominantes sobre mulheres e poder. Assim como o feminismo subalterno, o descolonial destaca a crítica à universalização das categorias mulher e mulheres, sublinhando diferenças e diversidades dentro do movimento feminista. Ambas as correntes ressaltam a importância de se considerar vivências em contextos coloniais e pós-coloniais, desafiando narrativas dominantes sobre mulheres e poder.

A crítica à universalização das categorias *mulher* e *mulheres* surgiu como um ponto importante no debate das feministas sul americanas a partir da abordagem descolonial. É necessário compreender o papel do essencialismo⁵ e da generalização na perpetuação de estereótipos. Quando as mulheres são consideradas como um grupo homogêneo, ignoram-se as influências nas suas experiências (classe, raça, orientação sexual, cultura...), e como elas influenciam em sua formação. As representações homogêneas das mulheres implicam silenciar as diferentes culturas, tradições e práticas que contribuem para suas identidades. A universalização pode marginalizar vozes que enriquecem o entendimento coletivo das experiências femininas.

A categorização gênero é uma importante ferramenta para mostrar as desigualdades existentes entre homens e mulheres. E, a partir disso, propor formas de superação dessas desigualdades. Para que isso ocorra, é necessário que haja uma investigação crítica e detalhada das relações de gênero e a percepção sobre como elas são construídas nas sociedades patriarcais.

Essa categoria tornou-se essencial para pensar as trajetórias coletivas das mulheres a partir de novos modelos que não sejam eurocêntricos e que valorizem as diversidades e as pluralidades do coletivo. As agências que são geradas por esse coletivo, não necessariamente geram uma transformação, mas constroem alternativas para as situações de violência e abrem caminhos para a superação das diversas violências que as mulheres enfrentam.

Conforme destacado por Bock (1996), a categoria gênero é fundamental para a análise dos avanços alcançados pelas mulheres nas últimas décadas. Essa perspectiva histórica não se resume à divisão da história em novas categorias, mas, em vez disso, busca reconstruir a história para as mulheres, evidenciando as

⁵ O essencialismo reforça a existência de características ou qualidades essenciais e imutáveis em entidades ou grupos, frequentemente associadas a identidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, entre outros. No contexto do feminismo e dos estudos de gênero, o essencialismo é frequentemente criticado por simplificar e reduzir a complexidade das identidades e das experiências humanas. No âmbito do feminismo, o essencialismo de gênero refere-se à crença na existência de características inerentes e imutáveis associadas a homens e mulheres, muitas vezes reforçando estereótipos de gênero e limitando a compreensão da diversidade de experiências e identidades de gênero. Essa abordagem essencialista pode contribuir para a naturalização de papéis de gênero, reforçando hierarquias e desigualdades. Além disso, o essencialismo é frequentemente criticado por desconsiderar as interseccionalidades das identidades, ou seja, as interconexões entre gênero, raça, classe, orientação sexual, entre outros aspectos. Ao ignorar a complexidade e a diversidade das experiências humanas, o essencialismo pode contribuir para a marginalização e a invisibilização de grupos e identidades não conformes com as supostas características essenciais (CYRINO, 2011).

metodologias, as fontes e os documentos utilizados para a construção do conhecimento histórico e trazendo à tona aspectos tradicionalmente considerados como femininos. Os estudos de gênero estão estreitamente ligados à militância feminina, visto que as mulheres em todos os âmbitos da vida social, política e étnica, criaram maneiras distintas de pensar a cultura e questionar os paradigmas que guiaram a pesquisa científica até meados da década de 1960. Como resultado, as mulheres trouxeram uma renovação para a pesquisa histórica, introduzindo novos temas e metodologias de investigação.

Segundo Sandra Harding (1993), as teorias, os conceitos e os métodos utilizados na pesquisa são construídos a partir de uma perspectiva androcêntrica, ou seja, a partir da experiência masculina e, portanto, não são capazes de explicar adequadamente os fenômenos femininos. Ela afirma que a pesquisa feminista é necessária para trazer à luz questões que são relevantes para as mulheres e que são frequentemente negligenciadas pelas teorias não feministas. Harding (1993) afirma, ainda, que as teorias feministas são importantes porque elas trazem à tona questões relacionais que são evidentes quando a pesquisa foca nas mulheres. Essas questões relacionais incluem a forma como as mulheres são socializadas, como elas experimentam e lidam com a opressão, e como elas se relacionam com outras mulheres e homens. Portanto, as teorias feministas oferecem uma perspectiva importante que devem ser levadas em consideração para uma compreensão mais completa e precisa dos fenômenos femininos.

Os problemas de pesquisa passam a ser considerados problemas para alguém e por alguém. Depende de quem se ocupa e se preocupa dele. Quem define o problema e constrói as questões é essencial para compreender os objetos de estudo. À medida que a experiência e trajetória das mulheres passam a ser reconhecidas como objetos legítimos de investigação, abrem-se novas possibilidades epistemológicas e metodológicas para a pesquisa histórica. Isso impacta diretamente na pesquisa, uma vez que se abandona a ideia de objetividade, pois isso inviabilizaria a parcialidade do(a) pesquisador(a), já que as características dele(a) fazem parte do empirismo da pesquisa (LOURO, 1997).

Muitas questões surgem da temática da exclusividade da pesquisa e do empirismo do pesquisador. Quase impossível entender e compreender a mulher, em um mundo em constante mudança, sem compreender as redes de identidades e as complexidades em que elas estão inseridas. As masculinidades e as feminilidades se

entrelaçam e se autoconstroem. As análises devem estar voltadas às mulheres, mas não podem apagar as pluralidades de relações e os contextos nos quais estão inseridas.

2.2 Responsabilidades e Agências das Mulheres no Contexto Rural

Ao longo da história, a agência das mulheres agricultoras tem sido uma força transformadora, redefinindo suas próprias vidas e também as dinâmicas sociais e econômicas das comunidades rurais. Neste subcapítulo, exploraremos as responsabilidades e as atribuições das mulheres no campo, considerando como suas ações têm modificado e continuam a modificar as propriedades rurais e as relações de gênero.

Para compreender a totalidade do papel das mulheres agricultoras, é necessário contextualizar sua ação dentro das estruturas sociais, econômicas e culturais em que estão inseridas. Ao fazê-lo, podemos destacar as tarefas práticas que desempenham no dia a dia e o impacto mais amplo de suas ações no desenvolvimento das propriedades e suas adjacências. Vamos mergulhar nas nuances dessas responsabilidades, considerando tanto as demandas práticas quanto os aspectos simbólicos e culturais que permeiam o trabalho das mulheres agricultoras.

2.2.1 Compreendendo a Agência das Mulheres no Campo

Para início de discussão, é necessário conceituar o termo agência. Para a Sociologia o termo é aplicado para explicar as ações dos indivíduos conscientemente exercendo poder e influência. Com isso, os agentes tomam atitudes que os tornam ativos nos eventos sociais e não apenas receptores. Desta forma, a ação, através dos indivíduos, modifica e remodela as estruturas sociais e as relações de poder. Essa concepção aproxima-se da perspectiva histórica de E. P. Thompson, que enfatiza o papel ativo dos sujeitos na construção da história, questionando as leituras estruturalistas que reduzem os agentes a meros produtos das condições materiais.

Anthony Giddens (2003) aprofunda essa noção ao propor que as estruturas sociais não se impõem aos agentes de forma unidirecional. Ao contrário, são cotidianamente modificadas e recriadas por eles por meio das atividades em que

estão envolvidos. Os agentes sociais, ao realizarem suas atividades, reproduzem as condições que possibilitam essas atividades ocorrerem. No entanto, a capacidade cognitiva dos seres humanos, que inclui a interpretação e a compreensão das situações em que estão inseridos, é bastante diferente dos programas codificados encontrados em outras formas de vida. Esse destaque no papel da cognição e da reflexividade humana encontra eco na historiografia de Thompson (1981), que também destaca a centralidade da experiência e da consciência de classe como dimensões fundamentais da ação histórica.

Nessa perspectiva, a hermenêutica (interpretação e compreensão dos significados) desempenha um papel fundamental, pois a descrição das atividades humanas requer uma compreensão das formas de vida expressas por essas atividades. A complexidade da interação entre estrutura social e ação individual destaca a importância da cognição humana na compreensão e reprodução das práticas sociais.

A estrutura não tem existência independente do conhecimento que os agentes possuem a respeito do que fazem em sua atividade cotidiana. Os agentes humanos sempre sabem o que estão fazendo no nível da consciência discursiva, sob alguma forma de descrição. Entretanto, o que eles fazem pode ser-lhes inteiramente desconhecido sob outras descrições, e talvez conheçam muito pouco sobre as consequências ramificadas das atividades em que estão empenhados (GIDDENS, 2003, p. 31).

Para o autor a forma como as ações humanas estão ligadas às estruturas sociais é importante, ele mostra que as pessoas atuam no mundo com certo grau de consciência sobre o que fazem, mas nem sempre percebem todas as consequências dessas ações. Mesmo quando os indivíduos acreditam estarem no controle de suas escolhas, suas práticas contribuem para manter ou transformar padrões sociais amplos. Assim, a sociedade é constantemente moldada por ações cotidianas, muitas vezes sem que os próprios agentes tenham plena noção do impacto que causam.

A reflexividade humana é importante para a ordenação das práticas sociais, mas ela é moldada e mantida pela continuidade das práticas ao longo do tempo, e deve ser compreendida dentro do contexto de fluxo contínuo da conduta humana e da cognição. Uma visão mais abrangente da ação enfatiza que a ação não é apenas uma combinação de atos, mas sim um processo contínuo que envolve monitoração reflexiva, racionalização e motivação. Nesse ponto é essencial colocar que a ação dos

indivíduos é um ato *intencional, racional e reflexivo*, não apenas repetitivo, e por isso a agência tornou-se um importante instrumento de ação desses indivíduos.

A intencionalidade do ato está ligada à vontade consciente por trás de uma ação, o propósito que impulsiona o indivíduo a agir de determinada maneira, a explicação clara sobre o motivo de determinada ação. É a busca por alcançar um objetivo, que direciona o curso da ação, modifica de forma sutil ou drasticamente a estrutura dependendo da intensidade da ação.

Já a racionalidade está relacionada à capacidade de tomar decisões através da lógica e com ponderações a partir das informações disponíveis. Envolve a avaliação de benefícios e prejuízos, a consideração de diferentes possibilidades de ação e a escolha daquela ou daquelas que parecem mais adequadas para alcançar os objetivos estabelecidos. A racionalidade não relaciona somente um cálculo de ações concretas, mas também a consideração de valores, crenças e experiências pessoais que influenciam as escolhas individuais.

A reflexividade, por sua vez, refere-se à capacidade de os indivíduos refletirem sobre suas próprias ações, pensamentos e emoções. Envolve um olhar crítico sobre si mesmo e sobre outros indivíduos, questionando motivações, avaliando consequências e buscando aprender a partir das experiências vividas. A reflexividade permite uma compreensão mais profunda das próprias escolhas e da construção dos indivíduos.

Contudo, Lacour (2008, p. 82) introduz um ponto de tensão ao afirmar que a agência deve ser demonstrada por meio de evidências concretas, observáveis, defendendo que “falar é apenas um dos muitos comportamentos que podem gerar uma explicação e está longe de ser o mais frequente”. Essa afirmação gera um debate relevante: se, por um lado, a exigência de concretude busca dar rigor empírico à análise sociológica, por outro, ela corre o risco de desconsiderar dimensões subjetivas da ação, como crenças, afetos, intenções e discursos, fundamentais tanto para Giddens quanto para Thompson.

O conceito de agência vai além das intenções das pessoas ao fazerem algo; refere-se à capacidade delas de realizar ações e produzir efeitos. Ela se refere à capacidade de agir e produzir efeitos, não apenas às intenções por trás dessas ações. Para Giddens (2003), a ação humana é um importante instrumento de transformação e autodeterminação, que permite influenciar a realidade dos indivíduos envolvidos no processo.

A capacidade dos agentes de realizar ações de maneira diferente do previamente estabelecido é importante para o entendimento do conceito de agência. Isso implica a capacidade dos agentes de alterar a estrutura, ela própria permite essa dualidade. A dualidade da estrutura, caracterizada por sua capacidade de condicionar os agentes enquanto oferece os meios para transformação, é uma característica central desse conceito, conforme discutido por Giddens (2003). É perceptível que a estrutura não se modifica em um espaço curto de tempo, mas ao longo de um processo.

Essa mudança na estrutura a partir da ação dos indivíduos gera uma imprevisibilidade e instabilidade na estrutura, pois a mesma não tem controle sobre as ações dos indivíduos, por mais que usem de instrumentos de controle. A ação por vezes é imperceptível à estrutura, pois reside na clandestinidade, ou no silenciamento. Os indivíduos nem sempre conseguem agir de forma evidente. Isso pode explicar porque nem sempre o que era previsível aconteceu no contexto do sistema de “parcerias”.

Pode-se perceber que a agência não é apenas uma questão de agir de forma mecânica ou automática. Ela representa a capacidade humana de tomar decisões conscientes, avaliadas e reflexivas, moldando assim o curso, mesmo que parcial, das sociedades em que estamos inseridos.

Giddens sugere que, embora os agentes humanos estejam conscientes e possam descrever o que fazem, muitas vezes não têm plena consciência das consequências mais amplas de suas atividades. Essa relação implica que as pessoas, em suas práticas diárias, tanto mantêm quanto transformam as estruturas sociais, mesmo sem compreender todas as repercussões de suas ações. No entanto, essa visão pode ser vista como contraditória, pois, ao enfatizar o papel do conhecimento dos agentes, Giddens pode subestimar a influência das condições materiais e estruturais que moldam e limitam as escolhas e as ações dos indivíduos e até mesmo o conhecimento que os mesmos possuem, sugerindo que a ação humana é mais autônoma do que realmente é. Isso levanta a questão de até que ponto os agentes podem efetivamente compreender e controlar as ramificações de suas ações dentro de um sistema complexo.

Quando Lacour (2008) limita a agência apenas a eventos concretos e perceptíveis, o autor está reduzindo-a a apenas uma perspectiva, ou seja, a eventos considerados importantes. Ela não se limita apenas a ações observáveis ou

comportamentos visíveis. Mas se envolve também em processos internos, como pensamentos, intenções, valores e crenças, que podem não ser diretamente perceptíveis. Ignorar esses aspectos subjetivos do conceito pode levar a uma compreensão superficial e incompleta do papel dos indivíduos na história, principalmente em uma relação dentro do capitalismo agrário.

A linguagem e a comunicação verbal são formas importantes de expressão da ação humana, e as palavras podem ter um impacto significativo na história e na compreensão dos eventos passados. É através da fala, que muitos agentes silenciados, conseguem se expressar de forma a questionar o que lhe é imposto. É importante, então, uma abordagem mais ampla e sensível à agência humana na pesquisa histórica, pois deve-se considerar tanto as ações observáveis quanto os aspectos subjetivos e discursivos que moldam as interações sociais e os acontecimentos históricos.

Um exemplo disso pode ser visto em Thompson (1987) nos volumes de *Formação da Classe Operária Inglesa*. Thompson aborda o conceito de agência entre os trabalhadores rurais ao destacar sua capacidade de ação, resistência e organização dentro do contexto histórico da classe trabalhadora na Inglaterra. Ele reconhece que os trabalhadores não eram simplesmente vítimas passivas das condições impostas pela industrialização e pelas relações de trabalho, mas sim agentes ativos que buscavam defender seus interesses e melhorar suas condições de vida.

Thompson mostrou como os trabalhadores rurais, assim como os urbanos, tinham uma ação significativa em suas atividades diárias, suas formas de organização coletiva e suas lutas por direitos e melhores condições de trabalho. Ele destacou a importância das práticas culturais, das tradições e das formas de agência dos trabalhadores rurais na construção de identidades coletivas e na articulação de suas demandas. Essa concepção também tensiona a perspectiva de Lacour (2008), pois reforça a ideia de que a fala, a memória e a narrativa são, em si, práticas sociais com efeitos transformadores.

Segundo Thompson (1987), apesar da Inglaterra não ter passado por uma reforma agrária nacional, as questões sobre a posse da terra eram frequentes no meio rural, tornando-se tão arraigadas que, durante o êxodo rural, os trabalhadores ainda recordavam das lutas camponesas. Além disso, a resistência era evidente mesmo em situações ilegais. Mesmo diante de leis proibitivas, como a Lei das Associações, de

1799, que proibia associações, ocorreu o efeito oposto, levando “a uma ampla associação secreta de caráter semipolítico e semi-industrial” entre jacobinos e sindicalistas (THOMPSON, 1987, p. 64).

Como menciona o autor, a importância da escola dominical e das sociedades bíblicas foi destacada como espaços para a alfabetização das pessoas. Muitas pessoas não possuíam habilidades de leitura e aqueles que sabiam, frequentemente tinham uma leitura mecânica. Assim, as escolas dominicais desempenharam um papel central no ensino da leitura para crianças e trabalhadores. Isso resultou no aumento da circulação de jornais e revistas para a formação social e política das pessoas, além da criação de salas de leitura que contribuíram para a formação da consciência de classe dos trabalhadores (THOMPSON, 1987).

A educação básica teve um papel crucial na formação da consciência social e política dos trabalhadores. Através da estrutura organizada muitos indivíduos, incluindo aqueles que não tinham acesso à educação formal, foram alfabetizados e capacitados a compreender não apenas as letras, mas também o contexto social e político ao seu redor. Essa alfabetização básica contribuiu de forma efetiva para a construção de uma consciência de classe entre os trabalhadores. Ao entenderem melhor sua própria realidade e os desafios enfrentados, os trabalhadores tornaram-se mais conscientes de suas lutas e direitos, desempenhando assim uma consciência da sua importância na transformação social e política da Inglaterra.

Ao longo de sua obra, Thompson evidenciou que os trabalhadores rurais e urbanos não eram apenas sujeitos passivos das mudanças econômicas e sociais, mas sim atores históricos que contribuíram ativamente para a transformação das estruturas sociais e para a construção da classe trabalhadora como um sujeito político e social consciente de suas demandas e direitos.

Pierre Bourdieu (1995, p. 147-148) trouxe o conceito de estratégia para descrever como os agentes sociais, mesmo sem uma consciência plena e deliberada de suas ações, navegam pelos campos sociais para maximizar seus recursos e melhorar sua posição. As estratégias não são planos premeditados, mas práticas derivadas do habitus, um conjunto de disposições internalizadas que orientam o comportamento dos indivíduos dentro de um campo específico. Essas estratégias são moldadas pelo capital (econômico, cultural, social, simbólico) que os agentes possuem e pelas oportunidades e restrições presentes no campo em que estão inseridos. Assim, a estratégia é uma resposta prática que se adapta às condições

sociais, permitindo que os indivíduos avancem em um contexto de competição e luta por recursos e poder.

Em Bourdieu (2004), as estratégias dependem da posição que o agente ocupa no campo e das relações de força entre os diferentes agentes. A dinâmica do campo influencia as estratégias disponíveis para os agentes e, por sua vez, essas estratégias podem reforçar ou alterar a estrutura do campo. A ideia de estratégia, portanto, é central para entender como os indivíduos e grupos agem e reagem dentro das estruturas sociais, usando o capital de que dispõem para alcançar seus objetivos e influenciar as regras e as normas que regem o campo.

O conceito de estratégia em Bourdieu (2004) complementa a ideia de agência ao enfatizar como as ações dos indivíduos são informadas e condicionadas pelo *habitus* e pelo capital. Enquanto a agência em Giddens e em Thompson refere-se à capacidade dos indivíduos de agir de forma consciente e reflexiva para modificar estruturas sociais, a estratégia em Bourdieu destaca a maneira como essas ações são mediadas por um conjunto de disposições e recursos adquiridos ao longo da vida. Ambos os conceitos reconhecem que os indivíduos não são apenas produtos passivos das estruturas sociais, mas agentes capazes de agir e influenciar sua realidade. No entanto, a prática se concentra mais na intencionalidade e reflexão das ações, a estratégia aborda como essas ações são estruturadas por contextos sociais e capitais disponíveis.

Apesar de complementares, os conceitos de agência e estratégia têm diferenças importantes. Esse conceito pode ser criticado por subestimar as restrições que as estruturas sociais impõem aos agentes, sugerindo uma autonomia excessiva. Em contraste, o conceito de estratégia pode ser criticado por enfatizar demais o condicionamento social através do *habitus*, o que pode dar a impressão de que as estratégias dos agentes são mais automáticas e menos conscientes do que realmente são.

Para uma análise aprofundada do protagonismo das mulheres agricultoras na região estudada, é essencial correlacionar o conceito de agência com o de estratégia. A combinação desses conceitos permite entender como as agricultoras têm consciência de suas ações e tomam decisões refletidamente e também como essas escolhas são moldadas e, em alguns casos, limitadas pelas estruturas sociais e econômicas em que estão inseridas. Ao reconhecer que as mulheres agricultoras exercem agência e transformam suas realidades cotidianas, também é importante

considerar como suas ações são influenciadas por fatores estruturais, como o acesso a recursos e o capital social disponível. Essa perspectiva é primordial para compreender o protagonismo dessas mulheres, que caminham entre a capacidade de agir de forma autônoma e a necessidade de ajustar suas ações aos contextos estruturais que as cercam.

2.2.2 Funções e Atribuições das Mulheres Camponesas

A sustentação da acumulação capitalista está intrinsecamente ligada à ideologia predominante em cada época, a qual desempenha um papel central na reprodução da força de trabalho, induzindo os trabalhadores à submissão. Essa reprodução ideológica se concretiza não apenas através da exploração ou repressão, mas principalmente por meio do discurso e da palavra. Quando consideramos a análise sob a perspectiva de gênero, observamos que a reprodução ideológica ocorre de forma mais intensa.

Segundo Spivak (2010), a sociedade não pode existir sem ideologia, pois ela é um elemento estrutural da sociedade capitalista, representando a expressão da vontade coletiva e, conseqüentemente, uma manifestação do modo de produção. A ideologia constitui um elemento central da sociedade, sendo fundamental para a construção e manutenção das relações sociais ao longo do tempo e em diferentes espaços. Nesse contexto, a vontade popular reforça a ideologia dominante e a perpetua, mas em momentos específicos, essa mesma vontade pode questionar e modificar os rumos ideológicos vigentes.

Na visão de Spivak (2010), a ideologia é inerente à sociedade e suas estruturas são persistentes, mesmo que as ideologias que moldam o Estado possam variar ao longo da história. A ideologia, segundo Althusser, é considerada uma consciência falsa, não sendo uma relação consciente, mas sim a expressão da vontade coletiva. O discurso é parte integrante da ideologia e desempenha um papel essencial ao ser percebido pelos indivíduos como um componente essencial na formação discursiva. Dessa forma, a análise do discurso é crucial para compreender como o texto é configurado e sua relação com a sociedade em que é produzido. O discurso é um objeto construído a partir de uma ideologia e precisa ser analisado considerando a sua linguística e historicidade.

No contexto das mulheres agricultoras, a explicação sobre a estrutura como algo que não tem existência independentemente do conhecimento dos agentes humanos é importante para compreender a interação social das agentes. Isso significa que as mulheres agricultoras têm consciência do que estão fazendo em suas atividades cotidianas. Por exemplo, elas sabem que estão trabalhando na lavoura, cuidando dos animais, entre outras tarefas.

No contexto rural, o conhecimento sobre as próprias práticas produtivas e reprodutivas é, em grande medida, construído a partir da experiência cotidiana. Isso não significa que os sujeitos do campo, homens e mulheres, estejam desconexos às estruturas que os cercam, mas que, assim como ocorre em qualquer grupo social, suas percepções são situadas, parciais e moldadas pelas condições da vida real. Muitos agricultores, por exemplo, podem não perceber integralmente os efeitos práticos de determinadas políticas públicas ou das estratégias das agroindústrias sobre seus modos de vida, como as implicações dos acordos de produção com empresas como a Sadia. No caso das mulheres, essa limitação de acesso a informações mais amplas é frequentemente agravada por uma posição histórica de subalternidade no interior da família e da comunidade. Mesmo que exerçam papéis centrais na manutenção da propriedade familiar, suas vozes são, muitas vezes, desconsideradas nos espaços de decisão, o que contribui para dificultar a formação de uma consciência crítica sobre as condições que moldam sua vida prática.

Na segunda onda do feminismo⁶, houve uma mudança significativa na análise das violações dos direitos das mulheres, com a defesa de um projeto político transformador. Esse projeto buscava não apenas combater a desigualdade de gênero, mas também outras formas de desigualdade, como as raciais, étnicas, sociais e econômicas. A luta feminista reconheceu a conexão intrínseca entre a desigualdade de gênero e o sistema capitalista, baseado na exploração e opressão de certos grupos em detrimento de outros: “a segunda onda do feminismo aderiu a um projeto político transformador, baseado em um entendimento expandido de injustiça e na crítica sistêmica da sociedade capitalista” (FRASER, 2009, p. 21).

⁶ A segunda onda do feminismo surgiu durante os anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos e em outros países ocidentais. Seu intuito era buscar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, englobando pautas como o direito ao voto, acesso a oportunidades educacionais e de emprego, equiparação salarial, saúde reprodutiva e legalização do aborto. Além disso, a segunda onda do movimento feminista também enfatizou questões relacionadas à violência doméstica, assédio sexual e discriminação de gênero. Esse movimento foi influenciado por outras lutas sociais, como o movimento pelos direitos civis e o movimento estudantil, e teve um impacto significativo na sociedade e na cultura.

Bourdieu (1995) enfatiza a influência do habitus na perenidade e naturalização da divisão de gênero na sociedade, um conjunto de disposições adquiridas ao longo da vida que moldam pensamentos, sentimentos e comportamentos enraizados. Essa divisão de gênero, marcada pela dominação masculina, reflete-se nas práticas diárias, nas relações sociais e nos símbolos, todos moldados por uma lógica de gênero que se cristaliza pela construção social e histórica.

A importância do habitus é evidente ao questionar essa divisão de gênero e ao buscar promover a igualdade, desafiando práticas e mentalidades que perpetuam a desigualdade. No contexto das mulheres agricultoras, o habitus patriarcal presente nas pequenas propriedades rurais dificultou a ruptura dessa divisão, pois a socialização muitas vezes as condicionou a aceitar as decisões masculinas sem espaço para intervenção. Essa desigualdade é ainda mais acentuada com a entrada das agroindústrias, ampliando a marginalização das mulheres no ambiente rural. No entanto, é importante destacar a agência dessas mulheres, que apesar desses desafios, encontram espaços e formas de transformação, buscando romper com a lógica patriarcal e reivindicando seu protagonismo na sociedade.

Boni (2005) observa que o habitus perpetua a divisão sexual do trabalho, caracterizada pela rigidez patriarcal na pequena propriedade rural. Ela ressalta a dificuldade em romper com essa naturalização, dada a socialização restritiva das mulheres rurais, que frequentemente são levadas a naturalizar as decisões masculinas como incontestáveis, sendo privadas do direito à fala autônoma. A inserção das agroindústrias, ao substituir atividades tradicionais por outras mais intensivas em capital, ampliou essa desigualdade de gênero no campo, destacando a importância de entender e enfrentar essas dinâmicas para promover a equidade e a justiça social.

Apesar das influências do habitus patriarcal, as mulheres em geral, demonstram uma notável agência em suas vidas e comunidades. Elas encontram maneiras de contestar e reconfigurar as normas sociais que as limitam, buscando novas oportunidades e formas de participação ativa na tomada de decisões. Mesmo diante das estruturas tradicionais que tendem a marginalizá-las, as mulheres agricultoras demonstraram resiliência e determinação notáveis para transformar suas realidades.

O trabalho das mulheres agricultoras no oeste catarinense se desenvolveu em uma fronteira cultural, que não é apenas geográfica, mas sim um local que envolveu

a troca, a criação do novo e a contradição. É necessário observar que na fronteira cultural há a presença da ambivalência, ou seja, a coexistência de elementos distintos que se fundem e geram um terceiro elemento, algo novo e distinto das partes constitutivas.

De acordo com Pesavento (2006), na região da fronteira cultural há a mestiçagem, que não pode ser compreendida apenas por uma concepção racial ou étnica, mas é uma realidade que não pertence a nenhum dos dois elementos fundantes, sendo parte desses elementos. É importante ressaltar que esse novo elemento deve ser valorizado e receber a devida visibilidade.⁷

A mestiçagem que ocorre na fronteira cultural envolve a fusão de elementos distintos que geram um terceiro elemento, algo novo e distinto das partes constitutivas. Nesse contexto, a figura da mulher rural surge como um elemento que carrega consigo características específicas. A mulher rural atua tanto nas atividades produtivas quanto reprodutivas da propriedade, ou seja, ela trabalha tanto na produção de bens quanto na reprodução da vida, cuidando da casa, da família e dos animais.

Essa figura da mulher agricultora é resultado da mestiçagem que ocorre na fronteira cultural, caracterizada por desempenhar múltiplas funções na propriedade rural. Além de realizar as atividades produtivas, a mulher também é responsável pelas atividades reprodutivas da propriedade. Esse papel multifacetado é uma característica comum da figura da mulher agricultora. Diferentemente do homem agricultor, que muitas vezes se concentrou principalmente nas atividades produtivas, a mulher agricultora desempenhou todas as tarefas da propriedade.

Estar na fronteira não é somente ocupar um espaço na periferia em relação ao centro, mas habitar zonas de tensão, negociação e deslocamento. As mulheres rurais, nesse contexto, não podem ser reduzidas a um Outro fixo ou naturalizado, mas sim compreendidas como sujeitos que desafiam normas estabelecidas de gênero. A

⁷ A discussão em torno do papel dos cientistas em relação à ampliação da visibilidade dos subalternos e elementos culturais emergentes é uma questão urgente que precisa ser debatida. É fundamental reconhecer que o papel dos estudiosos não deve ser o de dar voz aos silenciados, já que esses sujeitos têm o direito e a capacidade de falar por si mesmos. No entanto, é importante que os intelectuais estejam atentos à transparência em relação ao Outro, pois a negação do Outro pode revelar uma falta de responsabilidade institucional por parte do intelectual crítico. Ao ampliar a voz dos que antes eram invisíveis e silenciados, é possível destacar elementos culturais que não eram valorizados anteriormente e que não tinham importância histórica. Para tanto, é necessário observar atentamente os silêncios dos subalternos, pois esses silêncios podem fornecer informações valiosas sobre as classes sociais, algo essencial para o trabalho do intelectual (SPIVAK, 2010). É preciso reconhecer a responsabilidade institucional do intelectual crítico em relação à ampliação da visibilidade dos subalternos e em relação à luta contra a negação do Outro.

fronteira é simbólica e material, pois marca a distância em relação aos referenciais tradicionais de feminilidade e, ao mesmo tempo, revela a desigualdade no acesso à remuneração, à terra e ao reconhecimento social. A posição das mulheres agricultoras é também de enfrentamento cotidiano a estruturas que historicamente são androcêntricas. Nesse cenário, sua identidade é forjada no entre-lugar (espaço de negociação e mudança,) na fronteira das contradições sociais, onde se reinventam práticas, afetos e formas de resistência que tensionam os limites da perspectiva tradicional de gênero.

Além disso, estar na fronteira cultural implicou estar em um espaço de constante movimento e mudança. As mulheres agricultoras não apenas enfrentaram desafios econômicos e sociais, mas também são agentes ativos na transformação dessas realidades. Sua presença e atividades desempenharam um papel fundamental na construção da identidade rural e na agência às desigualdades estruturais. Ao desafiar as normas e as expectativas tradicionais, essas mulheres estão redefinindo o que significa ser uma mulher no contexto rural, buscando reconhecimento por seu trabalho e contribuições para suas comunidades.

Ao buscar aprender a falar ao (em vez de ouvir ou falar em nome do) sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna, o intelectual pós-colonial sistematicamente “desaprende” o privilégio feminino. Essa desaprendizagem sistemática envolve aprender a criticar o discurso pós-colonial com as melhores ferramentas que ele pode proporcionar e não apenas substituindo a figura perdida do(a) colonizado(a). Assim, questionar a inquestionável mudez da mulher subalterna mesmo no projeto anti-imperialista dos estudos subalternos [...] (SPIVAK, 2010, p. 88).

A desconstrução é fundamental no processo intelectual, especialmente quando se trata de entender o papel das mulheres na sociedade. Questionar o silenciamento que as mulheres enfrentaram e enfrentam é uma parte intrínseca do trabalho do historiador, pois ignorar as vozes das mulheres é perpetuar um sistema que as objetifica. É importante desenvolver uma narrativa construída a partir da perspectiva e da consciência das mulheres sobre si mesmas.

No contexto rural, as responsabilidades tradicionalmente atribuídas às mulheres são fundamentais para a sustentação das comunidades e na preservação das práticas culturais. Uma dessas responsabilidades centrais é o cuidado com a família, que vai muito além do papel de mãe e esposa. As mulheres, em geral, mas

especialmente as rurais, frequentemente são as principais cuidadoras dos membros da família, garantindo o bem-estar físico, o emocional e o social de toda a família. Elas são responsáveis por coordenar as atividades diárias da casa, planejar refeições, cuidar da saúde dos familiares e garantir um ambiente acolhedor e seguro para todos. Esse cuidado abrangia todos os aspectos básicos da vida familiar, mas além da transmissão de valores, tradições e conhecimentos dos antepassados, contribuindo para a preservação da identidade cultural das comunidades rurais.

Além do cuidado com a família, muitas mulheres rurais também assumem, em diferentes contextos, funções na gestão da propriedade. Frequentemente administram recursos como alimentos, água, energia e, em alguns casos, as finanças domésticas. Embora nem sempre reconhecida, essa atuação é fundamental para a sustentabilidade da vida familiar, ainda que varie conforme as dinâmicas sociais e econômicas de cada família. Quase sempre as mulheres também são responsáveis por atividades como a produção de alimentos caseiros, o cuidado com animais domésticos e a manutenção da infraestrutura da propriedade, demonstrando uma habilidade multifacetada na gestão de diferentes aspectos da vida doméstica e rural.

Além disso, as mulheres rurais tiveram um papel ativo nas atividades agrícolas. Elas participavam diretamente, contribuindo para o plantio, cultivo e colheita de diversas culturas. Sua presença foi fundamental para o funcionamento das atividades agrícolas, como o trato dos porcos e frangos, limpeza do chiqueiro e aviário, tirar o leite e conduzir as vacas leiteiras para o pasto, a gestão das vacinas dos animais doentes e a logística do carregamento dos porcos e frangos que, em muitas propriedades, é uma responsabilidade das mulheres. As mulheres, com seu conhecimento técnico e habilidades específicas melhoram a produção rural, a conversão dos suínos e frangos e, conseqüentemente, a remuneração da família. Como mostra o relato da sra. Doralice Burnier⁸:

Era muito difícil, não tinha, a gente tinha que as coisas que nem eu te falei era, a vaca quando era hora de tirar leite tu tinha que tirar leite e daí quando a gente fazia mesmo a roça tu tinha que horário de ir na roça você tinha que

⁸ Entrevista realizada com Doralice Burnier, agricultora de aproximadamente 60 a 70 anos, viúva, residente em pequena propriedade familiar. Vive em uma casa de material, onde mora com o filho mais novo e a nora. Atuou no cultivo de suínos, frangos, gado leiteiro e horta; atualmente aposentada, acompanha a administração da propriedade, hoje conduzida pelo filho, que mantém a parceria de integração com a avicultura. Participou do clube de mães e mantém forte vínculo comunitário por meio da família e da igreja. Mostrou-se receptiva à entrevista, compartilhando com franqueza suas experiências de vida e as transformações recentes da produção rural em sua propriedade, marcada pela ampliação da integração com frangos.

ir na roça pra ter depois pra tratar os bichos e daí né com os chiqueiros e o aviário também. Porque nos primeiros tempos do aviário que era tudo manual, era muito tempo, era os copinhos de água três vezes por dia, tinha que ir lá trocar aquela água porque ela esquentava, onde a gente ia lá trocava tudo tinha tudo uns copinhos com umas bandejinhas e trocava aquela água, aí tinha as bandejas com a ração que tinha que trocar aquela ração depois nos frangos maior tinha os tubular tinha que encher os tubular a cada dois, três dias quando o frango era grande tinha tudo manual, tudo puxado e era. Assim tinha que levantar para por lenha [no aviário], para colocar lenha de noite que era frio quando os pintos. Pra aquecer os pintinhos isso também era além das horas que tu trabalhava de dia, das cinco as onze tu tinha que levantar lá quando era muito frio e geralmente assim eu, que nós eram campanula, e campanula ela não consome tanta lenha que nem uma fornalha, porque a fornalha ela tem o soprador fica fazendo mais, ela consome mais lenha e campanula não. Daí ficava de noite, as vezes eu esperava até meia noite pra ir dormir, daí eu enchia elas com lenha daí aguentava até as cinco da manhã, tá certo que não dava aquela conversão como hoje nos francos, porque quanto mais o frango precisa para se aquecer menos carne ele produz (DORALICE BURNIER, 2023)

Essa fala evidenciou a participação ativa e multifacetada das mulheres nas atividades agrícolas, indo além do trabalho nos campos para abranger a gestão dos animais e as demandas diárias do cuidado com a produção. A Doralice ressaltou ainda a dedicação necessária, incluindo o esforço extra durante a noite para garantir o bem-estar dos animais e o funcionamento adequado das instalações. Sua experiência exemplifica como as mulheres rurais contribuíram significativamente para o sucesso e a sustentabilidade das atividades agrícolas, demonstrando as habilidades técnicas e o conhecimento prático que são essenciais para a produtividade e a eficiência da produção rural.

A entrevista ressaltava também a carga de trabalho extensa e as condições desafiadoras enfrentadas pelas mulheres rurais, que muitas vezes precisam equilibrar múltiplas responsabilidades ao longo do dia e da noite. Isso ratifica ainda mais a importância e a centralidade das mulheres na agricultura, não apenas com o seu trabalho braçal, mas também como gestoras e tomadoras de decisão em diversas áreas do processo produtivo.

Durante a entrevista com Doralice Burnier, a propriedade passava por uma série de transformações. O filho mais novo da Doralice assumiu a propriedade após a morte do pai e a enfermidade da mãe e ele modernizou a mesma. A construção de três grandes aviários totalmente automatizados agora passa a fazer parte da realidade da vida familiar. Para a efetivação desse projeto moderno de produção foi necessário a eliminação de qualquer outra atividade como o porco e o gado leiteiro por falta de

mão de obra e por contrato com a empresa. É o contraste da história da família de Doralice Burnier.

Em muitas outras ocasiões, as mulheres também estão envolvidas em atividades complementares, como a criação de animais, a produção de alimentos artesanais e a comercialização dos produtos agrícolas e ajuda com os vizinhos no cuidado com as crianças e os idosos, como afirma a Alcelma Berner⁹ (2023):

[...] homem não vai cuidar filho para uma vizinha, não vai cuidar idoso para o outro, vamos dizer assim, não vai cuidar do doente. Se eu vou chamar alguém para ajudar a cuidar minha mãe [por exemplo], o marido não vai lá cuidar porque é mulher que vai cuidar. Eu acho que nesse casos a mulher tem bem mais [...] ela é bem mais parceira desse negócio de trabalho do que [os homens].

Alcelma Berner retratou as expectativas de gênero profundamente enraizadas na sociedade, especialmente no que diz respeito aos cuidados com a família e a comunidade. Ela mencionou que, em situações como cuidar de crianças, idosos ou doentes, geralmente espera-se que as mulheres assumam essas responsabilidades, enquanto os homens não são vistos como naturalmente inclinados a desempenhar esses papéis. Essa visão mostrou as normas sociais tradicionais que atribuem às mulheres a função de cuidadoras e provedoras de cuidados, enquanto os homens são muitas vezes associados a papéis de provedores financeiros e tomadores de decisões.

As responsabilidades das mulheres no contexto rural vão além dos estereótipos tradicionais e abrangem uma gama diversificada de atividades essenciais para a sustentabilidade das comunidades rurais. Seja no cuidado com a família, na gestão doméstica ou na participação ativa nas atividades agrícolas, as mulheres são centrais na manutenção da vida rural e no trabalho no campo.

⁹ Entrevista realizada com Alcelma Berner, agricultora de aproximadamente 60 a 70 anos, casada, residente em uma pequena propriedade familiar, onde vive com o esposo em uma casa de madeira. Atuou no cultivo de suínos, gado leiteiro e horta; atualmente aposentada, mantém produção voltada ao consumo doméstico. Participou do sindicato local e, em alguns momentos, do clube de mães, além de integrar a vida comunitária por meio da família e da igreja. Acolheu a entrevista de forma extremamente gentil e colaborativa, permitindo um diálogo sensível sobre sua trajetória e experiências no meio rural.

2.3 Lutas por Igualdade de Gênero e Reconhecimento no campo

Uma das questões que atravessa as relações de gênero no meio rural diz respeito às desigualdades no acesso a recursos produtivos. Em diferentes contextos, mulheres enfrentaram obstáculos para acessar terra, crédito, insumos agrícolas e tecnologias. Essas limitações estão, em parte, relacionadas a normas sociais e práticas historicamente construídas que atribuíram aos homens o papel central na gestão da propriedade e nas decisões produtivas. Embora haja avanços em algumas regiões e políticas públicas voltadas à equidade, essas desigualdades ainda influenciam as experiências e oportunidades das mulheres no campo.

O acesso limitado das mulheres agricultoras a recursos financeiros, essenciais para investir em suas atividades agrícolas e promover o crescimento sustentável de suas propriedades e a posse e o uso da terra emergiu como uma preocupação central, revelando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para garantir a segurança e a estabilidade fundiária necessárias alcançar maior autonomia econômica. Esses aspectos são fundamentais para compreender as complexidades desse modelo de produção com a agroindústria Sadia e o contexto de agência e protagonismo das mulheres agricultoras em Concórdia.

É extremamente importante a mobilização das mulheres, que resultou em avanços significativos, como a inclusão dos direitos das mulheres à terra na Constituição de 1988. A partir da década de 1990, as mulheres intensificaram sua luta, pressionando o Estado e os movimentos sociais para reconhecerem seus direitos e promoverem a inclusão das mulheres na reforma agrária.

A participação ativa das mulheres em sindicatos rurais, movimentos autônomos e organizações regionais foi fundamental para o avanço na garantia dos direitos das mulheres à terra, como veremos mais à frente. A conscientização sobre as desigualdades de gênero no campo, a ação frente às estruturas patriarcais e a busca por autonomia econômica foram alguns dos motores dessa luta. A posse da terra pelas mulheres é vista como um meio de empoderamento econômico, segurança alimentar, participação política e proteção dos direitos das mulheres.

2.3.1 Luta por Direitos de Propriedade e Acesso à Terra

Segundo Deere (2004), a luta das mulheres pela posse da terra no Brasil foi marcada por um longo processo de mobilização, conscientização e agência. Ao longo

das décadas, as mulheres rurais organizaram-se em sindicatos, movimentos sociais e organizações não governamentais para reivindicar seus direitos à terra e igualdade de gênero no acesso aos recursos naturais.

Essa luta foi impulsionada por diversos fatores, incluindo a crescente conscientização sobre as desigualdades de gênero no campo, a necessidade de autonomia econômica das mulheres e a busca por justiça social e equidade no acesso à terra. As mulheres enfrentaram desafios como a das estruturas patriarcais, a falta de reconhecimento de seus direitos e a discriminação de gênero enraizada nas práticas sociais e institucionais. Essa mobilização resultou em avanços significativos, como a criação de mecanismos de titulação conjunta da terra para casais, a implementação de programas de crédito e assistência técnica voltados para as mulheres e a promoção da participação das mulheres em instâncias de decisão sobre questões agrárias (DEERE, 2004).

No Brasil, o acesso a terra historicamente foi marcado por altos níveis de concentração fundiária, especialmente durante o regime militar que vigorou de 1964 a 1984. Durante esse período, houve uma baixa taxa de expropriação de terras, resultando em uma concentração extrema da propriedade da terra.

[...] a terra continuou a ser extremamente concentrada [...] Um por cento das fazendas, as maiores de 1000 ha, ocupavam 44% da terra. O coeficiente Gini de concentração da terra tinha aumentado de 0,825, em 1940, para 0,853, em 1980, estando entre os mais altos da América Latina. Na metade da década de 1980, o número de famílias sem terra e quase sem terra foi estimado entre 6 milhões e 11 milhões (DEERE, 2004, p. 179).

A realidade revelada por Deere (2004) é preocupante em relação à posse da terra, com um alto grau de concentração nas mãos de um pequeno número de grandes proprietários. Isso significou que a maioria das terras estava sob controle de uma minoria privilegiada, enquanto muitas famílias, especialmente aquelas sem terra ou com pouca terra, enfrentavam dificuldades significativas para acessar esse recurso fundamental. Esse cenário de concentração desigual da terra teve impactos diretos nas mulheres, pois historicamente elas têm enfrentado maiores obstáculos para adquirir e manter a posse da terra em comparação com os homens.

Um coeficiente Gini próximo de 1 indica uma concentração extrema, e o valor citado (0,853 em 1980) está entre os mais altos da América Latina no período, indicando uma distribuição altamente desigual das terras. Isso tem implicações diretas

para as mulheres, pois a falta de acesso a terra limita suas oportunidades econômicas e sociais, afetando sua capacidade de sustentar suas famílias e participar plenamente das atividades agrícolas e do desenvolvimento rural. A estimativa de milhões de famílias sem terra ou com acesso precário a terra destacou a magnitude do problema e a necessidade de políticas e ações para promover uma distribuição mais equitativa e justa da terra.

Com o retorno do regime civil em 1985, o presidente José Sarney introduziu o Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (PNRA-NR) e criou um novo Ministério para a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Essas iniciativas visavam abordar a questão da concentração fundiária e promover a reforma agrária no país. Além disso, a política de modernização agrícola durante o regime militar levou a mudanças nas relações de trabalho, com a substituição da força de trabalho dos arrendatários residentes por trabalhadores assalariados temporários.

O acesso a terra pelas mulheres no Brasil foi historicamente limitado e desigual, refletindo as desigualdades de gênero presentes na sociedade. Durante o regime militar (1964-1984), a questão dos direitos das mulheres à terra não era uma prioridade clara, resultando em uma baixa representatividade de mulheres como beneficiárias da reforma agrária. Por exemplo, na “década de 1990, as mulheres constituíam apenas 12,6% dos beneficiários [da reforma agrária] no Brasil, enquanto que nas recentes distribuições de terra na Colômbia esse percentual chegava a 45%” (DEERE, 2004, p. 175).

No entanto, a partir da década de 1980, houve uma mudança de perspectiva dos movimentos sociais rurais em relação aos direitos das mulheres à terra. As mulheres organizadas dentro dos sindicatos rurais e dos movimentos sociais começaram a reivindicar de forma mais efetiva o reconhecimento de seus direitos à terra, confrontando o Estado e forçando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a rever seus regulamentos. Essa mudança de perspectiva resultou em uma força efetiva que levou o Estado a adotar mecanismos específicos para a inclusão de mulheres a partir dos anos 2000.

A conscientização e a mobilização das mulheres rurais foram fundamentais para avançar na garantia dos direitos das mulheres a terra e na promoção da igualdade de gênero no acesso à terra. A organização a partir dos sindicatos e dos movimentos sociais foram essenciais para a conscientização dessas mulheres no combate às desigualdades de gênero na posse das terras.

Na toada do início dos anos 2000 e com o debate de gênero se fortalecendo e a necessidade de acesso a crédito para as mulheres, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) emite a PORTARIA MDA Nº 121, de 22 DE MAIO DE 2001 que:

Institucionaliza política pública do MDA, facilitando o acesso para mulheres agricultoras rurais aos recursos de crédito do PRONAF, Banco Terra, crédito fundiário de combate à pobreza rural, com capacitação, assistência técnica e extensão rural; respeitando suas especificidades (BRASIL, 2001, p.1).

A referida portaria reconheceu a feminização da pobreza e a pequena parcela da participação das mulheres na tomada de decisões, no acesso ao crédito e à posse da terra e no acesso à educação. Segundo os dados apresentados na portaria, em 2001, apenas 12% dos títulos de terra foram concedidos a mulheres rurais, que também obtiveram menos de 10% do total dos créditos disponíveis. Ademais, as mulheres no meio rural recebiam apenas 29,4% da renda dos homens que exerciam as mesmas atividades (BRASIL, 2001).

A portaria determinou ainda que, no exercício de 2001, pelo menos 30% dos recursos de crédito do PRONAF¹⁰ e do Banco da Terra fossem destinados preferencialmente às mulheres agricultoras rurais. Também estabeleceu que, no mínimo, 30% dos recursos do PRONAF para capacitação, assistência técnica e extensão rural fossem destinados a mulheres tomadoras de crédito rural. Para o exercício de 2002, recomendou-se a criação de uma linha de crédito específica para as mulheres agricultoras rurais. Além disso, as normas e as diretrizes do PRONAF, do Crédito Fundiário e do Banco da Terra deviam ser revisadas para facilitar o acesso das mulheres a essas políticas públicas. Por fim, ela determinou a implementação de uma campanha de divulgação dessas ações junto às mulheres agricultoras rurais e aos agentes financeiros (BRASIL, 2001).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio da Portaria nº 981, instituiu a obrigatoriedade da titulação conjunta para casais em situação de casamento ou união estável nos assentamentos da reforma agrária, em

¹⁰ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1995 e representa um fator importante no papel do Estado na agricultura e no mundo rural no Brasil. Seu surgimento é uma resposta da pressão dos movimentos sociais por transformações na estrutura e a democratização das políticas públicas, e ao mesmo tempo um reconhecimento de que a agricultura familiar é uma categoria de análise essencial para o debate. Apesar dos desafios e das dificuldades entre o discurso e a prática, o Pronaf busca apoiar a agricultura familiar visando fomentar um setor que é amplo e diversificado da agricultura brasileira (ANJOS et al., 2004).

2003. Essa portaria foi uma grande conquista da Marcha das Margaridas de 2003.¹¹ Em casos de separação, caso o processo de titulação da terra ainda estivesse em andamento, a área deveria ser destinada à mulher, desde que ela possuísse a guarda dos filhos, em conformidade com o Código Civil (BUTTO; HORA, 2008). Afinal, sem acesso a terra, as pessoas, em especial as mulheres, ficavam excluídas das oportunidades de desenvolvimento rural, como crédito agrícola e programas de assistência técnica.

Não ter terra implica em não ter acesso às políticas de desenvolvimento. Por esse motivo, participar da produção nos assentamentos está, na maioria das vezes, limitado pelas responsabilidades desiguais entre homens e mulheres no trabalho reprodutivo das famílias. Com menor tempo para o trabalho produtivo e sem acesso a decisões de gestão da produção, as mulheres assentadas, assim como as agricultoras familiares, atuam nos quintais garantindo o auto-consumo das famílias. Ao não ter acesso a renda monetária permanecem invisíveis na economia dos assentamentos (BUTTO; HORA, 2008, p. 29).

No caso das mulheres, mesmo nos assentamentos, elas enfrentam barreiras adicionais devido à divisão desigual do trabalho dentro das famílias. As mulheres geralmente são sobrecarregadas com o trabalho reprodutivo e com o trabalho produtivo, como o cultivo da terra. E mesmo assim, elas tiveram pouca participação nas decisões sobre a gestão da produção agrícola, o que reforçou ainda mais sua exclusão econômica. A falta de acesso a terra e à renda limitou o papel das mulheres no desenvolvimento econômico rural.

A criação do PRONAF foi essencial para as políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro, pois reconheceu as diferenças e as características específicas dos agricultores familiares. Sendo o principal objetivo desse programa (PRONAF) o de oportunizar o crédito agrícola para os pequenos produtores rurais que não tinham acesso ao crédito. Até a década de 1990, não havia políticas agrícolas direcionadas para os pequenos produtores. Foi a partir dessa década que as políticas de crédito foram reorientadas para atender aos agricultores familiares (HERNÁNDEZ, 2009).

¹¹ A Marcha das Margaridas é um movimento de mulheres trabalhadoras rurais, criado em 2000, que homenageia a líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 1983. Realizada em diversas edições, como em 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019, a marcha tem se destacado pela sua capacidade de mobilização nacional e por seu caráter formativo, de denúncia e de proposição política. O evento, que ocorre sempre em agosto, em memória de Margarida Alves, reúne mulheres do campo, da floresta e das águas em Brasília, reivindicando políticas de igualdade de gênero, reforma agrária e desenvolvimento rural sustentável (Marcha das Margaridas, 2003).

Segundo Hernández (2009, p. 79), o Pronaf pode ser organizado em quatro linhas de operação:

- a) a promoção de negociações de políticas públicas com órgãos setoriais;
- b) o financiamento de infraestrutura e serviços públicos nos municípios;
- c) o financiamento da produção da agricultura familiar (por meio do crédito rural) e;
- d) a profissionalização dos agricultores familiares.

A divisão do Pronaf em quatro linhas de ação possibilitou ao programa a efetivação do atendimento as pequenas propriedades rurais e atender de forma direta as principais variáveis que influenciam no desenvolvimento da agricultura familiar. Com isso, o programa manteve as pessoas ocupadas nas propriedades familiares rurais e gerou renda para remunerar a mão de obra das pessoas envolvidas no trabalho, gerando novos postos de trabalhos (HERNÁNDEZ, 2009).

Mas, segundo a mesma autora, Hernández (2009), a operacionalização do Pronaf foi desigual entre as regiões. Houve maior oferta de crédito aos produtores do sul em detrimento de outras regiões, especialmente para os agricultores onde o seu produto tinha um mercado maior, fortalecendo uma lógica de produção voltada ao mercado internacional.

Com isso, pode-se afirmar que até a década de 1990 o acesso ao crédito, pelos pequenos produtores rurais, se deu em acordo comercial com as agroindústrias. Dentre as razões para aderir a esse sistema, estão a dificuldade da produção em pequena escala, a necessidade de obter insumos para formar pastagens para alimentação do gado leiteiro e a certeza da comercialização, além da dispensa em ter um alto capital disponível para operar (TERHORST; SCHMITZ, 2007).

No período estudado, as políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à democratização do acesso à terra encontraram aplicação limitada na região de Concórdia, sobretudo em função das dinâmicas locais de poder e do modelo de integração agroindustrial vigente. Embora o pacto contratual com a Sadia não tenha restringido o acesso ao crédito (pelo contrário, a empresa frequentemente atuava como facilitadora junto às instituições financeiras, oferecendo garantias com base na propriedade da terra) esse sistema reforçava a centralidade da figura masculina na gestão da unidade produtiva. A titularidade da terra, em sua maioria registrada em nome dos homens, não era objeto de questionamento ou reconfiguração no âmbito

desses acordos comerciais, o que dificultava a visibilização e o reconhecimento das mulheres como sujeitas de direitos no meio rural.

Uma das alternativas desenvolvidas foi o PRONAF Mulher, ou como é conhecido pelos agricultores “Pronafinho”, que previa pequenos financiamentos com juros reduzidos quando concedidos em nome das mulheres. Nessa modalidade, formavam-se grupos solidários, nos quais cada integrante atuava como avalista dos demais. Os recursos eram utilizados nas propriedades individuais e voltados a investimentos produtivos, com prazos e condições adequados à realidade dos pequenos agricultores familiares. Além disso, passou a ser exigida a inclusão da esposa no bloco de produtor,¹² o que representou um avanço no reconhecimento das mulheres como sujeitas de direitos no meio rural (ALCELMA BERNER, 2022; DORALICE BURNIER, 2022).

Os relatos das entrevistadas evidenciam que o acesso à terra e ao crédito permaneceu, na prática, mediado pelas figuras masculinas, apesar dos avanços normativos. Assim, a luta pelo direito à terra em Concórdia revelou-se atravessada por disputas simbólicas e materiais, nas quais as mulheres agricultoras buscaram afirmar sua presença, ainda que frequentemente invisibilizadas pelas políticas e pela estrutura produtiva vigente.

2.3.2 Movimentos das Mulheres no campo

O protagonismo das mulheres no meio rural começou a ganhar força a partir da década de 1980, em um cenário marcado pela crescente modernização agrícola. A tecnificação das práticas no campo, que reduziu o esforço físico exigido em várias atividades, permitiu que as mulheres ocupassem espaços além das funções tradicionalmente domésticas. Esse processo ampliou a participação feminina na luta por mais direitos e reconhecimento de seu trabalho no campo.

Somam-se a isso as mudanças sociais, como a diminuição do número de filhos por mulher, que foram motivadores para que elas tivessem maior disponibilidade para

¹² O Bloco de Produtor Rural, atualmente denominado Nota Fiscal de Produtor Rural (NFP), é um documento fiscal utilizado por agricultores e agricultoras familiares para formalizar a comercialização da produção agropecuária. Sua função principal é registrar a venda de produtos diretamente da propriedade rural, permitindo o controle da movimentação econômica do setor primário, a comprovação de renda e a regularização das transações perante os órgãos fiscais e previdenciários.

o trabalho fora de casa, integrando-se de forma mais participativa às dinâmicas sociais e econômicas do campo. E, conseqüentemente, as mulheres começaram a se organizar, questionando papéis tradicionais e reivindicando direitos em um ambiente predominantemente masculino. Essa organização coletiva trouxe à tona uma nova perspectiva, que desafiava as práticas tradicionais e buscava maior equidade de gênero.

O movimento das mulheres rurais se articulou em torno de suas demandas específicas, mas também dentro de lutas macrosociais do campo. Elas começaram a alinhar suas pautas às organizações camponesas, lutando por transformações tanto nas condições de trabalho quanto no reconhecimento de sua atuação dentro das unidades produtivas. Ao buscar a igualdade nos processos de decisão e na participação produtiva, as mulheres trouxeram novas questões ao debate rural, inserindo o debate de gênero nas discussões agrárias.

Esse movimento foi fundamental para reconfigurar o espaço rural, em vários aspectos, como o econômico, o social e o cultural, ao dar visibilidade à realidade feminina e reforçar o papel das mulheres na construção de um novo modelo de desenvolvimento rural.

Segundo Paulilo (2000), o Movimento de Mulheres Agricultoras nasceu em 1981 e foi fruto de uma época onde os movimentos eram fortemente influenciados pela teologia da libertação¹³ da ala progressista da Igreja Católica. No mundo rural essa influência foi essencial, pois a igreja é um espaço público que as mulheres frequentavam e na maioria das vezes eram incentivadas a estarem.

Inicialmente, as mulheres trabalhadoras rurais focaram principalmente nas questões relacionadas aos direitos trabalhistas. Porém, a partir dos anos 1990, começaram a surgir debates sobre gênero, influenciados pela crescente presença do discurso feminista entre as militantes. Esses debates se concentravam, especialmente, em temas como saúde e reprodução. Nesse contexto, o Movimento de Mulheres Agricultoras passou a incluir pautas de gênero, distanciando-se em parte

¹³ A Teologia da Libertação é um movimento teológico cristão que emergiu na América Latina a partir da década de 1970, destacando-se por sua ênfase na justiça social e no compromisso com os pobres. Inspirada pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín (1968), essa teologia busca articular a fé cristã com a realidade social, denunciando estruturas de opressão e propondo ações concretas para a transformação da sociedade. Teólogos como Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff e Jon Sobrino são algumas das figuras centrais desse movimento, que se caracteriza pelo uso do método ver, julgar e agir e pela opção preferencial pelos pobres. Além de suas raízes evangélicas, a Teologia da Libertação dialoga criticamente com o marxismo, adotando sua análise estrutural da sociedade, mas reinterpretando suas conclusões à luz do Evangelho (NORONHA, 2012, p. 1-6).

da Igreja Católica, já que temas como sexualidade e controle de natalidade eram e são sensíveis considerados tabu no âmbito religioso (BONI, 2012).

Com o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores (PT), as participantes do MMA começaram a encontrar mais identidade entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas por este partido do que junto às propostas da Igreja Católica, visto sua posição com temáticas sobre gênero e sexualidade (PAULILO, 2000).

A renovação dos sindicatos foi o ponto de partida para o surgimento de outros movimentos importantes.¹⁴ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Igreja Católica incentivaram que a renovação viesse pela oposição àqueles que eram considerados sindicalistas conservadores e, nesse cenário, a participação das mulheres começou a ser incentivada. A sindicalização das trabalhadoras rurais foi uma das pautas centrais para a oposição aos sindicatos na cidade de Chapecó/SC. Até o começo dos anos 1980, poucas mulheres do campo eram associadas ao sindicato, especialmente as casadas, pois eram tidas como dependentes dos maridos ou vistas como não agricultoras quando chamadas de esposas de agricultores (BONI, 2012).

Uma vez conquistada a direção do STR [Sindicato dos trabalhadores Rurais] de Chapecó, em 1982, foi promovida uma campanha para a sindicalização da mulher. Logo depois foram feitas campanhas também pela documentação, ou seja, as mulheres foram incentivadas a requerer carteira de identidade, título de eleitora, CPF e a também insistir para que seu nome constasse no bloco de produtor, documento que registra as transações comerciais da propriedade. Isso fazia com que a mulher fosse reconhecida enquanto trabalhadora rural, garantindo seus direitos à aposentadoria, a salário maternidade e auxílio doença, direitos já garantidos às trabalhadoras urbanas. Em 1983 o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) é criado definitivamente (BONI, 2012, p. 36-37).

A campanha de sindicalização das mulheres agricultoras após a conquista do STR de Chapecó, em 1982, foi, sem dúvida, um passo importante para o reconhecimento dos direitos das trabalhadoras rurais. No entanto, esse processo evidenciou também as barreiras estruturais que as mulheres enfrentavam no campo. A necessidade de campanhas para garantir a emissão de documentos básicos, como CPF e título de eleitor, expuseram a exclusão social e política a que as mulheres estavam submetidas, em que eram tradicionalmente vistas apenas como esposas ou auxiliares, e não como protagonistas econômicas. É necessário destacar que essa

¹⁴ Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

luta por direitos básicos refletiu a histórica invisibilidade e desigualdades das mulheres no campo, especialmente em relação às questões de gênero.

Nesse contexto, a experiência de mulheres como Alcelma Berner (2023), uma de nossas entrevistadas, exemplificou como a participação ativa nos sindicatos se tornou uma realidade para muitas agricultoras, mesmo que nem todas estivessem envolvidas em movimentos feministas formais. Alcelma esteve fortemente presente no Sindicato dos Agricultores Rurais, e sua atuação trouxe à tona discussões sobre gênero, ainda que essa não fosse a principal bandeira do sindicato ou dela própria. Isso confirmou que o protagonismo feminino pode se manifestar nos espaços sindicais de maneira silenciosa, mas essencial, reforçando o papel fundamental que as mulheres desempenham nessas lutas, mesmo quando não ocupam o centro das discussões de gênero.

Jordan: E você teve envolvida em algum sindicato, envolvida em algum movimento social?

Alcelma: É, eu depois, eu não sei, nós é sócio do sindicato é anos eu nem sei te contar quantos anos que eu tô, até hoje sócio do sindicato, mas eu foi muitas vezes assim, o sindicato fazia isso e fazer coisas. Mas eu foi muito tempo eu gostava de fazer isso.

Jordan: Isso era importante pro pessoal da agricultura?

Alcelma: Era. Era como hoje né? É como hoje. Que eu digo assim, né? Agora que eu me aposentei faz treze anos que eu me aposentei, né? Então assim, depois que eu vou aposentar a gente diz assim que pode largar do sindicato porque o sindicato que aposentou né, mas eu por exemplo tô pagando doze anos, Jordan, porque o que eu ganhei na minha aposentadoria que os outros me ajudaram agora quero ajudar os outros, porque eu não foi só eu que trabalhei para ganhar essa aposentadoria não.

Jordan: Você foi em alguma mobilização que o sindicato fez: uma lembra de algum momento impactante?

Alcelma: Má quantas eu fui, Eu me lembro, nós fomos uma vez para Chapecó, nós fomos uma, como é que é, na Caixa Econômica e eles não queriam deixar nós entrar na pra ali, né? E daí nós fechemo, ali na frente. Essa foi uma história bem que eu não vou esquecer. E daí nós fechemo, ali na frente e uma mulher pegou o carro dela e passou quase por cima de nós e foi quando ela chegou no asfalto, a turma queria virar o carro [...], a turma que estava fazendo e daí eles pegaram daí a polícia chegou e mandou acalmar né mas a turma ia virar o carro dela.

Jordan: Então esse seria o momento mais significativo que tu que tu vivenciou?

Alcelma: Hum, e muitos do que nós se foram em volta, meu Deus Jordan. Quantas e quantas vezes a gente foi que ficou fora mesmo, meu Deus do céu, num solão eu passei muito calor aí em volta, no sindicato assim (ALCELMA BERNER, 2023).

A entrevista com Alcelma Berner mostrou aspectos importantes da participação feminina nos movimentos sindicais do campo, destacando a vivência de uma agricultora ativa no Sindicato dos Agricultores Rurais. Apesar de Alcelma Berner

nunca ter se envolvido diretamente em movimentos específicos de mulheres, como o Movimento das Mulheres Agricultoras ou o Movimento das Mulheres Camponesas, sua presença no sindicato mostra que a mulher estava presente na luta por seus direitos e a questão de gênero emerge naturalmente, mesmo quando não é uma pauta central.

Alcelma Berner, na sua fala, revelou como sua participação no sindicato era motivada não somente por interesses pessoais, como a conquista da aposentadoria, mas também por um senso de coletividade. Ela continuou a contribuir financeiramente mesmo após se aposentar, mostrando um compromisso de solidariedade, o que é um reflexo das tradições comunitárias presentes no meio rural. Esse comportamento de retribuir ao sindicato pelo apoio recebido em sua aposentadoria é parte do senso de pertencimento e responsabilidade social muito característico na maioria dos agricultores e agricultoras.

Além disso, Alcelma Berner narra experiências marcantes de mobilização, como a participação em protestos e ocupações em busca de melhorias para os agricultores. O relato de uma manifestação em Chapecó, onde quase houve um confronto violento, é emblemático da intensidade e do risco envolvidos nas lutas por direitos. Isso mostrou a disposição das mulheres em participar ativamente do processo, mesmo em contextos de maior tensão e perigo, o que revela esse novo momento dos movimentos sociais e dos sindicatos de inserção das mulheres no espaço público e na luta, mesmo que ainda seja predominantemente masculino.

Embora Alcelma não se identifique como uma militante feminista ou membro de um movimento feminino, sua atuação expressa a importância das mulheres na sustentação das lutas sindicais e sociais. Da mesma forma, outras entrevistadas, como Anelori Schwartz (2023) e Cibeles Haak (2023), destacaram sua participação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mesmo que atualmente já não estejam mais ativas. Assim como a Entrevistada 6 (2024) que revela que

[...] o papel do sindicato foi apoiar nois colono, foi dá incentivo ao colono, foi crarea [clarear] para nois os nosso direito de colono, porque temo direito né?. Eles estavam sempre aqui dando, né? apoio no tempo que nós tinha vaca, tinha lavoura. Eles davam [...] formação. O sindicato foi importante (ENTREVISTADA 6, 2024).

A atuação dos sindicatos não se limitava apenas à luta por direitos, mas também ao fornecimento de suporte técnico e formação. O sindicato ajudava os

trabalhadores a compreender melhor seus direitos enquanto trabalhadores rurais, oferecendo orientação e incentivos para que pudessem melhorar suas condições de trabalho e produção. Além disso, a presença de técnicos formados, que prestavam assistência em atividades como a criação de gado e o cultivo, demonstra como o sindicato também atuava na capacitação e na formação prática dos agricultores. Esses depoimentos reforçam como os sindicatos rurais na região foram profundamente influenciados pela presença e atuação das mulheres, consolidando seu papel nas reivindicações e avanços obtidos ao longo dos anos.

Nos anos que se seguiram, diversas foram as ações e as conquistas das mulheres agricultoras, especialmente por meio do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que desempenhou um papel crucial na luta por direitos. A seguir, exploraremos alguns dos eventos e datas importantes que marcaram o desenvolvimento dessa luta e a ampliação do protagonismo feminino no campo.

Tabela 5: Protagonismo feminino no campo

Ano	Evento
1981	Início da organização das mulheres agricultoras.
1982-1983	Formação e consolidação do MMA como movimento das trabalhadoras rurais em Santa Catarina.
1985	Consolidação do MMA, com expansão de sua base para vários municípios.
1986	Eleição de Luci Choinaski , agricultora, como deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sendo a segunda mulher a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e a primeira representante de um partido de esquerda.
1986-1988	Organização de caravanas a Brasília para pressionar por reconhecimento oficial das mulheres como trabalhadoras rurais e concessão de benefícios similares aos das trabalhadoras urbanas, como licença maternidade e auxílio-doença. Reivindicação pela redução da idade mínima para aposentadoria das mulheres rurais para 55 anos e dos homens para 60 anos.
1988	A Constituição de 1988 equipara os direitos previdenciários dos trabalhadores rurais aos dos trabalhadores urbanos, reconhecendo-os como segurados especiais assegurado pela criação da Lei nº 8.213/91, que garante os direitos previdenciários para trabalhadores rurais como os urbanos, posteriormente alterada pela Lei nº 11.718/08.
1990	Articulação do MMA com outros movimentos de trabalhadoras rurais de outros Estados.
1991	Reeleição de Luci Choinaski como deputada federal. Houve uma Caravana das Trabalhadoras Rurais a Brasília com mais de 1.000 participantes em busca de direitos classistas (aposentadoria) e de gênero (licença maternidade).
1994	Luci Choinaski é reeleita para mais um mandato como deputada federal.
1995	Foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), a qual o MMA começou a fazer parte.
2000	Marcha das Margaridas.
2003	Marcha das Margaridas.
2004	Criação oficial do Movimento das Mulheres Camponesas que se incorporou à Via Campesina (Movimento Internacional de pequenos agricultores).
2007	Marcha das Margaridas.

2011	Marcha das Margaridas.
2011-2014	Luci Choinaski continua seu mandato como deputada federal.
2014-2018	Luci Choinaski é reeleita como deputada federal.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de BONI, 2012 e PAULILO, 2000.

A análise da trajetória do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) mostrou uma evolução significativa na integração da pauta de gênero ao longo dos anos, refletindo o crescente protagonismo feminino e a luta por direitos. Pode-se notar que entre 1981 e 1983, as mulheres agricultoras começaram a se organizar, focando na formação e consolidação do MMA como uma força relevante em Santa Catarina. Essa fase inicial concentrou-se na organização e na reivindicação de direitos básicos, como o reconhecimento formal das mulheres como trabalhadoras rurais.

A partir de 1986, o movimento começou a incorporar questões de gênero de forma mais explícita, especialmente através das caravanas a Brasília, que buscavam garantir benefícios previdenciários semelhantes aos das trabalhadoras urbanas, como licença maternidade e auxílio-doença. Esse período marcou uma transição significativa na pauta do MMA, mostrando a crescente importância das questões de gênero nas suas demandas.

O marco mais evidente na consolidação da pauta de gênero ocorreu com a criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), em 1995; não foram encontrados relatos desse movimento na região. Esta organização focada em questões de gênero demonstrou a evolução da pauta de gênero dentro do movimento, destacando a luta não apenas por direitos trabalhistas, mas também por uma igualdade de gênero mais profunda. As Marchas das Margaridas, realizadas a partir de 2000, reforçaram essa trajetória, mobilizando milhares de mulheres e destacando a importância das questões de gênero na agenda política e social.

A presença contínua de Luci Choinaski¹⁵ na política, com sua eleição como deputada estadual e federal, bem como sua atuação ao longo dos anos, exemplificou

¹⁵ Luci Choinacki nasceu em 17 de março de 1954, em Descanso (SC). Filha de Tadeu Kovoski e Rosa Kovalski, é casada e mãe de quatro filhos. Concluiu o ensino ginasial na Escola Básica Everardo Backeuser, em 1967. Trabalhadora rural e dona de casa, iniciou sua trajetória política na Pastoral da Terra e, posteriormente, integrou o Movimento dos Sem-Terra no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Descanso. Coordenou o Movimento Estadual de Mulheres de Santa Catarina entre 1984 e 1987, além de participar da Coordenação Estadual do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas (MMTU/SC) em 2007. Eleita deputada estadual por Santa Catarina pelo PT, integrou a 11ª Legislatura (1987-1991) e foi a segunda mulher deputada constituinte do estado em 1989. Atuou em diversas comissões legislativas, sendo titular da Comissão de Agricultura e Defesa do Consumidor, entre outras. Também foi deputada federal em três mandatos consecutivos, tendo exercido cargos de liderança no PT e participado de comissões permanentes e especiais. Candidatou-se ao Senado em 2006, retornou

a integração crescente da pauta de gênero na política institucional. As vitórias e os desafios enfrentados, como as críticas e o preconceito, demonstram que, apesar dos avanços significativos, a busca pela mudança nas relações de gênero foi e é um processo contínuo.

A partir de 2004, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) integrou-se ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) durante esse processo de aglutinação de diversos movimentos autônomos de mulheres em todo o país. Esta união trouxe uma nova perspectiva ao movimento, destacando uma abordagem mais classista e feminista, que acentuou a necessidade de promover o empoderamento das mulheres no campo. Surgiu o reconhecimento da necessidade de fortalecer a participação feminina, não apenas na esfera privada, mas também na pública, através da luta por direitos e igualdade.

A conquista de documentos pessoais e o reconhecimento oficial da profissão foram fatos significativos que permitiram às mulheres se afirmar como agentes econômicos e sociais independentes. Essa mudança facilitou o acesso a direitos reconhecidos pela Constituição de 1988 e alterou profundamente a percepção pública do papel das mulheres nas comunidades camponesas.

A politização das mulheres, proporcionada pela participação no movimento, trouxe à tona uma nova condição de sujeito, refletida em sua crescente presença em espaços anteriormente dominados pelos homens. A obtenção do Bloco de notas do produtor e produtora rural em nome das mulheres, por exemplo, foi um passo importante para a legitimação de sua participação econômica. O empoderamento feminino trouxe consigo o impacto transformador nas dinâmicas sociais e familiares, como a mudança de perspectiva na gerência dos negócios da propriedade. Contudo, esses avanços, também revelaram que a transformação das relações de poder e a superação de normas tradicionais de gênero continuam sendo desafios complexos e em evolução (CONTE, WESCHENFELDER, CINELLI, 2010).

O Capítulo 2 permitiu uma reflexão aprofundada sobre as múltiplas funções exercidas pelas mulheres no meio rural e como elas historicamente estiveram presentes no cotidiano da agricultura, mesmo que, por muito tempo, suas

à presidência estadual do PT em 2008 e foi reeleita deputada federal em 2010, presidindo a Frente Parlamentar pela Agroecologia. Atualmente reside em Florianópolis (SC). Fonte: SANTA CATARINA, s.d. Memória Política ALESC, disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/> (acesso em 19 de jun. 2025).

contribuições fossem invisibilizadas. A análise demonstrou que, apesar de serem fundamentais para a reprodução econômica e social das famílias agricultoras, as mulheres foram relegadas a papéis secundários, sendo reconhecidas, muitas vezes, apenas como “ajudantes” dos maridos ou como trabalhadoras “domésticas” da roça, sem o devido reconhecimento legal, social e político.

Foi possível perceber que, ao longo das décadas, essas mulheres passaram a reivindicar seus direitos, tanto dentro das estruturas familiares quanto nas esferas públicas e políticas. A luta por terra, acesso a crédito, aposentadoria e licença-maternidade marcou a trajetória das trabalhadoras rurais que, pouco a pouco, conquistaram maior visibilidade e espaço nos movimentos sindicais, nas organizações de base e nos debates sobre políticas públicas voltadas ao campo. Essas conquistas não aconteceram de forma linear, mas resultaram de enfrentamentos cotidianos diante de resistências culturais, institucionais e econômicas.

Ao evidenciar a agência das mulheres rurais, este capítulo reforçou que os desafios enfrentados por elas não são apenas questões de gênero, mas também de classe, território e geração. A atuação das mulheres agricultoras na organização do trabalho, na manutenção das práticas agroecológicas, na resistência frente à lógica da monocultura e na valorização de saberes locais configurou um protagonismo que será aprofundado nos capítulos seguintes, especialmente em relação às estratégias de ação frente ao capital agroindustrial e à construção de alternativas sustentáveis no campo.

3. Estratégias de agência e resistência frente ao capital agroindustrial

Este capítulo busca analisar as estratégias de agência que as mulheres agricultoras desenvolveram na região estudada, especialmente no contexto das transformações impostas pela agroindústria. A análise parte de episódios históricos significativos, para compreender de que forma os pequenos produtores, em particular as mulheres, enfrentaram políticas autoritárias que impactaram profundamente seus modos de vida. Para isso serão investigadas as redes formais e informais organizadas por elas, as trocas de saberes e sementes, bem como a produção e manutenção de hortas caseiras como formas de resistência e manutenção da autonomia familiar.

A análise se debruça, ainda, sobre episódios de maior tensão entre os pequenos produtores e o Estado, como as políticas de erradicação da peste suína africana nos anos 1970. Esse contexto mostrou o impacto de medidas autoritárias sobre as comunidades rurais e a maneira como essas populações reagiram, questionando as justificativas oficiais e buscando preservar sua subsistência. A partir desse e de outros casos, o capítulo discutirá como as mulheres agricultoras exerceram um papel central face ao avanço das lógicas agroindustriais, garantindo a transmissão de conhecimentos tradicionais e a permanência da agricultura familiar na região.

3.1 Agência e protagonismo feminino no sistema de “parcerias”

A consolidação da agroindústria no oeste catarinense inseriu profundas transformações para a agricultura familiar e para a pequena propriedade rural. Elas foram, então, inseridas no contexto do sistema de produção. Conforme já discutido anteriormente, esse modelo estabeleceu uma lógica de produção em larga escala, marginalizando quase todas as pequenas agricultoras e agricultores que não tivessem

condições de adaptar-se ou que não desejassem. Como afirma Noilves Rosa da Silva¹ (2024), ao falar da dificuldade das pessoas que criavam porcos de forma independente em comercializar seus produtos:

A gente sabe de pessoas que continuaram com a produção independente de suínos, que não estavam vinculados a esse controle das empresas, que às vezes não conseguiam, no final das contas, vender o seu produto, ou tinham que vender muito abaixo do mercado o valor, porque o mercado está saturado, ou porque as empresas querem aproveitar para explorar nesse sentido, então é uma coisa bastante difícil (NOILVES ROSA DA SILVA, 2024).

Goularti Filho (2002) argumentou que o período entre 1962 e 1990 marcou a consolidação do capital industrial na região, com a modernização da agricultura e a monopolização agroindustrial. As agroindústrias, nesse contexto, passaram a dominar a produção suína, construindo contratos que aumentaram a dependência dos agricultores em relação às grandes empresas. Não havia uma discussão das cláusulas com as agricultoras e agricultores e muitas delas por necessidade ou falta de instrução não entendiam ou sequer liam o contrato.

Todo o processo de fazer o contrato da parceria, tudo isso já vem regras muito rígidas estabelecidas pela empresa. E, às vezes, por uma falha dos produtores, ou pelo desespero de ter um contrato e de poder ter um trabalho para fazer, às vezes não há uma, vamos dizer assim, uma dedicação muito grande de olhar qual é a parte e o comprometimento da parte do produtor parceiro, né? Então, depois que tu assinou o contrato, ele só vai ser executado no final das contas. E tem algumas coisas que não tem mais muito o que discutir, né? Então, isso é bastante difícil nesse processo (NOILVES ROSA DA SILVA, 2024).

Essas transformações ampliaram os mercados, gerando um novo ciclo de crescimento econômico para a região. Com isso, acentuaram-se as assimetrias de poder, concentrando os lucros nas grandes empresas e transferindo riscos e custos para as agricultoras e agricultores familiares. Com poucas alternativas as mulheres agricultoras encontraram na resistência às imposições das agroindústrias, um

¹ Entrevista realizada com Noilves Rosa da Silva, agricultora de aproximadamente 50 a 60 anos, casada, residente em pequena propriedade familiar própria, onde vive em sua casa com a família, enquanto seus pais residem em outra casa na mesma propriedade. Atuou no cultivo de suínos, mas atualmente não participa mais do sistema de parcerias, dedicando-se ao gado leiteiro e de corte, à laranja e à horta e atualmente possui, junto com sua mãe, um café colonial na propriedade. Participa de vínculos comunitários por meio do sindicato, da família, da igreja e das vizinhas. Demonstrou-se receptiva durante a entrevista e possui formação em Teologia pela Igreja Anglicana em Porto Alegre.

caminho viável para manter a sustentabilidade da propriedade rural e, consequentemente, a qualidade de vida da família.

Elas encontraram formas de preservar saberes, como o cultivo e a troca de sementes crioulas, a produção de alimentos através das hortas, a organização de redes formais e informais de apoio e a articulação. Essas estratégias permitiram a construção de uma alternativa no contexto do sistema de acordos comerciais. Esse sistema tornou-se, então, um espaço de disputas práticas, onde as lideranças femininas assumiram um papel importante de força para resistir ao sistema.

A impossibilidade em discutir os contratos mostrou a grande desigualdade existente entre as empresas e as famílias, fortalecendo ainda mais os grandes conglomerados alimentícios da região como Sadia. Esses grupos econômicos eram impulsionados por incentivos públicos e pela modernização tecnológica, conforme descrito por Coletti (2009).

Noilves Rosa da Silva (2024) observou que, diante do desespero por assegurar uma fonte de renda, muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais acabaram assinando os contratos de integração com a agroindústria sem uma leitura atenta ou análise crítica de seus termos. Esse comportamento mostrou uma situação de dependência estrutural construída historicamente no meio rural, resultante da própria lógica imposta pelas agroindústrias no contexto da agricultura familiar.

Com a crescente dependência dos agricultores em relação à agroindústria, esses trabalhadores ficaram vulneráveis tanto às oscilações do mercado quanto às exigências da empresa, perdendo autonomia sobre sua produção e gestão da propriedade. Isso é comprovado na fala de Noilves que afirma: “[...] a gente tem dificuldades de vender produtos que sejam fora do controle das empresas, porque acaba tendo uma trama, uma teia, que é bem difícil de você trabalhar fora desse domínio, desse controle das empresas” (NOILVES ROSA DA SILVA, 2024). Essa dependência foi notada de forma prática quando a entrevistada conta: “a gente percebe isso quando tem, por exemplo, o gado para vender [...] às vezes você tem que manter uma espécie de convênio com algumas empresas, mesmo que não seja uma parceria de contrato firmado, porque é muito difícil de você colocar o seu produto, [...]” (NOILVES ROSA DA SILVA, 2024).

Essa dependência se traduziu na perda e poder de decisão, que é sempre uma importante ferramenta dos agricultores familiares, pois passam a trabalhar dentro da lógica imposta pelas agroindústrias. A fala da depoente exemplificou como esse

controle não se restringiu a contratos formais, mas abrange a todos e reconfiguraram todo o mercado local. Ao descrever que parece uma teia de controle, ela reafirma a forma como a agroindústria organizou e monopolizou os meios de produção e distribuição, dificultando, a comercialização de produtos em mercados paralelos ao seu controle.

Assim, os agricultores e agricultoras que decidiam por manter uma produção independente enfrentavam a exclusão de mercados dominados por grandes empresas e, conseqüentemente, a perda de renda. Agricultores com dificuldade de colocar seus produtos no mercado ou ainda vender com um preço muito baixo é algo comum.

Além disso, Noilves Rosa da Silva (2024) reafirmou a perceptível assimetria de poder entre os pequenos agricultores e agricultoras com as agroindústrias. Essa assimetria se manifestou nas condições desfavoráveis impostas aos produtores independentes e na fixação de normas rígidas para os agricultores e as agricultoras parceiras. Esse cenário perpetuou um sistema de exploração que beneficiou as grandes corporações em detrimento das comunidades locais.

Nesse contexto, a produção independente, se tornou um ato de afirmação da autonomia dos agricultores. Embora enfrentassem dificuldades significativas, como a saturação do mercado e a pressão para se enquadrar nos modelos corporativos, esses agricultores mantiveram vivas práticas tradicionais e modos de produção alternativos. A insistência em não depender das agroindústrias refletiu uma forma de desafiar as lógicas hegemônicas do capitalismo no campo, preservando práticas locais e sustentáveis que promoveram a soberania alimentar.

O protagonismo feminino desempenhou um papel importante nesse processo. Mulheres como Noilves Rosa da Silva, ao se posicionarem contra os sistemas de controle corporativo, tornaram-se vozes fundamentais na luta por autonomia e justiça econômica. Elas se tornaram líderes em suas comunidades, promovendo a agroecologia, a troca de sementes e o fortalecimento das redes informais de apoio. Assim, a agência feminina no campo transcendeu a luta econômica, articulando-se com questões mais amplas de equidade, sustentabilidade e preservação cultural.

A implementação do Projeto 21, no ano de 1988, (MIOR, 2003, p. 97-98),² da Sadia, e outras iniciativas das agroindústrias buscavam modernizar e concentrar a

² O Projeto 21 da Sadia tinha como objetivo selecionar produtores rurais com área mínima de 20 hectares para desenvolverem uma “empresa agrícola” que reunisse os melhores plantéis de suínos e

produção no setor agroindustrial, impondo grandes desafios aos pequenos produtores, forçando-os a se adaptar às novas exigências do mercado. Como mencionado anteriormente, isso acabou por criar uma dependência significativa dos agricultores em relação às grandes empresas, o que, por sua vez, enfraqueceu as redes locais de desenvolvimento rural. Esse cenário contribuiu para um aumento da vulnerabilidade econômica e uma deterioração das condições de produção (ESPÍNDOLA, 1999), (TESTA *et al.*, 1996, apud COLETTI, 2009).

No entanto, a fala de Noilves Rosa da Silva (2024) ofereceu uma perspectiva crítica que corrobora com transformações observadas e destaca os impactos diretos no cotidiano dos agricultores familiares. A entrevistada falou das inúmeras exigências das empresas com relação às inovações tecnológicas nos chiqueiros, a saber novos equipamentos para ração e sistemas de água, o que, na prática, comprometeu a sustentabilidade econômica das famílias agricultoras. O que foi chamado de avanço pela empresa, se tornou uma opressão, pois os agricultores se viam forçados a investir grandes quantias de recursos financeiros para atender às demandas da agroindústria. Em muitos casos o investimento não teve retorno, pois em um período curto de tempo a família foi novamente forçada a investir em novos equipamentos, o que gerava uma descapitalização e fragilizava economicamente as propriedades rurais familiares. Isso comprometeu fortemente a saúde financeira dessas famílias.

Além disso, Noilves Rosa da Silva (2024) enfatizou que essas exigências também aprofundam a desigualdade nas relações entre agricultoras e agroindústrias. Ao impor padrões tecnológicos, as empresas ampliavam seu controle sobre a produção e a comercialização, excluindo as agricultoras que não conseguiam ou não desejavam se adaptar. Isso forçava os pequenos produtores e produtoras a

aves. No caso da suinocultura, o projeto previa a constituição de três sistemas de integração, categorizando os criadores conforme seu nível tecnológico: criação (alto nível), criação-terminação (nível médio) e terminação (fora dos padrões estabelecidos). Os produtores selecionados deveriam fabricar suas próprias rações, utilizar computadores para monitoramento da produção, garantir a produção dos insumos necessários e empregar tanto mão de obra assalariada quanto familiar. Para aprimorar a produtividade na região catarinense, foram adotadas diversas medidas, como o treinamento intensivo da equipe técnica para a implantação de novas e mais eficientes tecnologias no meio rural, visando transformar os integrados em empresários. Além disso, houve o aprimoramento da política de remuneração aos fornecedores de matérias-primas, incentivando a qualidade dos suínos e aves, bem como o fornecimento de material genético aos novos integrados. O projeto também envolveu a construção de modernas granjas para testes e seleção das linhas puras de multiplicação e hibridação, com o objetivo de produzir reprodutores de alto padrão. Por fim, investiu-se no desenvolvimento contínuo de pesquisas em diversas áreas do setor agropecuário. Entre 1988 e 1990, a separação das etapas de criação e terminação foi revisada e, em 1991, o projeto passou por modificações, resultando na reestruturação do sistema tradicional de integração (ESPÍNDOLA, 1996, p. 127-128).

enfrentarem a difícil escolha entre endividar-se para atender às exigências ou abandonar o acordo comercial, “parcerias”, decisão difícil perante a saúde econômica da família.

Essa reflexão da entrevistada é essencial para entender como, apesar das promessas de modernização, o sistema de integração imposto pelas agroindústrias, na verdade, fragilizou a autonomia dos agricultores e agricultoras familiares, especialmente os pequenos produtores que não conseguiam se ajustar aos padrões exigidos.

Para as empresas, aquilo que se apresentou como modernização não resultou no aumento da autonomia dos agricultores e agricultoras, mas sim no fortalecimento do controle corporativo sobre a produção e a comercialização. A adoção de tecnologias avançadas e a imposição de exigências cada vez mais rígidas visaram, em última instância, maximizar a eficiência e os lucros das agroindústrias, sem levar em conta as reais condições e limitações dos pequenos produtores. Ao definir padrões tecnológicos e financeiros que exigiam investimentos constantes, as empresas moldaram a produção rural de acordo com seus próprios interesses, ampliando a dependência dos agricultores e não a sua sustentabilidade.

Nesse cenário, a chamada modernização acabou se transformando em uma ferramenta de ampliação do poder das corporações, restringindo a autonomia dos agricultores e agricultoras. É nesse ponto que se torna fundamental refletir: em que medida o sistema de parcerias, consolidado sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, gerou dependência e em que medida possibilitou algum grau de autonomia? Teria ele realmente contribuído para a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras do município?

Esse cenário levou as mulheres a desenvolverem formas de resistência ao processo. Durante as entrevistas, ficou claro que, inicialmente, havia um certo desconforto, especialmente entre as mulheres, em discutir abertamente questões delicadas ou até condenadas por muitos, como a mentira. No entanto, à medida que a conversa avançava, essas mulheres começaram a compartilhar suas estratégias de agência ao sistema de “parceria”. Um aspecto que chamou atenção foi o fato de que as mulheres que ainda mantêm alguma relação, seja direta ou indireta, com a empresa, fizeram questão de ter seus nomes preservados, o que sugere um possível receio de represálias financeiras.

Essas estratégias de sobrevivência variavam conforme o contexto e as necessidades de cada família, mas compartilhavam um padrão comum: a busca por maior autonomia. Um exemplo disso pode ser observado na fala da Entrevistada 7 (2023), uma agricultora que mantém vínculos com a agroindústria por meio do sistema de contrato de produção de frangos.

Ah, isso tu fica sabendo de história [de retirar frangos e porcos do sistema de parceria e criar escondido na propriedade] ou a gente também faz, ou eles tira o frango dão pro irmão que mora mais longe, né? Tira tipo cinco frango, cinco frangos dá lá pro irmão dele [em outra propriedade que não tem parceria] ele já tem dois ou tem três, né? Ah, ele dão um jeitinho. É burro do colono que não fazem isso, tem que fazer mesmo porque é ele que tá trabalhando. Ele que produz o alimento, né? É ele que produz. Se o colono parar de trabalhar, meu amigo na cidade vão passar fome, eles não vai mais comer três refeições por dia, se o colono parar [de trabalhar].

A fala da entrevistada 7 (2023) revelou uma prática dentro do sistema da agroindústria, em que as agricultoras encontravam maneiras de contornar as regras rígidas e redistribuir os recursos entre si. Esse "jeitinho", a retirada de frangos ou porcos do sistema de produção e repassá-los a familiares para eles criarem ou criar escondido na própria propriedade, foi uma estratégia que possibilitou a manutenção de parte da produção fora do controle da empresa.

Essa técnica era predominantemente feminina, pois, enquanto os homens estavam mais envolvidos com as questões econômicas diretas, como os contratos, os preços e a produtividade, as mulheres voltavam sua atenção para a sobrevivência alimentar da família. Ao buscarem alternativas para garantir que os recursos não fossem totalmente absorvidos pelo sistema de cooperação desigual, as agricultoras mostraram um conhecimento prático e uma capacidade de adaptação de maneira sutil, mas eficiente, dentro de um modelo de exploração rígido.

Com o excedente que surgiu ao retirarem parte da produção do controle da agroindústria, as agricultoras garantiam a subsistência de suas famílias e fortaleciam as redes de apoio locais. Essas redes foram importantes para manter a autonomia frente ao capital agroindustrial, que tendia a fragmentar os laços comunitários e incentivava a concorrência entre elas. Nesse cenário, as limitações impostas pelo capital foram contornadas por estratégias como o "jeitinho", promovendo formas de cooperação que protegiam as agricultoras das pressões externas. Essa dinâmica configurou uma subversão à lógica de mercado dominante, contribuindo para a

preservação de saberes tradicionais, práticas sustentáveis e modos de vida transmitidos por gerações.

No entanto, o “jeitinho”, embora eficaz, não resolveu o problema estrutural de domínio das agroindústrias sobre as agricultoras. Ele surgiu como uma possibilidade de subverter a lógica de um sistema que controlava a produção e trazia imposições duras e onerosas, com inovações tecnológicas e padrões rígidos de eficiência. Foi uma forma de mitigar a opressão imediata, mas isso não desafiou a concentração de poder nas mãos das grandes empresas, que continuavam a marginalizar os pequenos produtores que não conseguiam se adaptar às novas demandas.

Cada família tinha permissão, por parte da empresa, para retirar um animal da produção para consumo próprio, porém o custo desse animal era descontado do valor final que a empresa pagava à família. Na prática, essa retirada muitas vezes não era vantajosa, já que o agricultor precisava arcar com os custos de alimentação do animal, incluindo a ração fornecida pela própria empresa.

Anelori Schwartz (2023) relatou a sua percepção sobre a retirada de porcos da produção. Ela faz uma crítica contundente ao sistema de controle imposto pelas agroindústrias, como Sadia, sobre os agricultores familiares integrados. Ela mostrou toda a sua frustração com a proibição de criar porcos para consumo próprio: “se a gente vai tirar um porco, nós quando a gente tira um, a gente deixa mais uns 15, 20 dias lá no fundo pra tratar só [com] quirela, que fica diferente a carne, né? E por que você não pode tratar um pra você comer?”. Esse domínio das agroindústrias sobre a produção limitou a autonomia das produtoras.

Anelori Schwartz (2023) mostrou indignação com essa lógica, afirmando que é “errado, muito errado, por que que não pode produzir um pra comer ele diferente, um porco diferente pra comer?”. Para ela, não faz sentido que, mesmo sendo os responsáveis por cuidar e alimentar os animais, os produtores precisavam pagar valores elevados para consumir algo que eles mesmos produziram. Sua fala expôs a disparidade econômica:

[...] esse algo [porco] que eu produzi, eu vou pagar... se vamos dizer um porco que dá uns cento e poucos quilos, 140, por aí dá uns R\$ 600 reais. E eu lá vou ganhar R\$ 37,00 uns R\$ 38,00 reais de um porco que eu criei, né? Isso são 115 dias no mínimo pro porco, pra eu cuidar do porco, né? Pra eu ganhar 37 reais. E se a gente compra um, tem que pagar uns 600, 700 reais. (ANELORI SCHWARTZ, 2023).

Anelori Schwartz (2023) também mencionou a prática de "esconder" a criação de porcos ou frangos para consumo próprio, sendo um ato de resistência e agência clandestina, que reforçava a insatisfação para com as normas estabelecidas. Ela descreveu como algumas agricultoras mantinham um chiqueiro afastado para criar animais de forma não oficial, o que era visto como uma violação das regras impostas pela empresa, mas que se tornava necessário para garantir o direito de usufruir da própria produção sem custos adicionais “tem que ter se tiver um chiqueirinho bem longe. Bem longe fora. É que nem com frango também. Eles não podem saber. Tem que ser escondido. Porque senão, se eles ficarem sabendo, não podem” (Anelori, 2023).

A separação dos leitões no final da propriedade e o uso de alimentos caseiros foram atividades para que a família rural pudesse se alimentar de forma mais saudável, visto que a própria Anelori (2023) afirmou que os porcos de “parceria” “morriam do coração” devido à quantidade de hormônio na ração e eles não comiam esse tipo de carne (fruto do acordo comercial com a empresa SADIA). Nesse caso, as produtoras, utilizando seus próprios recursos para engordar os animais, garantiam carne para consumo familiar mais saudável e até para venda entre familiares e vizinhos próximos.

O fato de que precisavam esconder suas práticas ou pagar caro por algo que criaram é um exemplo do desequilíbrio de forças exercidas pelas agroindústrias sobre as famílias. A empresa detinha o controle total sobre a produção e a agricultora tinha pouca margem para se beneficiar de seu próprio trabalho.

No entanto, como destaca Noilves Rosa da Silva (2024), nem todas as pessoas produtoras conseguiam se beneficiar dessa prática. Embora a estratégia ajudasse algumas pessoas a preservar sua autonomia, ela também expunha a vulnerabilidade daqueles que tentavam contornar as regras do sistema, levando a penalizações e rompimentos dos acordos comerciais. A entrevistada mencionou que, frequentemente, as pessoas que tentavam esconder animais para consumo próprio eram descobertas e penalizadas, mostrando os limites dessa ação.

A fala de Noilves Rosa da Silva (2024) mostrou que as exigências de produtividade e conversão dos animais não levavam em consideração fatores imprevistos, como doenças nos animais. Isso colocava as famílias em uma situação vulnerável, na qual os custos de produção frequentemente superavam o retorno financeiro oferecido pela empresa: “havia algumas regras muito rígidas da empresa

e era cobrado do produtor parceiro, mas nem sempre o produtor parceiro tinha como fazer alguma coisa para evitar tudo isso” (NOILVES ROSA DA SILVA, 2024). Por isso, muitas pessoas buscavam contornar essas regras, utilizando o jeitinho encontrado. Esse tipo de agência, embora discreto e muitas vezes não explícito, mostrava a insatisfação para com um sistema que pesava condições desfavoráveis, sobrecarregando as pessoas com exigências e penalidades enquanto limitava sua capacidade de negociação.

No entanto, essa ação enfrentava barreiras, como a vigilância das empresas e o risco de penalidades, dificultando a transformação dessas práticas em mudanças estruturais mais amplas. Como Noilves Rosa da Silva (2024) revelou sobre embate que presenciou na sua propriedade com o técnico:

[...] então, eu lembro, por exemplo, de uma vez que a gente tinha uma, a gente tinha um animal, mais ou menos adoentado, digamos assim, não dá para dizer assim, não dá para consumo humano, mas a gente olhava para ele e tinha alguma dúvida se ele era próprio para consumo humano, embora que, se a gente mandasse para a empresa, eu acredito, no final das contas, que ia para consumo humano. Mas eles não aconselhavam eliminar, então, eles não davam ordem para eliminar, mas, ao mesmo tempo, sugeriram para a gente segurar o animal para consumo familiar. Então, eu lembro que, na ocasião, meu esposo olhou para o extensionista, que era o técnico responsável da empresa, e falou para ele assim, tá, eu vou ficar com esse animal aqui, vou abater ele, vou fazer uma salamada e vou te convidar para vir aqui comer comigo. Ao que a pessoa ficou sem resposta, né? Então, quer dizer que serve de alimento para os outros, eles não dão autorização para eliminar o animal e descartar, querem que mande para a empresa, ou que a gente, que mande para a empresa com o valor que eles vão pagar reduzido, mas vão aproveitar como se o animal fosse de boa qualidade, no final das contas. Mas, se é para a gente ficar para consumir, a gente não tem direito daí de tirar o animal que a gente considera de melhor qualidade, mas precisa ficar com aquele animal que nem [é] de tanta qualidade. Então, se você trabalhou em torno, em média, de quatro meses para você cuidar de um lote, por que você não pode tirar o animal que tem maior qualidade? Você precisa pegar aquele que tem menor qualidade, para o consumo da família. Então, algumas coisas é preciso discutir, é preciso enfrentar, né? Algumas coisas você tem um, tinha um retorno positivo diante dessas, desses embates, desses conflitos, né? E alguns eram mais difíceis, né? Então, por essas questões assim de ter, a empresa sempre ter mais razão que o produtor, (da empresa) sempre sair na frente em relação ao produtor (NOILVES SILVA, 2024).

A fala da entrevistada acima expõe de forma clara e nítida essas assimetrias de poder. Ao relatar um episódio envolvendo um animal adoentado, a depoente aponta as contradições do sistema de “parceria”. Quando a empresa sugeriu que o animal fosse consumido pela família ou enviado para a produção com um valor

reduzido, colocou a família em uma posição de vulnerabilidade, impondo a eles o ônus de decidir entre consumir algo potencialmente impróprio ou aceitar um pagamento reduzido.

A ironia usada pelo esposo de Noilves Rosa da Silva (2024) ao convidar o técnico da empresa para comer o animal exemplificou um ato de resistência discursiva. Essa atitude desafiava a lógica que priorizava o lucro em detrimento da qualidade de vida das famílias agricultoras e expôs publicamente as incoerências dessas relações econômicas. O descontentamento para com a perpetuação de práticas que desconsideravam o bem-estar das famílias e reforçavam sua subalternidade pode ser percebido nessa situação.

Do ponto de vista estrutural, ela mostrou como as regras impostas pelas empresas se desdobravam em uma exploração multifacetada, que envolvia além do trabalho físico, mas também o poder de decisão e a qualidade de vida das famílias de agricultores. A empresa controlava os resultados econômicos e as condições em que o trabalho se realizava, criando um sistema de poder que raramente permitia negociações justas. Nesse contexto, a agência de Noilves Rosa da Silva (2024), porque falar é também um ato de coragem, aconteceu através de uma crítica forte ao sistema e um testemunho da luta contínua por condições mais equitativas e humanas na agricultura familiar.

Após desligar o gravador, em uma conversa mais informal, uma das entrevistadas, junto de seu esposo, mencionou que algumas famílias encontravam maneiras de lidar com as exigências da agroindústria sem comprometer totalmente sua autonomia. Em tom de confiança, ela comentou que, diante do controle rígido da empresa, era comum relatar a perda de alguns leitões nos primeiros dias de alojamento, um período em que a verificação presencial nem sempre ocorria. Esses animais, no entanto, eram separados em um espaço mais afastado da propriedade e criados de forma independente, sendo alimentados com mandioca e restos de alimentos. Dessa forma, as famílias conseguiam garantir carne para o próprio consumo e, em alguns casos, comercializar os animais entre vizinhos, obtendo um retorno financeiro mais vantajoso do que o oferecido pelo sistema de integração. Isso desnuda as limitações econômicas do modelo agroindustrial, que frequentemente deixava poucas alternativas para os pequenos produtores.

Conforme descrito por Noilves Rosa da Silva (2024), essas práticas destacavam uma importante diferença: a engorda dos animais, nesse caso, não

dependia da ração fornecida pela empresa, o que não implicava impactos negativos na taxa de conversão, já que os animais consumiam a ração empresarial por poucos dias. Por esse motivo, a venda externa apresentava uma taxa de retorno maior, contrastando com a situação relatada por Noilves Rosa da Silva (2024), que apontou que, frequentemente, essa prática não era vantajosa devido ao uso prolongado da ração da empresa, o que resultava em uma redução na taxa de conversão.

Esse tipo de prática, caracterizado pelo engodo, surgiu num contexto de forte controle das agroindústrias sobre a produção rural, no qual até o número de animais criados e as condições de criação eram rigorosamente monitorados. Nesse cenário, a trapaça se tornava uma ferramenta estratégica, permitindo que as pequenas produtoras tentassem resgatar alguma autonomia e obter um benefício mais direto de seu trabalho.

Subverter o controle das agroindústrias era uma maneira de recuperar uma parcela do processo produtivo. Assim, essas famílias ressignificavam parte do processo, resistindo à dependência absoluta imposta pelo sistema de integração. Embora discreta, a mentira era uma necessidade que refletia a capacidade de autogestão e a busca por autonomia dentro de um sistema que procurava limitar a liberdade das pequenas produtoras a um papel submisso.

A entrevistada 7 (2023) expõe, ainda, a consciência crítica da trabalhadora rural sobre o desequilíbrio de poder entre os pequenos produtores e o sistema agroindustrial. Ao afirmar "burro do colono que não fizer isso", ela expressou a necessidade de resistir à subordinação total ao sistema, mostrando que a família de agricultores precisava encontrar formas de proteger seu trabalho e sua produção, visto que é ele quem "produz o alimento". A redistribuição dos frangos garantia a sobrevivência econômica e fortalecia laços de solidariedade em um contexto de exploração pelo capital.

As mulheres, tradicionalmente encarregadas da gestão da casa e da alimentação familiar, utilizam esses métodos como uma forma de garantir a segurança alimentar de seus parentes, e se tornavam agentes ao manter um controle alternativo sobre a produção, muitas vezes invisibilizado, mas fundamental para a sustentabilidade da família e da comunidade.

Há ainda famílias que não burlavam o sistema como Dona Amália Mikaelson (2023), que afirmou que cumpria todas as regras:

Amália: Não, nunca [tirava porcos para criar separado]. A gente não sentia falta, porque os ovos a gente comprava daí nos vizinhos e os frangos eles davam assim uma quantia, podia tirar 10 por lote [pagava por esses que eram retirados]

Jordan: E porco podia tirar?

Amália: Podia, sim, se a gente queria, podia tirar um daí. Depois, quando estava gordo, daí descontavam no lucro.

Jordan: Ah, descontava?

Amália: Descontava o lucro.

Jordan: Então, vocês pagavam o porco?

Amália: Pagava o porco para a empresa.

A fala de Amália Mikaelson (2023) mostrou uma postura de conformidade, mas também aponta para a internalização das regras impostas pela agroindústria, destacando a relação de dependência que se estabeleceu entre os produtores e as grandes empresas. Ao afirmar que nunca retirava porcos para criar separadamente, Amália reafirmou uma aceitação das condições impostas pela empresa, aderindo ao sistema de forma integral. Revela, também, uma ausência de alternativas viáveis, já que a única forma de sustentar suas práticas era seguir o protocolo estabelecido pela agroindústria. A compra de ovos de vizinhos e a retirada de frangos e porcos dentro do sistema, com o devido desconto no lucro, era uma relação quase inevitável com o sistema de integração, no qual a autonomia da família é limitada e controlada, sendo constantemente monitorado.

Essa prática ia de encontro com a estratégia de agência observada em outras famílias, como a de Anelori Schwartz (2023), que utilizava artimanhas para driblar as restrições do sistema. A diferença entre as abordagens pode ser vista como uma reflexão sobre as diferentes formas de lidar com as condições impostas pelas agroindústrias. Amália Mikaelson (2023) optava por uma conformidade que parece ser resultado da falta de alternativas de questionar ou resistir e não de uma escolha ideológica.

Além disso, a exigência de pagamento pelo porco retirado da produção, com o valor descontado do lucro, é uma das formas de controle exercidas pela empresa sobre as pequenas agricultoras. Mesmo ao seguir rigorosamente as regras, Amália Mikaelson (2023) ainda se via inserida numa relação de subordinação. Esse tipo de controle era uma característica inerente ao sistema de integração, no qual as produtoras, apesar de serem as principais responsáveis pelo manejo dos animais, continuavam em uma posição inferiorizada, arcando com custos adicionais impostos pelas próprias empresas.

A fala de Amália Mikaelson (2023) também mostrou a sua falta de confiança nas possibilidades de ações, seja pelo medo das consequências ou pela sensação de impotência diante do poder das grandes empresas. Enquanto algumas famílias buscavam formas de contornar as regras para garantir um pouco mais de independência, Amália Mikaelson (2023) parecia ter aceitado a conformidade como a única opção viável dentro do sistema. Mostrando assim, que a relação entre pequenas produtoras e agroindústrias era complexa, com agência e submissão coexistindo em um cenário onde a verdadeira autonomia nem sempre é uma escolha acessível.

Esse comportamento mostrou uma relação mais formal e dependente com a agroindústria, de modo que a família se enquadrava dentro do sistema de controle financeiro e produtivo da empresa. A lógica de que "pagavam o porco para a empresa" refletiu a ausência de uma agência ativa e a aceitação das condições impostas. No entanto, isso também apontou para uma forma de adaptação: em vez de criar um sistema alternativo de subsistência, essa família encontrava maneiras de suprir suas necessidades dentro dos limites estabelecidos, recorrendo à compra de ovos de vizinhos e utilizando os próprios mecanismos da agroindústria para retirar animais.

Esse cenário indicou que nem todas as famílias adotavam estratégias de agência ou ruptura, e que o grau de submissão ao sistema variava conforme a situação, os recursos e a percepção das famílias sobre os riscos e os benefícios de se desviar das normas. A aceitação das regras por parte de Amália Mikaelson (2023) e sua família pode ter sido uma forma de evitar conflitos com a empresa ou uma maneira de garantir previsibilidade financeira, ainda que isso significasse maior controle externo sobre sua produção.

Pode-se notar de forma clara e explícita a agência das agricultoras catarinenses às imposições do capital agroindustrial. Zanotto (2013) ofereceu um exemplo impactante com relação à agência dos agricultores às imposições do Estado. Durante a chamada epidemia de peste suína africana nos anos 1970, havia uma resistência grande às práticas adotadas pelo Estado para eliminar os animais considerados doentes.

Conforme descrito pelo autor, a desconfiança sobre a existência da doença e a oposição ao sacrifício dos animais mostraram uma incredulidade dos agricultores, quanto às políticas impostas e uma enorme tentativa de proteger os meios de subsistência da família. Esse episódio mostrou como os agricultores resistiram às decisões que ignoravam a cultura local e os conhecimentos tradicionais, defendendo

as suas atividades econômicas e seu modo de vida. “Os criadores não só não acreditavam na doença como também resistiram como podiam ao sacrifício dos animais [...] sem a presença da Polícia Militar de Santa Catarina, as autoridades sanitárias não teriam êxito” (ZANOTTO, 2013, p. 13).

As mulheres entrevistadas por mim foram unânimes em afirmar que ouviram falar da peste suína, mas acreditaram que ela não chegou na região e duvidam até mesmo da sua existência, como mostra o depoimento da Maria Inês Schineider (2023): “ouvi falar, mas aqui não vem essas coisas, eu acho que nunca não veio. Eu não acredito nisso, se eu não enxergava com meus olhos mesmo”. Isso deixa claro a desconfiança que os agricultores e as agricultoras sentiam com relação as políticas estatais e o enfrentamento que ocorria com as forças estatais como veremos abaixo.

No fim do dia primeiro de setembro de 1978, 159 porcos foram cremados no interior do município de Xanxerê por causa da peste suína africana, segundo as autoridades sanitárias. Antes disso, os animais foram amontoados e liquidados ao longo daquela sexta-feira por 10 soldados do Segundo Batalhão da Polícia Militar de Chapecó com tiros de “fuzis de fabricação nacional”, sob as ordens do Segundo Tenente Norival Camelier. Alguns soldados tinham pernoitado no local. Na quinta-feira, três autoridades do Ministério da Agricultura haviam comandado o vaivém duma retroescaveira da prefeitura para a abertura duma vala de aproximadamente 20 metros de comprimento, mais de três de largura e quase três de profundidade. O clima no local estava carregado ao mesmo tempo de “tristeza e raiva”. Os “choros e lamúrias de criadores, mulheres e crianças”, assim como uma série de “impropérios” proferida contra os policiais e as autoridades sanitárias, ocorreram na localidade de Beira-Rio, ao lado do povoado São João. Os criadores continuavam não acreditando na peste suína africana (ZANOTTO, 2013, p. 141).

Os agricultores e as agricultoras tiveram uma postura crítica diante das narrativas oficiais, especialmente no que se referia às políticas de erradicação da peste suína africana. Mas é importante destacar que essa resistência não pode ser entendida como uma oposição às medidas sanitárias e de saúde pública. Ela é uma oposição à forma impositiva e desconsiderada que essas políticas foram aplicadas. Isso se deu, muito, pela incapacidade do governo em dialogar com as comunidades e reconhecer seus conhecimentos, dando-lhes a credibilidade necessária. A contestação não era somente sobre a existência da doença, mas era também sobre

os impactos sociais e econômicos dessas políticas intervencionistas, principalmente no modo de vida dos pequenos produtores rurais.

Essas questões passavam pela perda financeira e pela insegurança alimentar. Para muitos, a criação de porcos era uma das principais fontes de renda, garantindo a subsistência familiar e possibilitando um mínimo de estabilidade financeira. A destruição compulsória dos animais sem um planejamento de compensação ou de alternativas para as famílias de agricultores, gerou um cenário de profunda incerteza e vulnerabilidade. Some-se a isso a eliminação dos porcos significou, ainda a perda de uma fonte essencial de alimento para as famílias, que complementavam sua dieta. Por isso, pode-se perceber a importância do porco para a vida da família de agricultores e, conseqüentemente, entende-se a resistência dos camponeses. Essa resistência era não apenas às políticas sanitárias, mas à tentativa de destruir os meios de vida ignorando completamente a sua realidade. Tudo isso aprofundava ainda mais as desigualdades no campo.

Na década de 1950 a Secretaria da Agricultura incentivou a suinocultura com a instalação de um posto no distrito de Fragosos, em Concórdia. Com o tempo, a assistência técnica se expandiu para diversas localidades do interior, como Ipumirim, Seara, Itá, Xavantina, Arabutã, Rancho Grande, Alto Bela Vista, Engenho Velho, Planalto e Alto Alegre. Nessas regiões, funcionários da Associação Rural ofereciam suporte aos agricultores e agricultoras, fornecendo orientações sobre manejo animal e acesso a financiamentos bancários. Além disso, a entidade disponibilizava insumos essenciais, como vacinas, sementes e adubos. Aos sábados, esses conhecimentos eram reforçados em encontros na cidade, enquanto veterinários e agrônomos realizavam visitas periódicas às propriedades para monitorar a produção e prestar assistência técnica (ZANOTTO, 2013, p. 95).

No início dos anos 1960, a formação de associações rurais, como a Associação Catarinense de Criadores de Suínos, revelou outro ponto importante desse projeto estatal de padronização de produção. Essas associações foram apresentadas como uma forma de modernizar a produção, mas elas frequentemente reforçavam a dependência das famílias agricultoras em relação às demandas do mercado e a tecnologias externas, conflitantes com o modo de vida tradicional.

Essas organizações, apoiadas por grandes famílias empresariais, como os Fontana³, estruturaram redes de serviços e financiamento que modificaram completamente a dinâmica agrícola da região. Essas práticas, também revelaram, o conflito entre a modernização promovida pelo capital agroindustrial e as necessidades e as realidades das agricultoras familiares, que frequentemente resistiram às imposições que comprometiam sua autonomia.

Ao mesmo tempo em que incorporavam tecnologias e insumos necessários impostos pela empresa, muitas mulheres mantinham práticas sustentáveis, como o cultivo de sementes crioulas, cultivo da horta e a troca de conhecimentos sobre manejo de culturas. Esses atos, embora imperceptíveis e ausentes ao discurso oficial das associações e das políticas agrícolas, compunham uma das formas de agência que desafiavam a homogeneização do campo.

As reuniões e treinamentos descritos por Zanotto (2013) constituíam não somente momentos de orientação técnica, mas espaços de disputa simbólica e social. Organizadas por profissionais vinculados às empresas integradoras, como veterinários e agrônomos, essas atividades buscavam alinhar os agricultores às exigências do modelo produtivo empresarial. Ainda assim, ao reunir famílias, criavam-se dinâmicas de revezamento entre os membros, entre homens e mulheres, o que favorecia a ampliação das redes de interação entre os agricultores e as agricultoras.

Esses encontros eram importantes oportunidades para a construção de redes informais entre as mulheres. Durante as reuniões, de forma discreta, elas compartilhavam experiências de sobrevivência que fugiam à lógica agroindustrial. Essas trocas, que não eram explícitas, eram formas de fortalecimento da família rural e, conseqüentemente, da comunidade. Os encontros eram projetados para uniformizar as práticas agrícolas, mas serviam como espaços de trocas e de agência. Algumas estruturas formais foram utilizadas para trocar ideias sobre as formas de resistir as próprias exigências do capital.

Esses exemplos históricos são essenciais para a compreensão das estratégias de resistência e agências das mulheres agricultoras. Elas enfrentavam as pressões

³ A família Fontana foi responsável pela fundação da Sadia S.A., uma das principais empresas do setor agroalimentar do Brasil, em 1944. Ao longo do século XX, a empresa consolidou-se como um dos pilares do modelo de integração agroindustrial na região Sul, articulando a produção de pequenos agricultores ao processamento e exportação de carnes. A influência dos Fontana extrapolava o campo empresarial, estendendo-se às esferas política e social locais e estaduais, com impacto direto sobre as formas de organização do trabalho agrícola e o acesso a recursos produtivos.

econômicas e sanitárias impostas por políticas autoritárias e organizavam formas de resistir a essas pressões. Elas reafirmavam seu protagonismo, ao construírem ações de agência, e contribuíram para a preservação de seus modos tradicionais de vida, mesmo com o capital agroindustrial consolidado.

Esse processo contou com a organização do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e depois transformou-se em Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Em Concórdia, o MMC atuou na formação de redes de apoio entre mulheres agricultoras, permitindo que elas compartilhassem experiências, dificuldades e estratégias para enfrentamento das transformações impostas no campo. A mobilização em torno da agroecologia, da autonomia econômica e da valorização do trabalho feminino contribuiu para consolidar um senso de identidade camponesa que se contrapunha à lógica da agroindústria.

Rozani Schiavini (2025) atuou no Movimento de Mulheres Camponesas e afirma que com o

[...] apoio da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais criamos o MMA formando grupos nas comunidades com escolha de líderes e depois a criação da coordenação municipal a qual eu fiz parte e também da regional de Concórdia onde também fui dirigente por vários anos (ROZANI SCHIAVINI, 2025).

Rosani Schiavini⁴ (2025) destaca o papel fundamental de instituições já estabelecidas, como a Igreja Católica e o Sindicato, na organização das mulheres agricultoras. Segundo a entrevistada, um dos principais desafios enfrentados por essas mulheres era o reconhecimento de sua própria identidade e a valorização pública de seu trabalho. A maior dificuldade, segundo ela, estava na ausência de reconhecimento da mulher como trabalhadora rural, o que limitava sua visibilidade e participação nas decisões do campo.

Havia muitas dificuldades enfrentadas pelas mulheres camponesas para se organizarem e participarem ativamente da luta por seus direitos. Primeiramente, elas precisavam conquistar a confiança de seus maridos para conseguirem sair de casa e se envolver nas mobilizações. Além disso, havia uma crença difundida de que a

⁴ Entrevista realizada com Rosani Aparecida Schiavini, agricultora de aproximadamente 50 a 60 anos, residente atualmente na cidade de Itá, tendo deixado a propriedade rural. Atua no cultivo de gado leiteiro. Participa de vínculos comunitários por meio do Movimento das Mulheres Agricultoras, do sindicato, do partido (PT), da família, da igreja, das vizinhas e de movimentos sociais. Demonstrou-se disponível a compartilhar informações sobre sua trajetória e experiências ligadas ao trabalho rural e à organização comunitária.

agroindústria traria progresso e melhorias para o campo, o que entrava em conflito com a prática tradicional da agricultura de subsistência, voltada para a produção de alimentos para o consumo próprio. Com o tempo, as mulheres perceberam que o termo “subsistência” carregava um sentido restrito, pois desvalorizava seu trabalho, apesar de ser essencial para a qualidade de vida no campo. Assim, a luta delas também envolveu a busca pelo reconhecimento desse trabalho, que ia além da simples sobrevivência (SCHIIVINI, 2025).

O processo de agência camponesa, conforme relatado por Rosani Schiavini (2025), mostra a importância da organização coletiva como instrumento necessário para a autonomia das trabalhadoras rurais. Diante da exploração e da ausência de representatividade, as mulheres passaram a ocupar espaços nos sindicatos, que originalmente não foram concebidos para atender às demandas de gênero e igualdade. Ao fazê-lo, transformaram essas instituições em arenas de luta e reivindicação por seus direitos. Esse movimento foi impulsionado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que desempenharam um papel central na formação de consciência política e no fortalecimento das redes de apoio entre as mulheres camponesas. A Igreja já possuía as mulheres em suas missas, era mais aceitável, para os maridos, a saída das mulheres para irem à Igreja do que para o sindicato. A Igreja Católica e a Igreja Luterana (IELB) foram a semente para a luta das mulheres agricultoras, como veremos em detalhe mais adiante. A criação de grupos de debate nas comunidades permitiu a troca de experiências e de estratégias para enfrentar as adversidades do dia a dia. A partir dessa base organizada, as mulheres conquistaram representatividade em diferentes instituições, inclusive nos sindicatos, garantindo voz nos municípios, nas regionais e no estado.

As mulheres camponesas compreenderam que a preservação das sementes crioulas e o uso das ervas medicinais eram formas concretas de manter parte de sua independência frente ao controle do agronegócio. A troca de conhecimento e práticas ancestrais entre elas fortaleceu sua organização, promovendo uma rede de agência que ultrapassava o campo econômico, e alcançando a dimensão cultural e identitária. Com isso, elas garantiram a continuidade de modos de vida sustentáveis e de certa forma desafiaram a lógica de mercado imposta pela agroindústria, reafirmando seu papel como protagonistas na defesa da soberania alimentar e da vida no campo. Como pode ser observado na fala da Rosani Schiavini (2025):

As principais formas de resistência se deram através da união e da convicção de que princípios e valores precisam ser recuperados, como as sementes crioulas por exemplo e ervas medicinais. Foi compartilhando conhecimento umas as outras que a organização se fortalecia cada vez mais.

Antes de qualquer ação concreta, era necessário romper com a invisibilização histórica do trabalho feminino no campo e com a dependência imposta por um sistema agroindustrial. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outros grupos de mulheres, como os clubes de mães, desempenharam um papel essencial nesse despertar, promovendo espaços de debate e organização onde as camponesas puderam se reconhecer como cidadãs. Esse processo de conscientização permitiu que elas entendessem que as formas de agência e resistência política e cultural eram essenciais diante da tentativa de controle das grandes empresas sobre a agricultura e a vida rural.

O fortalecimento das redes de apoio e a troca de saberes entre mulheres foi um mecanismo de luta que possibilitou que elas conquistassem maior autonomia em suas comunidades. Esse movimento não ocorreu de maneira espontânea, mas foi resultado de um processo coletivo de tomada de consciência, no qual a união e a solidariedade foram fundamentais para enfrentar as imposições da agroindústria. Dessa forma, a agência das mulheres camponesas não se limitou a terra e à produção de alimentos, mas redefiniu os espaços de poder e a participação feminina no campo.

Nem sempre entendiam tudo que estava acontecendo, mas aos poucos tudo foi clareando e sempre a cada reunião, a cada conversa entre comadres, vizinhas, a conjuntura era debatida e quanto mais falavam a respeito, mais entendiam que precisam se opor e construir um projeto de agricultura sustentável e agroecológico bem como conquistar direitos tanto na questão de gênero como de classe (ROSANI SCHIAVINI, 2025)

Primeiramente, é importante destacar novamente que a resistência e a agência das mulheres camponesas, conforme descrita, se construiu de forma gradativa, a partir de um processo de conscientização delas por elas mesmas. A agroindústria, como um modelo produtivo hegemônico, redefiniu as dinâmicas locais e, nesse processo, as mulheres, muitas vezes, desempenharam papéis fundamentais, tanto no cuidado da terra quanto na preservação dos saberes tradicionais e da autonomia local.

Esse processo de agência das mulheres camponesas não ocorreu de maneira isolada ou sem contradições internas. Em muitos casos, elas também foram limitadas pelas condições materiais impostas pela agroindústria, que, ao dominar o mercado,

alterou as condições econômicas e de poder na região. A pressão pela monocultura, a mecanização da produção e a inserção da região nas cadeias globais de mercado tornou difícil a continuidade de práticas agrícolas sustentáveis e de subsistência, devido à falta de tempo dessas mulheres que estavam envolvidas no trabalho da chamada “parceria”.

Além disso, a agência feminina, no contexto da agroindústria, carrega uma dimensão de gênero que muitas vezes é negligenciada. As mulheres camponesas estavam reagindo concomitantemente ao avanço do agronegócio e contra a desigualdades de gênero. O machismo presente nas famílias rurais, e em toda a sociedade, e o papel secundário tradicionalmente atribuído às mulheres na produção e nas decisões políticas tornou a sua participação, nesse processo, mais complexa. Em muitos casos, as mulheres eram duplamente oprimidas: na agroindústria e nas estruturas patriarcais locais. Isso pode ser observado na fala da entrevistada Rosani Schiavini (2025) que afirma: “o enfrentamento se deu a muitas custas, pois precisavam ganhar a confiança dos maridos para poderem sair de casa e participar da organização.”

A organização coletiva das mulheres no campo fortaleceu suas redes de apoio e foi uma importante estratégia de agência frente à estrutura agroindustrial. Ao se mobilizarem por meio dos sindicatos, Igrejas e partidos políticos, essas agricultoras desafiaram um modelo produtivo que historicamente as mantinha em posições subalternas, tanto no trabalho, quanto na política e na sociedade. Essa luta não aconteceu somente por direitos, mas também via construção de alternativas produtivas, como a agroecologia e a economia solidária, que possibilitariam maior autonomia no campo.

Por fim, é fundamental reconhecer que a agência das mulheres camponesas não se limitou a uma oposição direta à agroindústria, mas representou um esforço contínuo para garantir a sustentabilidade de suas propriedades e a segurança alimentar de suas famílias. Esse movimento, ao questionar a concentração de poder e as desigualdades impostas pelo sistema agroindustrial, impulsionou a criação de alternativas mais justas. Através da conscientização política, do fortalecimento das redes locais de apoio e da reivindicação de direitos, essas mulheres construíram novas formas de organização que buscavam autonomia produtiva e relações mais equitativas no campo.

3.2 Compartilhamento de conhecimentos e técnicas de agência entre as mulheres

No contexto das mulheres agricultoras integradas ao sistema de produção da agroindústria, o compartilhamento de conhecimentos e técnicas tradicionais se tornou uma estratégia interessante e de fácil acesso na tentativa da agência ao domínio do capital agroindustrial. Ferreira et al (2007) mostrou no seu estudo que as agricultoras ligadas à Rede Ecovida⁵, a partir dos anos 2000, construíram projetos de vida alternativos ao mercado econômicos. Essas mulheres também desenvolveram práticas de resistência que transcendiam a lógica econômica imposta pela agroindústria. A singularidade do mundo rural, com suas características próprias, permitiu que as mulheres encontrassem formas de autonomia dentro de um sistema que controlava suas atividades produtivas.

Para essas mulheres, o espaço da produção familiar ia além do simples cálculo econômico. A horta, por exemplo, não era apenas uma unidade de produção de alimentos, mas era um espaço de troca de saberes, de preservação cultural e de fortalecimento das redes de solidariedade entre as vizinhas. Nesse sentido, o cultivo de plantas medicinais e alimentos “sem veneno” permitia que elas mantivessem uma gestão do lar e da propriedade baseada em racionalidades diversas, não completamente regidas pela lógica mercadológica da agroindústria.

Cada família desenvolveu suas próprias estratégias de sobrevivência e adaptação ao sistema empresarial de produção. Esses projetos de vida, geralmente liderados pelas mulheres, mostram as peculiaridades e as necessidades de cada unidade familiar, em que as técnicas tradicionais de cultivo, a troca de sementes e conhecimentos sobre a terra, e as práticas de cura passaram a ser formas de fugir das imposições da agroindústria.

Essas mulheres redefiniram constantemente os limites de sua autonomia, negociando espaços de agência dentro das estruturas produtivas em que estavam inseridas. Construiu-se uma vida em que a racionalidade econômica se mesclava com

⁵ A Rede Ecovida de Agroecologia surgiu como uma proposta coletiva que articula agricultores, técnicos, consumidores, ONGs e cooperativas em torno de um modelo de produção agroecológica e de certificação participativa. Sua estrutura descentralizada e horizontal busca superar os limites dos modelos convencionais de produção e comercialização, enfatizando práticas solidárias, autonomia local e controle social (FERREIRA, et al., 2007).

as subjetividades e os anseios familiares, configurando-se como processo contínuo. Nesse contexto, a produção agroecológica surgiu como uma alternativa para maior sustentabilidade e qualidade de vida, ainda que em diálogo e tensão com o modelo agroindustrial.

3.2.1 As redes informais e formais

A etimologia da palavra rede remonta ao latim *retis*, que se refere a um entrelaçado de fios. Com essa concepção, o termo passou a ser adotado em diversas áreas do conhecimento, como matemática e sociologia, entre outras. Em uma análise mais ampla, pode-se afirmar que a sociedade funciona como uma rede, mesmo que nem todos os elementos estejam interligados. O aspecto central de uma rede reside nas relações que existem entre os indivíduos, nas quais cada participante está imerso em múltiplas interações de troca com outros (MEIRELLES *et al.*, 2014), que visa promover a comunicação, a troca de saberes e a assistência mútua, formada através do compartilhamento de interesses e experiências vividas em conjunto (ANDREOLI *et al.*, 2019).

As redes de apoio, sejam informais ou formais, desempenharam um papel importante na facilitação da troca de conhecimentos entre mulheres que compartilharam ideias e experiências semelhantes. Essas conexões foram construídas tanto por laços familiares quanto por vínculos de vizinhança e amizade, fornecendo um suporte importante em um contexto marcado pela exaustão e sobrecarga resultantes do trabalho dentro da estrutura produtiva na propriedade rural.

A convivência cotidiana, caracterizada pela partilha de lamentos e desafios, dá origem a redes informais de ajuda e apoio que muitas vezes passam despercebidas pelas próprias mulheres. Essas interações ocorriam de maneira espontânea e natural, seja em visitas para um bate-papo, durante uma roda de chimarrão ou até mesmo em um jogo de baralho. A troca de sementes, a colaboração nas hortas, a partilha de técnicas de cultivo, a doação de mudas de flores e a divisão de tarefas domésticas, como o abate de um animal, são práticas que rompiam o isolamento imposto pelo sistema agroindustrial. Ao criarem esses espaços de troca de saberes e práticas tradicionais, as mulheres conseguiam preservar traços de autonomia tanto na produção de alimentos quanto na gestão da propriedade.

Quando uma mulher decidia compartilhar com a vizinha o excedente de sua colheita ou oferecia dicas sobre o cultivo de plantas da horta ou medicinais, ela fortalecia essas redes informais e com isso desafiava a lógica de mercado reafirmando a importância das relações comunitárias e da solidariedade em um ambiente de crescente pressão econômica.

Alcelma Berner (2023), em sua entrevista, argumenta isso:

Durante a parceria eu conseguia arrumar um tempo para visitar minhas amigas, e elas vinha aqui em casa, bem mais do que agora que a gente tá assim [aposentada], naquele tempo a gente olha, era filó [encontro para conversar], era chimarrão, baralho, né? Conversa boa. [...] E a gente conversava sobre tudo, como estava a família, a parceria e o que estava nós fazendo para tentar melhorar de vida. [...] As vezes uma ia no sindicato e trazia sementes verdadeiras para nós né [semente crioulas] e distribuía entre todas as amigas. Nós tinha um grupo de amiga que se encontra bastante. E a mulher que pegava a semente ajuda as outra a planta, dizia como a gente tinha que fazer. Era muito bom, era só de mulheres, os homem saiam para as bodegas.

A fala de Alcelma Berner (2023) revelou a dinâmica das redes de apoio informais entre as mulheres agricultoras integradas, que, embora sutis, desempenhavam um papel muito importante na propriedade. As atividades coletivas como o filó,⁶ o chimarrão e o baralho proporcionavam momentos de lazer e descontração entre as mulheres, sendo importante encontro de alívio das atividades diárias, a saber momentos de relaxamento. Também em ocasiões em que as mulheres trocavam experiências sobre suas vidas familiares, as condições da relação com as empresas e as estratégias que desenvolviam para melhorar suas condições de vida. Esses encontros, organizados exclusivamente entre mulheres e para

⁶ O filó era, e continua sendo, um evento comunitário típico das colônias italianas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, que desempenhava um papel fundamental na vida social e cultural dos imigrantes. Realizado principalmente durante os meses mais frios, quando o trabalho no campo diminuía, o filó reunia vizinhos, amigos e parentes em um ambiente de acolhimento e partilha. Esses encontros aconteciam geralmente nas cozinhas, espaços importantes da vida familiar e eram marcados pela hospitalidade da família que recebia, pelo fortalecimento dos laços e pela transmissão de tradições. Durante o filó, as pessoas se reuniam para conversar, cantar, contar histórias, rezar e compartilhar notícias. Além disso, era comum a realização de atividades como fiar lã, consertar utensílios e preparar alimentos típicos, tornando o encontro muito além de somente um momento de lazer, mas uma grande oportunidade de fixação de identidade e aprendizado coletivo. O vinho e os pratos tradicionais da culinária italiana eram servidos e isso fortalecia a identidade com a sua herança cultural. O filó também era um espaço de fortalecimento das relações entre gerações, pois crianças, jovens, adultos e idosos conviviam harmoniosamente, trocando experiências e conhecimentos. Esses encontros promoviam a continuidade da cultura italiana no Brasil, funcionando como um meio de preservação da memória coletiva. Dessa forma, o filó podia ser considerado um ato de resistência cultural e de reafirmação da identidade dos imigrantes italianos, ajudando-os a enfrentar as dificuldades da vida no campo e a solidificar uma nova comunidade em terras brasileiras (CAMILOTTO, SANTOS; 2016, p. 6-13).

mulheres, permitiram a construção de um espaço onde elas podiam expressar suas preocupações, compartilhar conhecimentos e encontrar formas de lidar com os desafios da vida rural.

A troca de sementes crioulas, mencionada por Alcelma Berner, exemplificou uma das formas de ação que as mulheres praticavam em suas famílias e comunidades, no contexto da divisão de tarefas da propriedade rural. Tradicionalmente responsáveis pelo cuidado com as hortas e os quintais, as mulheres traziam as sementes de sindicatos ou outras fontes, e distribuía entre as amigas e as vizinhas. Assim, elas garantiam a preservação de um conhecimento ancestral e o mantinham fora do controle das empresas agroindustriais. Dessa forma, essa prática se consolidava como uma atividade específica do trabalho feminino, contribuindo para a sustentabilidade das propriedades rurais e para a segurança alimentar das famílias.

Além do apoio prático no plantio, Alcelma Berner (2022) ressaltou a importância do suporte emocional e social proporcionado por essas redes de amizade. Enquanto os homens saíam para as bodegas (bares), as mulheres fortaleciam suas relações e apoios, ajudando umas às outras a plantar e auxiliando nas necessidades da família. Essa união entre as mulheres construía um espaço de solidariedade no meio rural, favorecendo uma agricultura mais solidária. E isso pode ser percebido no testemunho de Noilves Rosa da Silva (2024) a seguir:

[...] sempre tem uma colaboração das vizinhas no sentido de, às vezes, a troca de dias para ajudar em algumas atividades que precisam mais pessoas para que essas atividades sejam executadas e não são muito repetitivas ao longo do ano. [...] a atividade de fazer ensilagem de milho, é uma atividade que muitas vezes envolve vizinhas e amigas nesse processo para que seja possível ser efetivada e ela acontecer. A questão da colheita de laranja, por exemplo, às vezes também precisa dessa colaboração de pessoas porque é um período muito curto para uma colheita muito grande. Então, também é necessário essa colaboração. Você conta com isso também (NOILVES ROSA DA SILVA, 2024).

As falas de Noilves Rosa da Silva (2024) e Alcelma Berner (2022) destacaram como as redes de solidariedade funcionavam como estratégias fundamentais de agência e solidariedade no meio rural. A prática mencionada por Noilves Rosa da Silva (2024), de colaboração entre vizinhas em atividades sazonais como a ensilagem de milho ou a colheita de laranjas, demonstrava a importância do apoio mútuo para superar desafios que exigem esforço coletivo. Mesmo com a individualização das atividades com a mecanização, os apoios entre vizinhas e familiares foi e continua sendo uma importante ferramenta para dar conta de trabalhos não rotineiros.

A Figura 10 mostra como a vida rural ainda cultivava relações de solidariedade. Na imagem há um grupo de pessoas reunidas em torno de uma mesa, compartilhando uma refeição, que parece ser uma área externa ou varanda. Homens e mulheres estão presentes, vestidos de forma simples, no contexto rural. Na mesa, há garrafas de bebidas, pratos e talheres, indicando um momento de convivência e partilha.

Figura 10 - Almoço após um mutirão



Fonte: Arquivo do engenheiro agrônomo.

A Figura 10 remete a práticas tradicionais de ajuda mútua no meio rural, especialmente em épocas de colheita sazonal. Essas colaborações envolviam vizinhos e amigos que se uniam para realizar tarefas agrícolas que demandavam um número significativo de pessoas, como colheitas ou preparo de alimentos, como a encilagem mencionada por Noilves Rosa da Silva (2024). Após o trabalho coletivo, era comum a partilha de refeições, reforçando os laços comunitários e a solidariedade, para além disso, era também necessário ter uma alimentação adequada ao uso da força utilizada no trabalho.

As mulheres desempenhavam um papel central na liderança dos trabalhos coletivos, muitas vezes assumindo a responsabilidade de organizar e mobilizar as forças necessárias para essas atividades, como afirma Rozani Schiavini (2025): “a mulher sempre foi dinâmica e muito objetiva, sabia que sua contribuição ia além de preparar o alimento. Assim, ela organizava as atividades, convidava e participava ativamente”. Paralelamente a isso, elas ainda se dedicavam à preparação das

refeições, garantindo uma alimentação diversificada e nutritiva, que serviu como uma importante fonte de energia para o grupo. No entanto, essa tarefa não as exclui das demais atividades coletivas realizadas na propriedade, mostrando a multiplicidade de funções que as mulheres assumiram, tanto na gestão das demandas práticas quanto na participação direta no trabalho agrícola.

A prática da ajuda mútua foi outra estratégia fundamental para enfrentar a intensificação do trabalho em determinadas épocas do ano e para resistir às pressões de modelos individualizantes promovidos pelo capital agroindustrial. Podemos perceber isso na fala de Rozani Schiavini (2025, p. 4) “mas tinha também a solidariedade entre vizinhas, parentes que quando precisava viajar para participar das atividades do MMC, as que ficavam ajudava com o cuidado das crianças, no trato dos animais e se precisasse na lavoura também.”

As redes de solidariedade entre as mulheres camponesas foram importantes para manter um modo de vida comunitário, focado no trabalho coletivo e na troca, oferecendo uma alternativa parcial à lógica competitiva do mercado. As falas de Alcelma Berner, Noilves Rosa da Silva e da Entrevistada 7 ilustram como essas redes promoveram uma relativa autonomia coletiva ao descentralizar parte da produção e manter o controle sobre os alimentos que cultivam. As sementes crioulas, por sua maior adaptabilidade ao clima e solo locais, oferecem resiliência às plantações frente a crises e oscilações do mercado. Esse controle direto sobre as sementes e a produção reduz a dependência de insumos externos. Assim, as práticas compartilhadas entre essas mulheres garantiram a segurança alimentar da família e uma produção sustentável, de modo a fortalecer a autonomia da família diante das pressões econômicas.

Enquanto as mulheres se reuniam para discutir a vida, compartilhavam sementes e ensinavam técnicas de plantio, elas resistiam à fragmentação da comunidade imposta pelo sistema de exploração, sendo uma resistência e agência cultural. Esses encontros, onde se criaram redes informais de apoio emocional e se compartilharam experiências, fortaleceram os laços comunitários e garantiram que parte dos conhecimentos familiares sobre o cultivo e o manejo da terra não se perdessem.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Concórdia surgiu na década de 1960, quando os trabalhadores rurais passaram a se organizar para transformar o Sindicato Rural, até então uma entidade patronal, em uma instituição que atendesse às suas

demandas. Esse movimento ocorreu em um contexto mais amplo, no qual sindicatos de trabalhadores rurais começaram a se estruturar na região, com um foco inicial na prestação de assistência documental e serviços de saúde. A Diocese de Chapecó, Igreja Católica, por meio da atuação de Dom José Gomes, teve um papel central nesse processo, mobilizando movimentos sociais em prol dos direitos dos trabalhadores e da luta por políticas públicas voltadas ao campo. Como resultado dessa articulação, os trabalhadores conseguiram assumir o controle do sindicato, retirando-o da influência patronal. A partir dessa mudança, um dos compromissos da nova direção sindical foi ampliar a participação das mulheres no processo de sindicalização, promovendo sua inclusão desde a década de 1960 (ALACI WAMMS, 2024).

A partir de 1996, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais passou a incorporar a questão da agricultura familiar em suas pautas, o que resultou em um gradual distanciamento de outros movimentos sociais, que, por sua vez, passaram a se articular na Via Campesina. Apesar desse afastamento, o sindicato manteve seu compromisso com o protagonismo feminino, fortalecendo coletivos de mulheres e incentivando a construção de pautas e projetos próprios. Esse engajamento garantiu a presença ativa das mulheres nas lutas sindicais, abrangendo reivindicações por renda, acesso ao PRONAF, enfrentamento das secas, ampliação da assistência técnica e agência a acordos internacionais como a ALCA. Além de participarem ativamente dessas mobilizações, elas também ocuparam espaços de liderança dentro do sindicato, incluindo cargos nas diretorias (ALACI WAMMS, 2024).

Esse sindicato também desempenhou um papel fundamental na efetivação das redes de apoio entre as agricultoras, especialmente ao fornecer acesso a estrutura para organização dos encontros e reuniões, recursos, acesso a documentação e conhecimentos que fortaleciam práticas agroecológicas e a autonomia das pequenas propriedades. Ao distribuir sementes crioulas, criar feiras agroecológicas e promover técnicas agroecológicas, o sindicato contribuiu para a construção de um modelo alternativo ao sistema de agricultura industrial, permitindo que as agricultoras cultivassem alimentos de forma sustentável e livre dos insumos controlados pelas grandes corporações, podendo, inclusive, vender o excedente. Essa certa independência em relação a insumos externos fortaleceu a capacidade das agricultoras de resistir à lógica do agronegócio e de conservar a biodiversidade local.

Segundo Márcia Colussi (2025), o sindicato foi essencial na organização e mobilização das mulheres rurais em torno de pautas como o acesso às sementes, a valorização do preço do leite e a conquista da aposentadoria rural. A atuação sindical permitiu avanços significativos na luta pelos direitos femininos, incluindo a garantia da licença-maternidade. Para a depoente, "as mulheres se organizam mais, falam mais, se comunicam mais, e foi através dessa comunicação que a luta das mulheres camponesas se fortaleceu, que depois teve a Marcha das Margaridas" (MÁRCIA COLUSSI, 2025). A organização das mulheres nos sindicatos proporcionou uma ampliação de debates e ações voltadas às suas demandas no contexto rural.

A atuação do sindicato na organização das agricultoras e na promoção da agroecologia esteve diretamente ligada à criação de espaços de formação e troca de conhecimentos. Além de viabilizar o acesso a recursos e fortalecer redes de apoio, a entidade também se tornou referência como um ambiente essencial para a capacitação de lideranças femininas no campo.

Por meio de cursos, oficinas e seminários, as mulheres adquiriram novos conhecimentos e fortaleceram suas habilidades, ampliando seu protagonismo e sua participação nas decisões sobre a produção e a gestão das propriedades. Essas capacitações permitiram que as agricultoras multiplicassem o conhecimento em suas redes locais, fortalecendo ainda mais a autonomia das comunidades rurais.

[As mulheres agricultoras foram assumindo postos de lideranças] Foi através da luta de gênero e classe onde a mulher lutou ativamente pelo reconhecimento enquanto mulher e trabalhadora rural e foi conquistando espaços até então ditos masculinos como sindicato, partido político, diretorias de igreja na comunidade. Pequenas manifestações nas falas foram sendo questionadas e não mais aceitas como natural como, por exemplo: numa escalação de trabalhos para festa de comunidade era posto o nome do fulano e esposa. Nas compras a prazo no comércio pediam o nome do marido mesmo sendo a mulher que fazia a compra, entre outras. Antes nos documentos constava do lar, doméstica e na roça dizia que a mulher ajudava o marido. Então, quando ela trabalhava? Se a mulher tem nome, trabalha, cuida dos filhos, da casa e dos animais ela precisa ser valorizada e reconhecida como tal. Aos poucos os homens foram entendendo e a mulher participando em diretorias, na política, no sindicato e outros (ROSANI SCHIAVINI, 2025).

O trecho acima de Rosani Schiavini (2025) mostrou a interseção entre gênero, trabalho e reconhecimento social no contexto rural, destacando a ascensão das mulheres agricultoras em espaços tradicionalmente masculinos, como sindicatos e partidos políticos. Historicamente, conforme relatado, a identidade e o trabalho feminino foram invisibilizados, seja pela prática de identificar as mulheres apenas

como “esposa de”, ou pela ausência de seus nomes nos registros de trabalho. Essa realidade demonstra como a divisão de gênero aprofundou a marginalização das mulheres no campo e reforçou a ideia de que seu trabalho era apenas um auxílio ao marido e não uma atividade produtiva em si.

No entanto, a depoente, nesse trecho, não problematiza a estrutura desse processo de emancipação, sugerindo uma evolução quase linear e progressiva, sem considerar a não aceitação por parte dos homens e as contradições dentro dos próprios movimentos. Com isso, a luta das mulheres é padronizada, sem abordar as diferenças de classe, idade ou etnias, que influenciavam as distintas formas de atuação e agência. Outro ponto relevante é a afirmação de que os homens “foram entendendo” e permitindo a participação feminina. Essa é uma visão conciliatória e pacífica para eliminar os conflitos e as disputas que marcaram essas conquistas. No campo historiográfico, estudos sobre gênero e trabalho demonstram que tais mudanças não ocorrem por concessão masculina, mas por lutas políticas e transformações sociais mais amplas. Sendo assim, esse processo não ocorreu de forma pacífica como foi sugerido pela entrevistada, mas cheio de tensões que modificaram os agentes envolvidos.

O avanço das mulheres agricultoras para espaços de liderança no sindicato, na política e em organizações comunitárias não ocorreu isoladamente, mas foi fortalecido por diversas redes de apoio. Além do papel transformador do sindicato, outras instituições também contribuíram para essa mudança, especialmente aquelas com forte compromisso social. Nesse contexto, a atuação da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, foi fundamental para ampliar o espaço de formação e conscientização das mulheres do campo.

A Igreja Católica e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana desempenharam um papel importante no fortalecimento das redes de apoio entre as agricultoras e na promoção de práticas que desafiam a lógica do agronegócio. Inspiradas por valores cristãos de solidariedade e justiça social, diversas comunidades religiosas, em especial aquelas influenciadas pela Teologia da Libertação, se tornaram espaços de formação e conscientização para as mulheres rurais. Como pode ser observada na fala da entrevistada 7:

Olha, o sindicato ajuda bastante, né? Eles faz uns cursos pra gente aprender a plantar de um jeito diferente, mais natural, sem veneno. Eles trazem essas semente crioulas também, que é mais forte, aí a gente pode plantar e não

precisa depender das empresa. [...] a Igreja Católica também faz a parte dela. O padre tem aqueles encontros de formação, junta as mulher tudo, ensina sobre agricultura familiar, coisa que vem dos nossos antepassado. E a gente vai, conversa, troca ideia, fala sobre como cuidar da terra, das planta. É bom que a gente se sente mais forte junto, aprende a valorizar o que é nosso e a pensa [pensar] diferente. Vê que não estamos sozinho. Tudo isso ajuda nós a ter um pouco mais de dinheiro, de fazer as coisa do nosso jeito, a final de contas a terra é nossa e não da Sadia, quem manda aqui somos nós (ENTREVISTADA 7, 2023).

A fala da entrevistada 7 revela a agência enraizada em redes comunitárias de apoio mútuo, fortalecidas tanto pelo sindicato quanto pela Igreja Católica. Sua narrativa indica uma valorização da agroecologia e das sementes crioulas como ferramentas de autonomia — elementos que representam uma ruptura silenciosa com a lógica agroindustrial. A agência, nesse caso, não se expressa em movimentos visíveis, mas em práticas cotidianas, como afirmou Scott (2002), e em redes informais que desafiam o controle por parte da empresa. Cada semente plantada fora do alcance das empresas é um gesto de preservação cultural e uma afirmação da própria identidade de mulheres agricultoras, uma ação de agência dentro do sistema.

Ao mencionar o sindicato e a Igreja Católica, a entrevistada revelou a importância das instituições locais como pilares de apoio à agricultura familiar e à autonomia feminina. O sindicato apareceu como um agente formador, que além de disponibilizar recursos materiais, como as sementes crioulas, promovia também conhecimento técnico, capacitando as mulheres a explorar alternativas sustentáveis. Noilves Rosa da Silva (2024) afirma ainda que “o sindicato, sim, por vezes o sindicato ajudou em algumas conquistas da agricultura, mas também, assim, eu acho que poderia ter um trabalho mais profundo nesse sentido”. Havia uma necessidade, segundo Noilves Rosa da Silva (2024) de o sindicato ir além da ajuda e levar as pessoas para uma mudança de pensamento, de postura, através de uma formação mais profunda.

As Igrejas Católicas e Luteranas, por sua vez, com o suporte da Teologia da Libertação, atuaram na dimensão espiritual e social, oferecendo uma oportunidade na qual as agricultoras pudessem se enxergar como protagonistas de uma luta por dignidade e justiça. Para essas mulheres, como a entrevistada 7, o desenvolvimento rural sustentável não é uma alternativa, mas uma necessidade que transcendia o campo econômico e alcançou o social e o espiritual. A comunhão entre sindicato e Igreja criou uma teia de suporte, de modo que resistir ao modelo industrial e manter o modo de vida tradicional se tornou um ato de fé e justiça. É uma agência construída

em rede, onde cada ato de cultivo e cada troca de saberes formou uma barreira invisível contra a erosão cultural e a dependência econômica, alimentando o solo e o sentido de comunidade e propósito.

Além dos sindicatos, as mulheres foram assumindo uma liderança política no município. Márcia Colussi (2025), única mulher agricultora ao longo da história de Concórdia que foi suplente de vereadora (1996), também evidenciou o longo e desafiador caminho da participação política das mulheres em um espaço historicamente dominado por homens, e como as primeiras dificuldades surgiram dentro da casa:

[...] as mulheres começaram a se organizar também dentro da sua própria casa, educando os filhos com igualdade, colocando, cobrando da família, participação na casa, na roça, dividindo as tarefas, que era, por exemplo, só da mulher, educando seus filhos homens diferentes. Não foi fácil, foi resistente também ali. Essa foi uma das mais bravas lutas. Não foi fácil quando ela cobrava do marido que ela tinha direitos. Muitos não deixavam mais participar. Tinha que ter cautela, falar aos poucos. O machismo era muito forte, muito presente, e a mulher obedecia muito. Mas, aos poucos, muitos [muitas] se libertaram (MÁRCIA COLUSSI, 2025).

A agência das mulheres dentro desse sistema não se limitou ao enfrentamento externo contra as agroindústrias e as estruturas políticas dominadas por homens, mas começou dentro de suas próprias casas. O depoimento de Márcia Colussi (2025) demonstrou que a luta por igualdade teve início na educação dos filhos e na reorganização do trabalho doméstico e agrícola, desafiando a divisão tradicional de tarefas. Essa mudança exigiu estratégias cuidadosas, pois muitas mulheres enfrentaram oposição direta de seus maridos e familiares ao reivindicarem direitos e questionarem o machismo presente no cotidiano. A transformação foi fruto de um processo lento, no qual a educação e a conscientização foram ferramentas fundamentais para abrir caminhos para maior autonomia. No entanto, esse processo não foi uniforme, pois algumas mulheres encontraram mais dificuldades para promover mudanças dentro de suas próprias famílias e outras ainda optaram por manter as estruturas tradicionais por diversos motivos.

Esse processo dentro do lar também refletiu na luta contra o modelo de exploração imposto pelas agroindústrias, no qual as mulheres, além de serem responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com a família, ainda assumiam grande parte do trabalho produtivo sem reconhecimento financeiro. Algumas mulheres buscaram maior participação na tomada de decisões sobre a produção e a comercialização, enfrentando desafios tanto dentro de casa quanto no mercado. No

entanto, nem todas conseguiram ou desejaram se inserir nessa transformação, seja por falta de apoio, por receios ou mesmo por questões pessoais e culturais. Ainda assim, para aquelas que conseguiram se fortalecer em redes de apoio e formação, houve um processo gradual de mudança na realidade de suas famílias e comunidades.

A experiência de vida de Márcia Colussi (2025), sempre envolvida com grupos da igreja e no sindicato, refletiu a agência necessária para enfrentar estruturas sociais patriarcais que, por décadas, limitaram a presença feminina nos espaços de poder.

Esse espaço era ocupado por homens e não tinha mulheres para se candidatar a esse espaço político, porque a sociedade não entendia dessa forma. No meu caso, quando me candidatei, foi um desafio muito grande. Eu ia visitar os eleitores, colocavam a luta das mulheres, me colocava à disposição, E o homem respondia, ah, se a mulher quer votar, ela que vota, porque eu não voto em mulher. Mesmo tendo o direito do voto à mulher, o voto era dominado pelo marido. Ele não deixava ela votar em quem ela queria. Realmente, eles mandavam até no voto das mulheres, que foi uma conquista. Só muito tempo depois, a mulher conseguia começar a votar nem todas onde elas realmente desejavam votar (MARCIA COLUSSI, 2025).

O direito ao voto, mesmo garantido legalmente, não se traduzia em autonomia para as mulheres. O controle dos maridos sobre as escolhas eleitorais das esposas revelou que a luta pela participação política das mulheres não se restringia à conquista de direitos legais, mas, principalmente, à superação de barreiras culturais e estruturais que impediam o exercício pleno desses direitos.

Nesse contexto, a resistência e a agência dessas mulheres se davam através da formação e da consciência de classe. Como Márcia Colussi (2025) afirmou, foi a organização coletiva, a troca de experiências e o fortalecimento das redes de formação que possibilitaram avanços. Uma mulher formando a outra, conscientizando sobre a importância de ocupar espaços políticos e reivindicar direitos, demonstrou como a conscientização foi ferramenta essencial para a transformação social.

O testemunho de Márcia Colussi (2025) é um reflexo de uma luta coletiva que foi travada por mulheres em diversas áreas da sociedade. As mulheres agricultoras, nesse cenário, lutaram por seu espaço dentro da política e da sociedade e, ao mesmo tempo, enfrentaram o poder econômico que buscou transformar a agricultura em um setor monopolizado. A resistência e a agência das mulheres no campo passaram necessariamente pela organização coletiva, pelo fortalecimento da economia solidária, pela agroecologia, mesmo que sem consciência dessa terminologia, e pelo

enfrentamento dos modelos produtivos que priorizavam o lucro em detrimento da sustentabilidade e valorização dos trabalhadores.

A desarticulação dos projetos voltados à autonomia dos pequenos agricultores foi uma das principais estratégias utilizadas pelo capital agroindustrial para manter sua hegemonia. As agroindústrias, ao perceberem iniciativas que fortaleciam a produção independente e/ou a comercialização direta, frequentemente utilizavam seu poder econômico e político para enfraquecê-las. Isso se deu por meio do corte de financiamentos, da imposição de barreiras burocráticas e da exclusão desses produtores do sistema de imposto pela empresa. Dessa forma, projetos que poderiam garantir melhores condições de venda, maior valorização dos produtos e mais autonomia para os agricultores foram desmontados, forçando-os a permanecerem em uma relação de dependência com a empresa.

Além da sabotagem econômica, a coerção também se manifestou de forma social e política, criando um ambiente de medo e insegurança entre as agricultoras e suas famílias, como afirma Márcia Colussi (2025), “cortando até próprios empregos de muitos filhos que trabalhavam na indústria”. Muitas agricultoras que tentaram se organizar enfrentavam ameaças, perda de oportunidades para familiares e até mesmo represálias diretas, como a exclusão do sistema. Esse processo reforçou um ciclo de dominação que buscava impedir qualquer tentativa de ruptura, minando a resistência e a agência das agricultoras e tornando cada vez mais difícil a construção de alternativas ao sistema.

Segundo Márcia Colussi (2025):

Começamos a lutar por porcentagem, porque tantos homens que eram candidatos, uma porcentagem de 30% teria que ser mulheres. Graças a Deus, conseguimos passar dentro do partido [PT], e daí começamos a ter mais disponibilidade das mulheres a serem candidatas. A luta também foi dentro do partido. E lutamos por igualdade, por aposentadoria, por salário, maternidade, Essas conquistas foram positivas, por preço, por produtos, por créditos, e quando elegemos uma mulher a deputada, tudo ficou mais fácil. Foi ali que a gente conseguiu muitos avanços.

Podemos perceber que a fala de Márcia Colussi (2025) refletiu um processo histórico mais amplo de luta das mulheres agricultoras por reconhecimento político e acesso a direitos básicos. A exigência de uma cota mínima de 30%⁷ de candidaturas femininas dentro dos partidos foi um avanço na tentativa de corrigir a sub-

⁷ Estabelecida pela Lei das Eleições, Lei nº 9.504/1997.

representação das mulheres na política, garantindo assim uma maior visibilidade e participação nos espaços de decisão. Essa conquista foi resultado de uma luta contínua dentro dos próprios partidos, que tradicionalmente eram dominados por homens e relutantes em abrir espaço para lideranças femininas. A simples existência de cotas não garante, por si só, a transformação das estruturas de poder, sendo necessário um esforço ainda maior para que as mulheres ocupem as vagas e tenham voz ativa na construção de políticas públicas.

Figura 11 - Santinho da Eleição em que Márcia foi candidata



Fonte: Arquivo de Santo de Luca (2025).

Márcia Colussi sugere que a eleição de uma deputada estadual, Luci Teresinha Choinacki (PT), agricultora e primeira mulher eleita em 1986, facilitou avanços em diversas pautas fundamentais para as mulheres agricultoras, como aposentadoria, salário-maternidade e acesso a crédito. Isso confirma o papel essencial das mulheres nos espaços de decisão para a formulação de políticas que atendam às demandas específicas das mulheres do campo.

3.2.2 Conhecimento e técnicas de plantio nas hortas caseiras

As mulheres lideraram o compartilhamento de sementes crioulas, o cuidado com a terra e a produção de alimentos voltados tanto ao consumo familiar, e cultivo de hortas domésticas quanto na troca comunitária, fortalecendo a autonomia alimentar e os laços sociais.

Ah, essas sementes crioulas a gente pega lá no sindicato. Tem sempre uma vizinha que vai até lá e traz pra nós. A gente se juntam, cada uma leva um pouquinho pra plantar nas suas horta. Não tem nada como essas sementes verdadeiras, sem veneno e elas produz com a força que vem da terra mesmo. A gente também troca umas ideia sobre como cuidar melhor das horta, com umas técnicas que não precisa de tanto produto [defensores químicos]. Elas nos ensinam a plantar como os antigos né? De plantar junto com outras plantinha que afastam pragas, usar adubo do aviário ou do chiqueiro... Essas coisas a gente vai aprender sabe? E isso é bom porque cada uma ensina o que aprendeu pra a amiga, e assim a gente vai se ajudando, deixando nossa comida mais saudável pra nós né? [família] (ENTREVISTADA 7, 2023).

A prática de buscar e distribuir sementes crioulas, descrita pela entrevistada 7 (2023), representou uma forma concreta de resistência ao domínio agroindustrial no meio rural. Ao recorrer às sementes, as agricultoras escapavam das sementes comerciais e patenteadas que impõem dependência ao mercado. Esse intercâmbio de sementes, facilitado pelo sindicato e compartilhado entre as famílias, manteve vivas parte das tradições agrícolas e preservava parte da biodiversidade das culturas. A troca de sementes crioulas protegeu a autonomia alimentar das famílias e parte da independência econômica das agricultoras.

A fala da entrevistada 7 (2023) também mostrou o papel importante das redes de solidariedade entre as agricultoras, promovendo um espaço de apoio mútuo e aprendizado que transcendia a troca de sementes. Essas redes, nas quais se compartilham técnicas agroecológicas e práticas sustentáveis, contribuíram para uma produção mais saudável e menos dependente dos insumos químicos do sistema industrial. Essas práticas integravam um conhecimento sustentável que foi transmitido entre gerações, mantendo viva a cultura rural e a autonomia das comunidades locais. As mulheres lideravam esses processos de preservação e fortalecimento da autonomia alimentar.

Noilves Rosa da Silva (2024) observou que a prática de compartilhar recursos, sementes e conhecimentos entre os agricultores foi sendo reduzida ao longo do tempo, embora na atualidade exista, de forma mais sutil e branda, em algumas comunidades. Ela mencionou que, por exemplo, ainda hoje compartilha sementes de trigo, utilizado para a confecção de tranças e chapéus, além de sementes específicas, como de bucha vegetal e feijão. Também destaca o compartilhamento de mudas de pastagem e outros conhecimentos relacionados ao cultivo, práticas que, embora menos intensas do que no passado, continuam a ocorrer, principalmente entre as mulheres, que também trocam flores, mudas de verdura e chás. Noilves Rosa da Silva (2024) reconheceu que, com o tempo, houve uma grande perda de conhecimento e

de variedades de sementes e espécies, mas ainda observa que essas trocas acontecem de forma mais discreta e menos frequente.

Observa-se também a manipulação, especialmente por parte das mulheres, das hortas e produções orgânicas para as famílias, que eram mantidas próximas às suas casas e, por isso, muitas vezes são enquadradas como trabalhos reprodutivos. Almeida (2023), ao analisar os quintais nas áreas de faxinais, destaca que os quintais são “uma das formas mais antigas de manejo da terra” e que adquirem uma importância significativa “na defesa da biodiversidade, conservando diferentes espécies de plantas comestíveis, medicinais, decorativas e mágicas” (ALMEIDA, 2023, p. 82).

Embora parecessem atividades simples ou domésticas, os trabalhos nos quintais foram importantes para a construção de alternativas autônomas frente à lógica de dependência do sistema agroindustrial. Apesar de não serem proibidas, essas práticas eram desestimuladas, pois adicionavam mais uma carga de trabalho às mulheres, que já estavam sobrecarregadas com as exigências da produção integrada. Ainda assim, ao cultivarem hortas e criarem pequenos animais, as agricultoras encontravam formas de escapar do controle do capital agroindustrial, garantindo uma alternativa na vida rural e contrariando a lógica da monocultura e da produção em larga escala.

Além disso, como apontado por Almeida (2023), os quintais e suas práticas de manejo da terra têm uma longa história, e sua relevância na defesa da biodiversidade é necessária para manter espécies comestíveis e medicinais, que são negligenciadas pela agricultura industrial. Instaladas próximas às casas, essas estruturas facilitavam o cuidado diário e garantiam acesso rápido a alimentos frescos. Durante as entrevistas, observou-se que a maioria das famílias mantinha esses espaços produtivos, indo além das hortas convencionais para incluir frutas, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais.

Apesar de não configurarem uma resistência direta ao capital, essas práticas de agência ajudavam a reduzir a dependência dos agricultores em relação ao mercado e aos insumos industriais, promovendo a diversidade alimentar e a sustentabilidade. Dessa forma, ao invés de um embate frontal contra o sistema, esses espaços funcionavam como alternativas que desafiavam, de maneira sutil, a lógica de controle corporativo sobre a produção e o consumo de alimentos.

Noilves Rosa da Silva (2024) afirmou que “na horta, a gente prioriza alimentos que não é possível pegar sempre no mercado: [...] os temperos, couves, que você pode colher praticamente o ano todo e você tem disponível ali uma verdura, né? as alfaces, [...] repolho, brócolis, couve-flor, cenoura, beterraba”, além desses produtos tem as “vagens, né? a gente tem mantido algumas sementes mais rústicas, mais crioulas. Então, tem tentado manter, hum, e tem uma produção grande, então, nutre suficiente a família. Às vezes, é possível ainda processar e congelar para um outro momento fazer uso, né?” isso ajuda na alimentação da família. Noilves Rosa da Silva (2024) ainda complementou “a gente tem a prática de plantar uma cebola, que é uma cebola mais rústica também, né?, que ela dá uma espécie de filhotes. Ela perfilha, no caso. Então, também se tem buscado manter isso” (NOILVES ROSA DA SILVA, 2024).

A escolha por alimentos como temperos e verduras de ciclo contínuo demonstra o saber das mulheres em garantir um fornecimento constante de alimentos frescos para a família, reduzindo a dependência da cidade e da compra em mercados. Com isso as necessidades diárias serão atendidas, com alimentos sem utilização de agrotóxicos. Ao preservar sementes crioulas Noilves Rosa da Silva (2025) destacou um ato que vai contra a padronização e a dependência impostas pelo capital. Essa autonomia no cultivo permitiu às mulheres organizar a produção de forma alinhada às suas necessidades e valores, fortalecendo sua posição como protagonistas na segurança alimentar de suas famílias. A manutenção desses conhecimentos ancestrais, somada à capacidade de nutrir a família e, eventualmente, estocar alimentos, mostrou como as hortas se tornaram um espaço de grande importância e de empoderamento feminino e de ação contra hegemônica diante do avanço da padronização da produção agrícola.

Essa mesma perspectiva foi analisada por Almeida (2003) nos quintais dos faxinais estudados pela autora. Nesses estudos, Almeida (2003, p.87) afirma que “o quintal envolve um sistema complexo de trocas de sementes crioulas, alimentos, plantas medicinais e flores, além da permuta de saberes acumulados historicamente e experimentados pelas mulheres, incluindo práticas de cura”.

Mesmo com a carga exaustiva de trabalho na criação de frangos ou suínos sob as normas rígidas das empresas, elas conseguiam manter vivas essas práticas de cultivar alimentos e plantas medicinais. Essas atitudes aliadas à troca de conhecimentos, reafirmava o papel central das mulheres na adoção de práticas

sustentáveis, longe da influência das grandes corporações. Esses espaços são, ao mesmo tempo, territórios de produção, de memória cultural e de autonomia frente ao avanço do capital agroindustrial.

Isso pode ser comprovado também a partir da fala da entrevistada 7 que afirmou “a gente sempre cuidou [da horta], desde que me lembro, tinha lá no canto de casa, não é fácil, não. Tem dias que a gente já tá cansada do trabalho com os frango, com tudo que a empresa pede, que só de pensa em cuida da horta dá um desânimo...” e continua “mas a gente sabe que tem que faze, né? Porque se a gente não plantar, quem vai? Comprar tudo no mercado fica caro e tem veneno. Aqui em casa, a gente gosta de comer um alimento sem veneno, algo que vem da terra, que a gente plantou” (ENTREVISTADA 7, 2023). A fala revelou a consciência sobre os desafios gerados pelos compromissos impostos pela empresa, que demandam tempo e energia, mas também destacou a determinação em priorizar alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Para ela, o cultivo próprio na horta era a única forma de garantir segurança alimentar e qualidade de vida, mesmo diante do cansaço diário.

E as flores, ah, as flores, eu planto porque gosto, né? Dá vida à casa. Agora, a horta... olha, não é sempre que dá tempo. Tem dias que as coisas fica mais difícil, com os horários da empresa, mas a gente vai levando né. Tem que regar, tira o inço, cuidar pra que as formiga não acabe com tudo. Mas quando a gente colhe o que planta, dá um alívio. Saber que é pra nós come, que não vem de fora, que não tem veneno... isso é bom. E as crianças também gosta, né? Crescerem comendo do que a gente planta aqui é bom, né. É difícil, mas tem que faze. Se a gente não faze, quem vai faze por nós? (ENTREVISTADA 7, 2023).

As dificuldades mencionadas, como a falta de tempo e o desgaste físico, ilustram os desafios enfrentados pelas mulheres inseridas no sistema agroindustrial, evidenciando sua determinação em criar espaços de liberdade em meio à pressão e ao controle exercidos pelas empresas. A frase “se a gente não faze, quem vai faze por nós?” demonstra essa busca por autonomia, evidenciando que, mesmo diante de tantas adversidades, elas se reconheceram como as principais guardiãs da saúde e da qualidade de vida de seus lares.

Da mesma forma que Almeida (2023, p. 89) argumentou ser o quintal um espaço que envolve trabalho e atividades físicas extenuantes, o que pode gerar cansaço, é também um lugar onde “a mente descansa”. Essa dualidade é fundamental para compreender a importância do quintal na vida das mulheres agricultoras.

Enquanto o trabalho físico pode ser exigente e, por vezes, desgastante, o contato direto com a terra e o cultivo de plantas oferece um espaço de realização e satisfação pessoal. O quintal se configura como um ambiente que promove a conexão com a natureza e com as tradições familiares, proporcionando momentos de tranquilidade em meio à rotina atribulada.

Através do cultivo, as mulheres encontraram uma fonte de alimento e um espaço para expressar criatividade, cuidar da saúde da família e preservar saberes ancestrais. Este espaço multifacetado, que integra beleza, sustento e agência ao ritmo exaustivo do trabalho imposto pelas empresas, reafirmava a importância da autonomia no cotidiano, transformando-se em um refúgio que sustentava o bem-estar físico e emocional das famílias.

3.3 Agroecologia como forma de agências e resistências ao sistema de integração

O chamado desenvolvimento econômico, ou, como Vandana Shiva define o “mau desenvolvimento”,⁸ tem trazido grandes sofrimentos, especialmente para as mulheres do sul global, que estão entre as mais empobrecidas e vulneráveis, pois é um desenvolvimento “sem o princípio feminino, princípio da conservação, princípio ecológico”⁹ (SHIVA, 1995, p. 33). Esse sofrimento, segundo a autora, resulta de um modelo de crescimento que destrói modos de produção de subsistência, afastando das populações rurais itens essenciais que antes estavam próximos.

Para Vandana Shiva (1995), o conceito de “mal desenvolvimento” envolve a violação da integridade dos sistemas orgânicos, que são interconectados e interdependentes. Segundo a autora, essa violação desencadeia processos de exploração, desigualdade, injustiça e violência. Além disso, Shiva argumenta que o reconhecimento e a preservação da harmonia da natureza são condições essenciais para a realização de uma justiça verdadeiramente distributiva.

A perspectiva apresentada por Vandana Shiva revela a desconexão entre o modelo capitalista de desenvolvimento e as necessidades das populações rurais. Para as mulheres agricultoras, o “mal desarrollo” citado implica em perder a autonomia

⁸ “Mal desarrollo”.

⁹ “Un desarrollo despojado del principio femenino, principio de conservación, principio ecológico”.

sobre recursos básicos como terra, água e sementes, elementos essenciais para sua subsistência e para a preservação de seus modos de vida. Esse processo transforma o ambiente ao redor das comunidades rurais, retirando sua capacidade de se autossustentar e de transmitir às gerações seguintes os saberes agrícolas tradicionais.

A agroecologia surgiu como uma alternativa de resistência e resiliência, pois propunha uma abordagem que respeitava e integrava o conhecimento local, fortalecendo as práticas de cultivo que protegem o meio ambiente e as culturas camponesas. O compartilhamento de técnicas agrícolas e de conhecimento é fundamental para que as mulheres resistam às imposições do capital agroindustrial. A troca de sementes crioulas, a partilha de práticas de cultivo que favorecem a biodiversidade e a cooperação entre agricultoras representam uma oposição direta e discreta ao controle das grandes corporações sobre a produção agrícola.

As críticas ao ecofeminismo de Vandana Shiva são variadas e tocam em questões importantes, especialmente no que diz respeito ao essencialismo e ao potencial reprodutor de estereótipos de gênero. Uma das principais críticas é o entendimento de que Shiva atribui uma conexão quase natural entre mulheres e natureza, com base no "princípio feminino"¹⁰, (PULEO, 2002, p. 38) o que pode ser considerado essencialista. Esse ponto de vista, ao associar a mulher ao cuidado e à proteção do meio ambiente, arrisca perpetuar o papel tradicional da mulher como responsável pelo trabalho de cuidar e sustentar a vida, uma função geralmente desvalorizada na sociedade patriarcal e capitalista.

A relação das mulheres com a natureza não vem de um princípio essencial ou biológico, mas de suas atividades econômicas e sociais em muitos contextos rurais e agrícolas, onde elas desempenham papéis específicos devido às condições e às exigências de suas realidades locais. A consciência ecológica das mulheres se desenvolveu a partir de sua interação contínua com o ambiente ao seu redor, e não de uma qualidade intrínseca feminina. Ao colocar as mulheres nesse papel protetor, o ecofeminismo de Shiva tende a romantizar a opressão feminina, fazendo parecer que o dever de cuidar da terra é natural para as mulheres e, assim, justificado ou esperado.

¹⁰ "princípio feminino".

Outra crítica significativa vem de Archambault (1993) que aponta que a visão ecofeminista espiritualista pode reforçar divisões. Ao sugerir que as mulheres são “naturalmente” mais pacíficas ou cuidadoras, essa vertente do ecofeminismo poderia acabar reforçando a noção de que os homens, por outro lado, são naturalmente predadores ou exploradores, criando uma dicotomia problemática entre masculino e feminino. Esse tipo de pensamento, segundo as críticas, pode ser contraproducente, pois desresponsabiliza os homens das questões ambientais e, ao mesmo tempo, deixa a cargo das mulheres uma missão “natural” de preservar a natureza, algo que deveria ser um compromisso universal (ARCHAMBAULT, 1993, p. 21).¹¹

A abordagem de Shiva, pode ser vista, como limitada no contexto global. As críticas afirmam que, embora o ecofeminismo de Shiva tenha raízes importantes no Sul Global, ele pode não capturar a complexidade das experiências das mulheres em diferentes partes do mundo, onde as relações com a natureza são moldadas por fatores sociais, econômicos e culturais, e não exclusivamente por uma suposta afinidade natural com o meio ambiente. Essa perspectiva mais ampla é defendida por correntes como o ecofeminismo materialista, que enfatiza a importância de entender as conexões entre a exploração da natureza e a exploração de gênero por meio de uma análise de classe e contexto histórico, ao invés de se basear em uma conexão intrínseca entre mulher e meio ambiente.

O ecofeminismo espiritualista oferece uma perspectiva profunda para compreender a resistência das agricultoras de Concórdia ao capital agroindustrial e ao sistema econômico imposto na região. Nesse contexto, a teologia da libertação desempenhou um papel central, especialmente em tradições como a Igreja Católica e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Essa teologia propõe uma reflexão crítica sobre a relação entre fé, justiça social e estruturas opressivas. Ao defender que a criação deve ser cuidada e preservada, e não explorada irresponsavelmente, a teologia da libertação se alinha à luta contra formas de

¹¹ “An ethics based on such an immutable female 'nature' is constricting because it does not leave room for evolution, 'consciousness, reason and freedom' for women (26). Women are thus confined to their nurturing role and have no hope of transcending it. If we believe that women are connected with nature and possess the character traits necessary for preserving the environment, then it follows that they are most qualified to save the Earth. Men cannot be expected to participate in this restoration project since they presumably lack the sensitivity to nature that women have. Women will therefore simply end up in charge of cleaning up the global mess-fulfilling their traditional role as nurturing mothers. In the end, the implications of ecofeminist ethics hardly appear to be emancipatory for women” (ARCHAMBAULT, 1993, p. 21).

exploração capitalista que privilegiam o lucro em detrimento da vida e do meio ambiente.¹²

Entretanto, a resistência das agricultoras muitas vezes não emergiu de uma consciência teórica explícita. Muitas mulheres do meio rural, embora protagonistas na defesa da terra e da biodiversidade, não se viam necessariamente como agentes de uma luta feminista ou ecológica estruturada. Suas ações eram pautadas mais por experiências cotidianas e pela busca de um modo de vida sustentável do que por uma adesão consciente a discursos políticos ou acadêmicos. Assim, sua agência era, antes de tudo, uma luta de sobrevivência, motivada pelo desejo de garantir uma alimentação saudável e preservar práticas tradicionais ameaçadas pelo avanço do capital agroindustrial.

Diante disso, o ecofeminismo construtivista, representado por Bina Agarwal (1992, p. 127), se mostrou como uma abordagem importante para interpretar a luta dessas mulheres. O construtivismo ecofeminista propõe uma análise histórica e materialista das relações entre gênero e meio ambiente. Agarwal argumentou que a exclusão das mulheres dos processos de gestão ambiental não decorreu de uma relação natural com a terra, mas sim de estruturas socioeconômicas que restringiram seu acesso à propriedade, aos recursos e à tomada de decisão. A agência das agricultoras de Concórdia, portanto, pode ser compreendida a partir desse viés: não como um reflexo de uma identidade feminina essencialista, mas como uma resposta concreta a condições históricas e estruturais que marginalizam sua participação na economia agrária e na formulação de políticas ambientais.¹³

¹² De acordo com Lima (2022), existem três principais vertentes do ecofeminismo. A primeira é a vertente clássica, que associa as mulheres à natureza por meio de sua essência protetora, em oposição à essência masculina de agressão e competição. A segunda vertente, a espiritualista, originária do Terceiro Mundo, foi influenciada por Gandhi e pela teologia da Libertação na América Latina. Ela enfatiza o princípio feminino ecológico de preservação presente em todos os seres vivos, com especial atenção para as mulheres mais pobres. Uma das principais pensadoras dessa linha é Vandana Shiva, que critica o modelo de desenvolvimento atual. Por fim, a vertente construtivista relaciona a mulher à natureza devido à divisão sexual do trabalho, que a forçou a desenvolver uma consciência ecológica, dado seu papel fundamental no atendimento das necessidades diárias da família.

¹³ “Feminist Environmentalism. I would like to suggest here that women's and men's relationship with nature needs to be under-stood as rooted in their material reality, in their specific forms of interaction with the environment. Hence, insofar as there is a gender and class (/caste/race)-based division of labor and distribution of property and power, gender and class (/caste/race) structure people's interactions with nature and so structure the effects of environmental change on people and their responses to it. And where knowledge about nature is experiential in its basis, the divisions of labor, property, and power which shape experience also shape the knowledge based on that experience” (AGARWAL, 1992, p. 127).

Ao invés de uma abordagem mística ou simbólica, o ecofeminismo construtivista ofereceu uma chave interpretativa mais sólida para entender a luta dessas mulheres. Ele reconheceu que sua agência, ainda que intuitiva, tem raízes estruturais e pode ser fortalecida por meio de reformas institucionais, organização coletiva e reconhecimento de sua importância na construção de modelos alternativos de desenvolvimento sustentável.

A agência das agricultoras de Concórdia ao sistema agroindustrial é simultaneamente material e simbólica, articulando-se tanto a partir das condições concretas de trabalho e acesso à terra quanto de uma relação espiritual e cultural com a natureza. No plano material, elas enfrentaram desigualdades estruturais, como a exclusão dos processos de gestão ambiental e a dificuldade de acesso a políticas públicas e recursos, elementos destacados pelo ecofeminismo construtivista. No entanto, sua agência não se deu apenas pela necessidade de sobrevivência econômica, mas também pelo vínculo simbólico e espiritual com a terra, que orienta suas práticas agrícolas sustentáveis e seu compromisso com a preservação da vida, em sintonia com o ecofeminismo espiritualista e com a teologia da libertação. Dessa forma, sua luta não se limita à disputa por bens materiais, mas envolve a defesa de um modo de vida que resiste à lógica predatória do capital, reafirmando a terra como espaço de cuidado, identidade e permanência.

As experiências das mulheres agricultoras de Concórdia evidenciam a interseção entre diferentes perspectivas teóricas na compreensão de sua agência ao capital agroindustrial (Espiritualista e Construtivista). Desta forma, a luta dessas mulheres não pode ser reduzida a uma única interpretação, pois envolveu tanto dimensões simbólicas e culturais quanto históricas e políticas, revelando um processo complexo de agência e enfrentamento das desigualdades.

A fala de Noilves Rosa da Silva (2024) evidenciou como a agência das agricultoras de Concórdia se dá tanto em nível material quanto simbólico. A prática das hortas caseiras não é apenas uma estratégia de segurança alimentar diante das limitações de acesso a mercados, mas também uma reafirmação de autonomia e saberes tradicionais que contrastam com a lógica da produção agroindustrial. O fato de essas hortas exigirem tempo e dedicação reforçou a ideia de que o vínculo das agricultoras com a terra não era meramente econômico, mas envolvia um compromisso contínuo com a manutenção de um modo de vida sustentável. Assim, a experiência relatada por Noilves Rosa da Silva (2024) ilustrou a convergência entre

diferentes perspectivas teóricas, pois se inseriu tanto na crítica às desigualdades estruturais que limitam a autonomia das mulheres no campo quanto na valorização da terra como um espaço de cuidado e pertencimento. Como afirma:

As hortas caseiras, as hortas domésticas têm um papel fundamental na questão da segurança alimentar porque as pessoas conseguem ter o alimento fresco ali próximo de casa, como chás, como temperos. Com as próprias hortaliças, até porque o meio rural não tem como ter acesso a essas hortaliças e verduras nos mercados mais próximos, locais, porque é uma coisa que tem que ser uma compra quase que diária de alguns produtos e o acesso não permite isso. E o que permite as pessoas conseguirem essa alimentação, então, é produzir o seu próprio alimento. Então, é certo que não há, assim, uma produção que alcance 100% a necessidade da família, mas com certeza ajuda muito a família em muitos momentos, digamos assim, durante o ano. Então, vai ter aqueles momentos que ela vai, por um motivo ou outro, ficar abandonada, mas se retoma novamente. Embora se saiba que algumas famílias realmente não conseguiram tempo, porque horta é uma coisa que também exige tempo e dedicação para manter (NOILVES ROSA DA SILVA, 2024).

As hortas caseiras e domésticas contribuíram com uma função primordial na promoção da segurança alimentar, especialmente em comunidades rurais, onde o acesso a mercados de alimentos frescos pode ser limitado ou irregular. No campo da agroecologia, essas práticas se configuravam como uma forma de luta diária ao modelo dominante de agroindústria, que priorizava a produção em larga escala, a monocultura e o uso intensivo de insumos químicos. A agroecologia propunha uma agricultura que respeitasse os ecossistemas naturais, promovesse a biodiversidade e buscasse o bem-estar das comunidades, ao contrário da agroindústria, que, muitas vezes, subordinava o ambiente e as necessidades humanas a interesses econômicos e comerciais.

As hortas domésticas, enquanto prática enraizada nas comunidades rurais, representaram além de forma de produção de alimentos, uma oportunidade de afirmação da autonomia, mesmo que limitada, frente à agroindústria. Em um contexto mais amplo, elas funcionavam como uma agência simbólica e prática à agroindústria, que muitas vezes não atendia às necessidades locais e gerava impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde das pessoas. Ao promover uma certa autonomia na produção de alimentos, as hortas fortaleciam a identidade e a soberania alimentar das comunidades, permitindo-lhes maior controle sobre o que consumiam e como produziam. Nesse contexto, a fala de Noilves Rosa da Silva (2024) destacou como, mesmo com a intensificação das atividades voltadas para o sistema de integração, a

prática de cultivar alimentos para subsistência permaneceu como uma prioridade em pelo menos algumas propriedades rurais. Como ela mencionou:

Foi sempre uma prática da propriedade, né? e o cultivo de alguns alimentos para a subsistência, embora com a intensificação das outras atividades e com a dedicação mais exaustiva para outras atividades, hum, se diminuiu bastante os itens a serem plantados como alimentos comuns da, da, da, propriedade, mas algumas coisas permaneceram, como alguns tipos de frutíferas, que são mais comuns, que vêm quase que naturalmente, né?, algumas outras frutíferas implantadas e que precisam de poda e de limpeza e outros cuidados, então sempre se buscou manter isso né? E algumas plantações anuais que permaneceram ao longo dos tempos foi a plantação de mandioca, a plantação de abóbora, a plantação de feijão, esses basicamente foram itens que permaneceram até hoje né? Além disso, mais algumas coisas de horta também foram mantidas (NOILVES ROSA DA SILVA, 2024).

A entrevistada nos lembrou que, embora a prioridade do cultivo de alimentos para subsistência tenha diminuído com a intensificação de outras atividades e com o crescente envolvimento com a agroindústria, a prática nunca foi totalmente abandonada. Ao contrário, ela se adaptou, com a permanência de alguns cultivos essenciais que garantiam a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, preservavam a conexão das famílias com a terra.

A manutenção de certos tipos de cultivos ao longo dos anos, como mandioca, abóbora e feijão, mostrava a importância dessas plantas como fontes essenciais de alimentação. Estas culturas anuais se destacavam pela sua adaptabilidade e por demandarem menos cuidados contínuos do que outras variedades, permitindo que fossem mantidas com maior regularidade, mesmo em meio ao desgaste das exigências impostas pelas atividades agroindustriais. Além disso, o cultivo de frutas, que muitas vezes crescem naturalmente nas propriedades, também se manteve, com a adição de algumas frutíferas implantadas que necessitam de cuidados específicos, como poda e limpeza.

Esses alimentos garantiam a subsistência da família, e possuíam um valor simbólico significativo, refletindo a continuidade das práticas agrícolas tradicionais, que envolviam conhecimento ancestral sobre o manejo do solo, das plantas e da produção. A fala de Noilves Rosa da Silva (2024) descreveu a diversidade de atividades que caracterizam a gestão da propriedade, como o trabalho com suínos, gado de leite, gado de corte e fruticultura. Ela também menciona: "além da parceria de suínos que a gente tinha, [...] gado de leite e, no segundo momento, também trabalhava com animais de corte, gado de corte. [...] tinha fruticultura, mas um período

com vitivinicultura". Embora a vitivinicultura não tenha dado certo, a continuidade de outras práticas agrícolas como o cultivo de laranjeiras foi mantida: "não deu muito certo o trabalho com o parreiral, o que foi mais adiante foi a implantação de um pomar de laranjeiras, que esse permaneceu mesmo após a parceria e continua até hoje, assim como gado de corte e gado de leite."

O depoimento mostrou como as famílias administravam os recursos da terra com foco na sustentabilidade e no autoconsumo, priorizando atividades que garantissem o sustento familiar. Segundo a depoente (2024), "[...] existe a lavoura que é para manutenção da atividade com gado. [...] não é para comércio a lavoura, até porque não é uma área agricultável muito grande [...] não dá nem o suficiente para o atendimento das demandas da própria propriedade". Isso demonstrava que a produção agrícola estava voltada principalmente para suprir as necessidades internas, sem depender exclusivamente do mercado.

Dentro desse contexto, as mulheres desempenhavam um papel fundamental na manutenção de atividades que garantiam a segurança alimentar da família. Um exemplo disso foi a continuidade do pomar de laranjeiras mesmo após mudanças estruturais na propriedade. Embora com menor investimento e dedicação reduzida, a permanência do pomar destacava a importância de práticas sustentáveis que exigiam menos recursos, mas ainda desempenhavam um papel importante no abastecimento doméstico. Como destaca Noilves Rosa da Silva (2024), "o pomar de laranjeiras, esse permaneceu mesmo após a parceria e continua até hoje".

Essa abordagem de subsistência e a busca pela autonomia alimentar e financeira são ampliadas pela prática constante ao utilizar os recursos disponíveis na propriedade para suprir as necessidades da família. A preocupação com o consumo consciente e a tentativa de industrializar o que é possível dentro da propriedade para reduzir a dependência de mercados externos refletiram uma estratégia que valorizava o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação da autonomia familiar. Como Noilves Rosa da Silva (2024) compartilhou, "a gente sempre tentou produzir algumas coisas para o nosso consumo, fazer o consumo consciente, a gente tentou fazer a industrialização na propriedade daquilo que é possível, daqueles recursos existentes na propriedade". Esse esforço em garantir que alimentos essenciais, como carne, leite e frutas, sejam processados e armazenados para consumo próprio foi uma maneira prática de agir frente ao domínio do capital e manter o controle parcial sobre a

produção e o consumo, ao mesmo tempo em que preserva a integridade e o equilíbrio do meio ambiente local.

[...] por exemplo, se tem carne suína, fazer os seus embutidos, guardar, armazenar a carne congelada, ao abate de gado, já processar, fazer a carne moída, já guardar a carne nos cortes para uso, para consumo, ter algumas aves de corte, algumas aves poedeiras, para ir controlando a não ter a necessidade, então, da aquisição de ovos ou de carne de frango fora, nem sempre é possível manter, mas sempre há uma tentativa nesse sentido de manter o equilíbrio nisso né? A questão do leite com a produção de leite, ficar com o leite para consumo, né?, alguma industrialização do leite também, para uso na propriedade, enfim. A industrialização para consumo familiar da uva, fazendo suco de uva, guardando e tentando usar o máximo possível dos recursos extraídos da propriedade e mesmo assim ainda há uma necessidade de aquisição fora de muita coisa, mas sempre tentando buscar o máximo da autonomia da propriedade, né? (NOILVES ROSA DA SILVA, 2024).

A fala de Noilves Rosa da Silva (2024) mostrou-nos uma prática de emancipação frente à lógica de dependência do mercado externo, destacando a busca constante por autonomia através do uso sustentável dos recursos disponíveis na propriedade.

Noilves Rosa da Silva (2024) admitiu que, apesar dos esforços, "ainda havia uma necessidade de aquisição fora de muita coisa", o que confirmou que era limitada a capacidade de autossuficiência de uma propriedade inserida num sistema de acordo comercial agrícola. No entanto, a agência e a resistência aqui não eram uma rejeição total ao mercado, mas sim uma tentativa de manter o controle e a dignidade no processo de produção e consumo, enfatizando a importância de práticas que respeitassem os ciclos naturais e a preservação dos saberes tradicionais ligados à terra. A agroecologia, como prática, vai além da simples produção de alimentos; ela é uma estratégia de sobrevivência e adaptação, que redefine as relações de poder, cultivo e consumo, fortalecendo a autonomia das comunidades rurais frente ao domínio das grandes corporações do setor agroindustrial.

A Entrevistada 8¹⁴ (2023) integrada a esse sistema através da criação de porcos, e, durante sua fala, pode-se perceber que ela demonstra certa vergonha ao discutir como precisava, por vezes, contornar as normas da empresa para garantir o

¹⁴ Entrevista com a Entrevistada 8 realizada com agricultora de aproximadamente 60 a 70 anos, casada, residente em pequena propriedade familiar própria, onde vive com o marido na sua casa. Atua no cultivo de suínos, gado leiteiro e horta, mantendo atualmente a parceria com a agroindústria. Participa de vínculos comunitários por meio do sindicato, da família, das vizinhas e da igreja. Demonstrou-se receptiva durante a entrevista, compartilhando informações sobre sua trajetória e experiências no trabalho rural.

sustento da família. Quando a entrevistei, encontrei-a no meio das atividades diárias, cuidando dos porcos, e por isso a conversa aconteceu dentro do chiqueiro. Os animais, já acostumados com a rotina, estavam roncando alto, antecipando a hora da alimentação. Esperei que ela concluísse o trato dos animais antes de começarmos a entrevista. Um ponto relevante foi a presença de seu esposo, que, a pedido da entrevistada, acompanhou a conversa. Como eu era uma pessoa estranha à família, ela pediu que ele estivesse lá como testemunha do que ela compartilharia.

A gente cria frango, temos um pedaço de terra longe da beira da estrada, onde cria eles. O meu nome não vai aparecer aí né? [...] Assim, a gente tem os ovos e a carne pra não precisar comprar. Não é muito grande, mas é o suficiente. Mesmo com a parceria, a gente tenta não depender muito de fora, mesmo eles proibindo nós. Além dos frangos, a gente tem algumas vacas também, pra produzir leite. A gente não vende o leite, não. Deixa pra fazer queijo e manteiga, só pra nós mesmo. É um jeito de não gastar tanto e de alimenta bem a família. A terra é pequena, mas a gente sempre tenta fazer o máximo com o que tem, a gente vai tocando a propriedade assim, pra não ficar dependendo de muito do mercado na cidade. A gente tem uma horta maior onde planta legumes e verduras. Nem sempre é possível manter, mas tentamos plantar pra não precisar comprar o que a gente pode produzir aqui. Plantamos também temperos pra usar na comida e chá (ENTREVISTADA 8, 2023).

A preocupação da Entrevistada 8 (2023) em não ter seu nome associado ao depoimento mostrou a vulnerabilidade e o medo das possíveis repercussões de sua forma de lidar com as normas do sistema de “parceria”. Esse receio em se expor mostrou a sensação de insegurança diante da autoridade da empresa.

A relação com esse modelo é complexa, pois, embora tenha garantido parte do sustento da família, forçava regras rígidas que limitavam a autonomia das agricultoras, forçando-as a ocultar certas práticas, como a criação de frangos e porcos fora dos padrões estabelecidos. A tensão entre a sobrevivência econômica e a obediência às normas do sistema, é revelada e fica evidenciada a contradição de um modelo que, ao mesmo tempo em que oferecia suporte financeiro, restringia a capacidade de decisão sobre a produção. A vigilância exercida pelas empresas criou um ambiente de medo e dependência, onde qualquer tentativa de diversificação podia ser entendida como violação do contrato, sujeita a sanções, sendo a pior a perda do contrato. Assim, a rigidez desse sistema enfraqueceu a autonomia produtiva e reforçou a vulnerabilidade das agricultoras, que precisavam equilibrar estratégias de agência e resistência com o receio de punições econômicas.

Além disso, o fato de a entrevistada mencionar que a terra é pequena, mas ela tenta fazer o máximo com o que tem, é um indicativo da adaptação das práticas agrícolas no enfrentamento das adversidades internas e externas. A produção diversificada, mesmo em uma pequena área de terra, é uma forma de maximizar o uso dos recursos disponíveis e reduzir a necessidade de aquisição externa, o que contribui para a maior resiliência da família frente às pressões econômicas e do sistema de produção.

A entrevistada 8 (2023), mesmo com as limitações, se esforça para manter a propriedade em funcionamento de forma a garantir a subsistência familiar, sublinhando a importância de não depender exclusivamente do mercado da cidade.

3.3.1 Herança Cabocla

O oeste catarinense foi historicamente marcado pela presença e herança cultural de diferentes povos, entre os quais se destacam os indígenas e os caboclos, estes últimos descendentes da miscigenação entre indígenas, africanos e europeus, que desenvolveram modos de vida próprios, enraizados na relação com a terra e com os saberes tradicionais. Esses grupos adotavam um modelo agropecuário baseado na policultura, com o cultivo de alimentos como mandioca, batata-doce, milho, entre outros, utilizando técnicas em parte harmoniosas com o meio ambiente e adaptadas aos ecossistemas locais, especialmente nas margens dos grandes rios. Já no início do século XX, os caboclos, embora frequentemente inseridos em contextos de pobreza e marginalização social, mantinham práticas agrícolas alheias à lógica do capitalismo agrário, preservando aspectos da herança cultural indígena e de sua própria experiência histórica de resistência e adaptação.

O Estado brasileiro considerava que indígenas e caboclos não se enquadravam no modelo econômico que iria modernizar o país, pois não geravam excedentes financeiros para o mercado. Além disso, eles foram sendo vistos como povos não civilizados e símbolos de atraso, além de serem estigmatizados como pouco produtivos (VALENTINI, RADIN, 2011; VALENTINI, RADIN, 2012; RENK, 1991). Essa visão impulsionou o governo de Santa Catarina a acentuar o processo de colonização no oeste do estado. Para isso, motivou a migração das colônias velhas do Rio Grande do Sul, para executar um novo modelo agrícola voltado à acumulação financeira,

rompendo assim, com as formas não capitalistas de produção e posse da terra, praticadas pelos caboclos (VALENTINI, RADIN, 2012).

Para os caboclos a caça e os produtos oriundos da sua roça eram essenciais para a manutenção de suas famílias. Segundo o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (2008), havia entre eles terras de plantar e de criar. As terras de criar eram localizadas nas proximidades das residências, e destinadas ao cultivo de uma diversidade de alimentos importantes à subsistência das famílias. Nesse espaço, praticava-se a agricultura de policultivo, sendo comum a criação de suínos em sistema crioulo, alimentados com os produtos cultivados nessas mesmas áreas (mandioca, batata-doce e milho). Já as terras de plantar localizavam-se distantes das moradias, como forma de proteger as lavouras dos animais criados soltos. Entre os caboclos, era comum a prática do descanso da terra, permitindo a recuperação do solo entre os ciclos produtivos, como forma de preservar sua fertilidade.

Segundo Moretto e Brandt (2019a), a paisagem permite compreender a herança cultural de um povo. Os autores propõem o conceito de "paisagem cabocla" para se referir aos "usos, apropriações e representações em torno da terra e do meio circundante desses grupos sociais mestiços, que ocupavam o oeste catarinense anteriormente à chegada dos migrantes europeus, no século XX" (MORETTO, BRANDT; 2019a, p. 173 -174).

A geografia regional possibilitou a grande disseminação de criação de porcos soltos, que se tornou a principal fonte de renda das famílias, ao lado do cultivo de erva-mate, com pequenas propriedades, pois era grande a taxa de conversão dos animais em carne e banha com baixo custo de produção. Esse tempo menor de taxa de conversão com uma menor quantidade de alimentos fez do porco um animal escolhido em detrimento do gado, e isso tornou-se um costume entre muitas famílias caboclas (MORETTO, BRANDT; 2019b).

Com o avanço da colonização, esses espaços foram transformados com a derrubada das matas e da ocupação das terras coletivas. Esse cenário levou os caboclos a ficarem cada vez mais à margem da sociedade em terras mais distantes. Mas suas práticas foram absorvidas de forma parcial pelos colonizadores que estavam chegando a região.

Figura 12 - Representação de moradia tradicional cabocla



Autor: Gerson Witte. Desenho sobre papel com arte-final digital, 2019. WITTE, 2023.

Os caboclos eram frequentemente vistos como uma ameaça pelos migrantes descendentes de europeus que estavam chegando à região. Essa visão preconceituosa estava alimentada pela ideia de que eles seriam violentos e degenerados: isso era relacionado com a cor de pele mais escura (SILVA, VALENTINI, MORETTO, 2020). Os migrantes, ao contrário eram vistos como um povo trabalhador e comedido (NODARI, 1999). A chegada dos migrantes à região resultou na expulsão dos caboclos de suas terras, provocando intensos conflitos territoriais entre essas populações.

Renomados pesquisadores como Renk (1991), Poli (1991) e Machado (2004) excluíram a explicação meramente étnica e racial para a definição de “caboclos”. Por isso, no contexto do oeste catarinense, o termo caboclo pode ser compreendido não como uma categoria étnico-racial, mas como um grupo social que partilha uma visão de mundo, valores e formas de organização distintas daquelas trazidas pelos migrantes que passaram a ocupar a região. Muitos desses migrantes apresentavam uma concepção claramente orientada pelos princípios capitalistas, especialmente no que diz respeito à terra, à produção agrícola, à estrutura familiar e à ética do trabalho, fortemente influenciada pelo cristianismo. Em contraste, os caboclos organizavam-se com base em princípios de solidariedade entre famílias e práticas voltadas prioritariamente à subsistência. Essa diferença é nitidamente expressa no estudo de Souza, Bernardi e Santos (2022, p. 100), ao afirmarem que “pensar a cultura cabocla

é também entender essas relações, pois, sendo assimétricas, não é possível que sejam vistas do mesmo modo”.

Os caboclos estavam adaptados à região, dominavam as ervas medicinais, as técnicas de plantio, caça e pesca. Essa relação estava intimamente relacionada com a natureza e esse conhecimento tradicional assegurava a sobrevivência deles. O modo de vida dos caboclos era pautado pela autossuficiência, baseada no conhecimento aprofundado do ambiente em que viviam. A ausência de um mercado estruturado os levou a desenvolver estratégias eficazes de subsistência, como a criação de animais, a caça e o manejo sustentável dos recursos naturais. Além de fornecer alimentos, essas práticas estavam diretamente ligadas à relação espiritual que mantinham com a terra, como mostrado pela reverência às fontes de água descrito abaixo. Esse vínculo com a natureza, transmitido entre gerações, reforçava a identidade cultural cabocla e sua agência frente às transformações impostas pela colonização.

Sua produção era unicamente de subsistência devido à ausência de comércio, por isso “engordavam porcos com sementes e frutos das árvores”, além de possuírem “algumas galinhas, que produziam ovos e ajudavam a manter os pátios livres de insetos, mas que precisavam constantemente proteger das aves de rapinas e outros predadores” e caçavam aves como a “perdiz (*Rhynchotus rufescens*) e o inhambu (*Crypturellus parvirostris*)”. Eles eram conhecedores de fontes “limpas de água para o cotidiano e especialmente para os anos de seca que ciclicamente afligiam a região, atribuindo a estes lugares a reverência de sagrados” (WITTE, 2023, p. 254). O que não conseguia ser produzido era negociado com os comerciantes com os recursos da venda da erva-mate, conforme afirma Witte, (2023, p. 254):

Em algumas circunstâncias era necessário depender de produtos trazidos por comerciantes, como tecidos para confecção de roupas, sal, açúcar, café, fumo de rolo, aguardente, latas, panelas, pregos, talheres, ferramentas, munição para a espingarda de caça, entre outros e, para isso, contavam com a renda do extrativismo da erva-mate. Como abandonar suas moradias era uma realidade frequente, mantinham como posse apenas o que pudesse transportar nas mãos ou com a ajuda de um animal de carga e assim, ao encontrar outro lugar mais apropriado e com o trabalho de poucos dias, a floresta fornecia o necessário para uma nova casa.

Essa dinâmica de vida indicava a relação de adaptação e mobilidade desses grupos, que desenvolviam estratégias para lidar com a instabilidade e a necessidade de deslocamento constante. O nomadismo, característica de seu modo de vida não

permitia que acumulassem para além do que necessitavam. Por isso, o modo de vida, simples e desprendido de acúmulo, foi visto pelo estado como uma forma de miserabilidade.

A chegada dos migrantes estava inserida em um contexto de colonização que tinha como principal objetivo a ocupação e a exploração das terras do oeste catarinense, considerado como um “sertão desconhecido” (SILVA, VALENTINI, MORETTO, 2020, p. 5). Os caboclos, por não possuírem um documento de posse ou de escritura da terra, eram expulsos para locais mais longínquos e com menor fertilidade, afetando letalmente a sua sobrevivência e a manutenção de seus modos de vida tradicionais (SILVA, VALENTINI, MORETTO, 2020).

Apesar dos conflitos e das diferenças culturais, houve um intenso processo de intercâmbio de sobrevivência. Muitos migrantes precisaram aprender com os caboclos, sua forma de produção e colheita, para conseguirem sobreviver na região que era considerada inóspita, especialmente em atividades como a extração da erva-mate, que incorporou elementos das duas culturas.

Diante das dificuldades enfrentadas pelos migrantes na nova região, a precariedade da infraestrutura os levou a buscar alternativas já empregadas pelos caboclos, incentivando a adoção de seus saberes e práticas, promovendo um intercâmbio cultural entre os dois grupos. Assim, os migrantes incorporaram elementos do modo de vida caboclo, tornando-se, em certa medida, “acabocladados” para se adaptarem às condições locais (SILVA, VALENTINI, MORETTO, 2020).

Os caboclos foram retirados de suas terras, foram forçados a abandonar a forma de vida em busca de uma “forçada integração nacional” (SILVA, VALENTINI, MORETTO, 2020, p.13). A incorporação de elementos caboclos pelos colonos também pode ser vista como um processo de acaboclagem que moldou a cultura regional. Essa absorção era importante para a vivência dos migrantes e mantinha, adaptadas, as práticas e os saberes que poderiam ter sido esquecidos diante das mudanças impostas pela colonização e pelo progresso econômico. Esse processo, acaboclagem, deixou marcas na agricultura regional, especialmente no uso de hortas, criação de animais em pequena escala e aproveitamento integral dos recursos naturais.

A migração forçada que a população cabocla sofreu, levou muitos deles para a cidade. E nesse cenário, foi necessário resistir e reconstruir seus laços culturais. Como afirmam Silva, Valentini e Moretto (2020, p. 14):

Nestes espaços, a relação entre os caboclos e o meio ambiente é reconstruída, agora em uma dinâmica urbana dominada pela propriedade privada, através da ocupação de espaços para pequenas hortas e a produção de verduras, temperos, legumes, frutas e ervas medicinais. Importante lembrar que não se trata de uma agricultura urbana, sustentável e bastante difundida em cidades europeias; trata-se de uma invenção sem ter necessariamente um modelo a ser perseguido, ou uma racionalidade do aproveitamento de espaços urbanos para a produção de alimentos. Trata-se de uma necessidade de complemento da alimentação – em caso de desemprego ou de pouca renda, pode ser a única fonte de alimentação de uma família, por exemplo – através do aproveitamento de pequenos espaços. Geralmente, as técnicas utilizadas são tradicionais, com sementes compradas em supermercados ou trocadas entre vizinhos, parentes ou interessados no cultivo de determinada planta.

A manutenção de hortas próximas às casas, pelos migrantes, mostra também, outro legado caboclo que resiste até os dias atuais. Essas hortas, destinadas ao cultivo de legumes, verduras, temperos e plantas medicinais, permitiam que as famílias tivessem na sua alimentação produtos saudáveis e sem um custo adicional. Embora os caboclos tenham sido marginalizados com a expansão das práticas capitalistas, sua herança cultural persiste. Mesmo aqueles que tiveram que ir para as cidades continuam com construções de suas hortas.

Essa continuidade das práticas agrícolas familiares é evidenciada em estudos ao longo do tempo. Isso pode ser observado a partir dos dados de Tecchio (2017, p. 159), que entrevistou 40 famílias, das quais 21 possuem pequenas hortas, aproveitando qualquer espaço disponível para o cultivo de hortaliças, temperos e chás. A criação de animais é ainda mais limitada, sendo que apenas sete possuem alguma criação, majoritariamente galinhas, devido a menor demanda por alimento e espaço. Além disso, a infraestrutura para abrigar esses animais é, em geral, precária.

Para lidar com a escassez de terra, algumas recorrem a relações de reciprocidade com parentes e vizinhos, cultivando em áreas cedidas sem pagamento em dinheiro, mas retribuindo com parte da colheita. Essa estratégia possibilita o plantio de culturas que exigem mais espaço, como milho, feijão, mandioca e batata. De modo geral, a produção se destina exclusivamente ao consumo próprio, contribuindo para a redução de despesas e para a diversificação alimentar (TECCHIO, 2017, 159 -160).

A resistência e a resiliência dos caboclos, mostradas em suas vidas, são essenciais para entender a influência dessa população nas práticas agrícolas do oeste

catarinense. Os caboclos, a partir de uma necessidade básica, conseguiram manter a sua cultura mesmo num cenário diferente do tradicional. Viveram em suas vidas o conceito de agroecologia, mesmo sem terem a compreensão dessa ação na sua totalidade.

Esse gesto, de cultivar hortas, tem um peso e uma força simbólica muito forte, pois se opõe à lógica que privilegia o capital/mercado através de seus produtos industrializados. As hortas recriam o vínculo dessa população com a terra, com as práticas tradicionais e históricas no seio do capitalismo. Isso está diretamente relacionado com a agricultura que formou a região oeste catarinense. Mesmo após o domínio do capital agroindustrial a parte da população, descendente de europeus, inseriu práticas e costumes tradicionalmente relacionados com os caboclos.

Mesmo com o peso das inúmeras atividades da agroindústria, através do sistema ditos de “parcerias”, as famílias mantinham o cultivo de hortas caseiras e próxima das casas. Esse costume vem da herança cabocla que permaneceu na região mesmo após a consolidação da colonização, apesar de não haver uma consciência clara por parte dos migrantes de que essas atitudes são herança cabocla. Perguntado para Alcelma se ela reconhecia como herança cabocla a manutenção das hortas, a mesma afirmou “eu não sei se foi os caboclo que deixaram, mas eu aprendi com minha família, eu não aprendi com eles [caboclos], eu levei de herança do meu pai e minha mãe que me ensinaram fazer, isso que a gente plantava antigamente, depois quando eu casei eu continuei” (Alcelma Berner, 2022).

Mesmo dentro de sistemas capitalistas, os indivíduos encontraram formas de resistir e, assim, assumiram uma certa liderança na comunidade. A troca de sementes entre vizinhos e o uso de técnicas ancestrais de produção e extração, os mutirões/pixirum,¹⁵ reforçam o caráter comunitário que existia, muito forte, entre os

¹⁵ O mutirão, também conhecido regionalmente como pixirum, puxirão, ajuntório, muxirão, putirão e pixirão, é uma prática coletiva de trabalho solidário presente em diversas regiões do Brasil. Sua origem remonta às tradições indígenas, africanas e europeias, refletindo a influência dessas culturas na organização do trabalho comunitário (BRANDT, CAMPOS, 2008, p. 53). Há uma obrigação moral de retribuir imediatamente à convocação, procedendo de modo semelhante aos que o ajudaram anteriormente, isso determinava a formação de uma ampla rede de relações de vizinhança (TOMPOROSKI, 2015, p. 29). Segundo Antônio Cândido (2010, p. 81-82), o mutirão superava as limitações do trabalho individual, sendo um elemento essencial na organização do trabalho do campo. Além do trabalho, o mutirão possuía um aspecto de festa, fortalecendo os laços comunitários e a identidade cultural dos participantes. “Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados

primeiros migrantes. Essas atitudes possuem raízes na existência cabocla na região, sendo exemplos de resistência ao predomínio do capital na agricultura.

As práticas agroecológicas e a interação com a natureza, já consolidadas entre os caboclos, tornaram-se fundamentais para a adaptação e a sobrevivência dos migrantes que chegaram a região. A experiência acumulada pelos caboclos em lidar com o solo, as sementes e as condições climáticas locais foram essenciais para os recém-chegados, que muitas vezes encontravam um ambiente desconhecido e desafiador. Essas práticas abriram caminho para a troca de conhecimentos e técnicas entre esses grupos de forma, geralmente não consciente.

Durante uma conversa com a entrevistada 7, uma idosa de 85 anos,¹⁶ que chegou na casa dela, compartilhou sua história de vida. Ela relatou que, na década de 1950, vivia em uma localidade no interior de Concórdia, e sua avó estava gravemente doente, próxima da morte. Naquela época, um homem andarilho, conhecido na região por trabalhar em troca de alimento e abrigo, soube da situação e se ofereceu para cuidar da mulher com chás e emplastos.

Por mais de 15 dias, o andarilho cuidou da avó, que acabou recuperando a saúde. Ele ensinou à família todas as técnicas de preparo de chás e benzeduras. Essas práticas foram mantidas ao longo das gerações e ainda são utilizadas pela senhora que contou a história. Quando questionada sobre a identidade do andarilho, ela disse que ninguém o conhecia, mas que ele era um caboclo da região. Como gesto de gratidão, a família ofereceu hospedagem para ele até o fim de sua vida, mas ele decidiu partir para outros caminhos.

No caso relatado, o andarilho caboclo simboliza uma figura de resistência e miscigenação. Ele curou uma doença com seu conhecimento tradicional e mudou a história de uma família de migrantes descendentes de alemães com o ensino das práticas de benzimento. Esse é o processo de acaboclagem que foi comum na região estudada.

Antes da chegada dos colonizadores europeus, os caboclos desenvolveram um modelo agropecuário baseado na diversidade de cultivos e no respeito aos ciclos

eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão de obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal" (CÂNDIDO, 2010, p. 82).

¹⁶ Essa senhora não fazia parte do grupo de mulheres investigado nesta tese, e sua participação não estava prevista na pesquisa, pois eu desconhecia sua existência até aquele momento. Por isso, a mesma não foi entrevistada e somente resgatei o relato dela no texto.

naturais. Suas práticas respeitavam o meio ambiente, promovendo uma agricultura de subsistência que integrava a preservação da natureza ao sustento das famílias.

Esse modo de vida, ligado ao manejo da terra e à transmissão de saberes, também favoreceu a continuidade de espécies nativas.

De certa forma, são estas relações de cultivo e de troca de sementes entre caboclos e neoeuropeus que garantem a não extinção de espécies nativas não adaptadas ao mercado – como as espécies frutíferas gabioba, uvaia, guabiju, pitanga, goiaba do mato (goiaba serrana), entre outras tantas – e as colocam lado a lado com plantas exóticas bem adaptadas ao solo subtropical, como os cítricos. [...] a relação histórica de caboclos com plantas ou animais garante aos organismos não humanos um veículo bastante privilegiado para a continuidade de espécies mesmo com o avanço do concreto urbano, como é o caso de diversas espécies de abelhas melíponas cuja sobrevivência depende de determinadas flores, cada vez mais escassas na natureza (SILVA, VALENTINI, MORETTO, 2020, p. 14).

A ligação entre práticas agroecológicas e a cultura cabocla preservou a biodiversidade, mesmo que de forma parcial. Espécies nativas foram mantidas, pois eram adaptadas à realidade da região. Isso demonstra a capacidade de adaptação das comunidades de novos migrantes que uniram conhecimento tradicional as suas técnicas para garantir o sustento de suas famílias ao chegarem na região.

Percebemos um paralelo entre os caboclos que diversificavam suas produções e respeitavam as regras da natureza, com a agroecologia, que também busca desenvolver uma produção de alimentos de forma sustentável. A diversificação de cultivos, a rotação de culturas e o manejo sustentável, que atualmente são pilares da agroecologia, já eram práticas muito utilizadas entre os caboclos, para garantir a produção e, conseqüentemente, a sua subsistência.

Um exemplo dessa herança cabocla na agricultura regional é a criação de porcos. O sistema caboclo de produção de porcos, voltados para a subsistência, tinha um baixo custo de produção e um alta taxa de conversão em carne e banha. Os porcos eram criados soltos, alimentados com resíduos domésticos e produtos cultivados pela própria família e eram uma das principais fontes de alimentação da família cabocla.

Essa prática foi adaptada e expandida pelos colonizadores e, posteriormente, pelas agroindústrias, e permanece, até hoje, presente na cultura agropecuária do oeste catarinense. Antes da agroindústria, após essa prática ser inserida na cultura dos colonos, a criação de porcos, muitas vezes criados em pequenos chiqueiros próximos às residências, eram uma forma de autonomia econômica e de alimentação da família dos colonos.

A agroecologia reafirmava a importância de alternativas sustentáveis que respeitassem as heranças culturais e os saberes locais. Essas tradições representavam uma luta pela preservação da memória, do ambiente e da autonomia comunitária frente aos desafios da globalização. O processo de agência ao capital agroindustrial não é um fenômeno evidente ou facilmente mensurável. Para compreendê-lo em sua totalidade, é essencial considerar as múltiplas dimensões que envolvem as relações entre agricultores e empresas agroindustriais, desde as dinâmicas de exploração econômica até as nuances das práticas cotidianas de agência. Nesse sentido, o conceito de agência é fundamental, pois permite reconhecer que os agricultores, especialmente as mulheres, não são apenas vítimas passivas, mas sujeitos ativos que encontram formas criativas e eficazes de desafiar o sistema agroindustrial. Essas ações, por vezes silenciosas e quase invisíveis, representam estratégias de manutenção da autonomia familiar e comunitária.

As mulheres desempenharam um papel central nesse processo de agência, sendo as principais agentes da preservação das relações comunitárias e familiares. As imposições das empresas agroindustriais frequentemente sobrecarregaram as famílias com demandas que consumiam tempo e energia, limitando a participação em outras atividades. Apesar disso, as mulheres utilizaram estratégias variadas para resistir a essas pressões. A desobediência e o engodo, por exemplo, foram como ferramentas importantes de agência. Ao omitir informações ou contornar regras impostas pelas empresas, elas conseguiam preservar espaços de autonomia e manter práticas que sustentam a vida comunitária.

Essas formas de agência também podiam ser observadas no contexto da produção agroecológica. Muitas mulheres lideraram iniciativas agroecológicas, criando alternativas sustentáveis que se opunham ao modelo agroindustrial baseado na monocultura e no uso intensivo de insumos químicos. Isso garantia a segurança alimentar das famílias e fortalecia as redes comunitárias, tornando-se um ato de agência que reafirma valores culturais, sociais e ambientais.

Assim, o processo de agência ao capital agroindustrial é multifacetado e envolve tanto a luta direta quanto formas sutis e criativas de desobediência. As mulheres, ao utilizarem sua agência para desafiar as estruturas impostas, desempenharam um papel essencial na manutenção da autonomia das famílias e na promoção de alternativas sustentáveis. Essa agência, ancorada na agroecologia e em

práticas comunitárias, é um exemplo poderoso de como as relações sociais e produtivas podem ser transformadas em busca de um futuro mais justo e equilibrado.

4. Impacto das transformações socioeconômicas e culturais no protagonismo feminino rural

Este capítulo examinará como as transformações econômicas e culturais no meio rural afetaram o protagonismo feminino, tanto em termos de empoderamento econômico e social quanto na reconfiguração das relações de gênero.

As transformações socioeconômicas ocorridas em Concórdia entre as décadas de 1970 e 2010 tiveram efeitos profundos sobre as mulheres agricultoras, afetando sua inserção econômica no campo e a forma como suas identidades e papéis sociais foram concebidos. A modernização conservadora da agricultura, impulsionada pelo sistema de produção da Sadia, alterou profundamente as formas produtivas, sociais e culturais da região. Nesse processo, o protagonismo feminino emergiu de maneira multifacetada, mas envolvido por contradições e agências subjetivas.

Este capítulo buscará examinar as rupturas e as continuidades provocadas por essas transformações, analisando como elas impactaram o protagonismo das mulheres rurais, em termos tanto materiais quanto simbólicos. A introdução de novas tecnologias e modelos produtivos alterou a divisão tradicional do trabalho no campo, reconfigurando as fronteiras entre o masculino e o feminino. Ao mesmo tempo, as mulheres agricultoras passaram a lutar por visibilidade, reconhecimento e espaço de decisão dentro e fora da propriedade rural, construindo novas alternativas de se posicionar no mundo.

Essas mudanças não ocorreram sem conflitos, mas resultaram de disputas por poder. A redefinição dos papéis femininos envolveu tensões entre a permanência de estruturas patriarcais e o avanço de práticas emancipatórias. As agricultoras, ao resistirem à lógica impositiva do capital agroindustrial e à invisibilidade histórica, garantiram sua presença nas esferas produtivas e deram novos significados à identidade de mulher agricultora, tornando-se agentes de transformação social e cultural no meio rural.

Nesse sentido, este capítulo está estruturado para abordar, inicialmente, as transformações econômicas e estruturais na agricultura local, a partir do impacto direto da agroindústria e das políticas públicas. Em seguida, serão discutidas as mudanças nas relações de gênero e na divisão do trabalho, com foco nas contradições vividas pelas mulheres nesse processo. A terceira seção examina os discursos sociais que moldaram (e ainda moldam) a imagem da mulher rural, contrapondo-os às falas e experiências das próprias agricultoras.

Por fim, o capítulo analisa como o empoderamento das mulheres agricultoras não pode ser compreendido apenas a partir de indicadores institucionais, mas deve ser lido como um processo em construção, que envolve memória, subjetividade e agência cotidiana. Ao evidenciar suas formas de resistência e participação ativa, busca-se compreender como essas mulheres reconfiguram o espaço rural e contribuem, de maneira decisiva, para a transformação de suas comunidades.

4.1 Descontinuidades e Permanências: Transformações na Economia e no Meio Rural

Historicamente, Concórdia se desenvolveu a partir do modelo de negócio agroindustrial surgido no processo de colonização da região, o qual criou as condições que mais tarde possibilitaram o estabelecimento e a consolidação da agroindústria — tendo a Sadia como principal expressão. Como já foi detalhado no Capítulo 1 deste trabalho, é importante retomar alguns pontos para a melhor compreensão do leitor.

4.1.1. Contextualização Histórica e Econômica

A colonização do município de Concórdia se concretizou com pequena propriedade rural devido a vários fatores, como a geografia acidentada, a mercantilização da terra por partes das colonizadoras como forma de acúmulo de lucro e, principalmente com a presença dos colonos oriundos das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Esse acúmulo de cenários fez com que a região fosse fatiada em pequenas partes de terras e vendidas aos colonos.

Nesse processo houve uma limpeza étnica da região com a expulsão dos caboclos nativos, consequentemente sendo empurrados ainda mais para a margem.

Pois essa população não atendia aos desejos desenvolvimentistas do Estado Brasileiro.

Nesse cenário, os pequenos agricultores migrantes tiveram no trabalho familiar na propriedade a única possibilidade de acúmulo de capital. O trabalho no princípio da colonização era para a manutenção familiar, com uma produção que atendia principalmente às necessidades da família. Esses agricultores já tinham experimentado, nas colônias velhas, um processo de comercialização de produtos e, por isso, mantinham o desejo de comercializar para obter a capital financeiro.

A economia de subsistência voltada para a prática da policultura era dominante na região no começo do processo de colonização. A pequena propriedade rural era o local dessa economia diversificada com a mão de obra familiar, tendo os papéis de gênero bem definidos: homens nas atividades produtivas e mulheres nas atividades reprodutivas e sendo consideradas ajudantes nas atividades produtivas.

Esse modelo de produção era oposto ao modelo anterior de produção que existia na região. Entre os caboclos e os indígenas a produção se dava para a subsistência familiar, não possuindo a ideia de acúmulo de lucro ou riqueza. Já os migrantes europeus que se estabeleceram em terras do Oeste catarinense possuíam na experiência e na mentalidade a ideia de acúmulo de riquezas e lucro e, com isso, no decorrer da colonização, eles começaram a comercializar o excedente de produção com o principal objetivo de obter lucro (CRUZ, BRANCO, DICKMANN, 2018).

Da comercialização do excedente da produção pelos colonos surgiu a indústria familiar, e logo apareceram também as primeiras casas comerciais. Foi nesse movimento que o comércio do excedente se tornou um elo significativo para a formação do capital inicial que permitiu à agroindústria se consolidar. Mas, esse processo não ocorreu somente pelo comércio agrícola: o extrativismo e a comercialização da madeira, os moinhos locais e a pequena agricultura também desempenharam papel essencial nessa consolidação.

Aqui está o ponto de mudança da região. Com o nascimento da agroindústria o capitalismo se consolidou no campo e estabeleceu as suas raízes. Para que isso fosse possível, contou com um elemento essencial, que foi o migrante oriundo das colônias velhas. A nascente agroindústria modificou todo o contexto sócio, político e econômico da região.

No primeiro momento da agroindústria o agricultor e a agricultora ainda possuíam maior liberdade econômica, pois os mesmos eram os responsáveis pela

criação dos animais, especialmente porco e quando estivessem prontos para o abate, era comercializado para a agroindústria nascente, sendo o agricultor e agricultora os encarregados desde o nascimento até a comercialização do porco gordo, como pode ser percebido na fala da Doralice Burnier (2022). Com isso, o agricultor poderia escolher as melhores propostas para a comercialização de seus produtos.

... daí tu comprava o trato, tratava então depois tu vendia o porco gordo. Daí entraram a Sadia ali por causa de parceria, daí a gente, que tinha primeiro a gente fez o galpão de fumo, daí primeiro a gente usou o galpão de fumo e transformou em chiqueiro (DORALICE, 2022).

A partir da década de 1950, o cenário é novamente modificado, como vimos anteriormente. O surgimento desse sistema, inicialmente com os frangos, criou uma relação de dependência entre agricultores e agroindústria. Nesse novo contexto a empresa fornecia o animal em troca de exclusividade na comercialização do produto. O integrado agora possuía um contrato, no qual ficava subordinado às regras da empresa.

Essa dependência tirou dos agricultores e agricultoras as possibilidades de fazerem escolhas, inclusive da melhor forma de produzir seus produtos. A padronização em busca de maior produtividade, eliminou a possibilidade de continuidade de conhecimentos originais que as famílias mantinham, ou que aprenderam no contato com os povos tradicionais dessas localidades.

Além disso, a relação de trabalho foi completamente alterada devido às inúmeras exigências que a empresa fazia para as famílias. Eram estabelecidos horários de trabalho e melhorias que exigiam da família um controle maior na produção. Tudo isso devido a padronização do mercado em que a agroindústria estava inserida.

Essa padronização não se refletia no preço do produto, conforme podemos perceber na fala da entrevistada Doralice Burnier (2022), que argumentou sobre os prejuízos de produção. Além de não conseguirem definir o preço de seus produtos, os agricultores, quase sempre, ficavam com os prejuízos quando a empresa cometia algum equívoco na alimentação, ou ainda quando os animais morriam. A remuneração era aquém do trabalho dispensado na produção.

Não, não nunca era a gente que fazia o preço, não podia fazer o preço, isso nunca foi, isso a gente nunca conseguiu fazer, isso às vezes até a Sadia sabe

que ela tinha uma época, que assim que não conseguia, o porco colocava muita gordura e daí eles pagavam por carcaça, eles cortavam a gordura e sobrava muito pouca carne né, e daí eles pagavam em cima somente da carne, a gente quase não ganhava nada porque eles não estavam acertando o ponto da ração para dar menos banha, menos gordura e daí, quem sobrava o prejuízo era para os integrados. [...] Eu acho que [a remuneração] era inferior porque que nem a gente nunca ganhava o que merecia pelas horas que a gente trabalhava, porque era muitas horas de trabalho[...] Eu começava de manhã as cinco e ia até as onze da noite uma época (DORALICE BURNIER, 2022).

Esse espaço geográfico era propício para o avanço do processo de instalação do sistema de produção. A suinocultura foi um processo que naturalmente foi sendo estruturado pela empresa, modificando o modo de produção. Já a avicultura na região nasce no sistema de integração, onde a empresa escolhe os parceiros e recebe todo o treinamento para a criação de aves, ficando com a família a estrutura e a mão de obra. Mesmo proprietário dos meios de produção, o agricultor não tem poder decisório no percurso da produção, ficando a cargo da empresa toda e qualquer decisão.

Segundo Belato (1985), o capital, na produção agrícola, funciona na mesma perspectiva das ideias modernas de produção a partir do Fordismo e Taylorismo. Há uma divisão de produção e distribuição de atividades onde outros segmentos da produção passam a ser responsáveis, na mesma perspectiva das fábricas. O produtor passa a ser considerado como um trabalhador assalariado. Com isso, há um grande êxodo rural desse trabalho, ou seja, mão de obra para fábrica nas cidades. O campo fica excluído de toda a sua importância. Exclui-se da propriedade toda a perspectiva do modo de vida camponês e passa a ser uma propriedade a serviço do capital com o objetivo de aumentar a produtividade da terra, do capital e do trabalho.

O Estado brasileiro investiu nesse processo com a construção de políticas voltadas ao crédito rural, a fim de construir uma agricultura que atendesse o nascente mercado interno. Para isso, o Estado investiu em novos estudos e a produção de novos elementos para a agricultura como máquinas, defensores agrícolas e novas matrizes de produção agrícola. O crédito rural vai modificar toda a estrutura camponesa na região, trazendo um gerenciamento considerado mais moderno e eficiente. Devido ao conceito de modernização que o Estado implementou, houve uma mudança nas relações sociais e comunitárias no campo.

A mudança foi percebida com o passar do tempo e com o envolvimento das pessoas nas atividades agrícolas. Cada vez havia menos tempo para outras atividades, consideradas tão importantes quanto o trabalho, como a participação na

Igreja, nos clubes de mães e sindicatos. O novo cenário de trabalho inaugurado pela agroindústria trazia, às famílias, uma sobrecarga de atividades com enormes quantidades de regras e normas a serem cumpridas pelas famílias.

4.1.2 Divisão do Trabalho e as Relações de Gênero

Ao longo da história a produção na pequena propriedade seguia um modelo de subsistência, mas a intensificação do comércio e o surgimento da agroindústria modificaram o cenário. Enquanto os homens ficaram associados às atividades produtivas formais, as mulheres foram inicialmente relegadas ao papel de apoio, executando tarefas reprodutivas e de ajudantes nas atividades produtivas da propriedade.

Somado a isso, tem-se a padronização dos processos da agroindústria que irão aprofundar ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres na divisão do trabalho na pequena propriedade. Isso pode ser observado na fala de Alcelma Berner (2022, p. 2), que afirma “pra mim não era difícil, eu gostava de fazer, né? Agora o meu marido não gostava, meu marido não trabalhava no chiqueiro. Em primeiro lugar, por motivo de saúde, porque ele sempre teve pobrema e eu gostava de trabalhar no chiqueiro” e continua “puxava a água no balde, na fonte, pra levar pros porco dentro do bebedouro dele, porque não que nem agora né tudo automático que naquele tempo era manual”. Amália Mikaelson (2023, p. 9) afirma que era difícil o trabalho porque “os aviários eram muito sofrido, porque isso marcou a gente. Porque de noite a gente sempre tinha que levantar, e era frio. Tinha que levantar três, quatro vezes de madrugada, sempre, sempre, fazendo aqueles fogos”.

A padronização da produção na agroindústria que introduz as tecnologias e as metodologias de produção visando à uniformidade e à eficiência influencia diretamente a forma como o trabalho é desenvolvido na pequena propriedade rural e na organização do trabalho nas pequenas propriedades. Essa nova forma de produzir refletia a lógica da indústria, como pode ser visto na fala das entrevistadas acima.

Alcelma Berner (2022) relata a realização de atividades que exigiam muito esforço físico, enquanto seu marido, devido a questões de saúde e de interesse, não contribuía no trabalho com os porcos no chiqueiro. Ela relata, de forma prática, que determinadas funções são atribuídas às mulheres por conveniência e como fruto de

uma construção social que delimita quem é próprio para determinadas atividades no meio rural.

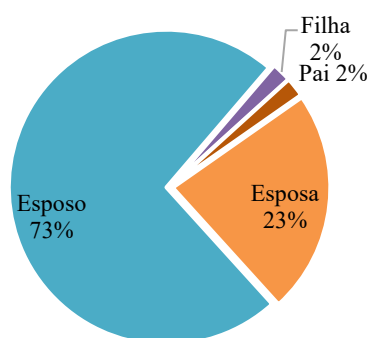
A fala de Amália Mikaelson (2023) mostra o caráter exaustivo dentro dos aviários, onde o trabalho noturno, sob condições climáticas adversas, era uma exigência que acentuava o desgaste físico. A mão de obra feminina, historicamente sobrecarregada e marginalizada, está sujeita a condições que aprofundam as desigualdades, invisibilizam e desvalorizam seus esforços no regime produtivo.

As rotinas descritas, como puxar água no balde ou realizar o trabalho noturno exaustivo em aviários, mostram que, apesar da padronização buscada nos processos, o esforço físico e a repetição das tarefas frequentemente recaíam sobre as mulheres, que assumiam uma parcela significativa do trabalho manual nas propriedades. Nas décadas de 1980 e 1990, esse tipo de atividade era intensificado pelo fato de que, geralmente, apenas os homens eram treinados para operar as máquinas e desempenhar funções técnicas. Assim, a modernização, embora voltada à eficiência, não eliminou a dependência de força de trabalho, muitas vezes feminina, que atuava sob condições desiguais.

No contexto da agricultura familiar, a compreensão dos papéis de gênero revela que, embora o trabalho seja realizado de forma coletiva, com esforço conjunto da família, persistem traços estruturais que posicionam o homem como o principal provedor, enquanto a mulher é frequentemente percebida como auxiliar ou ajudante nas atividades produtivas. Essa percepção, enraizada em valores ideológicos de uma sociedade patriarcal, contribui para a invisibilidade do trabalho feminino, que muitas vezes não é remunerado nem reconhecido como economicamente relevante. As agricultoras desempenham, simultaneamente, funções reprodutivas e produtivas, como o plantio, a colheita, a ordenha, a produção de alimentos e até a comercialização em pequena escala —, sem que, contudo, se reconheça nelas uma identidade plena de trabalhadoras. Essa sobreposição de tarefas, que acompanha as mulheres desde a infância até a vida adulta, evidencia uma dupla jornada que não é contemplada pelas análises convencionais de tempo de trabalho. Assim, é fundamental adotar abordagens que permitam identificar as atividades específicas realizadas por homens e mulheres no campo e ampliar a noção de trabalho para além das métricas formais, visibilizando as contribuições femininas essenciais à sustentabilidade da propriedade rural (Santos; Bohn; Almeida, 2020).

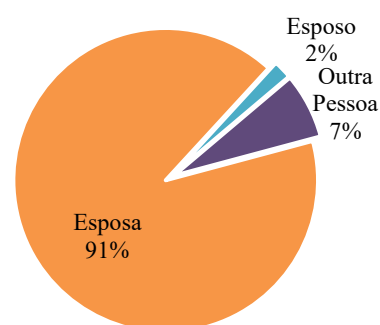
Resgato aqui dados relevantes, do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas trouxe dados relevantes para serem analisados. Os dados referem-se a agricultores e agricultoras de Concórdia, SC, e como eles percebem o seu trabalho e o trabalho de seus cônjuges, sendo entrevistadas somente pessoas casadas (SANTOS, 2017). Vejamos abaixo alguns gráficos importantes:

Gráfico 2 - Responsável pela administração dos recursos



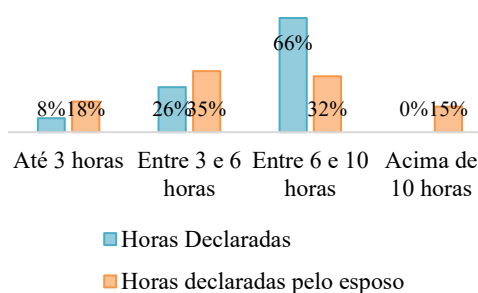
Fonte: SANTOS, 2017.

Gráfico 3 - Responsável pelo trabalho doméstico



Fonte: SANTOS, 2017.

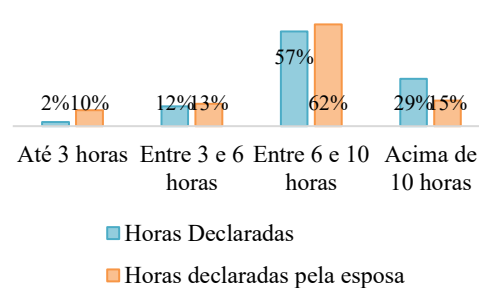
Gráfico 4 - Tempo de trabalho utilizado em atividades relacionadas à agricultura familiar



Mulheres

Fonte: SANTOS, 2017.

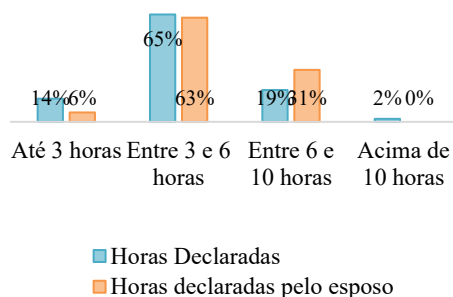
Gráfico 5 - Tempo de trabalho utilizado em atividades relacionadas à agricultura familiar



Homens

Fonte: SANTOS, 2017.

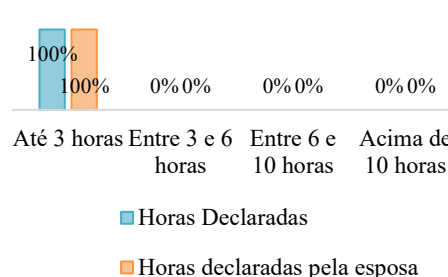
Gráfico 6 - Tempo de trabalho utilizado com afazeres domésticos



Mulheres

Fonte: SANTOS, 2017.

Gráfico 7 - Tempo de trabalho utilizado com afazeres domésticos



Homens

Fonte: SANTOS, 2017.

A análise dos dados mencionados (SANTOS, 2017) referentes à administração dos recursos financeiros no contexto da agricultura familiar de Concórdia revela uma clara concentração do poder decisório nas mãos de homens. Conforme os Gráficos 2, 73% das decisões financeiras são tomadas pelos esposos, enquanto apenas 23% são atribuídas às esposas. Esta distribuição desigual mostra as estruturas de dominação patriarcal no meio rural, onde os homens foram socialmente condicionados a serem os gestores da propriedade e dos bens, mesmo que as mulheres desempenhem um papel ativo, indispensável e essencial na produção agrícola. Essa invisibilização feminina e de sua importância para a gestão econômica da propriedade reforça a desigualdade ainda presente nas relações de gênero no campo.

Do mesmo modo, os dados sobre a responsabilidade pelo trabalho doméstico, Gráfico 3, mostram que a divisão sexual tradicional permanece. Nela as mulheres assumem majoritariamente as tarefas do lar. Os gráficos 6 e 7 apontam que as mulheres dedicam, segundo a sua autoavaliação, em média, cerca de 5 horas por dia aos afazeres domésticos, enquanto os homens ficam em torno de 2 horas. Isso significa que as mulheres fazem mais que o dobro do trabalho doméstico diário, ou cerca de 71% da carga total (5 de 7 horas) — podendo chegar a 90% dependendo da forma de cálculo e das tarefas qualitativas não quantificadas (como cuidado de crianças ou idosos, por exemplo). Trata-se de uma sobrecarga que reproduz a lógica da “dupla jornada” enfrentada pelas mulheres, que, além de contribuírem significativamente para a produção agrícola, ainda são encarregadas do cuidado com

a casa, os filhos e os demais membros da família. Isso mostra ainda mais a rigidez dos papéis de gênero no espaço rural e a persistência da naturalização do trabalho doméstico como atribuição feminina.

A análise do tempo de trabalho declarado nas atividades agrícolas, no ano de 2017, revela diferenças significativas entre as percepções de homens e mulheres. Conforme demonstram os Gráficos 4, 5, 6 e 7, a maioria das mulheres relatou jornadas de trabalho entre 6 e 10 horas diárias, enquanto os homens tendem a declarar tempos mais curtos atribuídos às suas esposas. Essa discrepância mostrou a persistente subvalorização do trabalho produtivo feminino no meio rural, ainda frequentemente percebido como uma ajuda ao trabalho masculino, e não como atividade plena. Trata-se de um apagamento simbólico da atuação das mulheres na produção agrícola, que contribui para a invisibilização de sua importância nas dinâmicas da propriedade familiar.

A soma dessas cargas, produtiva e reprodutiva, impõe limites à participação das mulheres em espaços de representação política, em processos decisórios da comunidade e mesmo em atividades de lazer ou formação. Portanto, os dados mostram as desigualdades e também a necessidade de mais políticas públicas voltadas à valorização do trabalho feminino no campo, ao reconhecimento de sua centralidade na sustentabilidade das unidades familiares e à promoção da equidade de gênero no campo.

O conceito de acumulação por despossessão, formulado por David Harvey (2003), é uma atualização crítica da noção marxista de acumulação primitiva, e tem se mostrado fundamental para a compreensão das dinâmicas contemporâneas do capitalismo global. Trata-se de um processo contínuo pelo qual populações inteiras são expropriadas de seus bens, direitos, saberes e meios de subsistência, permitindo que o capital excedente, em situações de crise ou superacumulação, reaplique-se de forma lucrativa. Os mecanismos que promovem essa lógica são múltiplos: privatizações, destruição de direitos sociais, mercantilização da natureza e da cultura, financeirização e biopirataria. Como o próprio Harvey afirma, a acumulação por despossessão ocorre “liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a um custo muito baixo (e em alguns casos zero). O capital superacumulado pode se apoderar desses ativos e imediatamente transformá-los em uso lucrativo” (HARVEY,

2003, p. 149) ¹. Esse processo não se dá apenas pela força direta, mas também por meio da cooptação de estruturas sociais e culturais como família, religião e relações de gênero, que servem como sustentação simbólica à expansão do capital. A acumulação por despossessão é um dos pilares estruturantes do capitalismo, reproduzindo desigualdades históricas sob a aparência de modernização e desenvolvimento.

No contexto da agricultura familiar, esse processo se revela de forma sutil e eficaz, por meio da intensificação do trabalho feminino não remunerado. A padronização imposta pelo sistema agroindustrial reposiciona o agricultor como um colaborador subordinado da empresa e transforma a família em unidade de produção subordinada.

Além disso, ao analisar o tempo total dedicado ao trabalho produtivo, verifica-se que as mulheres participavam ativamente da criação de animais, da manutenção da propriedade e das demandas da agroindústria, ao mesmo tempo em que mantinham o cuidado com a casa, os filhos e os idosos. Essa dupla jornada, embora frequentemente exaustiva e naturalizada como parte das responsabilidades femininas, não deve ser vista apenas como um fardo. Em muitos casos, ela constituía também um espaço de resistência cotidiana, no qual as mulheres reafirmavam sua presença e sua centralidade nas dinâmicas produtivas e reprodutivas da agricultura familiar. Ainda assim, esse sistema reforçava uma lógica em que o trabalho das mulheres é apropriado sem contrapartida financeira, configurando um mecanismo de despossessão no qual sua força de trabalho é explorada em benefício das empresas integradoras.

Ao aplicar o conceito de Harvey ao contexto local, percebeu-se que essa despossessão se deu também pela via simbólica, por meio da negação de reconhecimento legal, financeiro e político ao trabalho feminino. A atuação das mulheres na agricultura familiar é historicamente desvalorizada, muitas vezes reduzida à condição de “ajuda ao esposo”, o que as excluiu dos espaços de decisão. Como afirma Harvey (2003), a acumulação por despossessão inclui o uso do Estado para legitimar processos de expropriação. No caso das agricultoras, há ainda uma despossessão da identidade, uma vez que muitas sequer se reconheciam como

¹ “What accumulation by dispossession does is to release a set of assets (including labour power) at very low (and in some instances zero) cost. Overaccumulated capital can seize hold of such assets and immediately turn them to profitable use” (HARVEY, 2003, p. 149).

produtoras, revelando a internalização de uma condição subalterna forjada historicamente.

A acumulação por despossessão opera com maior eficiência quando ela captura as estruturas familiares, os papéis de gênero e os saberes comunitários, ao invés de destruí-los diretamente, mas transforma-os em reprodutores do capital. O resultado é a permanência de uma ordem em que o trabalho feminino é simultaneamente indispensável e invisível, essencial e marginal, central e subalterno. Ao contrário de rupturas explícitas, o que ocorreu é uma reorganização funcional da desigualdade, onde o capital se alimenta da força de trabalho das mulheres.

Apesar de fazerem parte de um sistema que explora, as mulheres agricultoras não se configuram como apenas sujeitos passivos da acumulação por despossessão. Pelo contrário, é no cotidiano da sobrecarga e da invisibilidade que se é talhado um protagonismo potente, as agências e as resistências, a reorganização da vida familiar e a construção coletiva de alternativas. Elas assumiram as atividades de cuidado, assim como as de produção e até mesmo na gestão da propriedade. São essas agricultoras que desempenharam um papel elementar na reprodução da vida no campo e, conseqüentemente, na sustentação do sistema agroindustrial, mesmo que não houvesse um reconhecimento oficial.

Esse protagonismo foi perceptível nas rotinas diárias de gestão da casa e da propriedade, na transmissão de saberes agrícolas, na organização comunitária e no fortalecimento de redes de apoio mútuo entre mulheres, como afirmado anteriormente. A fala de Alcelma Berner (2022), ao afirmar que gostava de trabalhar no chiqueiro enquanto seu marido se afastava dessas tarefas, evidencia uma autonomia prática e uma necessidade de assumir responsabilidades produtivas que sustentam economicamente a família. De modo semelhante, os relatos sobre o trabalho nos aviários, as rotinas de madrugada, o esforço para manter os animais vivos no frio, como fala Amália Mikaelson (2023), demonstram que são essas mulheres que garantem, com seu esforço físico e mental, o funcionamento das cadeias de produção rural.

O protagonismo feminino se manifestava no cotidiano como agência concreta, como ação que transformava a realidade, mesmo que controlada pelas estruturas de poder. Podemos dizer, portanto, que a acumulação por despossessão criou as contradições internas, pois explorou e invisibilizou, mas também ampliou a presença e o papel das mulheres na produção e na gestão da vida rural, o que abriu brechas

por onde emergiram as agências, a reorganização familiar e o empoderamento feminino. Esse protagonismo, mesmo não institucionalizado, tensionou a estrutura e preparou o terreno para lutas por reconhecimento e direitos.

O avanço do capital sobre o campo não acabou com a atuação das mulheres. Na verdade, foi nesse espaço de tensão entre exploração e cuidado que se desenvolveu uma forma de protagonismo feminino. É importante reconhecer isso como uma agência ativa e uma transformação social.

Mas, mesmo desempenhando essas funções, elas continuavam ausentes dos contratos das empresas, da titularidade da terra e dos espaços formais de decisão com a empresa. Isso eram atividades desempenhadas pelos homens. Essas engrenagens são fundamentais para o funcionamento do sistema, mas são mantidas no anonimato funcional, a valorização plena do trabalho das mulheres agricultoras, por parte das empresas, comprometeria a lógica de acumulação baseada na exploração.

Essa realidade é aprofundada pela marginalidade que marca a vida da mulher agricultora. Mesmo que sejam atuantes ativamente nas atividades produtivas, atividades essas que mantêm a propriedade rural, elas ainda são identificadas como ajudantes, companheiras, donas de casa, entre outros termos. Como pode ser visto na declaração de um trabalhador rural de 42 anos: “sei que a minha esposa faz todo o trabalho da casa sozinha e isso não é legal por que ela me ajuda nos trabalhos fora e eu não ajudo ela nos trabalhos da casa” e na fala de outro, de 43 anos, que afirmou “de meio-dia quando estou descansando ela está trabalhando. É preciso ajudar, sobrecarrega a esposa. É possível mudar sim, basta ter vontade” (SANTOS, BOHN, ALMEIDA, 2020, p. 20).

Isso marcava uma negação dos direitos das mulheres enquanto trabalhadoras rurais com direitos garantidos. Esse protagonismo era central na vida da propriedade, mas não tinha o reconhecimento necessário e, por isso, aprofundava a precarização feminina no campo e reproduzia o patriarcado sob novas formas de exploração.

Com isso, a sobrecarga de trabalho das mulheres, revelada pelos dados de Santos (2017) e amplamente confirmada nas entrevistas, foi uma demonstração clara da dificuldade da agroindústria em promover justiça no campo. Enquanto os homens se declaram responsáveis por até três horas diárias de afazeres domésticos, as mulheres relatam jornadas que somam até dez horas entre produção e cuidado familiar, conforme afirmou Amália Mikaelsen (2023), referindo-se ao cotidiano nos

aviários, onde afirmou que tinha que levantar em torno de três, quatro vezes na noite para cuidar dos frangos e aquecê-los. Somado a isso tem a fala de Doralice Burnier (2022) que via uma exploração não remunerada, pois afirmou que a remuneração era inferior ao trabalho desenvolvido, mas que a família não tinha força de negociação com a empresa. Anelori Schwartz (2023) afirmou que

eu faço tudo na propriedade, não tem serviço que não faça, na casa e no chiqueiro e nos bichos [...] quando eu saio de caso, quando ele [esposo] fica em casa, a parte da casa [serviço doméstico] ele não faz, ele só entra para comer e toma banho, se eu deixa comida pronta. [...] mas a gente já tem mais o fazer de casa também, junto.

A fala de Anelori Schwartz (2023) explicita, com muita firmeza, a naturalização da sobrecarga de trabalho vivida pelas mulheres agricultoras no interior da agricultura familiar integrada ao sistema agroindustrial. Ao afirmar que não tem serviço que não faça, seja na casa ou no chiqueiro com os animais, Anelori Schwartz (2023) mostrou a todos a sua atuação multifacetada na propriedade rural entre atividades produtivas e reprodutivas e como todas elas são normalizadas. O esposo, mesmo permanecendo na propriedade, não assumia as tarefas domésticas, delegando à mulher toda a responsabilidade da manutenção da vida cotidiana, de modo a mostrar de forma concreta a divisão sexual do trabalho. Mesmo diante de novas exigências produtivas impostas pela agroindústria, as estruturas patriarcais da família rural permaneciam com poucas alterações. Não havia contrapartida em termos de reconhecimento formal ou remuneração para essas agricultoras.

É essa contradição entre a importância prática das mulheres agricultoras e sua marginalidade que sustentou a precarização das agricultoras e revelou a força histórica delas como agentes que resistem, organizam e reinventam as suas vidas no campo.

O campo não é apenas espaço de dominação, mas também lugar de agência e ação política. Em muitos lugares, como em Concórdia, práticas cotidianas como a partilha de saberes, a organização entre mulheres rurais e a articulação em sindicatos, movimentos sociais ou partidos políticos transformam-se em estratégias de agência e construção de protagonismo coletivo.

A entrevista com Cibele Haak (2023) revela formas da forma como o machismo se manifesta, mesmo que sutilmente, no contexto da agroindústria. Ao relatar a presença de uma técnica mulher na região, responsável por orientar os agregados,

observa-se que ela era constantemente comparada ao técnico que a antecederia. Cibeles observa: “Se às vezes ela diz que não vai vacinar esse porco, as pessoas dizem ele [técnico anterior] fazia, por que você não faz?” (CIBELE HAAK, 2023), mostrando como as mulheres ainda são julgadas a partir de um padrão masculino de desempenho. Contudo, ela mesma rebate essa lógica, afirmando que o técnico “fazia porque queria, agora é outra técnica” (CIBELE HAAK, 2023), mostrando consciência de que a atuação profissional deve ser regida por decisões técnicas autônomas. Essa postura demonstra consciência crítica do machismo estrutural e capacidade de interpretar e contestar as normas que inferiorizam o trabalho feminino, mesmo em ambientes tradicionalmente masculinos.

Além da leitura crítica das desigualdades de gênero no meio rural, Cibeles também expressou uma percepção de si marcada pela confiança e pela consciência de sua atuação no espaço produtivo. Quando afirmou: “não eu, assim, eu acho que sou respeitada” (CIBELE HAAK, 2023), ela não negou a existência do machismo, mas apontou que, em sua experiência particular, estava conseguindo se afirmar como trabalhadora reconhecida e respeitada. Essa afirmação não deve ser lida como resultado exclusivo de mérito pessoal, mas como parte de um processo mais amplo em que mulheres vêm conquistando espaços, tensionando as hierarquias patriarcais e, muitas vezes, sendo forçadas a se desdobrar entre múltiplas atividades para alcançar um respeito que, na verdade, lhes é devido como direito. A agência de Cibeles, portanto, não se resumiu a uma adaptação ao sistema, mas refletiu formas de existência e agência dentro de estruturas que seguem sendo assimétricas.

A maior expressão de protagonismo e agência, contudo, aparece no momento em que afirmou que “a parceria está no meu nome, no caso, [...] por decisão da família” (CIBELE HAAK, 2023). Em um meio rural onde a titularidade de contratos e propriedades ainda recai majoritariamente sobre os homens, o fato de uma mulher ser titular de uma produção agroindustrial representava uma ruptura concreta com a lógica patriarcal da invisibilização feminina. Esse gesto representou uma maior autonomia econômica e acesso a direitos e, conseqüentemente, uma transformação nas relações familiares e sociais no campo, mostrando que existiram mulheres que ocuparam formalmente o lugar de sujeitos produtivos e juridicamente reconhecidos. A fala de Cibeles, portanto, ilustrou como as agricultoras puderam articular crítica, confiança e conquista de espaços formais, construindo protagonismos que desafiaram silenciosamente as estruturas da desigualdade.

Ao assumirem tarefas, liderarem processos e reinventarem o cotidiano, as agricultoras romperam com o lugar que lhes foi historicamente atribuído e construíram novos caminhos de afirmação. Essa acumulação por despossessão gerou contradições internas que, ao mesmo tempo em que subordinavam essas mulheres às exigências do capital, também abriam espaço para práticas críticas e para formas alternativas de protagonismo. As agricultoras de Concórdia, nesse sentido, questionaram de forma prática os limites do patriarcado agrário e da lógica empresarial da agroindústria, ocupando com firmeza e criatividade espaços que antes lhes eram negados.

No entanto, a análise das mudanças econômicas e culturais no meio rural de Concórdia revela que essa agência feminina não significou a superação das desigualdades históricas. A modernização do campo, incentivada pelo avanço da agroindústria e pela adoção de práticas padronizadas de eficiência, não trouxe igualdade social nem a plena emancipação das mulheres agricultoras. Pelo contrário, reforçou a divisão sexual do trabalho e precarizou as condições de vida no âmbito da agricultura familiar. Assim, a emergência de práticas de protagonismo feminino conviveu com a persistência de estruturas patriarcais que, em muitos casos, sustentaram e legitimaram a expansão do capital agroindustrial no campo.

Contudo, ao longo das análises aqui desenvolvidas, ficou evidente que as mulheres não ocuparam o campo apenas como agentes passivos desse processo. Ao contrário, foram, em muitos casos, protagonistas centrais na manutenção, na reprodução e na reinvenção da vida rural, atuando nas atividades produtivas, nos cuidados reprodutivos, na gestão da propriedade, na adaptação às exigências agroindustriais e na sustentação de laços comunitários. Suas falas, práticas e decisões revelam múltiplas formas de ações, muitas vezes invisibilizadas, mas expressas no cotidiano por meio da tomada de responsabilidades, da crítica às assimetrias de gênero e da ocupação de espaços simbólicos, jurídicos e econômicos.

Essas agricultoras não resistiram às estruturas, mas as reconfiguraram, afirmando-se como sujeitos políticos, econômicas e culturais. Seja ao assumir a titularidade de contratos de “parceria”, como no caso de Cibele Haak (2023), seja ao denunciar o machismo cotidiano ou reivindicar o valor do seu trabalho, essas mulheres produziram rupturas concretas e simbólicas no modelo rural tradicional. Portanto, reconhecer suas atuações é essencial para compreender o verdadeiro alcance das

transformações no campo e para vislumbrar esse um protagonismo potente e estruturante.

4.2 Reconfigurações simbólicas do protagonismo feminino: reconhecimento, discurso e subjetividade

As transformações ocorridas no meio rural não estavam somente ligadas ao modo de produção ou de trabalho. Essas transformações foram perceptíveis no campo simbólico, ou seja, como as mulheres agricultoras foram representadas, reconhecidas ou ainda como elas se percebiam. A participação feminina no campo não se limita à parte produtiva ou à reprodutiva, mas também às disputas por reconhecimento, por legitimidade na fala e por afirmação de sua identidade.

Este item analisa justamente essas reconfigurações simbólicas do protagonismo feminino, centrando-se em três dimensões articuladas: os discursos sociais que constroem a imagem da mulher rural, as vozes das próprias mulheres agricultoras sobre seu lugar na sociedade e na família e as formas de subjetivação e agência que emergem na experiência cotidiana. Ao explorar esse tripé — representação, discurso e subjetividade —, busca-se compreender como as mulheres lidam com os estereótipos que tradicionalmente as colocam na posição de ajudantes aos seus esposos ou figuras secundárias.

Neste sentido, as fontes orais assumem papel central na análise, pois permitem acessar a experiência vivida e também os sentidos atribuídos a essa experiência pelas próprias mulheres. Ao mesmo tempo, discursos veiculados, materiais institucionais e espaços comunitários são observados como expressões de uma cultura que ora reafirma papéis tradicionais, ora se abre — ainda que parcialmente — à valorização e à visibilidade feminina.

4.2.1 Entre o elogio e a invisibilidade: discursos sobre a mulher rural

No caso da mulher agricultora, as narrativas públicas frequentemente oscilam entre o elogio genérico à força da mulher do campo e a perpetuação de estereótipos que a confinam à esfera do cuidado, da ajuda e da submissão.

Essa afirmação pode ser observada com clareza nas edições da Revista Integração, periódico institucional vinculado à Sadia e amplamente circulado no meio rural de Concórdia e Região no período estudado. Na década de 1970, a representação da mulher era restrita quase exclusivamente às esferas do cuidado e da vida doméstica. As matérias voltadas ao público feminino abordavam temas como a alimentação saudável da família, receitas culinárias, prevenção de doenças e orientações para uma boa organização do lar. Essa abordagem reforçava a identidade tradicional como cuidadora e figura secundária dentro da estrutura produtiva, invisibilizando sua atuação essencial nas atividades agrícolas e sua importância na sustentação da propriedade rural.

Esse quadro começou a se modificar lentamente a partir da década de 1990. A partir de então, jornais regionais e boletins de cooperativas passaram a trazer matérias que representavam as mulheres não apenas como esposas ou mães, mas como trabalhadoras com direitos, lideranças comunitárias, participantes de capacitações técnicas e pessoas envolvidas em debates sobre políticas públicas. Esse deslocamento no discurso indica um processo de reconhecimento, ainda que parcial, do protagonismo feminino no meio rural. A mulher camponesa passou a figurar como agente econômica e cidadã, ainda que as marcas do discurso anterior persistissem, principalmente nas formas sutis de elogio que continuam a situá-la no campo da abnegação e da dedicação silenciosa.

O dado institucional da empresa Sadia em 1993, como mostra a anteriormente a Figura 7 na página 89, ilustra de forma contundente os limites da transformação simbólica quando confrontada com as estruturas formais de poder. Entre 112 supervisores listados, apenas uma mulher ocupava cargo de chefia. Esse número é importante porque, enquanto as mulheres agricultoras ampliavam sua atuação nas propriedades integradas, e mesmo com um discurso institucional que exaltava a força da mulher do campo, como guerreira mostrado anteriormente na Figura 8 na página 90, a presença feminina nas esferas decisórias da própria empresa era quase inexistente.

Isso revela que o reconhecimento oficial pode coexistir com a exclusão estrutural, e que as mudanças culturais, embora importantes, não bastam para alterar os mecanismos institucionais que sustentam a desigualdade de gênero no setor empresarial e nesse caso da SADIA.

Essa valorização discursiva, contudo, contrastava de maneira clara com as práticas institucionais que reproduziam formalmente a exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão no meio rural. Um exemplo eloquente está nos contratos de integração avícola firmados entre as famílias agricultoras e a empresa Sadia S.A., como revela o documento reproduzido abaixo, Figura 16. Nesses contratos, o campo principal de titularidade é reservado ao “esposo”, designado como “integrado”, enquanto à esposa é relegada uma menção secundária e sem valor jurídico autônomo: “e sua esposa”. O nome da mulher é mencionado apenas como apêndice do sujeito masculino, sem direito à assinatura independente nem reconhecimento como parte contratual formal.

Figura 13 - Contrato para Produção Avícola Integrada

**Contrato para Produção
Avícola Integrada – Frangos**

INTEGRADORA: SADIA S. A., pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Senador Atílio Fontana, nº 86, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.730.099/0001-94 e Inscrição Estadual sob o número 250.318.407, por seu representante legal abaixo assinado e identificado, doravante denominada simplesmente “Sadia”.

INTEGRADO(S): _____, portador da carteira de identidade _____, CIG _____ nº _____ e sua esposa, _____, brasileiros, produtores rurais, na condição de possuidores do imóvel abaixo discriminado, localizado em _____ no município de CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, residentes e domiciliados em _____ na cidade de CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, abaixo assinados, doravante denominados simplesmente “Integrado”.

Fonte: BISON, COLUSSI; 2006

Essa estrutura contratual expressava a lógica patriarcal que atravessava o sistema produtivo, reforçando a invisibilidade institucional da mulher agricultora, ainda que sua atuação na produção, no cuidado dos animais, na limpeza dos galpões e no manejo dos insumos fosse central para o cumprimento das exigências da empresa. A presença do nome da esposa no contrato revelava, por um lado, o reconhecimento de sua importância para a manutenção da unidade produtiva familiar. No entanto, esse reconhecimento era limitado, uma vez que sua inclusão não se traduzia em direitos formais, voz nas negociações ou autonomia jurídica.

Além disso, era prática comum a instalação de placas de identificação nas frentes das propriedades rurais com o nome do esposo como único representante da

unidade produtiva. Essas placas tinham o objetivo de sinalizar à comunidade e à empresa a localização da unidade integrada, mas contribuía para reforçar simbolicamente a titularidade masculina sobre o espaço produtivo, desconsiderando a participação cotidiana e determinante das mulheres na atividade agrícola. Ao sobrepôr a figura masculina como única referência institucional e pública da propriedade, esse dispositivo visual reafirma a exclusão das mulheres na representação e reconhecimento oficial, mesmo quando seu trabalho é essencial à sustentabilidade do processo produtivo.

Dessa forma, enquanto o discurso exaltava a mulher do campo como batalhadora e fundamental para a agricultura familiar, a estrutura jurídica dos contratos e os dispositivos de visibilidade pública mantinham-na como auxiliar informal, excluída das decisões oficiais e desprovida de autonomia legal, perpetuando um modelo de gênero que associa a autoridade à masculinidade e a colaboração silenciosa à feminilidade.

A imprensa regional atua como um espelho e um agente das transformações culturais, reproduzindo valores, tensionando normas e, por vezes, antecipando demandas sociais. A análise de reportagens do *Jornal Correio do Norte*, de Canoinhas, entre os anos de 1988 e 2001, permite observar a trajetória discursiva em torno da mulher rural e sua progressiva emergência como sujeito político e produtivo no imaginário público.

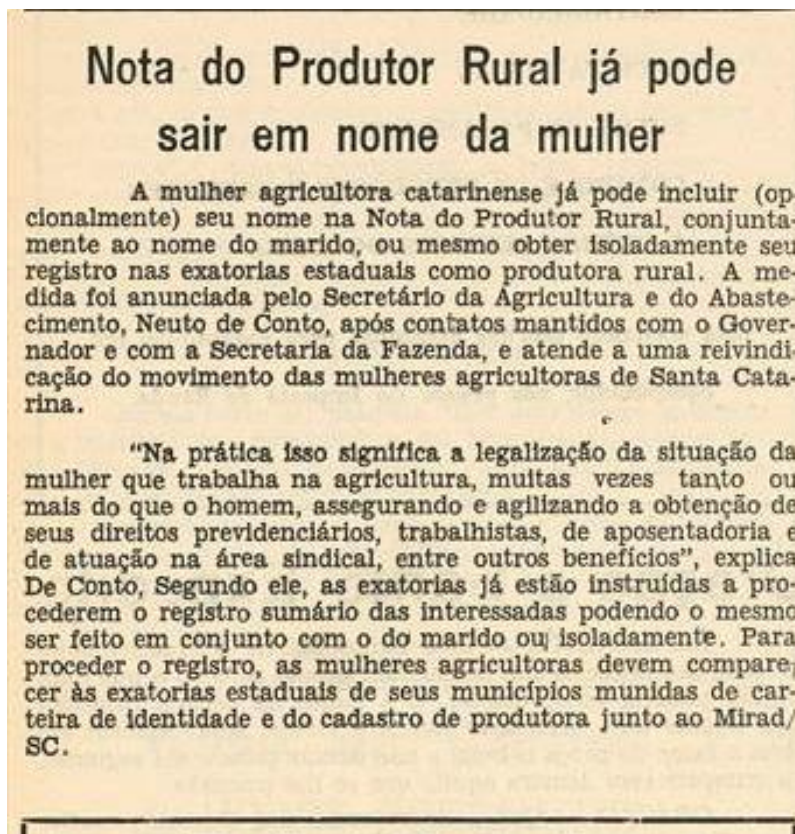
A reportagem de 1988, intitulada “Nota do Produtor Rural já pode sair em nome da mulher”, Figura 17, sinaliza um avanço jurídico-institucional relevante, ao anunciar que as mulheres poderiam, a partir daquele momento, incluir seus nomes nas Notas Fiscais de Produtor Rural, um importante documento de identificação para a comercialização agrícola.

A reportagem reconhece que essa mudança foi uma resposta direta ao movimento organizado das mulheres agricultoras de Santa Catarina, que há anos reivindicavam esse direito. Esse dado é central: mesmo diante de estruturas institucionais marcadamente patriarcais, as mulheres passaram a assumir o protagonismo na luta por reconhecimento legal e visibilidade social, pressionando os poderes públicos por reformas concretas.

Ainda assim, a conquista da possibilidade de emissão da nota em nome próprio rompe com a lógica da exclusão total e inaugura uma nova etapa da presença feminina nas esferas jurídicas e econômicas da agricultura familiar. Trata-se de um

primeiro passo — ainda que tímido — no caminho da formalização da identidade produtiva da mulher rural, abrindo espaço para que sua atuação deixe de ser invisível aos olhos do Estado.

Figura 14 - Nota do produtor Rural já pode sair em nome da mulher



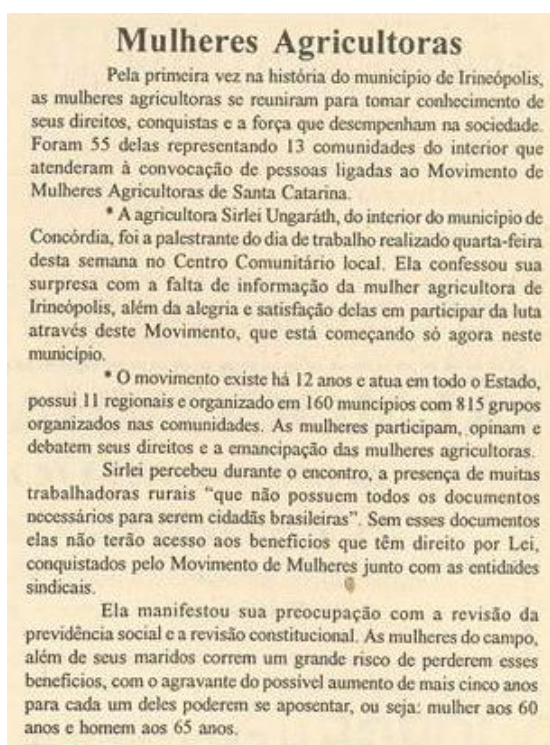
Fonte: Jornal Correio do Norte, 23 de Janeiro 1988, Hemeroteca Digital Catarinense.

O segundo recorte, de 1995, Imagem 18, intitulado “Mulheres Agricultoras”, evidencia o amadurecimento político do Movimento de Mulheres Rurais em Santa Catarina, marcando uma inflexão importante no campo das disputas por visibilidade e direitos. A reportagem cobre a realização de um evento promovido pelo Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) no município de Irineópolis/SC e já adota um tom diferente do jornalismo rural das décadas anteriores: aqui, a mulher agricultora não é mais apenas elogiada por sua dedicação, mas emerge como sujeito coletivo organizado, reivindicando direitos e denunciando desigualdades históricas.

O conteúdo, no entanto, não está isento de tensões. A agricultora Sirlei Ungaráth destaca a falta de documentação das mulheres agricultoras e a ausência de informações de seus direitos. O evento representa um espaço de articulação e

formação. A pauta do encontro, que inclui aposentadoria diferenciada, reconhecimento profissional e reforma previdenciária, mostra que, naquele momento, a luta das mulheres rurais já ultrapassava a esfera simbólica para ir ao campo institucional. Trata-se de um movimento que exige a reconfiguração das políticas públicas do Estado.

Figura 15 - Mulheres Agricultoras



Fonte: Jornal Correio do Norte, 05 de maio de 1995, acervo da Hemeroteca Digital Catarinense

Já a reportagem de 2001, Figura 19, estampa a manchete "Mais igualdade no próximo milênio". O texto traz dados do IBGE que indicam que as mulheres naquele momento, representavam 40,3% da população ocupada no meio rural, mas apenas uma ínfima parte delas possuía a profissão de agricultora reconhecida oficialmente. A figura da mulher é central e ativa, aparece em pé, na lavoura, em gesto de trabalho. Essa representação é significativa: a mulher agricultora é nomeada, visualizada e legitimada como produtora.

A matéria adota um tom otimista e celebra a importância das mulheres na vida rural, mencionando sua atuação na produção. No entanto, essa valorização simbólica não é acompanhada de uma crítica estrutural ao sistema que as mantém em condição

de subordinação institucional. A igualdade é tratada como um ideal futuro, um desejo para o novo milênio, o que, paradoxalmente, naturaliza a exclusão atual como um estado tolerável. A linguagem do texto suaviza a gravidade da marginalização ao não confrontar os mecanismos concretos que a sustentam, como o acesso desigual à titularidade da terra, à formalização do trabalho e à representação política.

Figura 16 - Mais Igualdade no próximo milênio



Jornal Correio do Norte, 09 de março de 2001, acervo da Hemeroteca Digital Catarinense

A sequência das reportagens também revela uma evolução importante na forma como a mulher agricultora é simbolicamente representada ao longo do tempo. No recorte da década de 1980, sua presença se dá de forma estritamente jurídica e abstrata, não há corpo, voz ou imagem visível. A mulher está presente apenas como categoria legal, sem protagonismo.

Na década de 1990, sua figura começa a ganhar contornos coletivos, ainda que genéricos. Ela aparece como parte de um movimento organizado, participante de reuniões e discussões, mas ainda sem representação individualizada. A mulher agricultora é nomeada como agente de denúncia, o que representa um avanço

importante, mas sua identidade permanece diluída no plural e na luta coletiva, sem uma narrativa visual ou simbólica que a singularize como produtora autônoma.

Já na década de 2000, há uma mudança notável no discurso simbólico. A reportagem traz a mulher agricultora como sujeito ativo e central no imaginário rural, representada como produtora em plena atividade, ocupando posição de visibilidade e protagonismo na linguagem utilizada. Sua imagem é construída como a de uma mulher forte, autônoma, engajada — rompendo com o imaginário passivo, doméstico e silencioso que marcou décadas anteriores. Essa nova representação carrega um peso simbólico importante: a mulher deixa de ser invisível para se tornar, ao menos no plano discursivo, figura de destaque e de ação.

É necessário observar que essa centralidade simbólica ainda não corresponde plenamente a uma transformação estrutural nas relações de poder e nos acessos institucionais. A reportagem que exalta a mulher agricultora como símbolo de um futuro mais igualitário continua apresentando dados que evidenciam a permanência de assimetrias fundamentais: o sub-registro da mulher como proprietária da terra, a desigualdade no reconhecimento profissional e a ausência de titularidade formal em muitos contratos e políticas públicas.

Ainda que a mulher rural passe a figurar no discurso como protagonista da produção e da vida comunitária, as estruturas institucionais seguem organizadas a partir da centralidade masculina como norma e referência de legitimidade. No entanto, é preciso considerar que, mesmo nesse cenário de desigualdade, as mulheres exercem agência: disputam espaços, constroem estratégias de visibilidade, organizam-se politicamente e produzem rupturas, ainda que parciais, nos códigos simbólicos e jurídicos que historicamente as subalternizaram.

A representação simbólica da mulher agricultora é também resultado de uma trajetória de lutas, reivindicações e práticas cotidianas de atuação e questionamentos. Nesse sentido, a imagem pública da mulher como produtora ativa não deve ser lida apenas como concessão institucional, mas como conquista parcial de uma ação feminina em constante construção, que continua a desafiar os limites impostos pela ordem dominante no campo.

4.2.2 O que dizem as mulheres sobre si

Se a imprensa regional e os discursos institucionais constroem imagens públicas sobre a mulher agricultora, é na escuta de suas vozes que se revela a complexidade sobre o protagonismo feminino no campo. As falas das entrevistadas reunidas neste trabalho revelaram um universo marcado por elementos dúbios, como a agência e a consciência crítica, onde a experiência cotidiana das mulheres questionava as narrativas oficiais que, às vezes invisibilizaram e, às vezes, enalteceram de forma superficial seu papel.

Como já mencionado anteriormente, Anelori Schwartz (2023, p. 1) afirma: “eu faço tudo na propriedade, não tem serviço que não faça, na casa e no chiqueiro e nos bichos [...] quando eu saio de casa, quando ele [esposo] fica em casa, a parte da casa ele não faz, ele só entra para comer e toma banho”. Depoimentos como o de Anelori mostram que, embora muitas vezes suas falas revelem uma autoimagem de ajudantes, essas mulheres não aceitavam de forma passiva os papéis secundários. Pelo contrário, relataram uma realidade em que o trabalho feminino é intenso, contínuo e multifacetado, atravessando as fronteiras entre o produtivo e o reprodutivo, o doméstico e o comunitário, de forma exaustiva.

A percepção da entrevistada 8 (2023), uma mulher de 67 anos, amplia ainda mais a compreensão sobre a agência feminina rural ao estabelecer uma referência entre a experiência passada e a presente, falando de que forma as transformações culturais, educacionais e sociais ao longo das gerações foram alteradas e com isso as possibilidades de atuação das mulheres na agricultura familiar. Ao afirmar que “o que o homem faz [...] a mulher faz também, e o que a mulher faz, nem sempre o homem faz” (Entrevistada 8, 2023, p. 2), mostra que o trabalho feminino no campo era e continua sendo multifacetado e de forma não intencional faz uma crítica à rigidez do papel masculino, que tem na sua base a negação de tarefas reprodutivas, que foram tradicionalmente atribuídas às mulheres.

A fala expressa uma consciência crítica das mudanças nas relações de gênero: a mulher executa as mesmas atividades produtivas que os homens e assume o protagonismo na tomada de decisões, nas relações com instituições e no trato com o mundo para além da propriedade rural, como ir à cidade resolver negócios — algo que, segundo a entrevistada 8, era impensável para as mulheres de gerações anteriores.

A afirmação “eu faço tudo”, presente em diversas entrevistas, como as de Anelori Schwartz 2023) e outras agricultoras ouvidas nesta pesquisa, mostrou um reconhecimento do acúmulo de tarefas, mas expressou de forma ativa uma agência cotidiana e estratégica, muitas vezes naturalizada, mas nem por isso menos importante. No interior da lógica da agricultura familiar, a mulher é frequentemente a principal, e quem sabe a única, mediadora entre o cuidado da casa, o manejo dos animais, a gestão financeira, a produção e a organização comunitária. Ao realizar todas essas funções, ela garantia a sobrevivência da família, a saúde financeira e a sustentação estrutural da propriedade. A resiliência da agricultura familiar dependia diretamente do trabalho, da presença e da decisão das mulheres. Mesmo assim, essa centralidade é muitas vezes diminuída pela cultura que naturalizava a dedicação feminina. Foi essa uma das lutas pelo reconhecimento de seu papel como sujeito indispensável na continuidade do modo de vida rural familiar.

A entrevistada 6 (2024) afirma que

[...] aqui em casa, eu que cuidava das vaca, das galinha, da horta, e ainda fazia comida, limpava a casa. Se faltava qualquer coisa, era tudo comigo [para resolver]. Mas os papel para assinar ou ir no banco era o marido. Ele dizia que fazia tudo que era o chefe, mesmo eu trabalhando mais que ele.

A fala da entrevistada 6 (2024) mostrou com muita clareza a naturalização da desigualdade de gênero no interior das propriedades familiares rurais, e na sociedade em geral, evidenciando como a divisão do trabalho legitimava socialmente em favor dos homens. A entrevistada descreveu uma jornada laboral multifacetada, que perpassava as dimensões produtivas, reprodutivas e comunitárias. No entanto, a mesma denuncia a manutenção de uma lógica patriarcal que conferia autoridade formal ao homem, mesmo quando era a mulher quem sustentava concretamente a rotina da propriedade. Há um lugar social de autoridade reservado ao homem, reforçado por séculos de estrutura patriarcal no campo.

No entanto, ao narrar essa experiência com clareza, a entrevistada também exerceu agência. Ela falou da injustiça, mostrou a contradição e evidenciou a memória de um protagonismo ocultado. O discurso é uma forma de atuação e de crítica histórica, pois quebra o silêncio em torno de uma desigualdade que era aceita como natural. Assim sendo, esse discurso construiu a visibilidade sobre o trabalho feminino e denunciou a falsa simetria das relações de gênero na agricultura familiar.

A entrevistada 7 (2023) afirmou:

[...] quando comecei, era tudo no nome do meu marido. aí fui aprendendo, aprendendo, aprendendo, fiz os curso do sindicato, e até que comecei a cuidar da bicharada [produção]. A parceria está na minha responsabilidade agora, no meu nome agora, e os técnico da empresa tudo me respeita. Se querem falar do trato, é comigo que falam, qualquer coisa dos frango eles sabem que tem que me chamar. O marido tá sempre junto, mas aprendi que nós, as mulher tem que ter as coisa no nome. É direito, demorô mas deu certo.

A trajetória relatada pela entrevistada 7 (2023) mostrou um movimento de construção da autonomia feminina no espaço da agricultura familiar, rompendo, mesmo que de forma parcial, com o padrão tradicional em que os contratos, as decisões técnicas e o reconhecimento institucional eram exclusivamente dirigidos aos homens. Ela situou sua experiência dentro de um modelo patriarcal ainda predominante. No entanto, a sequência de sua fala revelou um processo de formação, politização e fortalecimento de sua identidade como produtora, aprendizado oportunizado pelo sindicato. A escolarização sindical e a rotina se somaram à realidade cotidiana para remodelar sua posição dentro da propriedade e com a SADIA.

Ao assumir a responsabilidade sobre a “bicharada” e afirmar que “a parceria está na minha responsabilidade agora, no meu nome”, a entrevistada reivindicou a titularidade do trabalho e da gestão da propriedade. O respeito dos técnicos da empresa, mencionado por ela, foi fruto de uma autoridade construída no campo, no dia a dia da produção e, principalmente, na demonstração de sua competência. A frase “qualquer coisa dos frango, eles sabem que tem que me chamar” expressou uma virada simbólica: a mulher deixou de ser “ajudante” para se tornar referência essencial no trato com a agroindústria, algo historicamente negado às trabalhadoras rurais.

Houve ainda outras vozes que ratificaram as rupturas com a lógica patriarcal. Cibeles Haack (2023), por exemplo, relatou que o contrato com a agroindústria esteve em seu nome, e não no nome do marido, mesmo reconhecendo que “ainda tem muito machismo no meio”. Ao afirmar com firmeza: “eu acho que sou respeitada”, ela assumiu uma posição de autoridade construída na prática, na vida concreta do cotidiano, na competência no trato com os animais, na capacidade de decidir e no respeito conquistado na relação comercial com a SADIA. Ainda que a estrutura social mantivesse dispositivos de exclusão simbólica, mulheres como Cibeles Haack construíram espaços de autonomia dentro das contradições do sistema, exercendo

assim, uma outra forma de intervenção que desafiou, negociou e reinventou a perspectiva de gênero no espaço rural.

Mesmo quando expressavam conformidade com determinadas normas culturais — como na fala de mulheres que dizem ajudar seus maridos — foi possível perceber camadas de crítica, nem sempre de forma explícita, e gestos de intervenção silenciosa. Há uma espécie de dupla consciência, de um lado, a permanência de narrativas tradicionais; de outro, a consciência dos limites e injustiças que essas mesmas narrativas impõem. Essa tensão deu forma a uma subjetividade rural em movimento, que não se encaixa plenamente nem no modelo da subalternidade, nem no modelo emancipatório, mas se constrói no meio deles, na prática, no vivido.

Dessa forma, as vozes femininas do campo revelaram que o protagonismo feminino não se resumiu àquilo que foi formalmente reconhecido pelas instituições. Ele se expressava nos corpos que trabalhavam e trabalham, nas palavras que nomearam, nas escolhas que romperam com o esperado e nas histórias que desafiaram os silêncios impostos. Ouvir essas mulheres é reconhecer a historicidade de sua atuação e dar centralidade a sujeitos que, por muito tempo, foram relegados às margens da narrativa histórica oficial — mesmo sustentando, com seu trabalho, grande parte da economia rural.

4.3 O empoderamento das mulheres agricultoras

O processo de empoderamento das mulheres agricultoras foi um fator transformador nas relações de gênero no meio rural. O aumento da participação feminina em espaços de decisão, gestão da propriedade e acesso a políticas públicas provocou alterações nas estruturas familiares, nos papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres e nas dinâmicas de poder dentro das propriedades rurais e comunidades. No entanto, essas mudanças não ocorrem de forma uniforme nem isentas de tensões. Elas caminham entre avanços e recuos, entre conquistas concretas e disputas simbólicas, refletindo um cenário em constante negociação entre o tradicional e o emergente. Este tópico examina como o empoderamento feminino influencia a vida cotidiana das famílias rurais, questiona hierarquias estabelecidas e contribui para a construção de novos modelos de convivência e identidade no campo.

4.3.1 O empoderamento das mulheres agricultoras e suas repercussões no meio rural

O empoderamento das mulheres agricultoras provocou mudanças significativas nas dinâmicas familiares das pequenas propriedades rurais. A inserção mais forte das mulheres nas decisões econômicas, somadas ao reconhecimento gradual de sua capacidade de gestão, levou, no início dos anos 2000, à redistribuição das responsabilidades no espaço doméstico e produtivo, mesmo que de forma parcial. Esse processo desafiou a lógica tradicional da divisão sexual do trabalho e abriu espaço para relações mais horizontais entre os membros da família, promovendo novas formas de organização do cotidiano e da autoridade no ambiente rural.

A fala da entrevistada 8 (2023) ilustra bem esse processo intergeracional de transformação. Ao lembrar a realidade de sua mãe e avó, ela afirma: “[...] hoje, tanto o homem como a mulher vai pra cidade fazer os negócio, tudo, né [...] e uma vez, não, eu me lembro da minha mãe e da minha avó [...] não sabiam nem ler e escrever, [...] e por isso não tinha direito de ir decidir os negócio”.

Ao trazer a memória de sua mãe e avó, que eram analfabetas, a entrevistada 8 consolidou a ideia de que a ausência de acesso à escolarização foi também uma forma de controle sobre a autonomia feminina. O reconhecimento de que hoje “tanto o homem como a mulher vai pra cidade fazer os negócio” (Entrevistada 8, 2023) mostra como a ampliação dos espaços de circulação e decisão foi crescente com o passar do tempo, mesmo que essa autonomia relativa coexista com as estruturas patriarcais.

Essa fala exemplificou o modo como a agência feminina se construiu também pela comparação entre o passado e o presente, sendo a consciência de mudança social um elemento fundamental da mulher rural contemporânea. A mulher agricultora age no presente; interpreta sua trajetória à luz da história de suas antepassadas e reivindica para si um lugar que suas mães e avós não puderam ocupar.

Enquanto as gerações da época da mãe da Entrevistada 8 eram excluídas parcialmente do protagonismo nas decisões por razões estruturais como o analfabetismo e a imposição cultural de um lugar submisso, a próxima geração começou a ocupar o espaço da autonomia, ainda que muitas vezes dentro de um processo cheio de contradições. Essa comparação mostrou como o empoderamento feminino não é apenas uma mudança de funções, mas uma ruptura profunda com

padrões de silenciamento e invisibilidade. O direito de ir decidir os negócios, como ela destaca, deixa de ser um privilégio exclusivo dos homens e passa a ser um marcador de cidadania para as mulheres do campo, um direito conquistado com esforço, aprendizado e afirmação e reconstrução de identidade. Trata-se, portanto, de uma mudança que atravessou gerações e sinalizou uma reorganização, mesmo que limitada, dos papéis de gênero no meio rural.

O contraste com as gerações anteriores mostrou uma mudança concreta na participação feminina em decisões externas à casa, como negociações e administração financeira da propriedade, espaços historicamente ocupados por homens. Por outro lado, ainda há realidades marcadas por uma divisão desigual do reconhecimento e da autoridade.

Esse depoimento ratificou que, mesmo diante de uma atuação ampla das mulheres no cotidiano da propriedade, continua persistindo a ideia do homem como figura central, sobretudo nos espaços de representação formal e institucional. A sobrecarga feminina, naturalizada, ainda não foi proporcionalmente reconhecida em termos de autoridade ou visibilidade social.

Contudo, experiências de superação e transformação também são evidentes. A entrevistada 7 (2023) compartilha sua trajetória de aprendizado e conquista de autonomia: “[...] quando comecei, era tudo no nome do meu marido. aí fui aprendendo, aprendendo, aprendendo, fiz os curso do sindicato [...] aprendi que nós, as mulher tem que ter as coisa no nome. É direito, demorou mas deu certo”.

A fala mostrou um caminho de empoderamento individual e reconhecimento institucional, no qual a mulher deixou de ser apenas coadjuvante na gestão da propriedade para se tornar figura central. O empoderamento feminino nas áreas rurais alterou a organização do trabalho dentro da família, além de modificar o modo como essas mulheres se posicionaram na comunidade e na sociedade como um todo.

Apesar desses avanços, essas mudanças ainda conviveram com uma forte permanência de estruturas tradicionais. O empoderamento feminino no espaço produtivo não foi acompanhado, muitas vezes, por uma redistribuição equivalente no espaço doméstico. A quase totalidade das entrevistadas relataram a sobrecarga de trabalho como um desafio cotidiano, ratificando que a dupla jornada, ou até mesmo a tripla jornada é uma realidade na vida dessas mulheres e de grande parte das mulheres urbanas e rurais.

A transformação das dinâmicas familiares passou por processos de negociação e agências. Para muitas mulheres agricultoras, conquistar espaço nas decisões produtivas exigiu tempo, insistência e comprovação prática de sua competência. Uma relatou que o seu marido ou outros familiares demoraram a aceitá-las como protagonistas nas decisões sobre as produções rurais, como se o conhecimento técnico fosse um domínio exclusivamente masculino. Ainda assim, aos poucos, muitas foram ganhando autonomia por meio do exercício constante das funções produtivas. Como destacou uma das entrevistadas: “no começo, ele dizia que eu não ia dá conta, agora ele nem vai nas reunião se eu não tivé lá” (Entrevistada 7).

Outro fator fundamental para essa transformação foi o acesso à formação e à informação. A participação em cursos promovidos por sindicatos, cooperativas e instituições de apoio técnico foi importante nas trajetórias de empoderamento relatadas pelas mulheres entrevistadas. Esse conhecimento permitiu que elas pudessem aprimorar seu trabalho no campo e conceder segurança para lutar por espaços de decisão. A fala da Entrevistada 7 (2023), que após participar de cursos assumiu a responsabilidade principal da propriedade e da produção agrícola passando assim a ser reconhecida pelos técnicos da empresa, é um exemplo nesse sentido.

As transformações nas dinâmicas familiares também teve implicações intergeracionais. De forma espontânea as agricultoras falaram que suas filhas cresceram com outras possibilidades de futuro, ao verem a mãe participando de reuniões, negociando com técnicos e conduzindo a produção, um contexto diferente do que as agricultoras cresceram. Como ilustra a fala da Entrevistada 8 (2023), ao recordar sua mãe e avó que “não sabiam nem ler e escrever” e, por isso, não podiam decidir nada, há uma mudança significativa na posição das mulheres dentro e fora do ambiente familiar. As novas gerações têm agora novos modelos femininos de protagonismo e autonomia, o que contribui para a formação de um imaginário social mais plural sobre os papéis de gênero.

Para além do âmbito doméstico, o empoderamento das mulheres agricultoras teve impacto nas relações de poder estabelecidas nas comunidades rurais. À medida que elas assumiram funções de liderança, conquistam reconhecimento institucional e tornam-se protagonistas em processos produtivos, como os contratos de produção com agroindústrias, alterou-se o tecido social das comunidades, que passaram a contar com novos sujeitos políticos e técnicos no campo. Essa atuação ativa das

mulheres também foi importante para a sustentabilidade das propriedades, especialmente no contexto de crescente profissionalização e complexificação da agricultura familiar.

A inserção crescente das mulheres agricultoras em posições de decisão e gestão dentro do sistema de parcerias provocou uma lenta, porém profunda, reconfiguração das relações de poder no meio rural. Ao invés de substituir simplesmente a autoridade masculina pela feminina, esse empoderamento introduziu uma nova lógica de relação, na qual a competência técnica e a capacidade de organização das mulheres passavam a ser reconhecidas, ainda que de forma desigual, por parceiros, sindicatos e extensionistas.

A atuação frente ao modelo agroindustrial e a valorização da autonomia familiar são nítidos no depoimento de Rosani Schiavini (2025), que alerta para a perda da diversidade produtiva em favor da monocultura: “naquele tempo [década de 1980] a gente fazia tudo... plantava feijão, milho, arroz... hoje não se vê pouco isso. Isso não é bom, porque a gente perdeu a liberdade de plantar o que queria.”

Essa fala denunciou como a agroindústria impôs conformidade técnica à pequena propriedade, limitando o exercício pleno do saber local e reforçando um poder econômico concentrado. Ao mesmo tempo, revelou o papel das mulheres na defesa da diversidade agrícola como elemento central de sua mobilização: ao preservar práticas de subsistência, elas garantem a segurança alimentar familiar, além de desafiar a lógica de mercado que busca homogeneizar o espaço rural.

Ao ser perguntada que práticas procuraram manter apesar das mudanças no campo, Rosani Schiavini (2025) respondeu:

As práticas milenares que perpassa gerações de cultivar o entorno (pomar, horta, jardim) ou seja, frutíferas para todas as estações, leguminosas, vegetais, plantas medicinais, verduras, a criação de pequenos animais para o sustento da família como galinhas caipiras para ter carne e ovos, porco comum tratado com lavagem, milho em espiga, vaca de leite para fazer queijo, ter nata, manteiga, puina² e o leite para tomar e também o cultivo de flores. Sim, flores pois ao mesmo tempo que embelezavam as propriedades através das cores e formas, também tinham a missão de contribuir com o equilíbrio da natureza. Em seu habitat voavam centenas ou milhares de espécies entre elas as borboletas e as abelhas, tão importantes colaboradoras da vida humana e animal.

² A puína é um tipo de queijo fresco e artesanal, obtido a partir do soro do leite que sobra da produção de outros queijos, como o queijo colonial. Trata-se de um alimento tradicional em regiões rurais do Sul do Brasil, especialmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O depoimento de Rosani Schiavini (2025) traça um elo poderoso entre memória e ação: ao listar as “práticas milenares”, pomar, horta, jardim, frutíferas para todas as estações, leguminosas, plantas medicinais, criação de pequenos animais, cultivo de flores, ela revelou que essas rotinas não são apenas hábitos de subsistência, mas importantes estratégias de autoproteção frente à lógica de monocultura imposta pela agroindústria.

A entrevistada enfatizou, ainda, o cultivo simultâneo de várias espécies vegetais e animais, um sistema agroecológico que, historicamente, garantiu segurança alimentar e equilíbrio ambiental às propriedades rurais. Manter um “pomar, horta e jardim” repleto de plantas medicinais, verduras e frutas em todas as estações, ao invés de substituir essas áreas por monoculturas (milho ou soja), constituiu uma reação concreta ao apagamento dos saberes tradicionais, uma proteção contra a dependência completa de sementes híbridas, agroquímicos e insumos externos, reforçou que ainda existia uma certa autonomia dos agricultores familiares.

Muitas dessas práticas foram transmitidas de geração em geração por mulheres, mães, avós e tias, que conheceram o *modus vivendi* camponês antes da chegada da integração com a Sadia. Trata-se de saberes enraizados nas práticas caboclas, que combinavam técnicas produtivas com o respeito aos ritmos da natureza e à lógica da subsistência. Ao enaltecer a fabricação caseira de queijos e derivados do leite (nata, manteiga, puína), o cuidado com galinhas caipiras e porcos “comum tratado com lavagem”, Rosani Schiavini (2025) destacou um conhecimento feminino silenciado pelas narrativas oficiais e, muitas vezes, não estimulado pelas grandes corporações agroindustriais.

O cultivo de flores, frequentemente visto apenas como atividade ornamental, é destacado por Rosani Schiavini (2025) como elemento essencial para a saúde do agroecossistema. Assim o trabalho feminino incorpora a produção de alimento, mas também a mediação entre produção e preservação.

Em termos teóricos essas práticas são formas de mobilização à acumulação por despossessão: ao não abrir mão de suas sementes crioulas, da diversidade de espécies e dos saberes tradicionais, as mulheres agricultoras se recusaram a transformar suas terras em mero patrimônio que gera capital financeiro. Assim sendo, reforçaram a ideia de que a terra não é somente uma mercadoria, mas um espaço de sociabilidade e cuidado entre as gerações.

Rosani Schiavini (2025) desenha um projeto de mundo contrário ao modelo agroindustrial homogeneizante, um mundo em que as mulheres, detentoras desses conhecimentos ancestrais, se colocam como guardiãs de um modo de vida sustentável, digno e, sobretudo, profundamente vinculado às raízes culturais do campo.

Ela traz o reconhecimento dos saberes associados ao espaço doméstico que quase sempre eram desvalorizados em discursos institucionais da história econômica, ratificando o protagonismo feminino na agricultura familiar. Ao falar das práticas que ficaram de herança para ela, a Entrevistada 8 destacou um conjunto de conhecimentos que foram transmitidos de geração em geração e que, embora invisíveis ao olhar do mercado, são essenciais para a sustentabilidade da propriedade.

O saber doméstico é um patrimônio familiar, não é somente uma técnica, mas possui o laço afetivo que ultrapassou as barreiras do tempo e conectou as mulheres da mesma família de diferentes momentos históricos. Essas práticas não mercantis tornam-se símbolos de poder e iniciativa dentro do arranjo comercial.

As atividades mencionadas compõem o que se pode chamar de economia do cuidado, que é um conjunto de trabalhos não assalariados voltados à manutenção da vida e do bem-estar coletivo. Ao afirmar que “isso é coisa que não se compra”, a agricultora afirma o caráter inalienável desse saber; ele não pode ser simplesmente substituído pelo mercado. Essa inviolabilidade confere às mulheres um grau de independência frente ao modelo agroindustrial, pois assegura insumos essenciais (limpeza, alimentação, higiene) sem depender de fornecedores externos.

A Entrevistada reconfigura a hierarquia de saberes no campo, ou seja, aquilo que no passado era visto como sem importância tornou-se central para a manutenção da propriedade. Esse movimento de visibilização transforma o doméstico em político, pois reivindica a importância social e econômica das atividades femininas para a reprodução cotidiana da vida rural.

O reconhecimento público dos saberes domésticos atuou como forma de empoderamento feminino, pois ele não apenas deu crédito a habilidades cultivadas no âmbito familiar, como também as transformou em vetores de agência e de autonomia. Desta forma, ele desafiou a divisão sexual do trabalho e fortaleceu o protagonismo feminino no campo.

Aqui, a continuidade dessas técnicas tradicionais se transformou em um símbolo de força. O trabalho de cuidar da casa e da cultura, que muitas vezes passou

despercebido, agora começou a ser percebido como uma forma de agência. Ao valorizar essas práticas, as mulheres deram um novo significado ao que antes chamavam de trabalho doméstico, enxergando-o como a base de uma economia familiar independente, diferente do modelo industrial de produção.

Por fim, as redes de solidariedade feminina — frequentemente articuladas por sindicatos, clubes de mães e Comunidades Eclesiais de Base — mostram como o empoderamento se consolidou coletivamente. Maria Inês Schneider³ (2023, p. 6), por exemplo, relatou: “as mulheres começaram a se reuni, conversa mais sobre as coisa, de troca as semente [...] isso foi muito importante pra gente não perde as semente antiga, de comida boa”.

O empoderamento feminino não é um fenômeno individual, mas um processo construído coletivamente por meio de redes de mulheres, e isso foi essencial para a construção de um novo pensamento sobre o trabalho feminino.

Nos sindicatos rurais, por exemplo, as diretorias passaram a incluir candidatas mulheres, pressionadas por demandas internas. Já os clubes de mães ofereceram um ponto de encontro mensal, onde se trocavam experiências práticas, como confecção de sabão ou receitas de preservação de alimentos, que iam além do cuidado doméstico e se transformavam em saberes compartilhados. As Comunidades Eclesiais de Base, por sua vez, mobilizaram a fé como elemento organizador, promovendo rodas de conversa e círculos bíblicos que debatiam solidariedade, justiça social e a necessidade de preservar as sementes tradicionais.

O relato de Maria Inês Schneider mostrou, na sua fala, que a semente não é somente uma fonte de alimento, mas uma importante fonte de memória e identidade coletiva. A perda de variedades nativas foi acelerada pela uniformização promovida pela agroindústria, que privilegia cultivares de alta produtividade e sementes híbridas. E por isso manter as sementes crioulas foi uma forma de oposição simbolicamente à lógica de acumulação por despossessão. Elas recusaram a entrega total de seus recursos a fornecedores corporativos, preservando um patrimônio ancestral.

³ Entrevista realizada com Maria Inês Schneider, agricultora de aproximadamente 60 a 70 anos, casada, residente em pequena propriedade familiar própria. Atua no cultivo de suínos, gado leiteiro e horta, mantendo atualmente o sistema de parcerias com a agroindústria. Participa ativamente do sindicato e do clube de mães, além de manter vínculos comunitários por meio da família, vizinhas e da igreja. Demonstrou-se receptiva durante a entrevista, compartilhando suas experiências e trajetória no trabalho rural.

As reuniões para troca de sementes e de conhecimentos geraram um capital social como laços de confiança e identidade comunitária, e isso sustentou outras formas de mobilização. Esses encontros favoreceram a socialização de técnicas agroecológicas e a formação de lideranças locais. Em termos históricos, tais redes funcionam como contrapeso ao individualismo do mercado, criando um campo de solidariedade que amplia a capacidade de ação das mulheres frente a políticas rurais que muitas vezes excluíram e práticas empresariais que oprimiram as agricultoras e suas famílias.

A afirmação do empoderamento feminino no campo aconteceu por meio de práticas cotidianas de cooperação e de agência. Dessa forma, o impacto do empoderamento feminino nas relações de poder no meio rural ultrapassa o simples acesso a recursos: ele reconfigura estruturas de autoridade, legitima saberes historicamente marginalizados e fomenta a organização coletiva como atuação frente ao controle agroindustrial.

4.3.2 Conflitos no processo de empoderamento

O avanço da atuação feminina no campo não ocorreu sem conflitos. Muitas mulheres agricultoras enfrentaram barreiras explícitas e sutis no processo de afirmação de seus direitos e capacidades. Essas pressões se manifestaram tanto no interior das famílias, com a manutenção de padrões patriarcais de autoridade, quanto nas relações com instituições e empresas, onde a legitimidade da mulher como interlocutora ainda era, por vezes, questionada. A conquista de espaços de decisão e titularidade frequentemente exigia enfrentamento de normas culturais arraigadas e persistência diante da invisibilização histórica.

À medida que as mulheres passaram a reivindicar espaço, voz e direitos, enfrentaram desde as barreiras explícitas até as mais sutis de exclusão que se manifestavam em todos os espaços em que as mulheres circulavam. Esses obstáculos atuavam por meio de políticas públicas, estruturas religiosas ou produtivas que ajudavam a perpetuar as desigualdades, e também por meio social e simbólico, através de valores, crenças e práticas cotidianas que questionavam a autoridade das mulheres.

Do ponto de vista institucional, muitas agricultoras relataram a discrepância entre a realidade de seu trabalho e o reconhecimento oficial. Mulheres que trabalhavam arduamente na lavoura, na pecuária e na gestão das propriedades sequer eram consideradas produtoras nos documentos, como enfatiza Márcia Elvira Colussi⁴ (2025):

A nossa luta sempre foi constante. Toda dificuldade da mulher era feita uma pauta de reivindicação, como educação, saúde, saneamento básico, direitos à igualdade, ao racismo, e não só da mulher, mas da família, como muitos, os direitos dos filhos, como nas universidades de qualidade gratuita. Foi necessário lutar para ter documentos no nome da mulher, ser reconhecida como agricultora. Antes era só no nome do marido. Isso dá uma autonomia, uma segurança pra gente que antes não existia.

Essa fala, analisada sob uma perspectiva historiográfica, revelou as múltiplas camadas de exclusão enfrentadas pelas mulheres do campo e nos permitiu compreender o empoderamento feminino rural como um processo histórico de conquista e reconfiguração de direitos sociais, políticos e identitários.

Do ponto de vista institucional, a entrevista de Márcia Colussi explicitou o desequilíbrio entre o trabalho cotidiano exercido pelas mulheres, como o plantio na lavoura, o cuidado com os animais e o trabalho doméstico, e o reconhecimento legal desse trabalho. Historicamente, o campo brasileiro foi marcado por um patriarcalismo estrutural, onde a titularidade da terra, dos documentos legais e do reconhecimento como produtor rural era exclusivamente um direito dos homens, mesmo quando a produção era resultado do trabalho familiar ou do casal. Essa ausência do nome das mulheres nos documentos é a negação formal de sua existência como sujeito econômico.

A entrevistada ainda deixa explícito na sua fala que a luta não pode ser isolada, mas parte de um movimento maior por direitos, como educação, saúde, igualdade de gênero e combate ao racismo. Isso reafirma a ideia de que a luta das mulheres agricultoras vai além da agricultura e une-se com as pautas das mulheres urbanas e

⁴ Entrevista realizada com Márcia Elvira Colussi, agricultora de aproximadamente 50 a 60 anos, casada, residente em pequena propriedade familiar própria. Atuou no cultivo de suínos, gado leiteiro e horta, mas atualmente não participa do sistema de produção com a agroindústria. Mantém vínculos comunitários por meio do sindicato, do partido (PT), da cooperativa, do clube de mães e do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), além de relações com vizinhos, igreja e familiares. Demonstrou-se receptiva durante a entrevista, compartilhando suas experiências no trabalho rural e na vida comunitária.

trabalhadoras assalariadas. É claro que as especificidades das mulheres agricultoras estavam sempre destacadas em sua vida, fala e corpo.

Márcia Colussi (2025) mostrou que há uma certa autonomia das agricultoras e isso não foi uma concessão, mas foi conquistada por meio do protagonismo, que ora é mobilização, ora é via institucional. Essa característica é essencial a nível jurídico, econômico e simbólico. Jurídico por permitir acesso a políticas públicas e a crédito, a nível econômico, por permitir independência na gestão dos recursos, e também simbólico, porque reconheceu a mulher como trabalhadora ativa da história da agricultura.

Esse depoimento possui grande valor como fonte oral, pois reconfigura o papel da mulher nas narrativas sobre o desenvolvimento agrário. Ao escutar essas vozes, contribuimos para promover um deslocamento na historiografia tradicional, abrindo espaço para a memória das ações cotidianas e muitas vezes silenciosas, realizadas nos quintais, nas cozinhas, nas assembleias sindicais e nas reuniões de base.

O Estado e os órgãos públicos historicamente invisibilizaram o trabalho feminino rural, forçando as mulheres a uma agência estrutural contra o sistema, pois o acesso das mulheres à terra foi limitado, assim como ao crédito agrícola, à previdência social e às instâncias decisórias das políticas do campo. Mesmo quando políticas de fortalecimento da agricultura familiar foram criadas, muitas vezes as exigências burocráticas excluíam as mulheres do objetivo principal dessas políticas.

No âmbito religioso e comunitário, outras barreiras foram levantadas. A participação das mulheres em diretorias de igrejas, conselhos comunitários e atividades públicas foi, por muito tempo, inibida por discursos que reforçavam papéis subordinados. Em depoimento, uma entrevistada lembrou:

Quando eu di [dei] meu nome para entrar na diretoria da capela eu ouvi do padre que era coisa de homem. Que nós, as mulher tinha que cuidar da missa e de limpa a Igreja. Só isso. Isso machuca né? A gente queria trabalha pra comunidade e escuta isso, dói né? Qual a diferença de um homem e de uma mulher? Eu não entendo. Mas faz nós querer muda as coisa. Foi nesse momento que comecei a estuda no sindicato, nos curso deles e isso abriu minha cabeça (Entrevistada 7, 2023).

As instituições religiosas, especialmente as igrejas cristãs, desempenharam um papel importante mas contraditório. Ao mesmo tempo que ajudaram a estruturar as formas de solidariedade comunitária com envolvimento nos movimentos sociais em luta de justiça social para as minorias, também atuaram como instrumentos de

controle social, especialmente sobre os papéis de gênero. A fala do padre reproduz essa estrutura hierárquica e naturalizou a exclusão das mulheres dos espaços de decisão e as condicionou somente à atuarem nas funções de suporte e de cuidado.

Trata-se de um espelho da organização sexual do trabalho da sociedade como um todo, especialmente no campo. A autoridade simbólica, política e espiritual era masculina. “Isso machuca né?” (Entrevistada 7, 2023): a dor expressa não é somente de uma pessoa injustiçada, mas é o reflexo de uma violência coletiva e histórica.

Diante da negação e da rejeição, ela busca caminhos alternativos para a formação e, conseqüentemente, melhorar sua ação. A decisão de estudar no sindicato, mostrou a importância dos espaços de educação política, como os sindicatos e os movimentos sociais e também as pastorais da Igreja Católica e Luterana (IECLB) para a construção da consciência de direitos entre as mulheres agricultoras. Esse movimento inscreveu-se no contexto macro das lutas femininas por cidadania e reconhecimento rural, especialmente a partir do fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação.

A historiadora Joan Scott propôs que o gênero não deve ser visto apenas como uma diferença entre homens e mulheres, mas como uma categoria de análise histórica. Isso significa que o gênero deve ser usado pelos historiadores para entender como as relações de poder são organizadas nas sociedades, e como essas relações afetam a experiência das pessoas ao longo do tempo.

Nesse sentido, a busca das mulheres por alternativas, a construção de redes e sua formação política ganham maior relevância, pois esses processos refletem a transformação de estruturas sociais mais amplas. O gesto individual de resistir à exclusão, por exemplo, transcende uma ação isolada e se configura como um ato simbólico de rompimento com uma tradição de silenciamento, afirmando a busca por reconhecimento social e comunitário. Assim, os papéis atribuídos às mulheres deixam de ser naturais ou imutáveis para serem compreendidos como construções históricas que estão em constante contestação, renegociação e transformação.

Esses conflitos abertos, como negações explícitas de participação ou violências simbólicas, andam lado a lado com rejeições sutis, como o silenciamento nas reuniões, o uso de piadas depreciativas, a desvalorização de propostas apresentadas por mulheres ou o simples fato de que suas opiniões são menos ouvidas e validadas.

A rejeição também aparece no seio familiar, onde muitas mulheres precisaram negociar sua participação em reuniões sindicais ou movimentos sociais. Como

apontou a Entrevistada 8 (2023): “o meu marido falava que mulher não precisava ir na reuniões. Que era só pra encher a cabeça da gente, a gente tem muita coisa para cuida, da casa, dos filho”.

Esse trecho revela, de maneira consistente, como as dinâmicas de poder patriarcal se manifestam no espaço mais íntimo da vida social que é a família. A fala da entrevistada 8 mostrou que a rejeição à participação feminina não era somente uma pauta institucional, mas estava presente nas estruturas cotidianas de controle e domínio.

É um exemplo de mecanismo de contenção da autonomia das mulheres, sustentado por uma ideologia que relaciona as mulheres ao trabalho doméstico e aos cuidados da família ou ainda aos trabalhos reprodutivos da propriedade. O marido reproduziu um discurso desmobilizador que negou à mulher o direito à participação enquanto cidadã. As hierarquias de gênero são mantidas por leis, instituições e também por discursos cotidianos que normalizam a desigualdade. Contudo, a decisão da Entrevistada 8 de relatar essa experiência já é um sinal de ruptura, pois ela rompeu com o silenciamento doméstico. Isso exige das mulheres coragem e estratégias para resistir sem romper os laços afetivos.

Por fim, a conquista de espaço por parte das mulheres também gerou tensões com as estruturas de poder locais, como sindicatos, cooperativas e associações. A Entrevistada 7 afirmou: “A gente começou a se reuni, a falá das semente, das coisa da vida da gente. Lá no sindicato tinha homens que dizia que isso era perder tempo né?, que não era importante. A gente teve que bate o pé e falá alto” (Entrevistada 7, 2023).

Esse trecho mostra o processo de empoderamento feminino no meio rural implicou disputas diretas com estruturas tradicionais de poder, mesmo aquelas que, em tese, deveriam acolher e representar as agricultoras. A Entrevistada 7 refletiu a subestimação dos saberes e demandas das mulheres, tidas como irrelevantes por dirigentes homens de instituições como sindicatos.

Essas organizações foram consolidadas num contexto patriarcal, onde as esferas produtiva e decisória eram atribuídas somente aos homens, e os temas relacionados à vida cotidiana, às sementes crioulas, aos cuidados, à saúde e à alimentação, ou seja, ao universo feminino, eram tidos como assuntos menores. Há um julgamento de valor sobre o que é considerado trabalho legítimo, algo que remonta a estruturas capitalistas da divisão sexual do trabalho.

As mulheres resistem e enfrentam o espaço institucional e isso pode ser considerado como uma prática de agência ativa, onde a palavra, o corpo e a presença das mulheres tornam-se ferramentas de importantes de luta contra a exclusão. Assim, esse episódio sintetizou o movimento entre marginalização e luta por reconhecimento, revelando como as mulheres, a partir de seus saberes e experiências, reconfiguraram os modos de participação e alteraram os significados de sua vida no meio rural.

A presença feminina transformou agendas, prioridades e linguagens. Onde antes só se falava em produção e mercado, passou-se a discutir alimentação saudável, memória, cultura, afetos e espiritualidade. Esse deslocamento de perspectiva incomodou estruturas fixas e provocou novas formas de ação institucional.

4.3.3 Legado, Memória e Continuidade dos Saberes Femininos

A vida das mulheres agricultoras não se limita ao recente acesso aos seus direitos enquanto cidadãs. Há outras dimensões que historicamente foram invisibilizadas, mas historicamente foi fundamental para a reprodução da agricultura familiar, esses são os saberes acumulados e transmitidos entre as gerações de mulheres. A vida rural traz na sua constituição a memória das práticas de trabalho na e com a terra, com os alimentos e com a comunidade maior. Todo esse conhecimento, na sua grande maioria, foi mantido, preservado e repassado pelas mulheres agricultoras.

Na fala da Entrevistada 8 (2023), observa-se a consciência dessa herança que é simbólica: “minha mãe sempre fazia sabão de banha em casa, criava galinha, tirava leite [...] eu aprendi com ela e até hoje faço. Isso é coisa que não se compra, é um presente da vó e ficou pra mãe e hoje está comigo. Mesmo que seja difícil e proibido pela Sadia”. Essa fala, carrega em si, uma carga muito grande de simbolismo. Traz a ideia da continuidade das ações que foram repassadas entre as mulheres da família, traz o sentimento de pertencimento e valorização do saber das antepassadas, que consegue se manter viva mesmo com a política de padronização imposta pela agroindústria. É trazer a memória um conhecimento que é feminino, doméstico e coletivo, desconsiderado pelos ocupantes dos poderes constituídos, mas essencial para a sustentabilidade familiar.

Ao nomear essas ações como um "presente", a Entrevistada 8 (2023) concede um valor para além do monetário, pois é um saber dos antepassados, repassado de mãe para filha, e isso é pertencimento familiar. Esse tipo de conhecimento revela o papel das mulheres na vida cotidiana da família e da propriedade da agricultura familiar, mesmo que isso não tenha um reconhecimento oficial.

Há, nessa fala, um embate silencioso entre tradição e modernização, entre o saber popular e a racionalidade produtiva da empresa. Com isso, nasce uma agência afetiva e simbólica, pois manter essa prática é sustentar viva a memória do que aprendeu com a mãe e a avó. Reafirmando assim, sua ação e autonomia, mesmo que parcial, frente a um sistema que tende a deslegitimar formas alternativas de produção e conhecimento. A memória não foi somente sobre uma lembrança afetiva, mas tornou-se um mecanismo de resistência. A entrevistada estava cobrando que valorizassem o saber que foi transmitido por gerações, e que resistiu à desvalorização imposta pelos discursos técnicos. Ela deu visibilidade, através de sua fala, à existência, à dignidade e à centralidade de sujeitos desvalorizados historicamente e preservou modos de vida, saberes e relações que formam a riqueza de uma comunidade rural.

Como nos mostrou Rosani Schiavini (2025), em seu depoimento que revelou uma ecologia do cuidado⁵ que está na centralidade da vida agrícola das mulheres. Esses saberes milenares não foram somente sobre técnicas, mas foram e são formas de se relacionar e de viver com a terra e seus ciclos de produção, entender o tempo e respeitar a natureza. Essas perspectivas foram importantes para a constituição das identidades das mulheres rurais, mesmo que muitas vezes de forma não intencional ou ainda não consciente por parte delas. Elas foram as mantenedoras de um saber e prática que estavam presentes na vida diária delas, uma forma ecológica e relacional

⁵ A noção de ecologia do cuidado, conforme desenvolvida por Dell'Aglio (2021), amplia a compreensão tradicional do cuidado, historicamente vinculado ao espaço doméstico e ao papel feminino. Dell'Aglio articula essa proposta com conceitos fundamentais como ecologia das práticas, ecologia da cultura, economia do cuidado e cuidado ecológico, constituindo uma abordagem epistemológica que reconhece o cuidado como uma rede de interdependências entre humanos, natureza, tecnologias e materialidades. Trata-se de uma ética que se relaciona e rompe as dicotomias entre produção e reprodução, razão e afeto, campo e casa. Essa perspectiva permite valorizar os saberes e as práticas das mulheres agricultoras como ações políticas importantes, que sustentam as famílias e as comunidades e são resistência à lógica do capitalismo agroindustrial, reconhecendo sua agência na manutenção da natureza e da vida.

de compreender a vida no campo. Nesse vínculo cuidar da terra é um gesto de cuidar de tudo o que ela representa.

A menção ao cultivo das flores, por exemplo, não é um somente para decoração ou embelezamento, mas é uma visão de mundo integrada; beleza, funcionalidade e natureza coexistem e se autorregulam, e isso é completamente desprezado pelo capital agroindustrial. Percebemos que essas mulheres produziram uma história alternativa, ou não oficial, ou das de baixo, ou ainda das excluídas, e até mesmo da agricultura familiar, uma história marcada pelo silêncio, mas que insiste em desafiar os modelos econômicos aos quais a agricultura familiar foi submetida.

Como já abordado anteriormente, as redes entre mulheres desempenharam um papel crucial na preservação e transmissão dos saberes tradicionais. Essas conexões facilitaram a troca de sementes e conhecimentos e fortaleceram os vínculos intergeracionais, garantindo a continuidade da memória coletiva das agricultoras. Ao promover espaços de encontro e diálogo, essas redes funcionaram como instrumentos silenciosos de resistência cultural diante dos processos de homogeneização da produção agrícola. Como relatou Maria Inês Schneider (2023), “as mulheres começaram a se ‘reuni’, conversa mais sobre as coisa, de troca as semente [...] isso foi muito importante pra gente não perdê as semente antiga, de comida boa”.

Cada semente trocada ou preservada carregava uma história em si, uma linhagem, um saber das antepassadas. Quando uma semente era trocada, marcava-se uma posição política, em que a reciprocidade e a solidariedade foram valores essenciais em contraposição à lógica da propriedade e do capital das grandes empresas agroalimentares. Assim sendo, uma posição foi marcada, o cultivo da terra está diretamente ligado ao cuidado com a vida e com a memória desses saberes tradicionais.

A trajetória e afirmação da identidade das mulheres agricultoras se revelou como um processo de profundas transformações sejam pessoais, familiares ou ainda comunitárias. Como demonstrado ao longo deste capítulo, a luta pela visibilidade e pelo reconhecimento institucional não foi unicamente por documentos, ou ainda para acessar políticas públicas, mas foi mais profundo, foi um enfrentamento às estruturas patriarcais que marginalizavam as vozes das mulheres, seus corpos e seus saberes.

Nas entrevistas, algumas mulheres revelaram que quando obtiveram os documentos em seus próprios nomes, como Bloco de Notas de Produtoras Rurais,

isso representou além da possibilidade de acesso a crédito, uma nova configuração do lugar da mulher na família e na sociedade. O reconhecimento econômico foi uma conquista importante nas relações de poder dentro das famílias, gerando, inclusive, agências.

Essas mudanças foram impulsionadas por um contexto macro de mobilização das mulheres. A atuação dos movimentos de mulheres e dos sindicatos foi fundamental para a conquista de direitos, como acesso à terra e ao crédito. Somado-se a isso temos as políticas governamentais que estabeleceram cotas para as mulheres de acesso a subsídios financeiros. Fator esse, essencial para compreender o aumento da participação das mulheres no acesso ao crédito.

Por outro lado, as mudanças provocadas pelo empoderamento feminino também mostraram as tensões e conflitos, no interior das famílias e na relação com as instituições. O medo dos homens em perder espaço ou autoridade diante da autonomia feminina ainda foi uma realidade encontrada em diversas falas das entrevistadas. A transformação das relações de gênero não ocorreu de forma linear ou pacífica; ela exigiu, resiliência e força.

Este capítulo mostrou que, ao se afirmarem como sujeitos de direitos, as mulheres agricultoras reconfiguraram suas histórias individuais e a vida das comunidades onde vivem. A conquista de espaços econômicos e políticos, como associações e conselhos, marcou uma mudança histórica na luta por justiça de gênero no campo na região de Concórdia/SC.

Considerações finais

A trajetória das mulheres agricultoras de Concórdia, entre as décadas de 1970 e 2010, revela dimensões profundas e multifacetadas da agência e do protagonismo feminino no campo. Longe de serem agentes passivas e coadjuvantes no processo de modernização agroindustrial promovido pela Sadia, essas mulheres desempenharam papéis centrais, mesmo que rotineiramente invisibilizados, na manutenção da vida na agricultura, na articulação da comunidade e na construção de alternativas frente a um modelo econômico excludente. A presente tese, ao escavar essas experiências, buscou compreender os impactos desse sistema de “parcerias” sobre as rotinas e de identidades e também compreender as atitudes cotidianas que, somados, constituem importantes sementes de transformação.

A escolha por uma abordagem teórico-metodológica fundamentada na história oral e na micro-história permitiu colocar em evidência, com cuidado aos detalhes e à singularidade das trajetórias, as formas como essas mulheres negociaram sua presença na agricultura e, conseqüentemente, no mundo. Essa escolha não foi neutra: corresponde a uma opção política e epistemológica por escutar vozes historicamente silenciadas, reconhecendo a relevância da experiência como categoria histórica (Thompson) e do saber situado como princípio de construção do conhecimento histórico (Scott). As narrativas das mulheres agricultoras, longe de serem representativas de um passado homogêneo, revelaram-se como territórios em disputa e de memória e recriação constante.

As estratégias identificadas nesta pesquisa, por exemplo, a formação de redes de solidariedade, o fortalecimento das hortas, a participação em sindicatos, a transmissão de saberes entre gerações e até a manipulação dos sistemas de controle da agroindústria demonstram a criatividade dessas mulheres diante de estruturas que lhes eram adversas. Esses movimentos foram muitas vezes sutis, silenciosos, mas não menos eficazes em seu poder de afirmação e sobrevivência.

O modelo de integração imposto pela agroindústria não foi apenas econômico, mas também simbólico. Ele operou uma reorganização das práticas e das subjetividades no campo, impondo um ritmo de trabalho padronizado. Também desvalorizou saberes tradicionais e deslocou os sentidos atribuídos ao trabalho da família de agricultores e agricultoras. Nesse contexto, a ação feminina se fez contra a opressão econômica, mas, também, de forma intensa, contra a tentativa de apagar suas identidades e seus modos de vida. A insistência em manter os quintais, em criar pequenos animais fora do sistema oficial, em preservar plantas medicinais e flores, em ter as hortas, como relatado por Rosani Schiavini, é também uma recusa a aceitar a totalidade do projeto agroindustrial. É atuação das mulheres que está no chão da vida cotidiana, no gesto de cultivar, alimentar, cuidar e ensinar.

Outra dimensão importante revelada pela pesquisa é o caráter ambíguo das experiências vividas. Muitas mulheres transitaram entre a conformidade e a resistência, ora aceitando as imposições da empresa por necessidade, ora buscando formas de subverter as regras em benefício da família. Essa ambiguidade não é necessariamente uma contradição ou incoerência, mas refletiu a complexidade das estratégias de sobrevivência em um contexto de poder assimétrico. Como demonstrado na fala de Amália Mikaelson, a aceitação das normas da Sadia não excluía o sentimento de desconforto ou a percepção de injustiça. Já nas práticas de mulheres como Anelori, a astúcia e o “jogo de cintura” aparecem como elementos centrais da vida cotidiana.

O recorte temporal da pesquisa permitiu observar importantes mudanças nas condições sociais, políticas e culturais do campo. A década de 1970 marcou o fortalecimento do sistema de “parcerias”, em um contexto de expansão do agronegócio e de forte intervenção estatal na modernização da agricultura. Já nos anos 1990 e 2000, assistimos ao início de um novo ciclo de rearticulação social, no qual as mulheres passaram a ocupar mais visivelmente os espaços de organização e de reivindicação. A presença feminina em sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e associações revelou um movimento de politização progressiva e de busca por reconhecimento social. Ainda que a divisão sexual do trabalho continue operando de forma desigual, os relatos mostram que essa divisão tem sido cada vez mais tensionada pelas práticas concretas das agricultoras.

Ao longo do período estudado, essas ações foram fundamentais para a manutenção da vida no campo e também para promover transformações concretas

nas comunidades locais. A presença crescente das mulheres em partidos e sindicatos, a conquista de direitos trabalhistas e previdenciários e o fortalecimento da agroecologia como prática cultural e política são evidências concretas dessas mudanças.

Do ponto de vista historiográfico, a transmissão intergeracional de saberes pode ser compreendida como uma forma de agência histórica silenciosa. Mulheres que não estavam nos registros dos documentos oficiais como proprietárias ou líderes, foram as responsáveis por preservar práticas de produção de alimentos, de cuidado para com a saúde da família por meio do cultivo de ervas e produção de remédios caseiros. Esse protagonismo foi a base da agricultura familiar. Ele acontece, na maioria das vezes, em espaços historicamente desvalorizados: a cozinha, o quintal, a horta, o galinheiro. No entanto, foram esses espaços o centro da vida familiar.

É necessário destacar que a transmissão dos saberes femininos é também uma estratégia de revalorização da memória oral e da cultura camponesa. Ao trazer as vozes das mulheres para o centro da análise, esta pesquisa contribuiu para historicizar o protagonismo feminino não apenas como um fenômeno recente, mas como uma presença contínua, resiliente e fundamental para a sobrevivência familiar. O legado das mulheres agricultoras de Concórdia não foi feito somente de ações atuais, mas de uma prática histórica que projeta o futuro, na terra, na casa, nos corpos e na palavra.

As mulheres sempre estiveram ali, sustentando a vida e a terra, ainda que invisibilizadas. Pensar esse protagonismo como projeto é reconhecer que as lutas atuais por direitos, reconhecimento e igualdade se apoiam num chão histórico construído com trabalho, cuidado e ação silenciosa. A produção historiográfica deve contribuir para a restituição da dignidade histórica dos sujeitos subalternizados e também para a construção de narrativas que não somente expliquem o passado, mas sejam pontos de partida para imaginar futuros mais justos e equitativos.

A transmissão desses saberes não se limitou somente às técnicas de cultivo ou de manejo de animais de pequeno porte, mas envolveu uma técnica baseada na observação, no convívio e na vida cotidiana. As filhas aprendiam com as mães, que por sua vez tinham aprendido com as avós, em um processo contínuo que dependia apenas de vínculos de confiança, intimidade e convivência.

Somado a isso, a oralidade foi outro dos principais instrumentos de preservação dessa cultura camponesa feminina. As receitas, as práticas de cuidado, os saberes

sobre o tempo e a terra não eram anotados em manuais técnicos, mas transmitidos por meio das rodas de conversa, do exemplo e do fazer junto. Esse modo de produção e transmissão do conhecimento contrasta radicalmente com a racionalidade técnico-científica dominante.

Não é somente um saber funcional, mas um saber carregado de emoções, de histórias de vida, de relacionamento. A memória, nesse contexto, é uma forma social de resistência, pois permitia às mulheres preservar e ativar práticas que desafiam o apagamento imposto pelas empresas agroindustriais. A insistência em manter o cultivo de uma variedade crioula de milho, de feijão ou de uma erva medicinal, além das flores, tornou-se, assim, um gesto político, mesmo que silencioso, pois reafirmava a autonomia dos saberes femininos e locais.

Essa valorização da memória está profundamente conectada às dimensões simbólicas da identidade camponesa. Em um contexto em que a industrialização da agricultura tenta impor padrões únicos e despersonalizados, a diversidade das práticas locais, sustentadas pelas mulheres, funciona como um contraponto. As agricultoras, ao resistirem à homogeneização cultural, mantêm vivas suas histórias e mantêm uma forma de vida que valoriza a diversidade e a convivência fraterna para com os ritmos da natureza e seus ciclos.

Os relatos das Entrevistadas mostram, também, que a memória das mulheres agricultoras não é algo fixo, mas dinâmico. Elas não repetem o passado como um modelo acabado, mas reinterpretam os saberes de acordo com os desafios da atualidade. Essa capacidade é parte do protagonismo feminino, pois é uma agência ativa na construção da vida diária e das estratégias de enfrentamento às transformações impostas pela agroindústria.

Ao lembrar e praticar saberes herdados, as agricultoras construíram alternativas às narrativas produzidas pela empresa Sadia. Essas narrativas construídas serviam como resistência simbólica e material frente à invisibilidade histórica das contribuições delas. O gesto de contar a história de uma semente herdada, de uma prática de cuidado ou de uma receita transmitida é também uma forma de produzir história, uma história que afirma a presença e a importância das mulheres no campo, muitas vezes negada nos arquivos e registros oficiais.

É através da memória que as mulheres constroem pertencimento, identidade e possibilidade de continuidade. Por isso, falar de legado não é somente reconhecer a herança do passado, mas afirmar e reafirmar o compromisso com a permanência e a

reconstrução de um projeto rural baseado na autonomia, na reciprocidade e na valorização dos saberes locais.

A intensificação do trabalho, a precarização das condições de vida e o êxodo rural ameaçam a transmissão intergeracional dessas práticas. Muitas mulheres mais jovens não conseguem ou não querem permanecer no campo, e isso exige pensar em formas de valorização ativa desses saberes nas políticas públicas, nos processos educativos e nas formas de organização comunitária. Em suma a valorização da memória deve vir acompanhada de condições concretas para sua reprodução.

Por isso, é fundamental compreender o legado das mulheres agricultoras não como algo do passado, mas como um potencial para o futuro. As práticas de cuidado, as redes de solidariedade, a diversidade produtiva e a relação respeitosa com a natureza são elementos fundamentais para a construção de alternativas ao modelo agroindustrial. O que as mulheres mantêm vivas em suas hortas, quintais e conversas pode, e deve, inspirar outros modos de viver e produzir no campo.

Assim, pensar o legado das mulheres camponesas é também um convite para construir narrativas que não reconheçam somente o que foi feito, mas que projetem possibilidades. Possibilidades de uma agricultura mais justa, de relações mais equitativas, de uma vida rural menos invisibilizada e mais valorizada. Nesse processo, a memória das agricultoras de Concórdia deixa de ser apenas um registro do que passou e se transforma em força ativa de transformação.

As hipóteses formuladas no início da pesquisa foram confirmadas em grande parte. As mulheres de Concórdia, de fato, desenvolveram estratégias para enfrentar as limitações do sistema. Esse protagonismo se manifestou tanto na dimensão prática, através das hortas, criações alternativas, redes de troca, quanto na política, com sua entrada em sindicatos, movimentos e espaços de decisão. Também se confirmou que seu engajamento político teve impacto concreto sobre o contexto agrícola regional, promovendo transformações que ressoaram para além das fronteiras de suas comunidades.

As organizações sindicais, religiosas e comunitárias se mostraram fundamentais como mediadoras da resistência. Foram nelas que as mulheres encontraram espaço para se organizar coletivamente, acessar formação política, elaborar suas pautas e disputar poder. Não se tratou apenas de instituições que as acolheram, mas também de organizações transformadas pela presença feminina, já que as mulheres passaram a ocupar espaços de liderança e a reconfigurar suas

práticas. A Marcha das Margaridas, a luta pela aposentadoria rural e a reivindicação por políticas públicas específicas são expressões desse engajamento crescente. Nesse sentido, a atuação dessas mulheres não aconteceu apenas em nível doméstico, mas foi construída também em arenas coletivas de luta, muitas vezes levando mulheres oriundas do sistema “integrado” de parcerias a se tornarem lideranças sindicais e partidárias, questionando estruturas antes predominantemente masculinas.

Do ponto de vista historiográfico, a tese contribui para o alargamento dos horizontes interpretativos da história rural regional ao incorporar, de forma crítica, a perspectiva de gênero e ao desafiar as narrativas que tratam o campo como um espaço exclusivamente masculino ou subordinado à lógica produtivista. A partir do enfoque nas mulheres agricultoras de Concórdia, evidencia-se que o rural é também um espaço de disputa simbólica, onde diferentes projetos de vida, desenvolvimento e sociabilidade convivem, entram em conflito e se transformam mutuamente.

Do ponto de vista teórico, o trabalho dialoga com autores que propõem o deslocamento da análise do macro para o micro, do estrutural para o experiencial. A ênfase na agência das mulheres, inspirada por E. P. Thompson, permite compreender como sujeitos subalternos são também produtores de história, ainda que atuem em condições desfavoráveis. A crítica ao essencialismo foi fundamental para evitar leituras romantizadas ou homogêneas da condição feminina rural, respeitando a pluralidade de vivências e a diversidade de estratégias adotadas pelas mulheres.

A pesquisa reconhece, no entanto, suas limitações, a delimitação geográfica a um único município e a predominância de fontes orais oriundas de um mesmo contexto cultural limitam, em parte, a generalização dos dados. Ainda assim, as análises aqui desenvolvidas oferecem pistas importantes para estudos comparativos e para a formulação de políticas públicas voltadas à equidade de gênero no meio rural.

A realização desta pesquisa enfrentou uma série de desafios que impactaram diretamente no ritmo e nas possibilidades de aprofundamento do trabalho. Uma das principais dificuldades foi o acesso limitado a arquivos e documentos históricos, especialmente em acervos físicos de instituições públicas e privadas, que permaneceram fechados ou com funcionamento restrito durante um longo período devido à pandemia da Covid-19. Além disso, a pandemia impôs barreiras à realização de entrevistas presenciais, limitando o contato direto e exigindo adaptações metodológicas, o que nem sempre foi viável devido à precariedade do acesso à

internet em áreas rurais. Apesar dessas limitações, buscou-se desenvolver a pesquisa com o máximo de rigor possível, articulando diferentes fontes e estratégias para alcançar os objetivos propostos.

Dentre as possibilidades de continuidade, destaca-se a necessidade de aprofundar o estudo das juventudes rurais e das interseccionalidades envolvendo raça e classe no campo. Outro caminho relevante seria investigar o papel das mulheres nas práticas agroecológicas e nos circuitos alternativos de comercialização, aspectos que surgiram timidamente nas entrevistas, mas que apontam para uma reconfiguração do rural contemporâneo.

Por fim, esta tese deseja ser mais do que um exercício acadêmico importante. Ela é também um gesto de valorização. Um reconhecimento da força silenciosa das mulheres agricultoras, de sua capacidade de resistir, criar e transformar. Um testemunho de que a história se constrói nos pequenos gestos, nos quintais floridos, nas reuniões de sindicato, nos saberes que atravessam gerações. É uma afirmação de que o campo brasileiro não pode ser pensado sem a presença ativa, crítica e transformadora dessas mulheres que, com mãos calejadas e vozes firmes, semeiam alimentos e as alternativas de mundo.

A história das mulheres agricultoras de Concórdia revela que a resistência não se faz apenas com marchas e palavras de ordem, mas também com colheres de pau, sementes crioulas e votos conscientes. Essa tese não traz somente as vozes silenciadas, mas também aponta para futuros possíveis em que as agricultoras não sejam apenas vistas, mas, principalmente, reconhecidas como sujeitos centrais da história do campo brasileiro.

Fontes

BRASIL, IBGE. **Censo 1970**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>. Acesso 13/02/2023.

BRASIL, IBGE. **Censo 1980**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772>. Acesso 13/02/2023.

BRASIL, IBGE. **Censo 1991**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=283450>. Acesso 13/02/2023.

BRASIL, IBGE. **Censo 2000**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html>. Acesso 13/02/2023.

BRASIL, IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso 13/02/2023.

BRASIL, IBGE. **Censo Agropecuário 1940**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=5974>. Acesso 13/02/2023.

BRASIL, IBGE. **Censo Agropecuário 1950**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>. Acesso 13/02/2023.

BRASIL, IBGE. **Censo Agropecuário 1960**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=744>. Acesso 13/02/2023.

BRASIL, IBGE. **Censo Agropecuário 1970**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=745&view=detalhes>. Acesso 13/02/2023.

BRASIL, IBGE. **Censo Agropecuário 1980**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=746>. Acesso 13/02/2023.

BRASIL. **Decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889**. Rio de Janeiro: Império Brasileiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10432-9-novembro-1889-542322-publicacaooriginal-52491-pe.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 305, de 7 de abril de 1890**. Rio de Janeiro: República Brasileira. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-305-7-abril-1890-523631-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, 30 set. 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria nº 121, de 22 de maio de 2001**. Institucionaliza política pública do MDA, facilitando o acesso para mulheres agricultoras rurais aos recursos de crédito do PRONAF, Banco Terra, crédito fundiário de combate à pobreza rural, com capacitação, assistência técnica e extensão rural. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 maio 2001.

BREEDS OF LIVESTOCK. **Duroc Swine**. 2023. Disponível em: <https://breeds.okstate.edu/swine/duroc-swine.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

CÂMARA DE VEREADORES DE CONCÓRDIA. **Membros e Legislaturas**. Disponível em: <https://www.cvc.sc.gov.br/camara/membros/legislaturas>. Acesso em: 2 abr. 2025.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Inventário da cultura imaterial cabocla no oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2008.

FONTANA, Attilio. **História da minha vida**. São Paulo, 2018.

JORNAL CORREIO DO NORTE. **Hemeroteca Digital Catarinense**. Florianópolis, anos 1988, 1996 e 2001. Disponível em: <https://hemerotecadigital.cultura.sc.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2025.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – Campus Concórdia. **Turma celebra 50 anos de formatura nos 58 anos do campus**. Cecom IFC Concórdia, 22 maio 2023. Disponível em: <https://noticias.concordia.ifc.edu.br/2023/05/22/turma-celebra-58-anos-de-formatura-nos-58-anos-do-campus/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MUSEU HERMANO ZANONI. **Arquivo memorial de fotografias**. Início de Concórdia. Concórdia: Museu Hermano Zanoni, [1980?].

SADIA. **Boletim interno. Nº 12**, 1993. Biblioteca pessoal do Gentil Lino.

SADIA. **Boletim interno. Nº 20**, 1993. Biblioteca pessoal do Gentil Lino.

SADIA. **Boletim interno. Nº 3**, 1979. Biblioteca pessoal do Gentil Lino.

SADIA. **Boletim interno. Nº 6**, 1979. Biblioteca pessoal do Gentil Lino.

SADIA. **Integração, nº 2**, 1978. Biblioteca pessoal do Gentil Lino.

SADIA. **Integração, nº 10**, 1980. Biblioteca pessoal do Gentil Lino.

SADIA. **Integração, nº 44**, 1984. Biblioteca pessoal do Gentil Lino.

SADIA. **Integração, nº 50**, 1985. Biblioteca pessoal do Gentil Lino.

SADIA. **Relatório de 1969 e Plano de trabalho para 1970**. Biblioteca Pessoal.

SADIA. **Relatório de 1972 e Plano de trabalho para 1973**. Biblioteca Pessoal.

SADIA. **Sadia no Campo**, 2009, volume único.

SENADO FEDERAL. **Relatório CPI da Covid. Brasília**: Senado Federal, 26 de outubro de 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. **Memória Política ALESC**. Florianópolis: ALESC, [s.d.]. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

Fontes Orais

BERNER, Alcelma Zenatti. **Mulheres e Agricultura familiar**. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2022.

BURNIER, Doralice Esther. **Mulheres e Agricultura familiar**. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2022.

ENTREVISTADA 6. **Mulheres e Agricultura familiar**. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2024.

ENTREVISTADA 7. **Mulheres e Agricultura familiar**. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2023.

ENTREVISTADA 8. **Mulheres e Agricultura familiar**. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2023.

HAACK, Cibele. **Mulheres e Agricultura familiar**. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2023.

MIKAELSEN, Amália. **Mulheres e Agricultura familiar**. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2023.

SCHNEIDER, Maria Inês. **Mulheres e Agricultura familiar**. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2023.

SCHWARTZ, Anelori Aparecida. **Mulheres e Agricultura familiar**. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2023.

SILVA, Noilves Rosa da. **Mulheres e Agricultura familiar**. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2024.

COLUSSI, Márcia Elvira Grando. **Mulheres e Agricultura familiar**. [Entrevista cedida a Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2025.

SCHIAVINI, Rozani Aparecida. **Mulheres e Agricultura familiar**. [Entrevista cedida a Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2025.

WAMMS, Alaci. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Concórdia**. [Entrevista cedida a Jordan Brasil dos Santos. UFPEL, Concórdia, 2025.

Referências Bibliográficas

AGARWAL, Bina. The Gender and Environment Debate: **Lessons from India**. **Feminist Studies**, v. 18, n. 1, p. 119-158, Spring 1992.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004a.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004b.

ALMEIDA, Marisangela Lins de. **Pode o quintal ser resistência? O trabalho e os saberes das mulheres nos quintais de faxinais do centro-sul do Paraná**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, SC, 2023.

AMADOR, Milton Cleber Pereira. **A colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante e o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia (1920 a 1960)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

AMADOR, Milton Cleber Pereira; ZOTTI, Solange Aparecida. História da Educação Escolar de Concórdia - SC: desenvolvimento socioeconômico e migração italiana. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL: 20 ANOS DE HISTEDBR: navegando pela história da educação brasileira, 7., 2006, Campinas. **Anais [...]**. Campinas, 2006.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **Ces Revista**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 43-56, 2007.

ANDREOLI, Taís Pasquotto; LEONARDO, Sandra Bergamini; FARINA, Milton Carlos; DE LIMA, Ana Boteon. Redes formais e informais entre estudantes universitários: uma análise e comparação de suas estruturas gerais, similaridades e diferenças. **Gestão & Regionalidade**, [S. l.], v. 35, n. 106, 2019. DOI: 10.13037/gr.vol35n106.5284. Disponível em: https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/gr.v35i106.5284. Acesso em: 4 nov. 2024.

ANJOS, Flávio Sacco dos et al. Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, p. 529-548, 2004.

ARCHAMBAULT, Anne. **A Critique of Ecofeminism**. Canadian Woman Studies. V. 13, N. 3, 1993.

BANDEIRA, Lourdes Maria; PRETURLAN, Renata Barreto. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

BARROS, José D'Assunção. **A Expansão da História**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **Revista OPSIS**, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007.

BELATO, Dinarte. **Os camponeses integrados**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, 1985, Campinas.

BOCK, Gisela. **Maternidad y políticas de género**. Madrid: Ediciones Catédra, 1996. (Colección Feminismos, 31).

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas**: O movimento de Mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Florianópolis, SC, 2012.

BONI, Valdete. **Produtivo ou Reprodutivo**: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares – um estudo na região oeste de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BORIS, Eileen. Produção e Reprodução, casa e trabalho. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 101-121, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão técnica: Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRANDENBURG, Alfio. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **RURIS, Revista do Centro de Estudos Rurais** – Unicamp, v. 4, n. 1, mar. 2010.

BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea Butto (Org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

CAMPOS, Indio. **Os colonos do Rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústrias no Oeste Catarinense**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 1987.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na História. MNEME – **Revista de humanidades**, v. 11, n. 28, ago./dez. 2010.

CAVALCANTI, Maria Clara Martins. Gênero e a escrita da história: reflexões sobre feminismo, raça e crítica à colonialidade. **Revista em Perspectiva**, Fortaleza, v. 6, n. 1, 2020.

COLETTI, Tomé. **Agroindústria suinícola e agricultura familiar: uma “crônica” sobre a trajetória histórica no oeste catarinense**. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Economia, Florianópolis, 2009.

COLLING, Ana Maria. Gênero e História. Um diálogo possível? **Revista contexto e educação**. Editora Unijuí, n. 71/72 p. 29-43, 2004.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. O ensino da história e os estudos de gênero na historiografia brasileira. **Revista História & Perspectivas**, v. 28, n. 53, 2015.

COMASSETTO, Carlos Fernando *et al.* História de Concórdia do período anterior a sua emancipação. In: ZOTTI, Solange Aparecida (org.). **História faz História: contribuições ao estudo da História Regional**. Concórdia: Universidade do Contestado, 2006.

CONTE, Isaura Isabel; WESCHENFELDER, Noeli Valentina; CINELLI, Catiane. A construção do feminismo e da identidade camponesa no Movimento de Mulheres Camponesas. In: FAZENDO GÊNERO 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-10.

CORDEIRO, Rosineide de L. M. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. In: encontro Nacional ABRAPSO, 2007, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_187.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

CRUZ, Daniel Scheren da; BRANCO, Sacha Arielle; DICKMANN, Ivo. Modelos agropecuários no oeste catarinense: dos povos tradicionais aos integrados das agroindústrias. **Saúde e Meio Ambiente**, v. 31, n. 48, p. 06, jun. 2018. ISSN 2175-0173. DOI: <http://dx.doi.org/10.22562/2018.48.06>.

CRUZ, Elizabeth Ferreira. Mulheres rurais: identidade e militância. 9. ed. **Fazendo Gênero**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

DALLA COSTA, Armando João. **Agroindústria brasileira contemporânea: inovações organizacionais e transformações tecnológicas na avicultura**. Tese (Doutorado) Instituto de Altos Estudos da América Latina, da Université de la Sorbonne Nouvelle Paris III, Paris, 1997.

DALLA COSTA, Armando João *et al.* A Sadia e as sucessivas sucessões nas empresas familiares. **Texto para discussão**, v. 19, 2005.

DALLA COSTA, Armando João. A perdigão, a passagem do poder e a profissionalização nas empresas familiares. VI Congresso Brasileiro de História Econômica e VII Conferência Internacional de História de Empresas. **Anais**, Conservatória-RJ, 5 a 7 de setembro de 2005.

DALLA COSTA, Armando João. **A sadia e o pioneirismo industrial na agroindústria brasileira**. Curitiba: UFPR, 2012. 254 p.

DALLA COSTA, Armando. A Sadia e sua experiência no mercado internacional. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 5, n. 1, 2009.

DALLA COSTA, Armando. **O grupo Sadia e a produção integrada: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 175-204, 2004.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina Tercer Mundo** Editores y UN. Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas, 2001.

DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2009.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. Ícone Editora, 1985.

DELL'AGLIO, Daniela Dalbosco. **Ecologia do cuidado: práticas cotidianas e arranjos de imprevisibilidades em uma comuna rural**. 2021. 194 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2021.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética de modernização conservadora e a nova história do Brasil. *In*: DOMINGUES, José Maurício. **Ensaios de Sociologia: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

ESPIG, Márcia Janete. O trem do futuro e suas ciladas: a construção da ferrovia do Contestado. In: RODRIGUES, Rogério Rosa; MACHADO, Paulo Pinheiro; TOMPOROSKI, Alexandre Assis; VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete (org.). **A guerra santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023. p. 127-135.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ESPINDOLA, Carlos Jose. **As agroindústrias de Oeste Catarinense**: o caso Sadia. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1996.

EUCLIDES FILHO, Kepler. **Melhoramento genético no Brasil**: Fundamentos, história e importância. Campo Grande: Embrapa, 1998.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio; RODRIGUES, Almir Sandro; SANTOS, Eduardo Britto; PINHEIRO, Gustavo; SILVA, Osvaldo Heller da. Resistência e empoderamento no mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 15, núm. 1, 2007, pp. 123-159. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. **Concórdia**: o rastro de sua história. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018 [online].

FONTANA, Attilio. **História da minha vida**. São Paulo, 2018.

FOSSÁ, Juliano Luiz, COMERLATTO, Dunia, CHEMIN, Patrícia. **Crédito Rural no Brasil**: das Concessões à Institucionalização de Políticas. Maio, 2018.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIDDENS, Antony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GILL, Lorena; SILVA, Eduarda. Perspectivas para a História Oral. In: Pedro Robertt; Carla Rech; Pedro Lisbero e Rochele Fachineto. (Org.). Metodologia em Ciências Sociais Hoje: Práticas, Abordagens e Experiências de Investigação. 1ed. Jundiaí, Santa Catarina: **Paco Editorial**, 2016, v. 2, p. 107-126.

<https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2021/05/Historia-Oral-e-suas-perspectivasmetodologicas-capitulo-de-livro.pdf>

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

GOMES, Gisele Ambrósio. História, Mulher e Gênero. **Revista Virtú**, Juiz de Fora, 10. ed., 2010.

GONÇALVES; Rita de Cássia, LISBOA; Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Katálisis**, Florianópolis v. 10, n. esp., p. 83-92, 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. Os desafios das agriculturas brasileiras. *In*: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. (org.). **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José; KAGEYAMA, Angela. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. *In*: GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas-SP: UNICAMP, IE, p. 1-40, 1996.

GREER, Germaine. **A Mulher Eunuco**. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1971.

GRYNSZPAN, Mário. Fazendo história oral: questões a partir de uma experiência de pesquisa em movimentos sociais. *IN* DEZEMONE, Marcos; FONTES, Edilza (orgs.) **História Oral e conflitos rurais**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

HALL, Stuart. **A Identidade na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DPeA Editora, 2006.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, 1993.

HARVEY, David. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HERNÁNDEZ, Carmen Osório. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009, Porto Alegre.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, Edição Especial, 2016.

HERRERA, Karolyna Marin. **Da invisibilidade ao reconhecimento**: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. 133 p.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

JARDIM, Rejane Barreto; PIEPPER, Jordana Alves. Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero. **MÉTIS: história & cultura**, v. 9, n. 18, p. 87-97, 2010.

KONRAD, Joice; SILVA, Clécio Azevedo da. Agricultura familiar no oeste catarinense: da colônia à Integração. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia, 2012.

LACOUR, Bruno. **Reensamblar lo social**: una introduccion a la teoria del actor-red - 1a ed.. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: **A Escrita da História**: novas perspectivas /Peter Burke (org.). São Paulo: Editora da UNESP 1992.

LIMA, Andréa Bernardes de Tassis Ribeiro. O ecofeminismo e a teologia ecofeminista. **Diálogos e Perspectivas Interventivas**, Serrinha-Bahia-Brasil, v. 3, n. e16307, p. 1-13, 2022. ISSN 2675-682X.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Extensão rural e modernização conservadora em Santa Catarina. **Esboços**: histórias em contextos globais, v. 4, n. 4, p. 65-77, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Uma epistemologia feminista. *In*: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Apresentação: a aventura e a tragédia do Contestado. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa; MACHADO, Paulo Pinheiro; TOMPOROSKI, Alexandre Assis; VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete (org.). **A guerra santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023. p. 13-28.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MARAFON, Gláucio José. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. **Geo**, UERJ, [S. l.], n. 3, 2020. DOI: 10.12957/geouerj.1998. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/48984>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MARQUETTI, Dêlcio; SILVA, Juraci Brandalize Lopes da. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSA, Aurora. **Learning not to ask**: Some methodological implications of studying Eritrean refugees in Ethiopia. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, v. 141, p. 257-280, 2016.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. **A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território**. *Geo Uerj*, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: Como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIRELLES, Claudio Lira; SACOMANO, Jose Benedito; TELLES, Renato; SIQUEIRA, João Paulo Lara. Gestão de Pessoas nas Pequenas e Medias Empresas: mapeamento das redes informais, internas nas organizações, como ferramenta de recursos humanos. **Revista Espacios**, v. 35, n. 5, p. 16, 2014.

MELLO, Márcio Antônio. Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2006, p. 01-18.

MÉNDEZ, Natalia Pietra; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; DORNELLES FILHO, Adalberto Ayhara. Gênero e trabalho: análise interdisciplinar do mercado de trabalho formal em Caxias do Sul na década de 2000. **Revista Internacional Interdisciplinar**, Florianópolis: Interthesis, v. 7, n. 2, p. 81-106, jul./dez. 2010.

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Tradutores: Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa: Dom Quixote, 1969.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e território**: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – Sociedade e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MORAES, Márcia de Fátima de. **História oral, memória e geração**: narrativas de mulheres rurais do município de Lagoão-RS (1942-2019). Dissertação (Mestrado em

História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MORETTO, Samira Peruchi e BRANDT, Marlon, Paisagens caboclas: agricultura e criação de animais no oeste de Santa Catarina. In: MACHADO, Ironita Adenir Policarpo, BACCIN, Diego José, TEDESCO, João Carlos (ed). **Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária**. Passo Fundo: EDIUPF, 2019^a.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Revista Tempo e Argumento**, v. 11, n. 26, p. 229-254, 2019b.

NEVES, Jonas Anderson Simões das. O trabalho e a construção da identidade feminina na agricultura familiar. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 22, 2016.

NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

OAKLEY, Ann. **Sex, Gender and Society**. Nova York: Harper, 1972.

OLINGER, Glauco. **Aspectos históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2020.

PAULILO, Maria Ignez S. **Movimento de Mulheres Agricultoras**: Terra e Matrimônio. Cadernos de Pesquisa, nº 21, junho 2000.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria; MELLO, Soraia Carolina de; OLIVEIRA, Veridiana Bertelli F. de. O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 2, 2005.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina**: o processo de produção de carnes no oeste catarinense. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PERTILE, Noeli. **Processo de reprodução do capital agroindustrial contemporâneo no oeste catarinense**. Encontro de Geógrafos de América Latina. 14. ed. Lima, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário: paradoxos da(s) identidade(s) Latinoamericana(s). **Revista do CESLA**, Varsóvia, v. 8, p. 9-19, 2006.

PINHEIRO, Luana Simões. Determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, 2009.

PLEIN, Clério. A formação da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina: o caso das colônias Porto Feliz e Porto Novo. **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, 2005.

PLEIN, Clério. **As metamorfoses da agricultura familiar**: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e Marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó: Fundeste, v. 5, n. 7, 1991.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 2002.

PULEO, Alicia H. Feminismo y Ecología. *El Ecologista*, nº 31, verano, p. 36-39, 2002.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre a civilização do sertão. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RADIN, José Carlos. Questão agrária na fronteira catarinense. **Tempos Históricos**, v. 18, n. 2, p. 143-163, 2014.

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Editora UFFS, 2018.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. **Cultura histórica em debate**, São Paulo: UNESP (1995): 81-91.

RENK, Arlene Anélia. **A Luta da Erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2 ed. Chapecó, SC: Argos, 2006.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**, ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina, p. 37-71, 1991.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. Para uma biografia da pequena propriedade rural no oeste catarinense. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 17, n. 2, p. 307-

319, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

ROSALEN, Eloisa; PEDRO, Joana Maria. Os debates historiográficos sobre os feminismos da 'segunda onda' na contemporaneidade. **Revista Feminismos**, v. 11, n. 2, 2023.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. Introdução. *In*: ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **História Oral e História das Mulheres**: rompendo silenciamentos. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2017.

RUBIN, Gayle. A Contribution to Critique of the Political Economy of Sex and Gender. **Dissemination**, v. 1, n. 1, p. 6-13, 1974.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. **Perspectivas**, São Paulo, p. 67-75, 1983.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **Revista História Oral**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 29-42, 2005.

SANTOS, Jordan Brasil dos Santos. **"Eu também sou de luta"**: a participação das mulheres no movimento dos atingidos por barragens no sul do Brasil. Dissertação, (Mestrado em História), Universidade Federal Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

SANTOS, Jordan Brasil dos Santos. **O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC)**: o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. Trabalho de Conclusão de Curso, Ciências Econômicas, Florianópolis, 2017.

SANTOS, Jordan Brasil dos; BOHN, Liana; ALMEIDA, Helberte João França. O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-27, jan./jul. 2020.

SANTOS, Miriam O. Reescrevendo a história: imigrantes italianos, colonos alemães, portugueses e a população brasileira no sul do Brasil. **Revista tempo e argumento**, v. 9, n. 20, p. 230-246, 2017.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. **Revista de Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, Florianópolis, 2020.

SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, 2002.

SCOTT, Joan Wallack. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan.-abr. 2005.

SCOTT, Joan Wallack. Os usos e abusos do gênero. Projeto História: **Revista do**

Programa de Estudos Pós-Graduados de História, n. 45, 2012.

SCOTT, Joan Wallack. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, 1994.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCOTT, Joan. Wallach. **Genre**: Une catégorie utile d'analyse historique. Les Cahiers du GRIF, n. 37-38, p. 125-153, 1988. Legenre de l'histoire.

SEYFERTH, Giralda. O colono múltiplo: transformações sociais e (re) significação da identidade camponesa. **Raízes**, v. 31, n. 1, jan./jun. 2011.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. **Revista Nera**, n. 7, jul-dez 2005.

SHIVA, Vandana. **Staying Alive: Woman, Ecology and Survival**. Tradução do Instituto del Tercer Mundo, Ana Elena Guyer e Beatriz Sosa Martínez. Madrid: Horas y HORAS, 1995.

SILVA, Rosângela Cavallazzi da. **Terras públicas e particulares** – o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da "Brazil Railway Company" no meio oeste catarinense). Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília: NEAD/EPAGRI, 2001.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odacir Luis. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 102 p.

SOUZA, André Viana Coelho de. **Interpretando os índices de Conversão Alimentar (I.C.A.) e de Eficiência Alimentar (I.E.A.)**. Polinutri Alimentos, 2003.

SOUZA, Maria de; BERNARDI, Luci dos Santos; SANTOS, Jorge Alejandro. Ser caboclo no oeste catarinense: representações de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 35, n. 56, p. 98-113, jun. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: EDUFMG, 2010.

STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 77-105, 2004.

STÜRMER, Nadia Roberta. **O mundo rural em transformação: possibilidades e perspectivas para os filhos de agricultores familiares em Barra Bonita (SC)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 2008.

TECCHIO, Andréia. **Pobreza e territorialização da ação pública no território Meio Oeste Contestado (SC)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2017.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero. **OPIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 330-343, 2015.

TERHORST, Karin Inês Lohmann; SCHMITZ, José Antônio Kroeff. De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores familiares do Vale do Taquari. In: MENASCHE, Renata. **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

TESTA, Vilson Marcos et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense: (Proposta para discussão)**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. I.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. II.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. III.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Estratégias e formas de reprodução social na agricultura familiar da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, p. 139-158, jan./abr. 2018.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual Estrutura e Anti Estrutura**. São Paulo: Vozes, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL). **Manual de normas UFPEL para trabalhos acadêmicos** [recurso eletrônico] / revisão: Aline Herbtruth Batista, Dafne Silva de Freitas, Suelle Aires Böettge. Pelotas: Editora da UFPEL, 2023.

VALENTINI, Delmir José. A Guerra do Contestado (1912-1916). In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2015.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. **Esboços**: histórias em contextos globais, v. 19, n. 28, p. 127-150, 2012.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. Camponeses no sertão catarinense: a colonização da região Contestado nas primeiras décadas de século XX. Simpósio Nacional de História, **Anais**, ANPUH, v. 26, 2011.

VICENZI, Renilda. Colonizadora Bertaso e a (des)ocupação no Oeste Catarinense. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 19, n. 25, p. 301-318, 2006.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **Um saber necessário**. Os estudos rurais no Brasil. Editora Unicamp, 2011.

WITTE, Gerson. A tecnologia sustentável das construções caboclas. In: RODRIGUES, Rogério Rosa et al. **A guerra santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klas. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. UnB, 1997.

ZANOTTO, André Luís. **Senhores e criadores**: uma história do combate à Peste Suína Africana em Santa Catarina (1978). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.

ZARTH, Paulo A. **Fronteira Sul**: história e historiografia. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo A. (org.). História da Fronteira Sul. Chapecó: Editora UFFS, 2015.

Anexos

A. Roteiro de Pesquisa – Questionário aberto

1. Qual seu nome? Sua idade? Estado civil?
2. Conte um pouco de sua história e sua chegada aqui na região.
3. Como você descreveria sua experiência como mulher agricultora durante o período de parcerias com a agroindústria Sadia em Concórdia?
4. Você acha que existe diferença entre o trabalho do homem e da mulher na agricultura?
5. A senhora conseguiu estudar? Até que ano estudou? Se não, porque não conseguiu estudar? E os irmãos e irmãs estudaram? Acha que o estudo é importante? (Desafios específicos das mulheres, contexto)
6. A senhora tem filhos? Seus filhos estudaram? Porque? E as filhas?
7. Quais foram os principais fatores que levaram você a se envolver no sistema de parcerias com a agroindústria Sadia?
8. Quais eram as principais responsabilidades e tarefas que você desempenhava como parte do sistema de parcerias?
9. Quais eram os maiores desafios que você enfrentou?
10. Como você enxergava a representação das mulheres dentro do sistema de parcerias?
11. Quais estratégias você desenvolveu para lidar com as limitações e adversidades do sistema de parcerias?
12. Você esteve envolvida em alguma associação, cooperativa ou grupo de apoio durante esse período? Se sim, como isso impactou sua vida?
13. Quais foram os momentos mais significativos em que você sentiu que estava resistindo ou desafiando as restrições impostas pela empresa?
14. Em que medida a partilha de conhecimentos e técnicas de plantio e produção de animais entre as mulheres foi importante para a sua vida no campo?
15. Quais foram as principais mudanças que você observou na comunidade local (nome da comunidade onde ela mora) e na economia de Concórdia ao longo desse período?
16. Você percebe que a cultura da sua comunidade mudou após a instalação do sistema de parcerias? Se sim, de que forma as transformações na cultura influenciaram a vida no campo?


17. Quais foram suas maiores conquistas pessoais como parte do sistema de parcerias?
18. Como você enxerga o papel das mulheres agricultoras na transformação do meio rural e da agroindústria Sadia em Concórdia?
19. Quais são suas lembranças mais marcantes ou emocionantes desse período de parcerias com a Sadia?
20. Em sua opinião, de que maneira as mulheres agricultoras contribuíram para a construção de uma comunidade mais forte?
21. Quais foram os principais obstáculos que você superou?
22. Como você percebe que sua atuação como mulher agricultora impactou sua família e a próxima geração?
23. Quais são suas reflexões sobre as mudanças e avanços em relação à igualdade de gênero no meio rural desde a época das parcerias com a agroindústria Sadia?
24. Você acredita que as estratégias de agência adotadas por você e outras mulheres agricultoras contribuíram para a efetiva transformação social na agroindústria e na comunidade local?
25. Quais são as histórias ou memórias compartilhadas por outras mulheres agricultoras que você considera importantes para a compreensão desse período?
26. Existiram redes de apoio entre as mulheres? Se sim, como a formação dessas redes influenciou a forma como você enfrentava os desafios do sistema de parcerias?
27. Em sua opinião, qual é a importância do reconhecimento público do papel das mulheres agricultoras na história de Concórdia?
28. Quais são os valores, habilidades ou conhecimentos que você acredita terem sido essenciais para sua resiliência e sucesso como mulher agricultora?
29. Qual é a mensagem ou conselho que você gostaria de transmitir para as gerações futuras de mulheres que desejam se envolver na agricultura?
30. Quais são os aspectos mais gratificantes e desafiadores de ser uma mulher agricultora e participar ativamente do desenvolvimento rural?

B. Perfil das entrevistadas

Nome	Faixa etária	Estado civil	Propriedade	Tipo de Parceria	Situação atual da propriedade	Atuação agrícola na propriedade	Inserção política	Participação em redes de apoio
Alcelma Berner	60-70 anos	Casada	Pequena e própria	Suíños	Aposentada e cultiva para o consumo.	Suíños, gado leiteiro e horta.	Sindicato e algumas vezes no clube de mães.	Familiares e Igreja.
Doralice Burnier	60-70 anos	Viúva	Pequena e própria	Suíños e frangos	Aposentada e a propriedade é administrada pelo filho que mantém a parceira de frangos.	Suíños, frangos, gado leiteiro e horta.	Clube de mães	Familiares e Igreja
Cibele Haak	50-60 anos	Casada	Pequena e própria	Frangos	O filho dá sequência ao trabalho.	Frango, gado leiteiro e horta.	Clube de mães	Familiares e Igreja
Amália Mikaelson	60-70 anos	Casada	Pequena e própria	Suíños	Aposentada e não trabalha mais com a parceria	Suíños, gado leiteiro e horta.	Nenhum	Familiares e Igreja
Anelori Schwartz	50-60 anos	Casada	Pequena e própria	Suíños	Mantém ainda o sistema de parcerias com a agroindústria	Suíños, gado leiteiro e horta.	Clube de Mães e Sindicato	Familiares e Igreja
Entrevistada 6	60-70 anos	Viúva	Pequena e própria	Suíños	Não trabalha mais, o filho mantém a parceria.	Suíños, gado leiteiro e horta.	Sindicato	Familiares e Igreja.
Entrevistada 7	60-70 anos	Casada	Pequena e própria	Frangos	Ainda trabalha na parceria.	Frangos, gado leiteiro e horta.	Sindicato	Familiares, vizinhas e Igreja.
Entrevistada 8	60-70 anos	Casada	Pequena e própria	Suíños	Ainda trabalha na parceria.	Suíños, gado leiteiro e horta.	Sindicato	Familiares, vizinhas e Igreja.
Maria Inês Schneider	60-70 anos	Casada	Pequena e própria	Suíños	Ainda trabalha no sistema de parcerias.	Suíños, gado leiteiro e horta.	Sindicato e Clube de mães	Familiares, Vizinhas e Igreja.
Noilves Rosa da Silva	50-60 anos	Casada	Pequena e própria	Suíños	Não trabalha mais no sistema de parcerias	Gado leiteiro e de corte, laranja e horta.	Sindicato	Familiares, Igreja e vizinhas.
Rosani Aparecida Schiavini	50-60 anos		Pequena e própria		Não mora mais na propriedade, está na cidade.	Gado leiteiro	Movimento das Mulheres Agricultoras, Sindicato, Partido (PT).	Familiares, Igreja, Vizinhas e Movimentos Sociais.
Márcia Elvira Colussi	50-60 anos	Casada	Pequena e própria	Suíños	Não trabalha no sistema de parcerias.	Suíños, gado leiteiro e horta.	Sindicato, Partido (PT), Cooperativa, Clube de mães, MMA.	Vizinhos, Igreja e familiares.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Jordan Brasil dos Santos, matrícula nº 21100495 declaro para todos os fins que o texto em forma de () Dissertação de mestrado ou (x) Tese de Doutorado, intitulado Sementes de transformação: Agência e Protagonismo das Mulheres Agricultoras em Concórdia no sistema de Parcerias com a Agroindústria Sadia (1970-2010), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos”).

 Documento assinado digitalmente
JORDAN BRASIL DOS SANTOS
Data: 17/09/2025 14:50:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Pelotas, 17 de agosto de 2025.

m

ASSINATURA